Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia Humana

Ewerton Talpo

Chapadas dos gerais: Veredas da modernização.

*Um estudo sobre mobilidade do Trabalho e migrações no processo de modernização.
Apontamentos e atualidade do trabalho no sertão dos gerais – região centro-oeste do
estado de Minas Gerais.*

São Paulo
2014

Ewerton Talpo

Chapadas dos gerais: Veredas da modernização.

*Um estudo sobre mobilidade do Trabalho e migrações no processo de modernização.
Apontamentos e atualidade do trabalho no sertão dos gerais – região centro-oeste do
estado de Minas Gerais.*

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para a obtenção do Título de Mestre em
Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana.

Orientador: Professor Doutor Heinz Dieter
Heidemann.

**São Paulo
2014**

Folha de Aprovação

Ewerton Talpo

Chapadas dos gerais: Veredas da modernização.

*Um estudo sobre mobilidade do Trabalho e migrações no processo de modernização.
Apontamentos e atualidade do trabalho no sertão dos gerais – região centro-oeste do
estado de Minas Gerais.*

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para a obtenção do Título de Mestre em
Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana.

Orientador: Professor Doutor Heinz Dieter
Heidemann.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Resumo

O presente estudo tem como objetivo geral investigar as formas assumidas pela mobilidade do trabalho decorrente das transformações nas dinâmicas territoriais no momento da passagem para a segunda metade do século XX no Brasil, destacando as ações do Estado desenvolvimentista do pós-guerra e seus desdobramentos sob a intervenção do Governo militar da década de 1970, suas implicações espaciais na região centro-oeste do estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, procuramos abarcar o particular dessas transformações na atualidade do trabalho e da constituição de uma população migrante no centro-oeste mineiro, mais precisamente nos municípios de Três Marias, Corinto e Morro da Garça.

A possibilidade de se construir uma relação entre o particular e o geral da sociedade moderna na pesquisa geográfica é um elemento norteador da investigação da presente pesquisa.

Para tal objetivo apresentamos aqui uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas e registros de relatos sobre a vida de moradores e migrantes nos municípios estudados, a experiência migrante e sua perspectiva espacial.

Palavras-chave: mobilidade do trabalho; migrações; dinâmicas territoriais; modernização; agroindústria.

Abstract

The present study is to investigate the forms assumed by labor mobility resulting from changes in regional dynamics at the time of transition to the second half of the twentieth century in Brazil, highlighting the actions of the developmental state of post-war and its consequences under the intervention of the military government of the 1970s, their spatial implications in the midwestern region of the state of Minas Gerais.

Accordingly, we seek to embrace the particular relevance of these changes in the work and the establishment of a migrant population in the mining Midwest, specifically in the towns of Três Marias, Corinto and the Morro da Garça.

The possibility of building a relationship between the particular and the general in modern society in geographic research is a guiding element of the investigation of this research.

For this purpose we present here a qualitative research through interviews and records of accounts of the lives of residents and migrants in the cities studied, the migrant experience and their spatial perspective.

Key words: labor mobility; migrations; territorial dynamics; modernization; agribusiness.

Dedicado aos meus dois amores:
Ao meu sol Michele e
minha luz do dia: Ernesto

Agradecimentos

À nova família que surgiu da amizade e da paixão pela vida. À Michele e ao nosso pequeno Ernesto, que muito tem nos ensinado. Obrigado por existirem.

À minha mãe e irmãs, que sempre apoiaram meus estudos e principalmente me ensinaram a superar os desafios e dificuldades. À nova irmã Paula Palhuca e a ajuda oferecida no momento decisivo.

As pessoas que me receberam com carinho e atenção desde os primeiros momentos em Andrequicé: à família de Dona Élidia e seu Aroldo - seus filhos Lidjane, Fausto, Naroldo e Marilda, seus netos Liviston, Livia e o pequeno grande Pedro, à Mauro (Pará), Branca e seus filhos, à Diuza e sua família, à Dona Olga, Dona Xica, Dona Lourdes e Márcia, Carlos Alberto, Gilberto (Tenga) e sua mãe Dona Maria, Zé Domingos e sua família, aos amigos Zezinho, Branco, Joaquim e Thiago, ao Salvino, ao Djalma e ao Ailton. À Bárbara Jonshen e Dalena pela amizade e também pelas aulas sobre Andrequicé e as Veredas, e a todo o grupo de bordadeiras. Sem esse acolhimento não seria possível a realização dessa pesquisa.

Aos amigos da Semana Cultural Festa de Manuelzão, em especial ao Rafael e sua moto vermelha rocker disseminado a musica pelas veredas e estradas de minas.

Em especial à Dona Maria Dóia, seu esposo João e sua irmã Dona Olímpia: que com carinho e amizade, me ensinaram muito da história de vida dos moradores de Andrequicé e agora nos saúda com as estrelas desse céu infinito. Obrigado.

Aos amigos de Morro da Garça: Zé Padeiro e sua família, João, Elber, Pretinho, Lu e Alexandre, Seu Dimas, Fátima e sua família, ao Leo e o povo da associação de moradores do bairro da Pompéia, aos amigos e conhecidos da casa de cultura do Sertão e muitos outros que me receberam muito bem.

Ao Brasinha e os contadores de estória de Cordisburgo: Fábio e Zé Maria. Ao Ronaldo e o pessoal do Museu Casa de Guimarães Rosa.

Ao professor Heinz Dieter Heidemann pela confiança e questionamentos que definiram as possibilidades de caminhos a serem percorridos na pesquisa. As críticas importantíssimas para meu desenvolvimento e busca do conhecimento. Muito Obrigado.

Aos amigos que durante anos me apoiaram e ensinaram como viver: à Renata Rente Santos, Raquel de Pádua, Carolina Gonçalves, Tadeu Gaspareto, Rosa Amélia, Rogério Gayoso, José Eduardo e Milene, Talita Lima, Mariana, André Miguel, Raquel e o pequeno Acauam, à Livia, Fábio e Luanda, à Aline e o pequeno Martin, Luciana Kanawati André e jovem Chico, à Juliana Gomes, à professora Sandra Galisteu, Barbara Gonçalves, Marina Felipe e a pequena Anita, à Julia de Abreu. Aos irmãos inseparáveis Henrique e Felipe e

muitos outros companheiros que a distancia separa e a saudades e o carinho aproximam.

Aos amigos do Grupo de Estudo Sertão Grande: Roberta, Artur, Chico, Lia, Henrique, Alan, Marina, Josimar e Zé Rafael.

Aos amigos do grupo de estudo do Labur: à Carolina, Daniel, Fabio, Carlão, Cássio, Vicente, Renato Fugikawa, Teresa, Rafael Aragi, Erick, e muitos outros companheiros que a memória não resgatou. As leituras e reflexões dos textos e a amizade do grupo contribuiu enormemente para a elaboração desse estudo.

E aos amigos do Bonfá, obrigado pela amizade e acolhimento: à Juliana Campoi, Lucas Pellicani e Marina, Flavião e o Zé.

A todos os alunos que participaram do trabalho de campo da disciplina Migração e Trabalho ministrada pelo professor Heinz Dieter Heidemann, realizado entre os dias 1º de maio e 5 de maio no município de Morro da Garça, sem esquecer do apoio e amizade dos motoristas Bianchi e o Edson Bigode.

Sumário

1. Introdução.....	8
2. Pelos caminhos dos gerais.	16
2.1. Pesquisa de campo	19
2.2. Três Marias: <i>o início de tudo</i>	26
2.3. Localidade da Silga e Pedras: A boiada vai sair. Somos que vamos.	32
2.4. Andrequicé: um pequeno povoado.	39
2.5. Caminhos dos gerais: de Andrequicé ao Morro.....	46
2.6. Morro da Garça: a modernização e seu reflexo.	53
3. Modernização e Território.....	56
3.1. Mobilidade do Trabalho, Mobilização e Migração.....	56
3.2. Contextualização Territorial.	70
3.2.1. A pecuária e a crise da mobilidade pecuária.....	72
3.2.2. Do carvão ao trabalho carvoeiro.....	83
3.2.3. Desenvolvimentismo e expansão da agroindústria: “redemunho” no <i>sertão nos gerais</i>	99
3.3. Considerações.	111
4. Território e Migração.	114
4.1. O Morro da Garça.....	120
4.1.1. Entrevistas e comentários.....	129
4.2. O caso particular do município de Três Marias.	141
4.2.1. Entrevistas e comentários.	153
5. Caderno de Mapas	164
5.1. Mapa de uso e cobertura da terra.	168
6. Considerações Finais.....	180
7. Bibliografia	186

8. Anexos.....191

- 8.1. Cadernatas de campo do escritor João Guimarães Rosa: A BOIADA I e II 191
- 8.2. Trechos do conto Uma estória de Amor (A Festa de Manuelzão)..... 193
- 8.3. Cadernetas de campo Morro da Garça, maio de 2013 195

Índice de Mapas

Mapa 1- Mapa de Localização Geral da Área de Estudo. Municípios de Três Marias, Corinto e Morro da Garça.....	17
Mapa 2- Localidades e caminhos realizados na pesquisa de campo.	25
Mapa 3- Áreas de ação das políticas de planejamento no estado de Minas Gerais na década de 1970.	87
Mapa 4 – Uso do Solo da Bacia Hidrográfica do rio de Janeiro.	145
Mapa 5 - Imagem de Satélite Landsat 1 de julho de 1973.	175
Mapa 6 - Imagem de Satélite Landsat 2 de julho de 1980.	176
Mapa 7 - Imagem de Satélite Landsat 5 de julho de 2010.	177
Mapa 8 - Imagem Google Earth de 2014.	178
Mapa 9- Uso e Ocupação do solo em nossa área de estudo	179

Índice de Gráficos:

Gráfico 1 - Evolução Mensal do Preço Médio do Carvão Vegetal em 2008 (US\$ e R\$/MDC).	108
Gráfico 2 - Evolução da população no município de Morro da Garça.....	123

Índice de Tabelas:

Tabela 1 – Percentual de utilização das Terras no município de Três Marias, de 1970 à 1996.	142
Tabela 3 – Chave de interpretação do mapeamento da Cobertura da Vegetação e dos Usos e ocupações da Terra.	169

Índice de Figuras:

Figura 1- Trajeto da Boiada (pousos e cidades próximas) – reprodução do Bordado realizado pelas bordadeiras de Morro da Garça.	21
---	----

Índice de Fotos:

Foto 1- Vista aérea do rio São Francisco e da futura cidade de Três Marias.....	27
Foto 2- Momento da construção da Represa de Três Marias, vista do canteiro de obras.....	28
Foto 3- Ponte sobre o rio São Francisco- município de Três Marias.	29
Foto 4- Vista do Bairro Joaquim Candido.	30
Foto 5- Capela da antiga Fazenda da Silga – município de Três Marias.....	33

Foto 6- Localidades das Pedras – município de Três Maria.....	35
Foto 7 – Fornos de produção de carvão.....	36
Foto 8- Paredão de eucaliptos- Plantações da empresa Gerdau – município de Três Marias ..	38
Foto 9 – Vista da Avenida João Alexandre, distrito de Andrequicé.....	40
Foto 10 – Casa Pensão de Dona Olga.....	41
Foto 11- Habitação na Vereda São José, município de Três Marias.....	47
Foto 12- Vista dos pastos na Fazenda Santa Catarina.	49
Foto 13- O Morro da Garça: “Belo como uma poesia” (Rosa, 2011).	52
Foto 14 – Carro de boi, típico para transporte de mantimentos e utensílios.	79
Foto 15 – Boiada sendo transportada por vaqueiros.	80
Foto 16 – Vista de pátio de siderúrgica.	90
Foto 17 – Floresta de eucalipto após o corte.	104
Foto 18 – maquina de corte de árvores de eucalipto	106
Foto 19- Conversa com Paulo Cesar que explicava como funcionava um carro de boi.	129
Foto 20 – Fornos de queima de eucalipto para obtenção de carvão em uma media propriedade.	149
Foto 21- Passeio de Barco com Sr. Norberto do bairro beira rio.....	153
Foto 22- Dona Elídia em uma de nossas conversas a beira do Fogão.....	156
Foto 23 – pastoreio de animais em campo cerrado nos arredores do distrito de Andrequicé.	172
Foto 24 – área de plantio de floresta homogênea de eucalipto.....	173
Foto 25 – solo sendo preparado para plantio de floresta homogênea de eucalipto em área de campo natural.	173
Foto 26 – acumulo de material arenoso em área de preservação ambiental de vereda decorrente do processo erosivo nos topos das chapadas areníticas.	174

1. Introdução.

“Aquilo nem era só mata, era até florestas! Montamos direito, no Olho-d'Água-das-Outras, andamos e demos com a primeira vereda - dividindo as chapadas -: o flaflo de vento agarrado nos buritis, franzido no gradeal de duas folhas altas; e, sessafrazal - como o da alfazema, um cheiro que refresca; e aguadas que molham sempre. Vento que vem de toda parte. Dando no meu corpo, aquele ar me falou gritos de liberdade. Mas liberdade - aposto - ainda é só alegria de um pobre caminhozinho, no dentro do ferro das prisões. Tem uma verdade que se carece de aprender, do encoberto, e que ninguém não ensina: o beco para a liberdade se fazer. Sou um homem ignorante. Mas, me diga o senhor: a vida não é cousa terrível? Lengalenga. Fomos, fomos.”

(Grande Sertão: Veredas. João Guimarães Rosa)

Apresentamos nessas primeiras páginas as linhas gerais do caminho trilhado nos últimos anos que resultou na presente dissertação. Composição argumentativa, exercício reflexivo e interdisciplinar construído em diferentes momentos, por inúmeras pessoas e que sintetiza um olhar sobre uma realidade, sua particularidade permeada por elementos mais gerais e elementares da sociedade moderna.

A pesquisa tem como referência as atividades desenvolvidas durante o curso de Graduação em Geografia, na Universidade de São Paulo, que culminaram na apresentação do Trabalho de Graduação Individual de título: “*Veredas no meio do redemunho: o processo de modernização da bacia hidrográfica do rio de Janeiro, Minas*”. Durante o período compreendido entre os anos de 2008 e 2010, realizamos nossa pesquisa por meio de trabalhos de campo e pesquisa documental (planos diretores, relatórios de planos de desenvolvimento, entre outros) nos municípios de Três Marias e Morro da Garça.

O referido estudo se debruçou sobre as transformações espaciais ocorridas nesses municípios chamando atenção para alguns aspectos que identificamos como desdobramentos do processo de territorialização da área denominada *sertão dos gerais*. Ao abordarmos esses aspectos como desdobramentos do processo de formação territorial, apontamos a importância de tematizar a dinâmica de territorialização do antigo Sistema Colonial (NOVAIS, 2005); a constituição de relações particulares de produção decorrente da atividade da pecuária extensiva; a interação Homem/Meio e o meio geográfico no chamado *sertão dos gerais*, ressaltando os nexos entre esses temas a partir de uma reflexão sobre a Modernização, abordando, em particular, o caráter recuperador ou retardatário (KURZ, 1999) do processo num momento determinado da formação nacional.

Foi possível nesse sentido abordar a maneira como o Estado interveio na dinâmica de

reprodução das relações de produção na área estudada em consonância com o estudo do processo de modernização em contexto mundializado.

O estudo também propôs um diagnóstico sobre o atual estágio de destruição do ambiente natural, implicado no processo de ocupação da agroindústria carvoeira na região, principalmente um olhar científico sobre a degradação dos solos de cerrado e a consequente seca das veredas e cursos d'água tributários do rio São Francisco. Tal atividade possibilitou a nossa participação em espaços públicos de debate, na comunidade do distrito de Andrequicé – localizado no município de Três Marias-MG.

Concluída e apresentada a pesquisa, concentramo-nos no aprofundamento das questões levantadas, objetivando um questionamento do processo que levasse em conta problemas não abordados de maneira mais criteriosa na monografia.

O diálogo estabelecido com moradores das comunidades visitadas foi de fundamental importância para estimular a continuidade da pesquisa vislumbrando os possíveis caminhos a serem percorridos.

Nesse sentido elaboramos uma proposta de estudo que contemplasse os questionamentos realizados na Geografia e a relação construída com as pessoas que me acolheram durante todos esses anos de pesquisa, não apenas no distrito de Andrequicé, mas também no município de Morro da Garça e de inúmeras pessoas viventes do chamado sertão dos gerais.

Para abordarmos a atualidade da dinâmica populacional dos municípios estudados, com foco nas transformações sociais e espaciais vividas por nossos interlocutores, o recurso ao estudo realizado anteriormente em nosso Trabalho de Graduação Individual sobre o processo de ocupação e povoamento da área foi de suma importância. Chamamos atenção, todavia, para a necessidade de estabelecermos alguns nexos entre a especificidade da relação espacial e as formas do trabalho e sua sociabilidade em nossa área de estudo - que se constituiu no processo de formação territorial - e os processos mais gerais engendrados pela modernização, que conformam a situação dos trabalhadores nas condições atuais de *proletarização* imersos na eminente crise de reprodução da sociedade por meio do trabalho.

Entendemos, nesse sentido, que a compreensão da trajetória de vida de nossos interlocutores, não se elucida sem a abordagem do processo de expropriação dos trabalhadores rurais, bem como sem a indagação sobre as atuais condições de reprodução das relações sociais capitalistas considerando principalmente o impacto dessas sobre as condições de vida do trabalhador e de sua relação espacial.

O objetivo em dar prosseguimento à pesquisa orientada no estudo das relações sociais e suas implicações espaciais deveu-se essencialmente por alguns fatores a serem citados.

Primeiro ao forte laço de amizade e solidariedade que se construiu nos últimos anos com alguns moradores do distrito de Andrequicé e do município de Morro da Garça; Segundo: a perspicácia e inteligência dos mesmos frente às transformações ocorridas nos últimos anos e terceiro: a algumas experiências vividas ao percorrer os caminhos entre as localidades citadas, que despertaram um olhar *mais que aguçado* sobre a precariedade da vida de inúmeras pessoas impelidas a transitarem, mobilizadas, por entre diferentes espaços, em busca de um posto de trabalho nas atividades da agroindústria, ou em qualquer outra atividade remunerada.

Torna-se ponto central em nosso estudo o deslocamento espacial dessa população, que transita pelos espaços produtivos da agroindústria, sendo a migração a estratégia de sobrevivência. Ou seja, buscamos um olhar mais apurado sobre o movimento da migração da população estudada e as implicações espaciais decorrentes do atual contexto social - e suas determinações globais gerais.

Cabe aqui destacar, já de início, que esse último fator nos possibilita um posicionamento teórico e político frente à problemática conceitual do estudo da migração na ciência geográfica. Ao considerarmos os fenômenos migratórios a partir da perspectiva do migrante e de sua condição social frente às estruturas e determinações gerais da sociedade, marcamos um posicionamento considerando a questão migratória (PÓVOA-NETO, 2007) - *termo que sintetiza o campo de embate de perspectivas metodologias e conceituais a cerca da Migração* - como ponto importante para reflexão sobre a relação entre migração e trabalho.

Procuramos nos afastar de uma possível naturalização e até mesmo ontologia dos fenômenos migratórios na sociedade capitalista - com o objetivo de destacar uma crítica as determinações sociais e suas implicações espaciais, e de uma forma mais geral as determinações sociais capitalistas, tomando cuidado em não olhar o migrante como autômato do processo, peça estrutural.

A constituição do sujeito na sociedade moderna é tematizado e é ponto importante na reflexão sobre a temática Migração. Não se trata aqui de olhar as qualidades e peculiaridades das experiências migrantes, mas sim as determinações e sujeições vividas por nossos interlocutores.

Daí parte o olhar sobre a constituição do referencial espacial de nossos interlocutores como também sobre a modernização da sociedade como um todo.

Para tal objetivo destacamos conceitos que abarcam não só a questão da migração em termos espaciais, mas também consideramos as mediações de uma sociedade que se desenvolve criticamente. E nesse movimento determina a mobilização geral a todas as pessoas, definindo

práticas e mudanças radicais nos *modos de ser e viver*, observados no processo geral de modernização, tendo como um único preceito: a valorização do valor, ou seja, a relação Capital.

A Mobilização do Trabalho e Mobilidade do Trabalho (GAUDEMAR, 1977) apresentam-se como conceitos importantes para a busca do entendimento das mediações sociais e suas implicações espaciais - a Migração - posto que possibilita uma reflexão sobre as determinações mais gerais da sociedade ao mesmo tempo em que se apresenta como estratégia indissociável do sujeito moderno.

A pesquisa foi realizada em diferentes momentos, em diferentes espaços, através de questionamentos sobre a problemática da migração ora exposta e suas linhas gerais. Para isso nos propomos a uma aproximação intensa dessa realidade e sua complexidade, o que exigiu do pesquisador uma imersão nos espaços do sertão dos gerais ora identificados ora dissolvidos pelo discurso dos nossos interlocutores.

A imersão foi possível graças a realização de uma considerável pesquisa de campo, que envolveu uma série de trabalhos de campo, nos quais muitos questionamentos foram se delineando não só pela investigação da história de vida de nossos interlocutores, mas também na incorporação das percepções sobre o presente dos mesmos. Partimos assim de indagações motivadas por reflexões teóricas sobre a mobilidade do trabalho articuladas às experiências vivenciadas na pesquisa de campo, onde por meio de entrevistas e conversas pudemos enriquecer as reflexões sobre as atuais condições de trabalho e sociabilidade de uma dada realidade e suas mediações gerais da sociedade.

As conversas foram realizadas com antigos moradores, trabalhadores temporários, migrantes de outros estados, e muitas pessoas que retornavam dos centros urbanos – Sete Lagoas, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo – depois de terem vivido a “ilusão da cidade grande”, em suma, todos aqueles que agora procuram uma inserção social recorrendo aos postos de trabalho disponíveis.

Dessa forma o caminho escolhido para a realização da pesquisa foi de uma reflexão teórica que abarque os elementos de formação e generalização da sociabilidade do trabalho vivenciada por inúmeros moradores do centro-oeste mineiro.

Frente às formas de reprodução das relações sociais vivenciadas cotidianamente, indagamos sobre como essas experiências coletivas (mediadas pela sociabilidade do trabalho) se projetam como realidade em um contexto global. Dessa forma procuramos abarcar as estratégias utilizadas pelos trabalhadores e também as precariedades vivenciadas por eles como elementos que definem as atuais formas de imposição das relações capitalistas.

É consenso que os postos de trabalho, em nossa área de estudo, estão cada vez mais

escassos, seja em fazendas pecuárias, lavouras ou em plantações de eucaliptos. Esse contexto intensifica o fenômeno da mobilidade espacial. Atualmente a situação desses trabalhadores, diante da pouca oferta de postos de trabalho, tem se agravado, o que os obriga a sujeição em condições cada vez mais precárias de reprodução da sua força de trabalho.

Em nossa área de estudo, a modernização em sua aparência efetivou-se como elemento dinâmico de ‘superação do atraso econômico’ advindo da expansão e crise da fazenda pecuária, que até então mantinha relações de produção que aparentavam serem relações antagônicas àquelas especificamente capitalistas¹.

Decorrente da conjugação de diferentes fatores políticos e econômicos houve nessa região o estabelecimento de uma classe de trabalhadores livres, que se consolidou durante o período pós-colonial. Essa população estabelecida no campo passou por um processo de expropriação fundiária e rápida proletarização, absorvida rapidamente como força de trabalho, seja nas indústrias dos centros urbanos, seja no agronegócio no campo.

Portanto a pesquisa se debruçou sobre dois momentos históricos contínuos e identificáveis para o entendimento das dinâmicas territoriais atuais. O momento de crise da atividade pecuária como formação de um exército de mão de obra decorrente da expulsão e expropriação da população rural e a constituição da mobilidade do trabalho para o setor industrial e agroindustrial como elemento dinâmico da modernização recuperadora ou retardatária (Kurz, 1999) que conjuntamente repõem a crise do desenvolvimento econômico sobre a forma de um *exército de trabalho* móvel, de uma população migrante mobilizada para o trabalho abstrato, e que na atualidade gradualmente se encontra sem sua forma de subsistência vital, o próprio trabalho.

As reflexões teóricas acerca da constituição e transformação das relações de trabalho, abordadas em relação às características da modernização recuperadora, foram importantes para a construção de uma crítica às categorias constituintes do capitalismo, através de uma crítica à perspectiva ontológica do trabalho buscando seu desvelamento como processo de imposição de uma sociabilidade em crise.

Percorrer diferentes caminhos da Geografia nos permitiu dar vazão a muitas experiências vividas durante a pesquisa em campo. Nessa dissertação a busca foi em recontar momentos dessas experiências, lidando com as limitações que as palavras e as imagens contêm em relação a todo o

¹ Partimos da crítica a essa perspectiva dualista de atraso e moderno, relações capitalistas e relações não capitalistas, indicando um movimento particular de articulação das categorias básicas do capital e de uma simultaneidade negativa (KURZ, 1993) para pensarmos o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

contexto vivido, evidenciando a proposta de aproximação de diferentes pessoas e diferentes lugares como exercício constante e fundamental no percurso desse estudo.

Para isso, procuramos exercitar uma leitura dos relatos e a realidade que nos deparamos nos trabalhos de campo, procurando interpretar criticamente o relato de nossos interlocutores, suas construções sobre aspectos da realidade, *as mais diversas motivações, desejos e devaneios* (HEIDEMANN, 2010) que os ligavam a seus trabalhos, bem como a constituição de suas histórias de vida como migrantes.

Como apontamos anteriormente a abordagem do processo de mobilização do trabalho constitui o elemento central de nossa análise. Nesse percurso situaremos a formação territorial da área estudada refletindo sobre as características que marcam as representações do sertão mineiro. A perspectiva crítica às relações sociais capitalistas fundamenta a análise das particularidades das relações de produção que definiram as formas de acesso à terra e a constituição das relações de trabalho.

Desse modo buscamos indagar sobre a constituição da mobilidade do trabalho engendrada pela dinâmica de expansão da fazenda pecuária, considerando a formação do mercado de trabalho que articula a região do centro-oeste mineiro ao processo que rearranja a economia nacional, de modo a enfatizar a importância da expulsão e expropriação dos trabalhadores da fazenda pecuária na mobilização do trabalho para o setor agroindustrial.

Para pensar sobre a situação dos trabalhadores migrantes nesse contexto se coloca a necessidade de refletir sobre as condições de trabalho na atualidade, remetendo-nos criticamente ao processo de formação da sociabilidade capitalista. Essa reflexão leva em conta também as contradições que nos motivam a pensar sobre a situação dos trabalhadores, questionando as justificativas mais aparentes do processo que impõe a necessidade de deslocamento espacial desses trabalhadores em busca de reproduzirem suas condições de existência, foram essas reflexões e questionamentos que serviram de base para a presente pesquisa.

A dissertação foi estruturada em cinco capítulos: **1. Introdução, 2. Nos caminhos dos gerais; 3. Modernização e Território, 4. Território e Migração e 5. Caderno de mapas.**

No capítulo **2. Nos caminhos dos gerais**, elaboramos uma ambientação à pesquisa, apresentando a nossa área de estudo e tecendo os pontos da rede construída nos caminhos pelos *gerais*, construindo o caminho da pesquisa e seus atalhos tomados.

No capítulo **3. Modernização e Território**, apresentamos os referenciais teóricos e conceituais sobre o processo de modernização, tematizando sobre a relação entre capital e trabalho em seu aspecto social crítico. Nesse sentido buscamos refletir sobre a sociabilidade capitalista, atentando para a centralidade do trabalho em suas implicações espaciais,

estabelecendo uma base conceitual sobre a territorialização do capital para a reflexão sobre a ordem socioeconômica vigente.

Estabelecida a base teórica argumentativa procuramos discutir os processos de territorialização do Capital destacando as transformações nas relações sociais de produção e abordando seu movimento crítico e suas implicações espaciais.

Dividimos em três momentos a análise sobre os aspectos visíveis da chamada modernização no campo. No subitem **3.2.1 A pecuária e a crise da mobilidade pecuária** é realizada uma abordagem sobre a constituição histórica e espacial na metade do século XX indicado para a crise de reprodução do capital rural e a consequente expulsão e expropriação fundiária dos trabalhadores rurais a partir de 1950 até os dias de hoje. No subitem **3.2.2 Do carvão ao trabalho carvoeiro**, o surgimento da atividade carvoeira como necessidade da siderurgia passando de atividade secundária para atividade principal na manutenção dos trabalhadores rurais no campo. Analisamos o papel do Estado nas políticas de planejamento territorial para o desenvolvimento da atividade e a constituição da força de trabalho no *sertão dos gerais*. Finalizamos no subitem **3.2.3. Desenvolvimentismo e expansão da agroindústria: “redemunho” no sertão nos gerais**, refletindo sobre o sentido das transformações sociais e suas implicações espaciais atuais no centro-oeste de Minas Gerais.

No capítulo **4. Território e Migração** abordamos as mudanças ocorridas a partir da metade do século XX, não apenas no plano político-econômico, mas considerando as implicações sociais que transformam as relações de produção na área de estudo, em especial a questão da expropriação da terra e da migração. Destacamos no subitem **4.1. O Morro da Garça** e no subitem **4.2. O caso particular da cidade de Três Marias**, analisando as entrevistas realizadas nos dois municípios.

No capítulo **5 Caderno de mapas**, objetivou-se a representação cartográfica das constituições de relevo, vegetação e usos do solo no sentido de visualizar os processos de ocupação em nossa área de estudo.

Como **anexo** segue a leitura realizada das cadernetas de campo do escritor João Guimarães Rosa, intituladas de A Boiada I e A Boiada II. Trata-se de uma seleção de trechos das anotações do escritor sobre os municípios estudados. Conjuntamente segue trechos do conto *Uma estória de Amor (A festa de Manuelzão)*.

Como anexo temos também uma seleção de trechos das cadernetas de campo realizadas pelos discentes que participaram do trabalho de campo da disciplina Migrações e Trabalho, no município de Morro da Garça entre os dias 1 a 5 de maio de 2013.

Abaixo estão relacionados os lugares visitados durante a pesquisa:

Município de Três Marias:

- Prefeitura Municipal de Três Marias: foram realizadas entrevistas e pesquisa em documentos institucionais na Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Econômico, Esporte, Turismo e Cultura – Divisão de Cultura.
- Bairros Beira Rio e Jardim dos Pescadores, onde foram realizadas entrevistas com moradores. Além de visitas pontuais a outras localidades do município.
- Escola Estadual João Guimarães Rosa: realização de oficina com apresentação do filme “Boiada: No tira-te, põe-te” com alunos do Ensino Médio.

Andrequicé, município de Três Marias:

- SAMARRA – Sociedade dos Amigos do Memorial Manuelzão e de revitalização de Andrequicé. Encontro com moradores e com grupos culturais, além do acompanhamento de atividades com o grupo de bordadeiras de Andrequicé.
- Museu Casa do Manuelzão. Conversa com os parentes e amigos do vaqueiro que administrou a fazenda da Silga, durante as décadas de 1940 à 1970, e viveu seus últimos anos em uma casa no distrito de Andrequicé.
- Semana Cultural Festa de Manuelzão. Semana cultura em homenagem à literatura de João Guimarães Rosa e os vaqueiros que viraram seus personagens. Interação com os diversos grupos culturais da região, apresentação de palestras e oficinas sobre História, Geografia e Literatura com jovens estudantes e público em geral.
- Entrevista com antigos moradores do distrito e de localidades próximas.

Município de Corinto:

- Distrito de Buritizinho, conversa com moradores da capela.
- Comunidade da capivara de cima, conversa com sitiantes, carreiros e encontro com moradores na casa de farinha de seu Domingos.

Município de Morro da Garça:

- Casa de Cultura do Sertão
- Prefeitura Municipal de Morro da Garça. Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca,
- EMATER – Empresa Mineira de Assistência técnica rural- conversa com técnicos que dão suporte a pequenos e médios produtores rurais.
- CRAS – Centro de referencial e Assistência Social. Conversa com responsável sobre os projetos desenvolvidos junto as comunidades.

2. Pelos caminhos dos gerais.

Lembramos que a pesquisa procura dar voz às experiências de nossos interlocutores em sua dimensão espacial, na qual a migração é expressão resultante de diferentes determinações da sociedade capitalista e de suas formas de sociabilização centradas no trabalho.

Para realizar tal desafio buscamos investigar as condições materiais de nossos interlocutores, considerando-as como fundamento para a reflexão que a pesquisa se propõe, buscando elementos passíveis de análise, nos relatos sobre experiência de vida e nas formas de sociabilidade percebidas de nossos interlocutores, que possibilitam o exercício de análise tanto do particular como do universal no que se refere às migrações na sociedade moderna.

Desdobra-se daí uma discussão sobre a situação do trabalhador migrante na atualidade. Por meio do estudo de uma realidade no centro-oeste mineiro. Os municípios de Três Marias, Corinto e Morro da Garça apresentam características de formação territorial e de processos de territorialização do capital contíguos e processos sociais semelhantes e que sofreram enormes transformações na constituição espacial das últimas décadas.

A reflexão sobre as experiências e sobre a sociabilidade de inúmeras pessoas que contribuíram no decorrer da pesquisa se costurou com o percorrer de diferentes caminhos entre os municípios de Três Marias, Corinto e Morro da Garça. Foi o relato de inúmeros homens e mulheres que nos levaram a caminhos reais por entre chapadas e veredas a procura de traços de um passado recente. Nesse percurso encontramos certas sutilezas nas formas de sociabilidade atuais marcadas pela organização espacial de dessa realidade.

Foi nesse contexto que centramos nosso olhar para um caminho que simbolizou muito para o desenvolvimento da pesquisa. Um caminho de estrada de terra, entre pequenos povoados e distritos rurais. Caminho que nos levou mais fortemente ao passado da pecuária e nos atualizou ao novo da produção agroindustrial. Também nos apresentou o sertão emudecido gravado na paisagem dos campos e dos gerais e das modernas vilas e cidades.

Um caminho de diferentes trajetórias, de diferentes experienciais, travessia que também nos aproximou de um importante relato sobre o sertão em seus últimos respiros. A obra literária do escritor cordisburguense, João Guimarães Rosa, nos trouxe uma ponte entre ficção e realidade, despertando questionamentos sobre homens e mulheres, idosos e crianças, vivente dos sertões, e sua base material e psicológica.

Ao percorrer as páginas do conto *Uma estória de amor (A festa de Manuelzão)*² descobrimos os sertanejos: *sabidos sábios*, o sertão dos gerais como região da pecuária em dissolução e o essencial e substancial da sociedade: o trabalho, o dinheiro, a religião, a terra e o poder dispostos no psicológico dos personagens e nas estórias (*causos fantásticos*) que permeiam e dão liga ao conto.

O caminho da literatura nos levou a pesquisa dos manuscritos do autor, cadernos de viagem que registram a viagem do escritor, realizada em maio de 1952, acompanhando o transporte de uma boiada entre fazenda de criação e engorda do gado, pelos municípios do centro-oeste de Minas Gerais, entre as margens do rio São Francisco e a boca do sertão mineiro (Araçaí e Cordisburgo). A obra intitulada Boiada, reproduz as anotações dos manuscritos, compilando uma gama de observações e descrições sobre elementos do cotidiano das pessoas que viviam na fazenda da Silga, localizada nas barrancas do rio São Francisco, antigo município de Barreiro Grande, atual Três Marias.

“Na partida da internada da Sirga, à beira do São Francisco, após a missa e a bênção na capelinha de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 18 homens ladeavam o gado. Depois, à medida que a boiada acedia ao ritmo da marcha, a equipe foi se encolhendo, até restar esse núcleo rijo da experiência sertaneja: o capataz Manuelzão, Bindóia, o guieiro Zito, Gregório, Santana e Sebastião de Moraes. Assistidos e anotados em tudo por João Rosa, com suas cadernetas de viagem sempre amarrada ao pescoço, companheirismo e amizade se formando nos 240 quilômetros percorridos por entre o cerrado, pernoitando em fazendas, cortando o “Sertão dos Gerais”. Percurso que representou a base para a construção do cenário literário dos conto de Corpo de Baile e do romance Grande Sertão: Veredas, publicados quatro anos após a viagem, amizades, conversas, silêncios que deram base para a construção da consciência ficcional dos vaqueiros do Gerais: “ Dr. João, na hora em que essa armadilha rolar no chão, que escrita bonita que o sr. Vai fazer, hein? Os vaqueiros dos Gerais riam sem dificuldade. Zito só observou: - o sr. esta assinando aí a qualquer bobajada?” (reportagem “Antes do Grande Sertão: Veredas a viagem de 1952”, pôr Eugênio Silva)

² Rosa J. G. Manuelzão e Miguilim. 4ª edição. Rio de Janeiro. José Olimpo, 1970

Esse caminho através da literatura nos apareceu, além das falas e indicações de nossos entrevistados, nas linhas de inúmeros contos literários do escritor mineiro João Guimarães Rosa e também nas festas literárias que ‘resgatam’ sua obra, principalmente nos municípios de Cordisburgo (terra natal do escritor), no município de Morro da Garça, e no distrito de Andrequicé – Três Marias.

“Em maio de 1952, uma boiada que saía da antiga fazenda da Silga, bem próxima às margens do rio de Janeiro em seu encontro com o rio São Francisco, tinha como destino o município de Araçai, (273 km ao leste), já bem próximo de Sete Lagoas (importante centro urbano da região). A notícia sobre esse acontecimento nos apresentou uma possibilidade de aproximação a um contexto vivido por um de nossos interlocutores, através dos registros das cadernetas de viagem de um acompanhante ilustre, o escritor João Guimarães Rosa. “Longe e vivo maio de 1952, boiada sendo transportada da recria para engorda do gado, mais de 800 cabeças de gado, da fazenda da Silga nas margens do São Francisco para a fazenda São Francisco em Araçai ambas propriedade de Chico Moreira, primo de Guimarães Rosa, elo entre o escritor dos gerais e os vaqueiros imortalizados em sua obra.” (reportagem “*Antes do Grande Sertão: Veredas a viagem de 1952*”, pôr Eugênio Silva)

Essas cadernetas trazem uma rica descrição sobre a vida das inúmeras famílias que viviam nas pequenas vilas e distritos rurais da margem direita do rio São Francisco. Barqueiros, lavradores, pescadores e vaqueiros; homens e mulheres, famílias e migrantes mobilizados nas fazendas de cria e engorda de gado, em roças de alimentares e também nas extensas plantações de algodão.

2.1. Pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi orientada pelos referenciais espaciais contidos nas cadernetas de campo do escritor, por documentos históricos sobre a formação territorial dos municípios estudados, por dados estatísticos e documentos institucionais (planos de desenvolvimento regional e planos diretores municipais).

Objetivou a observação da realidade local e das formas de espacialização do capital: estrutura fundiária, vias de escoamento, relações campo-cidade e centro-periferia. Contou também com a realização de entrevistas abertas com migrantes e não migrantes, além de outros agentes envolvidos nessa problemática, como autoridades políticas locais, responsáveis pelas empresas de silvicultura, e também com alguns de seus prestadores de serviços.

Em meados de 2010, realizei junto a um grupo de pesquisa e extensão um estudo de

campo percorrendo o caminho feito pela boiada de 1952, visitando os pousos, vilas e cidades do caminho entre o município de Três Marias e Araçaí.

A pesquisa foi orientada pela reflexão das transformações ocorridas nos últimos cinquenta anos em nossa área de estudo. Partindo da comparação entre os escritos de Guimarães Rosa com a observação da paisagem³, buscou-se o entendimento da interação sociedade e meio geográfico sob o prisma do desenvolvimento das relações capitalistas, seja na escala local, seja na escala global.

A partir desse momento as atividades de campo tinham a orientação de investigação das transformações ocorridas no plano socioeconômico, nos últimos cinquenta anos, culminando nas atuais condições sociais e econômicas, expressas por nossos interlocutores. Além da observação das mudanças das relações espaciais impressas nas mudanças da paisagem.

Buscamos relatos que apresentassem referências ao trabalho e suas formas de sociabilidade nas fazendas pecuárias e nas atividades de lavoura. Encontramos indícios que nos orientaram a reflexão sobre elementos da crise da relação conjugada das atividades agropecuária/agricultura que caracterizavam as formas de apropriação territorial, acesso à terra e ao próprio trabalho no contexto de fins da década de 1950.

Também foram pesquisados documentos históricos que nos indicassem pormenores desse movimento de modernização. Período esse marcado por políticas de desenvolvimento econômico e social, gravadas nas grandes obras de infraestrutura e energia como também nos diversos monumentos e marcos comemorativos.

Percorremos um total de aproximadamente 300 quilômetros em busca dos antigos pousos de boiada que percorriam os caminhos entre os municípios de Barreiro Grande (atual Três Marias) ao município de Araçaí (próximo de Sete Lagoas). Seguindo as referências geográficas pesquisadas, em especial as cadernetas de viagem do escritor João Guimarães Rosa.

Roteiro em volta da boiada do Rosa, de 1952⁴:

1º dia: Saída da Fazenda Silga, margem do rio São Francisco, município de Barreiro Grande (atual Três Marias) e chegada à Fazenda da Tolda.

2º dia: Saída da Fazenda Tolda e chegada a Andrequicé

3º dia: Saída da casa de Andrequicé chegada à Fazenda Santa Catarina.

4º dia: Saída da Fazenda Catarina à Vereda do Catatau, na Fazenda do Catatau (limite do município de Barreiro Grande com Corinto).

5º dia: Saída da Vereda do Catatau chegada à Fazenda do Riacho das Vacas, município de Morro da

³ Paisagem nesse sentido foi tratado como um conceito geográfico possuidora de duas posições antagônicas, ao mesmo tempo que possibilita o entendimento de uma relação de síntese entre homem e meio se coloca anteriormente decorrente da relação homem/homem carregada de abstrações e subjetividade.

⁴ Rosa, J. R. A Boiada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Garça.

6º dia: Saída da Fazenda do Riacho das Vacas chegada à Fazenda do Meleiro, município de Curvelo.

7º dia: Saída da Fazenda do Meleiro chegada ao Barreiro do Mato .

8º dia: Saída do Barreiro do Mato chegada à Fazenda do Juvenal (Fazenda Ventania), município de Cordisburgo.

9º dia: Saída da Fazenda do Juvenal chegada à Fazenda Taboquinha.

10º dia: Saída da Fazenda Taboquinha chegada à Fazenda São Francisco, no município de Araçáí.

Refizemos o caminho realizado pelo escritor, em atividade proposta pelo Projeto de Extensão Universitária, promovida pela Pró-reitoria de Cultura e Extensão-Universitária, intitulado *Ser-Tão Grande Na travessia da modernização*, realizado em junho de 2010.

Revisitando os caminhos dos 15 dias em que o escritor registrou a vida de alguns habitantes e em especial 10 vaqueiros que tocavam o trabalho na fazenda da Silga. No transcorrer dos dez dias o escritor narra a boiada transportada, descrevendo o caminho e os pousos realizados.

Dessa viagem voltei o olhar para as especificidades espaciais de uma parte do caminho, realizando um recorte espacial nos limites do caminho entre a antiga fazenda da Silga, no atual município de Três Marias e o município de Morro da Garça.

Figura 1- Trajeto da Boiada (pousos e cidades próximas) – reprodução do Bordado realizado pelas bordadeiras de Morro da Garça.

O estudo sobre o *processo de territorialização* na área de estudo nos levou a focalizar um universo menor permeado por um mais amplo. O referencial espacial geral considerado foi a **região centro-oeste** de Minas Gerais, área submetida a ação das políticas de planejamento territorial do Estado na década de 1970. As **comunidades rurais e a população urbana das cidades e distritos**, localizadas entre os municípios de Morro da Garça e Três Marias, configura-se nosso referencial espacial local.

Dessa forma elaboramos a análise espacial considerando a região centro-oeste de Minas Gerais e a área das antigas fazendas de gado interligadas pelos caminhos de boiadeiro entre os municípios de Três Marias e Morro da Garça.

O estudo de campo se concentrou em atividades de pesquisa no distrito de Andrequicé e no município de Morro da Garça. As saídas para as localidades rurais aconteceram em diferentes momentos sempre com o acompanhamento de moradores, o que contribuiu para o levantamento de temas e questões para observação e entrevistas abertas, muitas vezes coletivas.

Nesse sentido, a pesquisa de campo tomou novos caminhos ao se adentrar, mais especificamente, na observação e interação do cotidiano dos habitantes das localidades estudadas.

A aproximação de inúmeros moradores dos municípios de Três Marias, especialmente no distrito de Andrequicé, no município de Corinto, na comunidade da Capivara de Cima e com maior intensidade na sede municipal de Morro da Garça.

Os breves relatos dos mais velhos e as conversas realizadas nos quintais de inúmeros moradores resultaram em um rico relato sobre a experiência coletiva, fundamental para a elaboração da pesquisa.

No sentido de sistematizar as questões pesquisadas e de orientar os enfoques apresentados aos nossos interlocutores foram propostos temas de abordagem para as entrevistas que contemplassem a totalidade do estudo. Tópicos que orientaram a investigação sobre as transformações sociais e espaciais vividas nas últimas décadas, são eles:

- 1. Mobilização do trabalho na fazenda pecuária:** a partir do relato sobre a vida, e em especial sobre o trabalho, de moradores antigos de Andrequicé, Morro da Garça e das demais localidades rurais visitadas buscamos refletir sobre o passado e o sentido das mudanças. Foi destacada a importância de investigar resquícios e incorporações dos atuais setores produtivos quanto aos processos de trabalho na fazenda pecuária e como se apresenta a temática migratória em meio a esse contexto.
- 2. Desenvolvementismo e modernização no campo:** o tópico propõe uma investigação sobre as transformações das dinâmicas territoriais na passagem da segunda metade do século

XX na área de estudo, destacando a implantação de projetos agroindustriais e a imposição de níveis de produtividade que incidiram na reestruturação das relações de produção e consequentemente nas relações de trabalho.

3. Mobilidade do trabalho e agroindústria: o tópico procura tematizar elementos da atualidade nas relações de trabalho, além das formas de sociabilidade e as estratégias de sobrevivência de nossos interlocutores. Procura-se investigar assim elementos que constituem o cotidiano dos entrevistados como a moradia, o trabalho, o estudo, o lazer e a migração presente na dinâmica populacional.

4. O papel do Estado e as políticas migratórias: o item busca investigar a intervenção do Estado desenvolvimentista do pós-guerra e seus desdobramentos sob as diretrizes do governo militar das décadas de 1970 nas relações de produção e nas relações de trabalho. Os projetos de planejamento territorial e regional no estado de Minas Gerais e as políticas de controle e ordenamento dos deslocamentos populacionais são bases para a abordagem da atual constituição das políticas sociais.

Para tal objetivo, realizamos atividades em parceria com inúmeras pessoas, que cruzaram os caminhos de nossa pesquisa pelo *sertão dos gerais*. A cada trabalho de campo surgiam situações propícias ao desencadeamento da investigação empírica e à interação da pesquisa com nossos interlocutores.

No início do mês de julho, no distrito de Andrequicé, acontece um evento cultural chamado de “Semana Cultural Festa de Manuelzão”, evento que promove, por meio de atividades culturais, o resgate da obra literária de João Guimarães Rosa, reunindo moradores de diversas localidades próximas à Andrequicé conjuntamente com diferentes agentes culturais. Atividades que reconstituem a memória coletiva sertaneja há algumas décadas já transformada. Nossa participação nesses encontros possibilitou uma aproximação com diferentes moradores do Distrito de Andrequicé com as comitivas vindas de outras cidades como Morro da Garça e Corinto, dos carreiros de Canoeiros, município de São Gonçalo do Abaeté, como também de moradores de Três Marias.

Na Semana Cultural de julho de 2012 realizamos atividades educativas com o objetivo de apresentar algumas de nossas reflexões formalizadas no filme de média metragem “Boiada: No tira-te, Põe-te”, projeto que tinha como proposta refazer o caminho realizado pelo escritor João Guimarães Rosa pela região em maio de 1952, apresentando aos espectadores uma reflexão sobre as mudanças ocorridas nesses sessenta e dois anos após essa viagem. Nessas atividades realizamos debates após as exibições do filme, sobre os elementos do passado que constituíram a vida dos moradores da região, a respeito do sentido das transformações que pudemos esboçar no

diálogo estabelecido com os moradores da região ao longo desses anos.

Também de importância central no desenvolvimento da pesquisa foram as monitorias realizadas em *trabalhos de campo* de disciplinas da graduação do curso de Geografia da Universidade de São Paulo, ministradas pelo Professor Dr. Heinz Dieter Heidemann. Foram atividades como essas que aproximaram a comunidade de Morro da Garça às diferentes pesquisas realizadas por estudantes e pesquisadores da Universidade de São Paulo e de outras instituições.

Ou seja, o diálogo e o debate sobre inúmeros assuntos que convergiam para a elaboração, desenvolvimento e realização da pesquisa foram sua base, sem essas atividades, não poderíamos ter executadas nossas propostas, muito menos teríamos consciência das mudanças necessárias na direção do desenvolvimento da dissertação.

Buscamos apresentar abaixo a reorganização de diversos caminhos realizados no campo e as mais diferentes pessoas e situações que possibilitaram as reflexões teóricas e geográficas.

Mapa 2 - Localidades e caminhos realizados na pesquisa de campo.

2.2. Três Marias: o início de tudo.

O viajante que se desloca pela rodovia BR-040, partindo de Belo Horizonte em direção à Brasília, ao chegar ao quilômetro 460 da rodovia, após o trevo de acesso para a cidade de Curvelo se depara com uma forma de relevo de considerável altitude, bem destacada na paisagem. Trata-se da Serra do Piancó. Ao iniciar a subida, o viajante encontrará, em sua perspectiva esquerda, as com extensas plantações de eucaliptos que seguem em direção à cidade de Felixlândia. Já na perspectiva direita, a vista se encontra com uma formação de cerrado de encosta, e as cruzeiras na margem da estrada, no encontro da encosta, indicam o perigo de se atravessar a serra. Por entre a encosta íngreme abrem-se pequenos cursos de rios e pastos entrecortados por matas de galeria. Ao alcançar o topo da serra, o viajante se deparará com uma extensa visão do Planalto do rio São Francisco, cerrados com árvores tortuosas e campos naturais entrecortados por veredas, abrigando fileiras de buritis.

Logo o caminho se apresenta ondulado entrecortado por pequenos ribeirões que desaguam na represa de Três Marias. Ribeirão da Extrema e ribeirão do Boi cortados pela longa estrada, que nesse trecho recebe o nome do ilustre político mineiro que personificou o momento particular de desenvolvimento econômico brasileiro: Presidente Juscelino Kubitschek.

Não é raro avistar, nas veredas represadas pela rodovia, fileiras de buritis em pronunciada morte, sinal do descompasso da modernização.

Não demora muito e o viajante observará as placas de acesso ao distrito de Andrequicé, envolvidas pelas placas da empresa Gerdau, anunciando a vista de um “*mar verde*” de eucaliptos que envolve, com sua cadeia produtiva, a vida da maioria dos homens e mulheres de todas as localidades do *sertão dos gerais*.

Se do lado direito da estrada se prolonga no horizonte o *mar verde* das plantações de eucaliptos, não demora também para se avistar a grande barragem de Três Marias – o conhecido mar de Minas - se apresentam ao observador. A grande obra que *barrou* o rio São Francisco se projeta para os limites do município interligando os outros municípios da região.

Foto 1- Vista aérea do rio São Francisco e da futura cidade de Três Marias.

Fonte site Prefeitura Municipal de Três Marias(<http://www.tresmarias.mg.gov.br/>)Fotos de arquivo do Museu Igreja Satélite

Os primeiros bairros a serem avistados são o Jardim dos Pescadores e Professor Johnsen. Bairros esses surgidos com as novas levas de migrantes a procura de oportunidades de emprego, na indústria e na silvicultura desenvolvidas no município.

Foram fatores como a proximidade de Brasília, a construção da hidrelétrica de Três Marias e da BR-040, bem como a implantação da Cia. Mineira de Metais, com todas as transformações econômicas que isso implicou, que transfiguraram a realidade municipal. Por causa deles, o município atraiu população com perfil eminentemente urbano, em função da grande demanda de mão-de-obra, tanto por parte da construção da barragem (1957) quanto pelas obras de instalação da CMM, diferenciando-se das características culturais surgidas em outras cidades existentes em seu entorno, com atividades predominantemente agrícolas. (Prefeitura Municipal de Três Marias, 2007)

A cidade surgiu de um povoado às margens do rio São Francisco que servia de pouso de tropeiros no transporte das boiadas de Paracatu para os centros urbanos de Curvelo e Sete Lagoas.

As obras realizadas nas décadas de 1950 e 1960 fundou o que viria a ser a cidade de Três Marias e também as localidades próximas à concentração urbana que inicialmente se constituiu enquanto bairro operário de trabalhadores que construíram a hidrelétrica, a ponte e os trabalhadores das indústrias, toda essa população foi se instalando as margens do grande rio. Radicalmente seus primeiros moradores foram perdendo as margens do rio.

Foto 2- Momento da construção da Represa de Três Marias, vista do canteiro de obras.

Ao adentrar na área urbana da cidade, o viajante pode observar a instalação dos bairros nas vertentes íngremes dos patamares superiores do vale do rio São Francisco. Dos alojamentos operários da década de 1960 e 1970, apenas o Bairro do Beira Rio ainda resiste como morada de pescadores que surgiram na construção da barragem.

Sem avistar as margens do rio fundador de muitos e muitos povoados por Minas Gerais, Bahia, Alagoas e Pernambuco, seus moradores, gradualmente, vão esquecendo o passado agropastoril que revolveu e deu sentido à vida nos gerais.

“Os operários estão longe da mão materna que lhes ensinava quitandas, esteiras, algodões, pontos de pilar grão ou torrar café, ciências do alimento e das plantas medicinais. Apartados dos senhores seus pais que doavam o grau do especialista na lida com criações, os hábitos da caça, no entendimento sobre o tempo e luação geradora dos compassos do plantio, a cultura, fermento e fio da alambicagem e do mel da cana Os homens se precipitam rumo aos novos aprendizados proporcionados pela tecnologia destes mega empreendimentos.”

No entanto, os fazeres daquela gente independente vão devagarinho caindo no esquecimento e a prática que faz o mestre, desaparece.

Ainda ocorre outra marca fatal neste apontamento, com vestígios físicos do instante quando as edificações da Vila Satélite são patroladas ao ré do chão, expulsos seus moradores, aqueles que haviam participado da construção de todo complexo barramento do Rio. A hidrelétrica se torna ponto estratégico nacional e a ditadura

militar domina, proibindo a entrada na Praça do Índio e no Belvedere, domingueiro lugar de lazer das famílias trabalhadoras.

No Beira Rio, a liga campestre e o assentamento de Randolfão que deu início ao Bairro, já havia sofrido prisões e repressão. Acontece a perseguição e morte do Prefeito Flávio Ferreira. História vivida que precisa ser novamente recordada, anotada e apossada .” (JONHANSEN, 2007)

E nesse sentimento que o viajante mais desatento se surpreende com a chegada à ponte sobre o rio São Francisco, de um lado o paredão de concreto anunciando o barramento e do outro o rio serpenteando por entre matas galerias e pequenos córregos.

Ao mesmo tempo é possível avistar o contraste do assentamento da Hidrelétrica e da CMM (Companhia Mineira de Metais) pertencente ao grupo Votorantim Metais, e o bairro do Beira Rio, habitado por pescadores, na margem oposta. Assim, o povoado de Barreiro Grande teve crescimento rápido, sendo elevado a distrito e, mais tarde, desmembrado do município de Corinto (...). Instalada em 1º de março de 1963, o município de Barreiro Grande teve seu nome alterado para Três Marias em 17 de dezembro de 1975, por reivindicação da população. (Prefeitura Municipal de Três Marias, 2007)

A cidade *projetou*: urbana, industrial e *moderna*, escondendo o passado agropastoril de sua origem e impulsor de sua transformação. Vitrine do desenvolvimento do período Juscelino, a cidade se complexifica entre os setores industriais e de serviços, restringindo e reorganizando o acesso a terra.

Fonte: Marina Felipe Ferreira, 2007.

Foto 3- Ponte sobre o rio São Francisco- município de Três Marias.

Atualmente a população estimada é de 30.673 segundo dados do *site* do IBGE

idades@⁵ para o ano de 2014. Desse total não mais que 5,3% é considerado população rural. Desse pequeno percentual de população residente no campo, uma quantidade representativa é de trabalhadores ligados as atividades de silvicultura. Muitos deles sequer contabilizados nas estatísticas oficiais, pois transitam entre municípios, entre as áreas de plantio e queima da madeira, entre os alojamentos de trabalhadores.

O passado agropastoril do município desaparece gradualmente com o avanço das extensas áreas de plantio de eucaliptos. Estima-se que cerca de 35% das terras do município estejam cobertas por eucaliptos ou a espera de um novo plantio. A expansão das plantações de eucaliptos sobre os topos das chapadas se generalizou e com ele, o trabalho na produção do carvão se tornou central na manutenção da vida no *sertão dos gerais*. As antigas localidades formadas há séculos atrás se reduziram a pouquíssimos moradores enquanto os centros urbanos se complexificaram em uma urbanização com ritmo acelerado.

Fonte: Ewerton Talpo, 2012.

Foto 4- Vista do Bairro Joaquim Candido.

Como relata um de nossos interlocutores, o barqueiro e pescador Seu Norberto, morador do beira rio (bairro no limite dos municípios de Três Marias e São Gonçalo do Abaeté, as margens do rio São Francisco). Sua entrevista na íntegra está na página XX da seção 3.1.1. Seu relato é de um garoto que acompanha seus pais migrantes se estabelecendo

⁵ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=316935>. Acesso em outubro de 2014

na pequena cidade que se desenvolve, na década de 1960. Vida e trabalho estão dispostos em sua trajetória como indivíduo, que não apenas fala de si e sim de um contexto social.

“(...) eu cheguei aqui em 1959 com 11 anos de idade, e cheguei, meus pais vieram para trabalhar na construção da ponte, primeiro pilar da ponte eu vi fazer o primeiro pilar, quando eu cheguei aqui em Três Marias, eu gostava muito de vender banana, pão, doce, eu gostava muito, aí eu fui na padaria, peguei os pães e vim para a beirada do rio para vender para o pessoal que tava construindo a ponte. (...) aí eu tava com uma cesta de pão na mão, e olhei e vi aqueles cardume de peixe passando, e aí pensei: nossa, tem um futuro isso daqui. No dia seguinte trouxe um anzol, uma linha lá e peguei uma corvina de dois quilos, e aí eu ia com a corvina na mão, com o balaio de pão na outra. Aí o construtor da ponte, o encarregado me perguntou: - Menino, você quer me vender o peixe? Vendo. - Quanto que é? Ninguém vendia peixe, não tinha comércio de peixe naquela época, falei: - Me dá o que o senhor tiver aí, eu já fiquei logo... Ele enfiou a mão no bolso e me deu um dinheiro que eu gastava em 30 dias pra ganhar vendendo pão. Falei: - Já não trago pão amanhã. Trouxe o anzol. E aí to até hoje pescando, casei, criei meus filhos, todos eles estão bem. (Entrevista com Sr. Norberto, junho de 2007 – Três Marias)

Em linhas gerais o surgimento da cidade de Três Marias se deu do encontro entre uma população rural e empobrecida tendo em vista as dificuldades da atividade pecuária e de lavoura e a moderna cidade que se desenhava. O trabalho mobilizado no contexto de urbanização acelerada resulta em uma das maiores populações urbanas do interior do estado de Minas Gerais. Como aponta Barbara Jonhansen, nossa referência utilizada na pesquisa de campo.

“(...) Então essa gente auto-suficiente vê chegando os engenheiros e agrimensores para construção da primeira barragem do Rio Mar, Opará. É o Juscelino JK fazendo os 50 anos de progresso em cinco anos de governo. Assim, muito instantaneamente esta beira do São Francisco se transforma num imenso canteiro de obras, sob o incrédulo olhar de todo povo.

Os fazendeiros se movimentam de seus recantos para vir observar e depois, ao pé dos fogões, relataram causos daquela importante fazenda das engenharias, com seus desconhecidos potentes maquinários, pois aqui nem de avião se tinha notícia. Tão pouco o uso da energia elétrica e acompanhantes equipamentos, a sociedade de consumo estava ainda bem longe das nossas porteiras.

Ergueram-se vila e acampamento de operários migrados da Usina de Paulo Afonso e Salto Grande vindos do nordeste e que depois seguem caminho para construção da Usiminas em Ipatinga, outros são do interior mineiro e daqui ao redor, centenas e milhares de homens. Um formigueiro de mão de obra, só de pedra 100 caminhões por dia em 3 anos 200 mil metros cúbicos de arenito retirados do Mar de Bambuí.” (JONHANSEN, 2007)

No emaranhado de ruas e de histórias coletivas construídas às margens do grande rio partiram diferentes caminhos para a realização de nossa pesquisa. Foi na constatação da complexidade que cerca a cidade que desdobramos questionamentos sobre o passado e o futuro e seguimos para um sentido que possibilita uma análise sobre os gerais e sobre o sertão.

2.3. Localidade da Silga e Pedras: A boiada vai sair. Somos que vamos.

“Sair, daqui a quatro dias. Da Samarra a Tralha, primeiro dia, subida da Serra, quatro léguas, mau cômodo, mau pouso. Segundo da Tralha ao Andrequicé, corda de morros, cômodo regular, três léguas e meia, bom pouso, pasto regular, desdemente. De Andrequice a Vereda-do-Enforcado, razoável. Fazenda do São-Manuel, da viúva Pedro Donato. Riacho-do-chumbo. Fazenda do Jequitibazinho – esses paraísos de agradável. Ribeirão Branco. Lagoa do Caramuj. Riacho da vaca Magra. O resto. Meio de voltar, de longe do curral de Pedras, faltava de todo a água, para a boiada beber, o vento perfazia muito, o frio muito. Trem de trem ruim...” (Rosa J. G. Manuelzão e Miguilim. 4ª edição. Rio de Janeiro. José Olimpo, 1970. pg. 237)

O serpentear do rio São Francisco, avistado da ponte de Três Marias, nos indica o norte, e os caminhos à margem do rio, entre o vale e a encosta íngreme que separa a planície do rio do planalto sedimentar. São esses caminhos que levam a desembocadura de dois importantes rios da região: o Abaeté e o rio de Janeiro.

Por todo o chamado baixio (vale do rio) os pastos naturais e plantados se espalharam, entrecortados por estreita faixa de matas ciliares. Esses pastos remontam a antigas fazendas de gado. Pioneiros na ocupação do vale do São Francisco, desde as bandeiras que partiam de São Paulo de Piratininga e dos tropeiros que partiam da Bahia e subiam o rio.

E é próximo a um dos pequenos córregos que desaguam no rio São Francisco que o viajante encontrara uma pequena aglomeração de casas. Mais vereda do que córrego, sua mata de buritis abriga a localidade da Silga: pequeno povoado de agricultores e trabalhadores rurais que ainda criam gado a solta e vivem do que a terra oferece. Não mais como antes, quando apenas consumiam, nos mercados de Curvelo e Belo Horizonte, o querosene, o sal e tecido utilizados nas vestimentas.

São pessoas altamente independentes, já que só se compra três tipos de fabricações: querosene, sal e tecido fino, o restante é produzido aqui: do açúcar, rapadura e boa cachaça, às mantas de algodão, casas e móveis no enxó, arreios, toda farta e variada arte culinária sertaneja. Aliás, comercializa-se em Corinto e Curvelo ainda os carregamentos atados em nove dias de viagem com carro de boi, já a Jardineira do laticínio recolhe os galões de creme de leite, exporta-se também o peixe salgado via Pirapora para o Rio de Janeiro e São Paulo. (JONHANSEN, 2007)

Diversas áreas de pastos se distribuem pela paisagem, cada uma com sua cerca. Sobem o patamar íngreme do vale do rio São Francisco, em suas vertentes observa-se o capim ralo dos antigos pastos naturais que serviram de engorda para muito bezerro. O gado criado a solta representa a garantia das famílias na monetarização para suprir as necessidades habituais.

É uma colina destacada do patamar que divide a planície fluvial da encosta florestada que está localizada a capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Construída há mais de sessenta anos. Fechada, quase abandonada. No fundo, um cemitério com poucos túmulos. A antiga fazenda da Silga foi sendo abandonada em fins da década de 1970. A maioria de seus habitantes foi para o pequeno distrito de Andrequicé, pequeno em dimensão, mas enorme em história.

A antiga capela e a fazenda que se projetava para a vertente em direção ao córrego das Pedras abrigou diversas famílias que viviam da criação de gado e da lavoura de subsistência. Fazenda de internada, tinha a função da criação de bezerros e engorda do gado. Lá, um grupo de vaqueiros tocavam a criação de gado e se encarregavam das boiadas, os demais membros das famílias sitiantes contribuía nas diversas atividades exigidas. Essa capela, foi construída pelo administrador da fazenda da Silga. O capataz e vaqueiro Manoel Nardi. Arrendatário da Fazenda e pessoa de confiança do proprietário, Francisco Moreira, fazendeiro de Cordisburgo e região.

Fonte: Roberta Lopo, 2010.

Foto 5- Capela da antiga Fazenda da Silga – município de Três Marias

A antiga capela e a fazenda que se projetava para a vertente em direção ao córrego das Pedras abrigou diversas famílias que viviam da criação de gado e da lavoura de subsistência. Fazenda de invernada, tinha a função da criação de bezerros e engorda do gado. Lá, um grupo de vaqueiros tocavam a criação de gado e se encarregavam das boiadas, os demais membros das famílias sitiantes contribuía nas diversas atividades exigidas. Essa capela, foi construída pelo administrador da fazenda da Silga. O capataz e vaqueiro Manoel Nardi. Arrendatário da Fazenda e pessoa de confiança do proprietário, Francisco Moreira, fazendeiro de Cordisburgo e região.

“Na Samarra, alias, Manuelzão conduzira o inicio de tudo, havia quatro anos, desde quando Federico Freyre gostou do rincão e ali adquiriu seus mil e mil alqueires de terra asselvajada. – “Te entrego, Manuelzão, isto te deixo em mãos, por desbravar!” E enviou o gado. Manuelzão: sua mão grande. Sua porfia. Pois ele sempre até ali usara um viver sem pique nem pouso - fazendo outros sertões, comboiando boiadas, produzindo retiros provisórios, onde por pouco prazo se demora – sabendo as poeiras do mundo, como se navega...” (...)“Aqui era umas araraquaras. A Terra do boi solto. Chegaram, em mês de maio, acharam, na barriga serra, o sitio apropriado, e assentaram a sede. O que aquilo não lhes tirara, de coragens de suor! Os currais, primeiro; e a Casa. Ao passo que faziam, sempre cada um deles recordava o modo de feitio de alguma jeitosa fazenda, de sua terra ou de suas melhores estradas, e o queria remendar, com o pobre capricho que o trabalho muito duro dá desejo de se conceber; mas, quando tudo ficou pronto, não se parecia com nenhuma outra, nas feições, tanto nas paragens do chão e o desuso do espaço sozinho tem o seu ser e poder. Daí, esperaram as grossas chuvas...” (Rosa J. G. Manuelzão e Miguilim. 4ª edição. Rio de Janeiro. José Olimpo, 1970. pg. 159 e 160)

Foi exatamente nessa fazenda que o escritor João Guimarães Rosa se instala por alguns dias para esperar a saída da boiada que seria transportada até a fazenda São Francisco, município de Araçaí.

O mergulho nas cadernetas de campo do escritor, de maio de 1952, nos remete a um ambiente completamente diferente do atual. A vida difícil dos moradores daquela fazenda nos transporta para um diferente universo que foi revolvido sobre o contexto da modernização do campo.

Ao narrar o momento da festa em homenagem à santa e à nova capela, que se erguia naquele fundão de sertão, o escritor consegue captar o olhar dos trabalhadores sobre a vida e sobre o próprio trabalho, nos transportando para dentro da fazenda, para dentro da festa e para dentro do sertão.

“ Ia haver a festa. Naquele lugar – nem fazenda, só um repouso, um currais-degado, pobre e novo ali entre o rio e a Serra dos Gerais, onde o cheiro dos bois apenas

começam a corrigir o áspero das ervas e árvores do campo –cerrado, e, no matos, manhã e noite, os grandes macacos roncavam como engenho-de-pau moendo. Mas, para os poucos moradores, e assim para a gente de mais longe ao redor, vivente nas veredas e chapadas, seria bem uma festa. Na Samarra.”(Rosa J. G. Manuelzão e Miguilim. 4º edição. Rio de Janeiro. José Olimpo, 1970. pg. 153)

Não muito distante da fazenda havia um porto às margens do rio de Janeiro, próximo ao encontro com o rio São Francisco. Por ele chegavam as diferentes mercadorias que eram consumidas pelos moradores das localidades próximas. Transportando as mercadorias por barco desde Pirapora, os barqueiros atracavam suas canoas e esperavam seus compradores.

O armazém desempenhava uma função *central* para os habitantes das localidades entre Barreiro Grande e Pirapora. Diversos produtos alimentares eram trazidos para o comércio e a troca. Excedente que constituía um mercado local para os lavradores, que buscavam produtos que não conseguiam obter como também para os sítiantes que necessitavam comercializar seus excedentes.

Como no caso dos lavradores da comunidade das Pedras. Pequeno povoado ainda existente, localizados às margens do córrego das Pedras, afluente do rio de Janeiro. Os roçados eram dispostos aproveitando às margens úmidas do córrego e os campos que circundam a vereda, nascente do córrego.

Fonte: Prefeitura de Três Marias, 2007

Foto 6- Localidades das Pedras – município de Três Maria.

Os produtos eram transportados por carros de boi e por carroças que desciam e subiam as estradas de chão batido, por entre os pés de tinguís, de aroeiras e dos pequizeiros. O buriti indicando as veredas por entre os patamares. Os currais cobertos com folhas da palmeira buriti, dispersos e demarcando as áreas de criação do gado com pastos de capim nativo.

Para o viajante que se empenha em adentrar nesse cantinho de sertão, sem muita dificuldade perceberá o isolamento rompido pelas antenas parabólicas presas nos telhados das casas.

A pecuária cede espaço para o carvão vegetal e é estratégia de sobrevivência de boa parte dos moradores dessas localidades. A possibilidade de trabalho que se projeta aos trabalhadores rurais dessas localidades é o de completar a renda produzindo carvão a partir de pequenas plantações de eucaliptos ou mesmo utilizando mata nativa de cerrado.

Fonte: Ewerton Talpo, 2012.

Foto 7 – Fornos de produção de carvão.

Ao voltarmos ao nosso caminho, nos projetamos para a encosta íngreme superando estrada de chão sinuosa que rodeia a vereda até alcançar a borda do planalto. Nesse ponto o olhar do viajante se depara de um lado com a vista do baixio e do patamar colinoso do rio São Francisco e de outro o planalto regular entrecortado pelo vale acentuado do ribeirão Guará, cobertos por mata galeria. Por entre o cerrado, o caminho de terra arenosa nos projeta por entre veredas em sentido as amplas chapadas.

O chapadão não demora a surgir e com ele o horizonte é barrado por um muro enorme

de eucaliptos, a estrada adentra na floresta plantada e os caminhos se turvam em meio ao paliteiro alinhado. As veredas se retorcem na sequidão do solo do eucaliptal.

Adentramos em uma das maiores plantações de eucaliptos de nosso trajeto. De propriedade da empresa Gerdau, estabelecida desde a década de 1990, é uma das principais empresas siderúrgicas do país, detentora de uma extensa área de plantio de eucaliptos para a produção de carvão vegetal, material de extrema importância na siderurgia mineira.

A floresta impede o viajante de olhar os gerais de um lugar privilegiado: o topo da chapada. A plantação se expande por todo o divisor de águas e recorta o espaço em talhões retangulares.

Atravessar esse labirinto de árvores, os caminhos se repetem. A partir dali, apenas com um guia que conheça o caminho. Por sorte pode se encontrar um ou outro funcionário fazendo a manutenção dos aceiros erodidos com as enxurradas causadas pelas fortes tempestades de novembro e dezembro. De resto é um silencioso vazio com pouquíssima fauna.

A empresa Gerdau possui um processo avançado de mecanização da produção de carvão vegetal para siderurgia. Desde a preparação do solo, que se coloca como uma profunda reconstrução do solo do ambiente de Cerrado, para o plantio de espécies clonadas (selecionadas de uma matriz melhorada geneticamente para o ambiente de Cerrado), passando pelo controle de pragas com uso de avião para pulverização de pesticida, o corte com máquinas Feller que cortam até 3.000 árvores por dia, até o transporte. Atualmente na queima do carvão, inclusive aproveitando a energia gerada pela queima, comercializando-a como energia elétrica.

A enorme desigualdade entre os campos e pastos da planície do rio São Francisco - os campos gerais de um passado muito antigo gravados na paisagem - e as imensas plantações de eucaliptos do setor siderúrgico sobre a chapadas dos gerais é o ponto de partida para inúmeros questionamentos e olhares sobre a realidade observada.

O recorte espacial promovido por setores de destaque da economia nacional, que ao ascenderem aos patamares da economia mundializada, por meio da renovação do aparato técnico e científico, se distancia da realidade local de boa parte da população residente nas localidades e distritos de Três Marias.

Fonte: goooglearth, 2012.

Foto 8- Paredão de eucaliptos- Plantações da empresa Gerdau – município de Três Marias

É preciso refletir sobre o caminho até aqui percorrido, entre a cidade industrial de Três Marias e o campo cada vez menos habitado. O percentual da população rural no município é um dos mais baixos para o estado, segundo fonte do IBGE, e o setor de maior representatividade na ocupação das terras tem utilizado cada vez menos mão-de-obra no processo produtivo.

A constituição do setor agroindustrial no município de Três Marias e na região centro-oeste do estado de Minas Gerais, restitui a tensão presente no espaço agrário brasileiro. A constituição do setor agroindustrial teve como processo a transformação dos lavradores e vaqueiros em trabalhadores do carvão. A expropriação fundiária movida com subsídio do Estado, garantiu a obtenção de terras potencialmente rentáveis para o desenvolvimento do setor agroindustrial ao mesmo tempo em que se exigia a formação de mão-de-obra para a realização do empreendimento. Nesse movimento territorial um contingente expressivo da população rural migra para as áreas urbanas ou em urbanização e uma parte se fixa na atividade móvel do carvão.

A produção de carvão no início da atividade no município, década de 1950 e 1960, realizada com a queima da madeira nativa de Cerrado, era comercializada diretamente junto aos atravessadores das siderúrgicas. Com a rápida supressão da vegetação natural, o controle da atividade e a seção de terras devolutas pelo estado de Minas Gerais para empresas do ramo

da siderurgia, gradualmente foi pressionando lavradores e proprietários a comercializarem suas terras.

A pecuária que tanta importância exercia na vida cotidiana, foi abrindo espaço para a produção de carvão. A agricultura se tornava seletiva. Em poucos anos os alimentos deixaram de ser produzidos e deram lugar a exploração florestal. A restrição ao acesso à terra e os incentivos à atividade carvoeira transformaram a realidade do *sertão dos gerais*.

Por entre o caminho que percorremos, muitas foram as pessoas que narraram suas trajetórias, relatos sobre as diferentes dimensões da realidade vivida. Nos caminhos antigos das boiadas aos caminhos atuais de asfalto, encontramos a saída do labirinto de eucaliptos e adentramos no cotidiano de alguns de nossos interlocutores.

2.4. Andrequicé: um pequeno povoado.

Para quem se desloca da BR-040 em direção à Corinto através da MG-222 percorre o divisor de águas de duas importantes bacias afluentes do São Francisco: do lado esquerdo a bacia do rio de Janeiro e do lado direito se estende a bacia do ribeirão do Boi. Suas nascentes localizam-se nas veredas encontradas às margens da estrada e por todos os lados que se projetam os gerais.

São nos topos das chapadas que o paredão de eucaliptos envolve as veredas e chega a poucos metros da estrada. Em um determinado ponto do caminho, os eucaliptos recuam abrindo espaço a um destacado patamar na colina ampla dos gerais, no lado esquerdo da estrada.

Logo os primeiros sinais das casas e pequenos sítios vão surgindo na paisagem. As fumaças dos quintais e os barulhos dos animais nos currais sinaliza a chegada ao pequeno distrito de Andrequicé.

Antigo povoado do *sertão dos gerais*, formado no século XVII por tropeiros que percorriam os caminhos entre Paracatu e a região das minas de diamante, foi pouso certo das boiadas que atravessavam o rio São Francisco ou que partiam de suas *beiras*. Esse pequeno povoado cercado de eucaliptais, nos últimos anos, vem passando por radicais transformações em suas dinâmicas espaciais conduzidos por um processo radical de urbanização e concentração demográfica.

Ao se aproximar do distrito pela via de acesso que parte da estrada, o viajante rapidamente se deparara com o substancial contraste entre a pequena vila - seus poucos mais de mil habitantes - e o enorme paredão de eucaliptos que se avista nos topos das chapadas sobre os vales dos córregos que circundam o distrito.

Fonte: Googleearth, 2012

Foto 9 – Vista da Avenida João Alexandre, distrito de Andrequicé.

Córregos lajeados que oferecem bom assento para o trabalho das lavadeiras e para a criação dos animais. Pequenos cursos de rio que nascem nas veredas localizadas no divisor de águas. São as veredas que garantem o abastecimento da população, que armazena suas águas em uma grande caixa d'água.

Ao ser envolto pelas antigas casas da Rua João Alexandre, o viajante percebe a diferença entre as modernas construções dos prédios institucionais – a escola e a creche - e o passado gravados nas casas de pau-a-pique, ou nas paredes de adobe das mais antigas.

Nenhuma delas se destaca tanto quanto o casarão que abriga a pensão de Dona Olga. Casa centenária com muitos causos e histórias. Muitos são os viajantes que buscam abrigo e hospedagem. Muitos são trabalhadores migrantes que se hospedam em breve momento transitando nas áreas de produção carvoeira, mobilizados pela constante mudança das empresas terceirizadas que oferecem mão-de-obra *flexibilizada* para atender as demandas das extensas áreas de produção nos municípios da região centro-oeste do Estado de Minas Gerais.

Foto 10 – Casa Pensão de Dona Olga

Trabalhadores das mais diversas áreas da produção carvoeira se reúnem no distrito e acabam se instalando na pensão. Facilmente o viajante encontrará algum trabalhador que já conta os dias de sua partida, prestando serviço em algum canto das imensas plantações que rodeiam a localidade e se projetam para os gerais.

Um giro rápido pelas ruas que envolvem a praça e a capela, o viajante percebe a tranquilidade e o silêncio das pequenas localidades do sertão dos gerais. Primeiro núcleo do pequeno povoado, constitui-se por casas dispostas em círculo com a capela ao centro. Está possui sua face voltada para centro-oeste enquanto a aglomeração de casas do distrito se projeta a sudoeste. A aglomeração urbana atual se consolidou circundando o lado posterior da capela nos levando a impressão que a igreja está voltada de costas para as casas do distrito.

Na periferia do distrito destacam-se os inúmeros currais, hortas e pequenos roçados por entre os quintais e terrenos. Quanto mais nos distanciamos da praça central e da Rua João Alexandre mais as casas vão se dispersando e a presença de hortas e pomares vão se destacando nos quintais floridos das travessas e caminhos de Andrequicé. São famílias que mantem práticas de lavoura e pecuária e obtém um pequeno retorno na venda do queijo, requeijão e doces.

No lado oposto de onde está localizada a capela, se estende o bairro do Cascalho, nome recebido na época da construção da barragem de Três Marias, de onde foi retirado muito cascalho de tapiocanga. Essa é a área do distrito onde se encontra a maior parte dos galpões das empresas terceirizadas, os alojamentos dos trabalhadores e os caminhões gaiolas que transportam o carvão para as siderúrgicas de Divinópolis e de Sete Lagoas.

A trajetória de vida dos habitantes do pequeno distrito imersos em um emaranhado de casas, ruas, comércios e galpões, hortas e currais, carros de boi e carroças, caminhões, automóveis, motocicletas, cabos elétricos e internet, entre o asfalto e o chão de terra, entre o eucaliptal e as veredas, nos aproximam do silencioso movimento da sociedade, suas dimensões espaciais e sociais e seu processo *induzido/indutor* da modernização.

Foi na vivência com os moradores desse pequeno distrito que surgiu a base para o questionamento sobre o substancial, espacial e particular da vida nos gerais.

A aproximação realizada com famílias sertanejas moradoras de Andrequicé, com trabalhadores carvoeiros alojados nos pequenos cômodos do bairro do Cascalho, ou mesmo nos trabalhadores migrantes que pernoitavam na pensão de Dona Olga representaram para a pesquisa um material de grande valia para novas reflexões e olhares sobre a ciência geográfica e a sociedade.

Pois foi nesse pequeno povoado que vivenciamos diferentes experiências e questionamentos, que nos possibilitou expandir o olhar sobre a população vivente nessas pequenas localidades por meio de relatos individuais e coletivos de nossos entrevistados. Pousei que possibilitou um voo mais apurado sobre os gerais, atravessando campos e matas, veredas e chapadas, pastos, lavouras e eucaliptais, pequenos sítios, antigas fazendas e novos pastos. O trabalho de homens e mulheres cada vez mais raro e *descartável*. Foram por esses caminhos que deparei com algo importante.

Há alguns anos atrás realizei uma viagem que marcou determinadamente meu olhar sobre as futuras atividades em campo. O *olhar* despreocupado e ao mesmo tempo curioso de viajante acabou encontrando algo de substancial e agonizante: a extrema precariedade da vida dos trabalhadores migrantes.

Com as malas apoiadas nos ombros e uma *alegria cansada* me encontrava, em uma tarde branca, na principal rua do distrito de Andrequicé, rua João Alexandre, em frente à pensão de Dona Olga, a qual me receberá, um ano antes, durante a festa em homenagem ao vaqueiro Manuelzão (personagem do escritor João Guimarães Rosa. *Alegria cansada* por chegar ao destino esperado após dois dias de estrada, além da vontade de reencontrar os amigos que deixei há um ano (e dos novos que faria na estadia que se iniciava). Pois de fato chegava à Andrequicé e meu primeiro pensamento foi o de ir ao encontro de Dona Olga e buscar um cantinho para recuperar minhas forças. Ao bater na porta de entrada da pensão, nada aconteceu. O silêncio da cidade em uma tarde de quarta-feira era o mesmo que o silêncio no interior da pensão. Nada se *mexia* lá dentro e logo percebi que não havia ninguém para me receber. Como de costume, busquei o portão lateral da casa que dá acesso ao quintal da pensão, lugar esse que me remontava às

lembranças dos dias ensolarados e às boas prosas que tive com Dona Olga e os habitantes *intermitentes* da pousada.

De fato nada havia se alterado, ao dar entrada no portão e ultrapassar o corredor já em meio ao pátio central, me deparei com um rapaz, hospede da pensão, da minha idade, de mesmo porte físico, mas como uma cara um tanto quanto fechada, ensimesmado e preocupado, cumprimentei-o brevemente já questionando sobre Dona Olga e o povo da pensão. Ao mesmo tempo percebi que algo não estava bem, seu semblante me transportará para fora das expectativas que minha memória me conduzia e ao entrar no pátio da pensão, entrava ao mesmo tempo em um universo complexo ao qual minha pobreza de experiência não permitirá notar.

Esse rapaz, como muitos de seus habitantes *intermitentes*, procurará a pensão para uma hospedagem rápida motivada por um trabalho ao qual havia sido chamado e o qual já se despedia. O que me causava estranhamento era o ódio, a raiva, a indignação e a falta de chão que ele descarregou ao iniciarmos a conversa. Enquanto me explicava o que havia ocorrido, procurava recompor-se da humilhação que passará a pouco e ao mesmo tempo procurando algum fio condutor que lhe recuperasse novamente a ideia de um caminho a tomar para sair da sua condição de desterrado.

Seu nome: Antônio Carlos, 26 anos, natural de Altamira do Maranhão (MA), cidade da qual chegará há pouco mais de um mês e meio, mobilizado com alguns amigos por uma empreiteira prestadora serviço junto às empresas siderúrgicas que consomem o carvão produzido na região. Antônio Carlos havia sido contatado em Altamira do Maranhão por um parente de seu amigo (o qual seria contratado também) com a proposta de trabalhar nos fornos de carvão no município de Três Marias (MG) e ter um bom ganho para isso. Proposta que caía como uma *benção* devido às dificuldades financeiras que enfrentava em Altamira do Maranhão, terra onde nasceu, mas que nunca conseguiu morar mais de um ano desde quando se entende por gente. Antônio Carlos já havia dado a volta ao mundo se formos contar os diferentes lugares em que trabalhou, de norte a sul do país, havia conhecido mais de dez estados brasileiros, cada qual desempenhando uma atividade diferente, porém todas ligadas ao trabalho braçal, da lavoura à indústria. Em sua chegada à Andrequicé foi morar em um alojamento a alguns quilômetros do distrito em meio as plantações de eucaliptos e os campos transformados em pastagem. Vivia em péssimas condições de moradia e alimentação, que para ele eram tidas como normais, nada de novo, o importante seria o resultado no final do mês e a quantia que conseguiria enviar para sua família que havia ficado em Altamira do Maranhão. Devaneio que o motivava as mais forçosas atividades e o destacava como funcionário exemplar. Sua força era seu sustento e de sua família, pensava ele.

Pois assim se passaram trinta dias e no seu desfecho se deu o inesperado, independentemente de qualquer outra força divina e misteriosa. Antônio Carlos era mais um trabalhador a ser submetido à condição de trabalho análogo à escravidão.

Ao receber seu pagamento, percebeu que ali continha apenas a décima parte do que havia sido combinado. Desnortado questionou a situação ao seu contratante, que sem vacilar o apresentou sua “dívida de trabalho”: as despesas da viagem de Altamira do Maranhão a Três Marias, os custos de alojamento e alimentação e o pequeno vale cedido para custear seu tempo livre. Indignado, Antônio Carlos, bravejou, correu o risco de não sair dali vivo, mas saiu, seus companheiros ficaram na expectativa de que com mais de um mês de trabalho eles conseguissem recuperar o dinheiro perdido, também sabiam que não era justo, mas não tinham a quem recorrer: estavam atados! Ele entendia muito bem o que havia acontecido, havia sido enganado, prática muito comum nas relações de trabalho do campo, e não aceitava essa condição, seus companheiros aceitaram.

Antônio Carlos ficou mais alguns dias na pensão, contava com trinta reais na carteira e uma angústia enorme no coração. Só pensava em como voltar para Altamira. Foi ajudado pelos trabalhadores hospedados na pensão e por Dona Olga que conseguiu um trabalho para ele numa roça em Lassance, município vizinho. Durante esse tempo conversamos sobre experiências e desilusões de sua vida de trabalhador migrante. Relatos de uma vida sofrida. Muita revolta contra as injustiças sofridas decorrentes de sua condição de trabalhador *móvel*, percebendo-se como um desterrado.

Nunca mais o encontrei, nem recebi notícias suas. Foi um caro Professor, pois me fez pensar sobre uma pequena ideia, semeada por um indivíduo vivendo sobre uma condição limite. O que leva as pessoas a se deslocarem? Quais as forças que impedem o trabalhador de se estabelecer, induzindo a continua migração. Frente a sua necessidade de trabalhar, porque sua força de trabalho se apresentava como seu bem mais valioso e ao mesmo tempo altamente explorado e descartável? E principalmente porque seus amigos aceitaram as condições impostas de exploração?

Foram essas perguntas que motivaram o desenvolvimento de novos caminhos de pesquisa para a realização do presente estudo. Os questionamentos sobre a relação de trabalho que nossos interlocutores apresentavam e a centralidade das atividades agroindustriais em suas trajetórias de vida, principalmente na relação espacial formaram um importante estímulo para a investigação empírica e elemento norteador para a reflexão teórica.

Nesse sentido buscamos compreender, no movimento de uma dada realidade, o que faz com que homens e mulheres se tornem cativos de sua própria vontade, migrantes e

desterrados em sua própria terra natal. Além disso, procura refletir sobre a trajetória de muitos Antônio Carlos que transitam por diferentes regiões do país em busca de trabalho. Para isso buscamos elementos teóricos e empíricos que nos possibilitassem uma aproximação entre as trajetórias individuais e coletivas de nossos interlocutores e as dinâmicas territoriais que constituíram as formas de uso e acesso da terra.

Voltamos nosso olhar ao passado, gravados na paisagem dos gerais e vivo na memória de inúmeras famílias de lavradores que deixaram a vida no campo e se colocaram em marcha, cindindo com o trabalho na terra, a procura de um posto de trabalho na cidade, de escola para os filhos, de hospitais e das inúmeras necessidades surgidas com a urbanização em determinado momento de desenvolvimento da sociedade.

Os pequenos currais da periferia do distrito de Andrequicé nos levaram a um pequeno sítio às margens do córrego Andrequicé antigo. Ali encontramos a memória viva de quem migrou sem querer migrar, e formou a família em tempos difíceis.

O pequeno sítio, localizada no limite noroeste do distrito, maior em quintal do que em casa, se situa no topo da colina sobre o pasto em leve declínio que margeia o córrego. A lida do dia a dia entre a cozinha e o curral preenche o cotidiano de seu Aroldo e Dona Elídia, moradores antigos do Andrequicé, nascido e criados nos gerais, em beira de vereda. Suas trajetórias se uniram em meio às normas tradicionais e às transformações dos anos de 1960 e 1970. O estabelecimento em Andrequicé veio com a venda de suas terras para empresas reflorestadoras e a necessidade de trabalhar para obter um salário que promovesse a sobrevivência do casal e de seus filhos.

Seu Aroldo queimava lenha no sítio produzindo carvão para as siderúrgicas de Sete Lagoas, Dona Elídia passava o dia em frente à máquina de costura, costurando o uniforme dos funcionários da empresa reflorestadora. O rendimento era baixo, mas mantinha o mês da família. Os anos se passaram e com o dinheiro ganho com a venda das terras nos gerais para a reflorestadora, foi possível ampliar o terreno de Andrequicé, criando um pasto para retirada de leite e produção de queijo e requeijão. Gradualmente a família foi se estruturando, os filhos mais velhos se dedicavam no trabalho carvoeiro e em diferentes atividades.

A memória coletiva de inúmeras famílias que travamos contato, no possibilitaram a imersão no cotidiano de nossos interlocutores. As conversas na beira do fogão a lenha. A vida recontada nos seus momentos particulares, sempre referenciando a memória coletiva das famílias.

Por essas veredas seguimos, caminhando pelos gerais. A cada pouso, a cada conversa a possibilidade de mudar o caminho ou de firmar na estrada esquecida das antigas boiadas,

assim seguimos sentido as veredas em direção às campinas.

2.5. Caminhos dos gerais: de Andrequicé ao Morro.

Muitas boiadas já partiram do antigo Andrequicé. Subiam em direção ao divisor de águas e desapareciam por entre os caminhos dos gerais, cruzando veredas, ribeirões, antigas fazendas e pequenas localidades rurais.

Para o viajante que se coloca em marcha procurando os antigos caminhos, encontra porteiras trancadas, fazendas fechadas e um deserto verde das plantações de eucaliptos. Com muita procura retoma o caminho sempre ameaçado pelo labiríntico paliteiro de árvores plantadas.

Para quem parte de Andrequicé no sentido de Morro da Garça por meio dos gerais, inicia sua caminhada pela estrada que leva a Corinto (MG-220). Logo após o distrito de Andrequicé, essa estrada cede seu asfalto para o chão batido e o pequeno e antigo povoado vai sumindo do olhar, restando resquícios de fumaça partida de algum quintal ou das pequenas chácaras no limite do distrito.

O chão batido, margeado por capim ralo tingido de vermelho da poeira, se estende sobre o divisor de águas e se projeta para dentro das enormes plantações de eucaliptos que abraçam a estrada. Em meio às plantações, uma faixa de cerrado ainda resiste a expansão das plantações e é lá que a estrada para os gerais dá acesso ao viajante caminho para o Morro da Garça.

Por entre topo da chapada o que se vez é a estreiteza das plantações, até se pronunciar o vale do ribeirão do boi, afluente do rio São Francisco, com suas lajes e a ponte sobre seu leito.

Por entre as chapadas cobertas de eucaliptos avistamos a fileira de palmeiras buriti anunciando a Vereda São José. Em suas margens, no chamado resfriado, algumas casas se escondem por entre a vegetação e as folhas de palmeira e cipós. Se camuflam em meio a cabeceira da vereda pois são feitas em sua maioria com o que a natureza oferece.

A antiga comunidade de vereadores que hoje resiste ao avanço da moderna plantação de eucaliptos, hoje é formada por um grupo de irmãos que não cederam seu lugar e lutam em manter suas práticas.

Foto 11- Habitação na Vereda São José, município de Três Marias.

Encontramos seu Diolindo, 65 anos de idade, veredeiro nascido e criado nos gerais. Migrou para trabalhar nos cafezais do oeste paranaense, retornando para sua terra com a desilusão que todo migrante possui: *nem cá, nem lá*.

Em um dos mais belos cantinhos dos gerais, seus moradores se comprimem em uma área de cerrado remanescente cercado por eucaliptos. Se mantem com a aposentadoria paga pela idade e se veem impedidos de plantar e manejar a Vereda. Seus filhos e netos dificilmente conseguiram se manter nessas condições.

“nesses pezinhos de coco aqui tudo eu subia. Hoje não sobe mais né? O IBAMA não deixa, né? Tem que respeitar ele, num tem? A roça aqui num roça mais. Sé se tirar licença, né? E a licença?” (Diolindo Pereira da Rocha, 65 anos morador da vereda São José, município de Três Marias, junho de 2010)

Por entre as veredas cercadas de eucaliptos o viajante observa as casinhas desaparecendo em meio ao verde intenso da vereda. Logo os eucaliptos barram a visão e que só retomara o olhar sobre o horizonte dos gerais, com o cerrado denso e os primeiros pastos da Fazenda Santa Catarina.

De propriedade de Wilson Mendes a fazenda era um antigo pouso de boiada e atualmente mantem parte dos currais com gado. O proprietário, sua esposa e um dos filhos vivem na fazenda se esforçando, junto com alguns funcionários contratados, na criação de gado para corte e leite. O restante dos filhos vive na cidade de Três Marias.

O relato de seu Wilson Mendes indica o teor das mudanças que ocorridas na vida dos inúmeros moradores dos gerais:

“ (...) em 1952 Guimaraes Rosa passou ai mais o Manuelzão, com aquela turma, né? Aqui é onde pousava demais os boiadeiros sempre pousava muito, que daqui a Andrequicé é uma media de 18 quilômetros, quase que é uma marcha, então saia de Andrequicé e sempre dormiam aqui, né? E daqui dormia aqui no Catatau, aqui na frente, então aqui era um ponto de pouso, dormia boiada direto com o gado. O mundo mudou, hoje ficou tudo diferente, né? E hoje você não vê uma boiada mais, num é? Não vê um carro de boi praticamente, só nas festa do Morro da Garça que você vê. Então o mundo diferenciou muito, alguns assuntos parece que ficou melhor, mais facilidade, mas ficou mais triste, né? O sertão emudeceu, né? O sertão ficou triste, né? (Wilson Mendes, proprietário da fazenda Santa Catarina, município de Três Marias, junho de 2010)

As flores brancas no jardim da casa principal guardam o passado do sertão dos gerais emudecido pela transformação dos hábitos e costumes, dos trabalhos e conhecimentos. O proprietário reconhece a dificuldade de seus filhos permanecerem na fazenda. A mudança e a migração são vistas como condição das famílias.

A passagem silenciosa na estrada de chão batido pelo ribeirão Frio nos lança às reflexões sobre as transformações ocorridas na vida de nossos interlocutores. Por entre as chapadas percorremos nosso caminho esquecido e vivo para muitos viventes dos gerais estabelecidos nas pequenas localidades como a comunidade da Forquilha, cercada de pastos e, claro, de eucaliptos. As fazendas no caminho, em sua maioria, estão fechadas. Nenhum habitante, apenas trabalhadores que se dividem na criação do gado para o corte e em alguns casos raros na produção do queijo artesanal e cachaça.

Descrever a paisagem, os pequenos sítios, as localidades rurais e as fazendas vazias em meio as veredas que se estendem sobre a chapada arenosa, por entre o cerrado remanescente, possibilita o viajante a possibilidade de se fincar os pés no isolamento dos gerais.

Os pouquíssimos habitantes por entre as fazendas e sítios se dividem nas atividades de criação de gado, roças e nas plantações de eucaliptos. Não é só as chapadas que a agroindustrial *invadiu*. A vida de roceiros, lavradores, vaqueiros se colocaram, a algumas décadas na atividade para obtenção do carvão, caindo nas malhas da cadeia produtiva, derrubando cerrado, plantando eucaliptos, cortando madeira e se transformando nos operadores dos tratores e máquinas Feller. A conjunção das atividades descritas possibilita a continuidade do estabelecimento das famílias nas pequenas localidades dos gerais, mas as

oscilações dessas atividades determinam, a vida de muitos “geraizeiros”, a pressão da pobreza e do migrar.

Fonte: Roberta Lopo, 2012

Foto 12- Vista dos pastos na Fazenda Santa Catarina.

Os jovens, filhos dos trabalhadores rurais, invariavelmente se colocam em marcha a procura de qualificação e serviços básico. No caminhar do fim de da adolescência, o jovem se deparara com a possibilidade de mudança, ou para casa de familiares na cidade de Três Marias, Curvelo ou Sete Lagoas, um alojamento para estudantes ou mesmo no desafio de encontrar a cidade Belo Horizonte sozinho. Cada um construindo sua história migrante.

O caminho por entre as chapadas e as veredas leva o viajante para o limite dos gerais e início das campinas. Ao atravessarmos o ribeirão da extrema a borda do planalto do rio são Francisco se anuncia: lá é possível observar o Morro da Garça, assentado como uma pirâmide na depressão do São Francisco. Nesse ponto fecha-se a bacia hidrográfica dos pequenos afluentes do São Francisco - no planalto - e surge a imensidão plana da bacia hidrográfica do rio das Velhas. Do lado oeste se estendo os gerais, as veredas vertendo águas que alimentarão os córregos e ribeirões repletos de quedas d'águas. Do lado leste as nascentes dos córregos e ribeirões que se meandram na plana depressão em busca do rio das Velhas.

Na descida da Serra do Piancó encontramos a pequena comunidade da capivara de cima, município de Corinto, pequena localidade distante da sede municipal mais próxima de Morro da Garça e Curvelo.

Descendo pela estrada sinuosa, que nos meses de estiagem se torna um caminho de areia de difícil passagem, o viajante, ao olhar para o horizonte que se abre, sem dificuldades identifica pequenos sítios que se dispersam por entre as matas galearia dos afluentes do córrego Capivara. Os fragmentos de cerrado remanescente, as veredas e as imensas plantações de eucaliptos desaparecem dando lugar a imensidão dos campos em declive – os campos gerais. O vento é contínuo nesse ambiente e a escassez de água é latente.

Não muito distante a comunidade da Capivara de Cima. Saímos de Três Marias e alcançamos o município de Corinto. Nesses sítios ainda é possível encontrar um roçado de feijão ou mandioca e raramente de arroz.

“Corinto é um município cuja sede é conhecida como o centro geográfico de Minas Gerais, faz parte da microrregião de Curvelo e está aproximadamente a 205 quilômetros (Km) da capital mineira. O município conta com uma população estimada de 24.901 habitantes (sendo aproximadamente 88% na zona urbana e 12% na zona rural) e uma área de 2.524 km², apresentando uma densidade demográfica de 9,6 habitantes/km², segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE@idades”⁶

Em um dos pequenos sítios encontramos a família de seu Domingos. Rancho em meio as campinas: o córrego da Capivara serpenteando os terraços e pastos e a casa no centro, no alto patamar do terreno. Nos meses de maio a julho, o pequeno sítio vira local de trabalho para inúmeras famílias da localidade. Lá funciona a casa de farinha da família de seu Domingos. Ali, as famílias se dividem durante o tempo da estiagem para a produção da farinha de mandioca e comercializam o excedente, uma pequena quantidade da produção é destinada a seu Domingos que a comercializa nas cidades próximas. Seus dois filhos mais novos e sua esposa ajudam no trabalho. A troca de trabalho entre outros moradores é comum na produção da farinha de mandioca.

O viajante que desce a Serra do Piancó e se adentra na várzea do rio capivara encontrara os inúmeros sítios e a produção familiar e comunitária ainda viva. Na casa de farinha, encontrará a reunião alegre na hora de descascar a mandioca. Trabalho duro e contínuo que reúne adultos, jovens e crianças em volta do pequeno provisório que serve de abrigo para os tachos e a pequena máquina de picar a mandioca, novidade introduzida no ano anterior.

Seu Domingos, relata a partida de seus filhos para as cidades de Curvelo e Sete Lagoas e a dificuldade de se manter na terra:

⁶ <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=311910&search=%7C%7Cinfo%7C%7Cdados-gerais-do-munic%EDpio>. Acesso em outubro de 2014

“vivendo os tombos que a vida dá, uma hora a chuva que não vem, outra hora a produção que não sai, as mangas se apodreceram no ultimo verão, pois o rapaz que compra para os mercados de Corinto e Curvelo não apareceu.” (Seu Domingos, julho de 2011) .

Os dois filhos mais jovens ajudam no trabalho e ainda estão no período escolar. O pai já antecipa que provavelmente os dois, seguindo o caminho dos mais velhos, também migrem para Curvelo os Sete Lagoas.

A vida comunitária e a troca de conhecimentos entre os moradores – como no caso dos construtores de carro-de-boi – é prática de sociabilidade entre os trabalhadores rurais. A vida dos mais velhos: vaqueiros, carreiros e lavradores que se mantiveram na terra e acompanhou a partida de seus filhos em busca de melhores condições: migrantes nos centros urbanos de Curvelo e Sete Lagoas. Mesmo as atividades que surgiram nos últimos anos como a produção de leite para a agroindústria têm se desenvolvido cada vez mais criticamente, o nível de investimento elevado e os baixos preços alcançados pelo leite no mercado vem causado a falência de inúmeros produtores, e fechando postos de trabalho.

Pouquíssimos habitantes constituem o distrito que se mantém com o trabalho nos roçados, nas casas de farinha e na prestação de serviços para as empresas de eucaliptos. Situação que se projeta para o sertão do morro da garça.

As pequenas localidades rurais do município se encontram cada vez mais desertas frente a descartabilidade do trabalho nas áreas de produção de carvão. Ao mesmo tempo as atividades agrícolas se tornam cada vez mais explorada frente o nível de produção exigido no mercado nacional. A pressão exercida pelos altos níveis de investimento nas empresas agroindustriais, principalmente a leiteira, impõem a constante readequação técnica dos produtores rurais além do aumento da produção levando muitos a obtenção de créditos e gradualmente ao endividamento.

Pelo sertão do Morro da Garça, o horizonte se expande sobre uma área imensa e plana. Na direção sudeste de nosso caminho, interrompendo a vista sobre o horizonte e se destacando na paisagem, observa-se uma elevação rochosa de formato piramidal, *inselberg* testemunho dos processos de desnudação de toda a bacia do rio das velhas. Seus patamares e a vegetação de suas encostas desenha na paisagem uma bela visão sobre as terras baixas de nosso caminho.

O Morro da Garça anuncia a chegada à cidade de mesmo nome, localizada a poucos quilômetros, na direção nordeste da base da *pirâmide do sertão*.

Foto 13- O Morro da Garça: “Belo como uma poesia” (Rosa, 2011).

Ao descer os últimos patamares do planalto do São Francisco e adentrar na depressão da bacia do rio das Velhas, o viajante volta a observar as imensas plantações de eucaliptos envolvendo os cursos d’água e pequenas lagoas (muitas já desapareceram drenadas pelas plantações). No caminho para atravessar o ribeirão Bicudo, afluente do rio das Velhas, observamos enormes fazendas de criação de gado leiteiro – de propriedade da família dos Rochas.

Essas fazendas são grandes produtoras de leite para agroindústria dos laticínios. O nível técnico e científico da produção garantiram prêmios entre os dez maiores produtores de leite do país. Desde a alimentação dos animais até o armazenamento do leite são partes do processo técnico exigido pela agroindústria. O pasto verdejante é mantido com a utilização de um pivô central, que protege os animais e a grama da sequeidão do cerrado na época da estiagem.

Até a cidade de Morro da Garça, o que se encontra é pequenos cursos d’água, o Morro da Garça, gigantesco a sudeste da estrada e os paredões de eucaliptos rodeando boa parte da paisagem.

A junção entre a pecuária e a produção do carvão é observada por toda a paisagem na disposição dos pastos e áreas de plantio de eucaliptos. Não raro são as novas áreas de plantio de eucaliptos que abriga pastos de *brachiaria* para o gado de corte. Nessas áreas os

espaçamentos das fileiras de eucaliptos abre-se em pastos. Essa mudança na ocupação das terras, principalmente nas áreas de plantio de eucaliptos, é reflexo das mudanças macroestruturais da produção de carvão, que a cinco anos se recupera de uma profunda crise de produção (questão discorrida na seção 3.3.3 - *Desenvolvimentismo e expansão da agroindústria: “redemunho” no sertão dos gerais.*)

Pela estrada que levará o viajante, a cidade do Morro da Garça, facilmente observa-se os ônibus das empresas siderúrgicas, de trabalhadores rurais e carvoeiros, em trânsito entre as imensas plantações de eucaliptos. São moradores de morro da garça e de localidades rurais do município. Alguns vem de Curvelo e outros habitam os alojamentos de empresas terceirizadas, deslocados de outros municípios para as áreas de corte e queima do carvão.

A situação que esses trabalhadores se encontram são de constante movimento em meio as áreas de produção, deixando para trás famílias, amigos, casas e histórias.

A principal empresa instalada no município trata-se da COSSISA, empresa siderúrgica com sede em Sete Lagoas que se estabeleceu na década de 1980 no município, ampliando enormemente suas áreas de plantio de eucaliptos e queima do carvão.

Por entre as porteiras dos sítios próximos a núcleo urbano avistamos a Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, com sua face voltada para sudoeste, e as primeiras casas e o silêncio comum interrompido pelo barulho dos cascos de cavalo transportando algum morador em seu calmo cotidiano.

2.6. Morro da Garça: a modernização e seu reflexo.

A poucos metros do riacho do morro adentramos na pequena cidade de Morro da Garça. Um breve reconhecimento pelas ruas centrais que envolvem a igreja da matriz e a prefeitura, o viajante poderá observar, marcas da simplicidade do passado agropastoril e rural do município. Nas casas e nos quintais floridos, na igreja e nas lajotas que pavimentam suas ruas.

Com uma população de um pouco acima de 2 mil pessoas, Morro da Garça surge como arraial da comarca de Curvelo e como distrito do município de Curvelo até ser emancipado na década de 1960. A cidade se estende para o norte em relação a praça São Sebastião, onde se localiza a Igreja. O cemitério se projeta no alto da colina, no limite noroeste da cidade.

E é exatamente no lado oposto ao centro, na área mais periférica da pequena cidade que se encontra o bairro da Pompeia, área localizada no extremo norte da área urbana, abriga boa parte da comunidade de migrantes da zona rural do município ou de outros municípios.

Em sua maioria são trabalhadores das empresas de produção de carvão, contratadas por alguma empresa terceirizada, ou registrados pela COSSISA. Inúmeras famílias que se desdobram no s mais diferentes trabalhos para manter-se residentes no município. O trabalho em sua grande parte está voltado para as atividades de plantio de eucaliptos, indústria carvoeira, pecuária de leite e corte, pequena lavoura, serviços e comércios. A prefeitura também é uma importante fonte de emprego para a população.

Foram por essas ruas e travessas que se construíram os caminhos da pesquisa aqui apresentada. A conversa com antigos moradores, com jovens terminando o período escolar, com filhos migrantes que visitavam seus pais, pessoas que retornavam a morar no município após décadas nas grandes cidades de Minas Gerais e São Paulo. Muitos foram os encontros e conversas com os mais diferentes indivíduos.

Por esses caminhos trilhados, as conversas sobre a memória coletiva nos transportou para a época das antigas boiadas e do trabalho no campo, nos aproximou da vida comunitária e religiosa do pequeno distrito.

O surgimento do carvão como atividade rentável para boa parte dos moradores, nas décadas de 1960 e 1970, revolveu as matas e as terras. Através do relato de nossos interlocutores, o carvão necessário no processo produtivo da siderurgia se colocou como atividade principal na dissolução das atividades produtivas e na dissolução da estrutura fundiária da época, e resultando de um lado no desaparecimento de boa parte da vegetação nativa de cerrado e de outro com a partida de muitos moradores, migrando para os centros urbanos.

As transformações nas dimensões e na perspectiva sobre a terra e o trabalho surgiu como elemento importante para o entendimento da trajetória de vida de muitos moradores entrevistados.

E foram pelas marcas gravadas na rústica vida entre os gerais e o sertão do Morro da Garça, considerado pela ótica dos sentidos das transformações sociais e suas implicações espaciais, narrados por nossos interlocutores, que persistimos nas reflexões sobre o desenvolvimento crítico da sociedade, suas determinações sociais e espaciais e a situação em que homens e mulheres se encontram atualmente.

O caminho que se formou, entre as barrancas do rio São Francisco, na localidade da Silga, e a plana depressão da bacia do rio das Velhas, caminho de antigos tropeiros e boiadeiros, atualmente território da agroindústria, nos possibilitou reunir elementos fragmentados de uma dada realidade e refletir sobre a atualidade.

Os municípios de Morro da Garça, Corinto e Três Marias, dentre os 853 municípios do

estado de Minas Gerais e dos milhares de município do Brasil, guarda um recado. Recado oculto que se apresentará no caminhar das próximas páginas e que poderá aproximar o leitor à vida de nossos interlocutores. Cabe reconhecermos seus sinais escondidos sob a razão do cotidiano.

3. Modernização e Território.

3.1. Mobilidade do Trabalho, Mobilização e Migração.

Apresentamos nessa seção uma reflexão crítica sobre as determinações sociais e espaciais observados nos aspecto crítico do processo de modernização. Destacamos em nossa reflexão, as determinações e sujeições da sociedade moderna sintetizadas na relação entre Migração e Trabalho.

A reflexão também procura um contraponto a concepções consolidadas sobre a questão Migração. A escola neoclássica ao estabelecer os indivíduos como agentes dos movimentos migratórios (concepção clássica) naturalizam as determinações sociais e a desigualdade considerando o movimento de pessoas pelo espaço como elemento de equilíbrio da sociedade capitalista. Já o enfoque histórico-estrutural se detém à processos mais gerais da sociedade capitalista sendo os deslocamentos populacionais estudados como processos históricos determinados, cabendo identifica-los em sua configuração temporal. (BECKER, 2006)

Destaca-se assim a relação direta aqui analisada entre migração e trabalho, este ultimo visto como uma categoria substancial da sociedade capitalista e dos indivíduos que a compõem, sendo a migração uma dimensão espacial da mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977), característica básica dos indivíduos submetidos á lógica de reprodução do Capital.

Para tais objetivos partimos das concepções teóricas que nos orientaram no presente estudo abordando o substancial e determinante das relações sociais gerais da sociedade capitalista para um mergulho na especificidade dessas relações e suas implicações.

As reflexões teóricas aqui apresentadas partem do entendimento do movimento processual de imposição e generalização das relações sociais modernas e de suas especificidades lógicas e históricas, intitulado de Modernização. Entendemos esse movimento como o desenvolvimento das forças produtivas em contexto substancialmente moderno, no qual, o trabalho é requerido “como necessidade da realização da riqueza monetária no processo de acumulação” (ALFREDO, 2005).

Nesse sentido o Trabalho representa para nossa análise uma categoria específica e historicamente constituída da sociedade moderna que se apresenta como detentora de uma lógica abstrata de sociabilidade.⁷

⁷ “A representação é um processo essencial daquilo que Marx designou por fetichismo da forma da mercadoria. Não é só que o quantum de energia humana despendida não pode ser separado da forma concreta desse mesmo dispêndio; logo que os produtos se encontram produzidos, ele também pertence ao passado e já não é tangível, e

Portanto apresentamos a categoria trabalho como mediação em sua forma especificamente social de valor na qual carrega a indiferença básica entre o sujeito que exerce a ação e seu conteúdo. Nesse sentido, seu conteúdo se pauta na objetivação de sua atividade conjugando em si a forma valor, isto é, a relação entre valor-de-uso e valor-de-troca (Marx) “escondidos” no produto do trabalho humano, mas com um único objetivo: o de se realizar como mercadoria a ser trocada por meio da equiparação abstrata determinada socialmente.

A relação capital que se impõem, em sentido global, decorrente do desenvolvimento lógico dessa mediação, constituem as formas gerais de mobilização do trabalho.

A formação da mobilidade do trabalho é aqui considerada a partir da análise de Jean Paul de Gaudemar que retoma a abordagem marxista tematizando a mobilização do trabalhado (GAUDEMAR, 1977). De acordo com a análise, uma das características da mobilidade pressupõe determinadas condições, constituídas historicamente, para que a figura do trabalhador se apresente na sua dupla liberdade⁸.

Partindo da crítica à economia política elaborada por Marx, o conceito de mobilidade é compreendido por meio do processo que torna possível o consumo produtivo da força de trabalho⁹, que deve se encontrar liberada das relações de dependência tributárias das formações sociais anteriores. Nesse sentido a dupla liberdade se refere à condição dessa força de trabalho

por isso evidentemente não está ‘contido’ nos produtos em sentido natural ou físico. A representação como processo físico nesta medida ocorre apenas nas cabeças dos sujeitos sociais assim constituídos, assim nomeadamente como percepção e ‘tratamento’ práticos fetichizados de sua própria sociabilidade. Ainda assim, tal representação refere-se a algo que de fato não ocorre apenas na cabeça dos sujeitos, como forma de percepção e de ação, mas que é uma realidade física, a saber, processos de combustão passados ocorridos em corpos humanos, dispêndio de unidades energéticas. Como o quantum de energia gasta no processo de seu dispêndio não pode ser separado da forma ou determinação concreta desse mesmo dispêndio, e como, tratando-se de um dispêndio definitivamente passado, não pode literalmente estar ‘contido’ nos objectos, a forma social de representação é de fato neste aspecto irreal em duplo sentido. Mesmo assim, esse quantum de energia teve de ser despendido realmente no passado, pelo que, por outro lado, representa uma substância física real, (se bem que ‘representada’ de modo paradoxal). A forma da representação desta substância real, porém, nada tem em si de físico, sendo antes uma abstração real, um modo de percepção e de acção socialmente constituído, em que as substâncias naturais e os bens produzidos são realmente tratados como se fossem objetos físicos de pura representação de processos de combustão passados em corpos humanos”Kurz, Robert. “A substância do Capital: o trabalho abstracto como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização”. In: Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria. Disponível em www.obeco.planetaclix.pt. Acesso em 20 abr. 2009

⁸ Liberdade positiva – a força de trabalho é uma mercadoria que lhe pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade; o trabalhador é então considerado como actor da sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre. (...) O trabalhador dispõe livremente de sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender” (Gaudemar, 1977: 190).

⁹ “A relação capital pressupõe a separação entre trabalhador e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie em seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e produção em capital, e por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (Marx, 1984, I, t. II, cap. XXIV; 262)

liberada, onde o trabalhador separado dos meios de produção, por meio de um processo violento, não possui senão a sua força de trabalho para vender.

O trabalho é compreendido como forma de mediação social, historicamente específica, de uma sociedade que se caracteriza por sua forma de interdependência social, de caráter abstrato, impessoal e aparentemente objetivo. Essa abordagem centra sua interpretação no caráter abstrato do trabalho, enquanto categoria social que abstrai as qualidades concretas das diferentes atividades, igualando-as como trabalho em geral, de forma aparentemente objetiva na troca, através da troca de mercadorias, ou seja, de produtos do trabalho. Se num primeiro momento a troca das mercadorias é motivada justamente pelas distintas qualidades úteis que estas apresentam, é no processo da troca que essas diferenças são apagadas, são abstraídas, pela igualação do valor das mercadorias, ou seja, do quantum socialmente necessário de trabalho em geral para produzi-las.

A reprodução da força de trabalho remonta a esse processo de constituição da relação abstrata como característica intrínseca das relações modernas, como também deriva para a constituição de seu caráter como mercadoria, uma mercadoria diferente das outras (pois seu consumo produtivo resulta [gera] valor) e ao mesmo tempo ratifica a forma social central do capitalismo.

O movimento de reprodução da relação Capital demanda que algumas categorias estejam organizadas a partir de sua lógica. Durante o processo prévio à reprodução do Capital ocorre uma acumulação primitiva do capital, para que essas categorias estejam autonomizadas e dê movimento ao capital. Esse processo de acumulação primitiva, portanto, por ser entendido como formação categorial: Terra, Trabalho e Capital são formados para (re)produzir o Capital.

No processo de formação da categoria Terra encontra-se a expropriação do antigo posseiro/proprietário e a generalização da propriedade privada do solo, autonomizado enquanto mercadoria do processo de reprodução capitalista. A expropriação, entretanto, é um mecanismo que ocorre concomitantemente a reprodução do capital e não é um simples pressuposto histórico.

Karl Marx em *O Capital* faz um conciso relato de um momento histórico que ficou conhecido como acumulação primitiva inglesa, na qual descreve as violentas mobilizações populacionais forçadas pelo processo de modernização e pela imposição do trabalho. Por meio das políticas de cercamento das terras comunais expropriando milhares de camponeses do campo e a criação de leis de imposição do trabalho fabril nas cidades industriais, denominadas de leis sanguinárias, podemos observar o movimento de reprodução da relação Capital substanciado pela formação do trabalho, da propriedade da terra e do próprio capitalismo articulados dentro do “nexo moderno”. Assim a acumulação é um processo que se apresenta como geral de reposição da

relação capital e global decorrente da expansão do capitalismo no planeta.

A generalização da forma-valor é o estabelecimento de uma forma social coercitiva, que exige que sujeitos se coloquem a venda no mercado como força-de-trabalho. Esse processo de formação da categoria Trabalho é entendido como mobilização do trabalho (GAUDEMAR, 1977). Na sociedade moderna a forma social da mercadoria se generaliza a tal ponto que nos possibilita dizer que a condição de sujeito moderno necessita que ele esteja mobilizado para o trabalho.

Jean Paul de Gaudemar aprofunda o conceito de mobilidade do trabalho, ao definir como mobilidade de capitais humanos e de seus trabalhos:

“A mobilidade do trabalho pode ser aqui entendida como mobilidade dos homens (capitais humanos) quanto como mobilidade dos seus serviços (dos seus trabalhos). [...] Sendo mobilidade dos homens ela é, portanto mobilidade de capitais através do espaço e do tempo econômico (migrações, formações profissionais...). Sendo mobilidade dos seus trabalhos, mantendo-se os próprios homens “imóveis” e conduz assim a formas cotidianas da divisão e organização do trabalho, à circulação dos trabalhadores no interior de um mesmo espaço de trabalho. (GAUDEMAR, 1977 pg.113)

Desta forma a mobilidade do trabalho indica a forma de acumulação do capital, além de elucidar como se condiciona a valorização do valor, ou seja, condiciona a realização do trabalhador a partir de uma liberdade negativa, isto é, ao mesmo tempo em que livres “porque não pertencem diretamente aos meios de produção como escravos, ou servos” (MARX, 1984, pg.262) ao serem proprietários de uma mercadoria que lhes pertencem, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor sua vontade também estão livres de qualquer outra mercadoria para troca (e dos meios de produção e de subsistência), exceto da sua própria força de trabalho. Denomina-se esta conjugação de dupla liberdade.

Na perspectiva do autor, a relação capital repõe o trabalho abstrato, transformando-o em caráter mobilizador da mercadoria força-de-trabalho, determinando para esta a mesma fluidez ou mobilidade características do processo de reprodução do capital, que se apresenta como automática do processo produtivo, como um ciclo que tem o fim em si mesmo.

A mobilidade é, assim, condição da sujeição do trabalhador ao Capital; portanto, condição do capital. Segundo Gaudemar:

“[...] a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenha sido escolhidos quer impostos; móvel, quer dizer apta para os deslocamentos e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro

extraído seja satisfatório” (GAUDEMAR, 1977).

A reprodução do capital se realiza de forma ampliada, em um movimento crítico de expansão. As leis cegas do capitalismo - analisado por Karl Marx - como a Expropriação e imposição violenta ao Trabalho, a Tendência ao aumento da composição orgânica do capital e a queda tendencial da taxa de lucro caracterizam o histórico de generalização da relação capital em seu desenvolvimento global.

O trabalho, sem dúvida, se constitui como elemento central do desenvolvimento e expansão das relações capitalistas e normatização de todos os indivíduos à um objetivo único: produzir valor.

Uma ação que aparece como mediação direta entre Homem e Natureza, como abordado pelo próprio Marx ao problematizar o duplo caráter do trabalho na seção I do livro primeiro intitulado Mercadoria e Dinheiro:

“(...) processo entre homem e Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza.” (MARX, apud KURZ, 1993, pg. 149)

Como uma imagem refletida, o trabalho como relação Homem/Natureza esconde as relações abstratas entre os indivíduos. Relações que impõe a valorização do valor em seu movimento tautológico. Ao mesmo tempo, às costas dos indivíduos, o trabalho se constitui enquanto base da sociedade capitalista, elemento e parte integrante do sistema fetichista da mercadoria¹⁰.

Nesse sentido, é possível destacar duas interpretações que objetivam um posicionamento a cerca do Trabalho e como conseguinte a constituição do sujeito moderno. Na primeira interpretação o trabalho é apresentado como apriorismo ontológico, sendo a essência supra histórica do homem, a qual foi violentamente modificada pelos sujeitos “exploradores”, ou seja, os capitalistas (KURZ, 1992, pg. 45). Essa interpretação, que delimita a chamada ideologia marxista do movimento operário, reposiciona o trabalho recolocando-o abstratamente como parte de um todo, detentor de um aspecto social geral que produz valor de uso a ser distribuído segundo critérios socialmente dados. (TOLEDO, 1997)

A segunda interpretação parte do questionamento sobre a formação do sujeito moderno e seu caráter historicamente determinado. Tese desenvolvida por Postone (1978) e Robert Kurz (1993) que destacam a transformação substancial que o trabalho assume na sociedade produtora de mercadorias. Essa interpretação questiona o papel do trabalho

¹⁰ Tese reelaborada posteriormente por Robert Kurz no livro o Colapso da Modernização onde encara o trabalho como sendo a forma particular que esta mediação assume sob o Sistema Produtor de Mercadorias (Toledo, 1997).

enquanto mediação sob o sistema capitalista exigindo como condição e única forma de se valorizar o Capital, sendo a sua finalidade.

“Em sua forma especificamente histórica o trabalho nada mais é do que a exploração econômica abstrata, da força de trabalho humana e das matérias-primas.” (KURZ, 1993, pg. 21)

Ao definir o trabalho como realização concreta, como atividade humana especificamente histórica determinada pelo processo de modernização, ou seja, a modernidade vista como a imposição da sociedade do trabalho, Kurz aponta para a questão de que o trabalho traz um fim em si mesmo.

Ao interpretar o trabalho abstrato como a própria substância do valor o autor coloca como ponto de partida e de chegada a valorização do valor. O autor observa o movimento tautológico e sem sujeito da moderna sociedade produtora de mercadorias, na qual o trabalho apresenta-se como central para a realização do valor, mas como trabalho morto acumulado, *trabalho abstrato cristalizado*. (TOLEDO, 1997, pg.13)

Partimos da discussão sobre o movimento tautológico do trabalho como ponto de reflexão sobre a constituição do sujeito moderno, imposto como relação concreta aos indivíduos na realização do valor como reprodução do capital. Destituído de sentido, o trabalhado está condicionado a uma forma de consciência presa à forma valor, o qual é regulamentado no interior dessa mesma forma, ou seja, se a finalidade do processo de trabalho não é o atendimento de necessidades prático sensível do homem, este homem não é sujeito do processo (TOLEDO, 1997, pg. 102).

“Em verdade, o sujeito não é outra coisa que a forma que a moderna relação de valor impõe aos indivíduos (...). O sujeito não é nada mais que o portador consciente (tanto do ponto de vista individual quanto institucional) do movimento de valorização destituído de sujeito.” (KURZ, 1993)

O autor, ao apontar a realização concreta desse sujeito sujeitado ao capital como trabalho morto acumulado, posto que o objetivo da produção seja o lucro advindo da distribuição da mais valia entre os proprietários do capital¹¹ nos oferece subsidio para uma reflexão sobre a crise do capitalismo no momento atual. A interpretação realizada por Robert Kurz que o processo de modernização tem como base substancial a sociedade do trabalho ao mesmo tempo em que o movimento de reprodução do capital nega a realização de produção de valor decorrente do trabalho produtivo cristalizado, ou seja “(...) uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo (...)”. (KURZ, 1993).

¹¹ (mais valia apreendida como a diferença entre o total de valor gerado pelo trabalho e o valor necessário para a própria reprodução da força de trabalho)

Aprofundando seu movimento tautológico de valorização do valor em todas as instancias.

A reprodução ampliada do capital, no momento pós-terceira revolução industrial, transformou os níveis de desenvolvimento das forças produtivas do Capital, objetivando uma queda dos custos de produção, diminuindo assim, conseqüentemente, o corpo de trabalhadores no processo como um todo, pois os níveis de desenvolvimento das forças produtivas chegaram a um patamar de elevação causando um congelamento de setores da economia que não dispõe da continua renovação tecnológica.

O movimento definido pela estrutura produtiva como movimento concorrencial de preços em âmbito global tem como elemento definidor a busca “eterna” por uma intensidade do capital necessária para manter-se nesse mesmo movimento concorrencial. A busca desenfreada decorrente da intensidade do capital reduz a quantidade de trabalho produtivo. Essa queda tendencial no corpo do trabalho produtivo é seguida com o direcionamento e entrelaçamento do capital produtivo das empresas para o capital financeiro. Ou seja, o trabalho abstrato estaria tendencialmente perdendo a característica de ser substancia do valor.

“Uma vez que o fator da mão de obra barata perde cada vez mais sua importância, e continuará perdendo-a, os bons resultados da exportação somente podem ser mantidos enquanto acompanham o nível mundial da tecnologia e produtividade, com altos investimentos em capital, mas isso significa que essas produções destinadas ao mercado permanecerão ilhas na sociedade e não poderão dar ocupação àquela massa de mão de obra que seria necessária para um desenvolvimento interno.” (KURZ, 2004, pg. 165)

Consideramos válida a discussão sobre as possibilidades resultante da crise fundamental do capital, fundamental por apresentar um elemento indissociável da reprodução do capital: o trabalho vivo. Sendo assim exige-se uma nova conceitualização da sociedade produtora de mercadorias, a partir da crítica de suas categorias autonomizadas do capital, principalmente a constituição de um pensamento que se emancipe das constituições do sujeito moderno, inserido na sociedade do trabalho.

“Uma vez que a crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo Capital, ela já não pode ser criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do ‘trabalho’, da ‘classe trabalhadora’, ou da ‘luta de classes trabalhadoras’. Nessa crise, e em virtude dela, revela-se todo o marxismo da história como parte integrante do mundo burguês da mercadoria moderna, sendo por isso atingido ele próprio pela crise.” (KURZ, 1993, pg. 226)

Para Gaudemar a mobilidade do trabalho é uma característica do modo de produção capitalista¹², formulação que, se por um lado reforça o sentido histórico da mobilidade forçada, por outro dificulta o entendimento da mesma em contextos em que, como é o caso do Brasil, essa mobilidade está ligado a um movimento de formação particular do Capital.

No Brasil, por meio da atuação do Estado desenvolvimentista, inicia-se um novo contexto histórico de relações de produção. Ao mesmo tempo em que sua ação, contraditoriamente interviu nas constituições regionais - decorrentes das particularidades da dinâmica da fazenda pecuária - estas se reproduziram herdeiras do processo mesmo de formação regional¹³.

O que é observado nesse contexto é a intensificação do processo de Modernização no sentido de equiparação dos níveis mundiais de acumulação capitalista. Movimento apresentado como modernização recuperadora ou retardatária¹⁴ (KURZ 1993 e 2004). Segundo o autor, o universo das nações se estende como um universo da *não-simultaneidade histórica*, onde o que era futuro para alguns, era o presente, se não passado, para outros. O desnível deste tempo histórico desenvolveu e consolidou o paradigma do desenvolvimento, fazendo com que os países busquem se adequar a este nível, embora nunca o alcancem. O caráter não simultâneo da Modernização nos apresenta como possibilidade de identificar momentos de imposição do moderno sobre as constituições das relações capitalistas globais, refletindo, assim, as formas de acumulação primitivas ocorridas nesse movimento – que engloba a inglesa, soviética e do Terceiro Mundo (economias com histórico colonial), destacando suas particularidades. Segundo esse autor:

“os três tipos de acumulação primitiva somente tem uma coisa em comum: a expulsão violenta, realizada em formas bárbaras, dos tradicionais ‘produtores diretos’, na maioria de proveniência camponesa, de seus meios de produção e as ‘torturas’ por eles sofridas ao serem forçados ao status moderno de trabalhadores assalariados, o qual exige o sistema de mercadoria moderna como status de grandes massas.”(KURZ, 1993)

A acumulação do capital, que no momento discutido, exigiu e foi concretizada com a intervenção do Estado no plano econômico, redimensionou as relações de produção, que se

¹² “A mobilidade da força de trabalho é assim uma ‘*característica*’ (Marx) do trabalhador submetido ao capital e por essa razão do modo de produção capitalista”. (GAUDEMAR. 1977, p. 192)

¹³ Como aponta Carlos Toledo em seu estudo intitulado *A região das Lavras Baianas*. “(...) são as condições regionais que fazem com que a organização das relações de produção precisem adaptar-se para viabilizar a acumulação do capital.” (TOLEDO, 2008, p. 1)

¹⁴ A noção de recuperadora é entendida aqui como retardatária, assim como Alfredo (2004), ou seja, trata de um afinamento, na tradução de Robert Kurz, em relação ao processo de modernização em países que o fazem a posteriori da Europa. A idéia de recuperadora implica em um esforço de desenvolver as forças produtivas em um processo acelerado, em relação a Europa, de modo que a concorrência tornasse isso possível”. In: Alfredo, Anselmo. Formação Econômico Social Brasileira: Mobilização do Trabalho e Configurações Territoriais. Texto distribuído em reunião do grupo de pesquisas do Labor (não publicado), 2005, p. 03.

voltaram para a realização das relações urbano-industriais, criando as bases para a formação da agroindústria no Brasil.

Ou seja, esse processo, que “abriu” a região para a livre circulação dos trabalhadores num mercado de trabalho, cuja nacionalização estava garantida inclusive pela promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural¹⁵, consolidou também a *formação da superpopulação relativa no país* (MARX, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII), responsável por permitir a generalização do assalariamento, ou seja, da mobilidade do trabalho como núcleo das relações sociais de produção que passam a sustentar a forma de reprodução – ampliada – do capital, de caráter urbano-industrial.

As mudanças no plano econômico mundial durante o período de guerra resulta em uma singular mudança nos rumos da economia brasileira. O processo de industrialização desencadeado - referente a nova divisão internacional do trabalho - objetivando a “substituição das importações” inicia um novo padrão de acumulação capitalista no país. Nesse sentido, o papel do estado em intervir no plano econômico, por meio de uma política de desenvolvimento concentrado no Plano de Metas, será aplicado objetivando um desenvolvimento dos departamentos produtivos da economia, principalmente o Departamento de bens de consumo duráveis, na tentativa de superar os “gargalos” de crescimento econômico, assim acompanhando os níveis de reprodução do capital internacional.¹⁶

Destaca-se aqui a importância de tematizar brevemente de que o desdobramento do novo padrão de acumulação resultou no tão ufanístico contexto de “milagre econômico” e na tão amarga recessão *pós-milagre* da década de 1980, entendidos pelos autores aqui tratados como descompasso de departamentos (OLIVEIRA, 1977) ou mesmo como ‘anarquia da produção’

¹⁵ “A expansão da legislação social ao campo vem contribuindo também para a consolidação do sistema: o proprietário, preocupado com as tensões sociais no meio rural e conhecedor dos dispositivos do Estatuto da Terra, teme que o Governo parta para uma desapropriação de suas terras ou parte delas, e procura diminuir o numero de trabalhadores residentes na mesma. O conhecimento dos dispositivos constantes do Estatuto dos Trabalhadores Rurais, que protegem o trabalhador, fortalece também esta atitude política dos proprietários que se livram dos encargos trabalhistas – pagamento de férias, de repouso semanal remunerado, aviso prévio, fundo de garantia do tempo de serviço etc.”(ANDRADE, 1970, p.61)

¹⁶ “Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli discutem, em *Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil: 1950-1976* (1977), a dinâmica de reprodução de um padrão de acumulação que teria se ‘iniciado ou ampliado, se se quer relativizar a questão’ (1977; 111) em meados de 1950. As bases desse padrão de acumulação teriam sido assentadas pelo chamado Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Argumenta-se que esse padrão sucede uma dinâmica anterior, fundada “numa prévia expansão do setor de bens de produção, que poderia – veja-se o condicional – fundar as bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre os três departamentos básicos: o produtor de bens de produção [Departamento I], o produtor de bens de consumo não-duráveis [Departamento II] e o produtor de bens de consumo duráveis [Departamento III]” (1977; 112). Nesse contexto, os autores inserem o bloco de atividades produtivas sob coordenação estatal formado pela Petrobrás, pelo projeto Eletrobrás e por algumas linhas de atuação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce.” (LEITE, 2010, pg. 188)

(SINGRE, 2000)¹⁷, seja um importante elemento de desmistificação do caráter progressista da modernização ao mesmo tempo em que qualifica seu elemento crítico de reprodução do capital. Procuramos indagar que o momento de crescimento econômico sucedido por uma profunda crise que afetará a vida da população brasileira, contenha elementos para entendermos a relação de reprodução crítica do capital ancorados na relação crítica da forma valor.

A modernização que rompe os laços com as oligarquias latifundiárias, também rompe os laços da população com a base fundiária, redefinindo o acesso a terra, e assim, colocando o trabalhador livre dos meios de produção e proprietário apenas de sua força de trabalho. Discutida aqui como liberdade negativa (GAUDEMAR, 1977) essas relações sociais de trabalho que se formam decorrentes da atuação do Estado “integrado” exige do trabalhador que ele esteja livre da terra e mobilizado, tendo de se adaptar às mudanças de jornada de trabalho, de funções, de empregos. Sendo assim, o próprio deslocamento geográfico do trabalhador pode ser entendido como circulação da mercadoria força-de-trabalho e a mobilização do trabalho como uma determinação do processo de acumulação capitalista.

A mobilidade do trabalho é, ainda, fundamental na definição do processo de produção do espaço, na medida em que não apenas o trabalhador se desloca, mas tem de criar “os meios das suas deslocamentos posteriores ou as deslocamentos dos meios necessários à sua existência” (GAUDEMAR, 1977; pg. 228). Assim, as exigências imputadas à mobilidade do trabalho implicam na forma como o espaço é produzido, da mesma maneira que ambos encontram-se implicados pelas diferentes dinâmicas que o capital assume no processo de modernização (KURZ, 1999). Isso ocorre, uma vez que o espaço é produzido pelo trabalho mobilizado para a reprodução do capital. E não apenas, pois que o espaço produzido acaba por se impor como condição e meio do processo de reprodução da sociedade (LEFEBVRE, 2006)¹⁸.

É preciso destacar que a perspectiva de produção do espaço em nossas reflexões teóricas partem do movimento de produção e reprodução do capital. Assim, questionamos a perspectiva de que o espaço se coloca como sujeito da reprodução social. Partimos da consideração do movimento tautológico de valorização do valor e da centralidade do trabalho na sociedade moderna para refletirmos como se desenvolve os mecanismos de reprodução social, em especial, às questões de reposição da mobilidade do trabalho no momento atual de modernização.

¹⁷ “A anarquia da produção na sociedade, fora e acima dela, se torna palpável mesmo ao capitalista pela concentração violenta dos capitais, que se dá durante as crises por meio da ruína de muitos capitalistas grandes e de um maior número ainda de pequenos”. (Paul Singer e João Machado, *Série Socialismo em discussão, Economia Socialista*, São Paulo, 1ª edição, Editora Fundação Perseu Abramo, junho de 2000.

¹⁸ “Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas” (LEFEBVRE, 2006; p. 3).

O momento atual da acumulação capitalista, a partir da revolução tecnológica, exige uma nova problematização acerca mobilização do trabalho. Diferente do momento da formação da mobilidade do trabalho, o momento atual aponta para um aumento potencial das migrações na medida em que a relação entre capital e trabalho se reproduz no sentido de tornar o segundo, contraditoriamente, cada vez mais aparentemente exigido e precarizado. As populações encontram-se mais mobilizadas em busca de trabalho a cada vez que o trabalho é expulso do processo produtivo pelo incremento da produtividade na composição orgânica do Capital, produzindo sujeitos mobilizados, mas sem trabalho¹⁹. Pretendemos perguntar, através dessa elaboração dos referenciais teóricos, porque o trabalhador migrante tem que se sujeitar cada vez mais a uma flexibilização (do tempo, das funções, dos lugares) para conseguir continuar trabalhando? Entendemos o movimento de acumulação crítica do capitalismo, sempre em busca de readequações das forças produtivas, como elemento determinante dos movimentos migratórios. Esse é o ponto de articulação com os referenciais históricos e espaciais da área de estudo aqui apresentados.

No debate interno à Geografia encontramos referências importantes, sobretudo na área de estudos populacionais. Isso se mostra na atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem como das diversas instituições que produziram análises centradas “nas avaliações que pretendem descrever, caracterizar e mensurar deslocamentos populacionais, relegando para um segundo plano a preocupação com seu contexto social mais amplo” (PÓVOA NETO. 1997, p.12).

O debate sobre os deslocamentos populacionais, organizado em particular pelas instituições de pesquisas comprometidas com as iniciativas governamentais, elegeu o tema da migração recorrendo a uma visão naturalizada do fenômeno, em que as caracterizações sobre os fluxos populacionais retidos na dualidade urbano/rural, apareciam como a tendência natural do ser humano de se deslocar em busca de melhores oportunidades. A partir desse diagnóstico a intervenção do Estado passa a ser justificada pela necessidade de regulação e controle dessa tendência, com vistas a ajustar os respectivos desequilíbrios a ela relacionados.

O fenômeno migratório no contexto atual de uma nova simultaneidade histórica é revelador de que não há mais possibilidade de discutir o migrante exclusivamente por meio da identificação e caracterização dos fluxos migratórios, das análises demográficas de origem e destino, muito menos por perspectivas da Geografia Tradicional sobre a “essência migrante do homem”, pois essas perspectivas explicam cada vez menos a ordem social vigente.

¹⁹ “A acumulação fictícia do capital se desdobra em mobilidade fictícia do trabalho.” (HEIDEMANN, 2010)

Portanto, o estudo sobre a temática migração tem como esforço reflexivo o entendimento da dimensão do indivíduo submetido às determinações das relações sociais capitalistas e sua lógica de reprodução, enquanto relação social contraditória que mobiliza força de trabalho. Essa dimensão do indivíduo submetido ao capital, nesse sentido, deve ser acompanhada de uma reflexão crítica sobre a formação do sujeito da sociedade moderna, não apenas como elemento caracterizador do indivíduo moderno, mas como uma análise crítica dos pressupostos teóricos e conceituais da pesquisa em migração.

Nesse sentido, entende-se a importância de abarcar o contexto social mais amplo no entendimento das políticas regionais de desenvolvimento, bem como da questão migratória, a elas relacionadas, de uma perspectiva que exponha os desdobramentos contraditórios do processo de formação territorial e que problematize a mobilização particular do trabalho no centro-oeste mineiro.

A proposta de estudo apresentada pretende problematizar o movimento de reprodução do capital e suas articulações particulares no território brasileiro. O contexto social mais amplo deve ser considerado como um momento importante na interpretação dos fenômenos de formação e consolidação da força de trabalho na área de estudo.

Ao refletirmos sobre o processo de reprodução do Capital, observamos a especificidade de extração da renda da terra como elemento central de constituição do capitalismo no país. Ao mesmo tempo permitiu a reprodução de relações não capitalistas de produção, como ocorre com o camponato, sob a égide da produção do capital.(OLIVEIRA, 1986b)

Sobre a questão da constituição de um camponato no Brasil entendemos como uma condição estrutural de reprodução do Capital em contexto de crise de produção. Destacamos que parceria e a meação (característicos do produção familiar ou camponesa) são, em grande medida, semelhantes ao fundamento do colonato, em que há a cessão dos meios de produção para o trabalhador. A discussão apresentada por Caio Prado Jr. na Questão Agrária²⁰, que considera estas formas de trabalho rural, que ele chama de acessórias, como formas de reprodução do capital em meio à crise, diminuindo assim os custos de produção e repartindo com o trabalhador os riscos da empreitada.

Esse processo, que permite a coexistência entre as classes incidindo na expansão da produção agroindustrial em detrimento da exploração do trabalhador rural e no limite sua expropriação é preciso ser analisado sobre o processo de territorialização do capital.

Para isso é necessário desvelar dois processos complementares e contraditórios, denominados por

²⁰ PRADO JR., Caio. A Questão Agrária. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

Oliveira (1999 e 2004) de territorialização do capital e de monopolização do território pelo capital. Entende-se como monopolização do território pelo capital quando o capital não produz, mas comanda a produção; determina quanto, como e o que vai ser produzido, para ser vendido para a indústria.

O capitalista sujeita a renda da terra no momento da comercialização, recriando/reproduzindo assim a existência de relações não capitalistas de produção, como a camponesa, que vende o produto de seu trabalho – e não sua força de trabalho – para o capitalista. Esse processo de sujeição da renda da terra camponesa se dá com a recriação das formas de renda chamadas por Marx (1986) de pré-capitalistas, ou seja, em trabalho, produto ou dinheiro. Consideradas produto excedente não regulados pela reprodução ampliada, ou seja, não reguladas pelo lucro médio ou fração de mais valia. (OLIVEIRA, 2007, pg.58)

Contraditoriamente, o desenvolvimento do modo capitalista de produção, acontece, nesse caso, pela sujeição da renda da terra ao capital, possibilitando a subordinação da produção camponesa, sujeitando o trabalho que se dá na terra²¹.

Decorrente a expansão das relações propriamente ditas capitalistas no campo, o processo de territorialização do monopólio pelo capital, ocorre de uma forma concentradora onde o capitalista e proprietário de terra é mesma pessoa (física ou jurídica) e as relações de trabalhos circulam entorno do trabalho assalariado. Isso ocorre geralmente quando há garantia de lucro, de mercado consumidor e de mão-de-obra barata, ou pouca necessidade de mão-de-obra. O efeitos desse processo são catastróficos quanto às relações de trabalho intensivamente precarizadas, quanto ao acesso à terra e dos recursos naturais pelo campesinato, ocorrendo um movimento de homogeneização das atividades produtivas em entorno da monocultura voltada para a exportação.

Como aponta Porto Gonçalves sobre a territorialização do monopólio pelo capital nas áreas do cerrado brasileiro:

“O cerrado brasileiro com sua enorme diversidade biológica e cultural, vem se transformando, assim numa área de expansão de grandes latifúndios produtivos, pelas enormes vantagens que oferece, seja pela sua riqueza hídrica que abriga, seja pela topografia plana de suas chapadas e de seus chapadões. Avalia-se que 70% da área das chapadas já esteja ocupada por esse tipo de empresa, seja com cultivo de grãos, algodão ou de monoculturas de plantação de madeira (eucaliptos, pinus Alba e pinus Elliotis). (...) Compelidos pela exiguidade de terras, os camponeses se vêem obrigados a fazer uso dos recursos naturais com técnicas que desenvolveram e estavam adaptadas a terras disponíveis em grande extensão. (PORTO GONÇALVES, 2003; p. 223)

²¹ “Estamos, pois, diante do processo de sujeição do campesinato ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção.” (OLIVEIRA, 1986a, p.13)

O processo de territorialização do monopólio produz e reproduz a hegemonia na produção do montante de matéria prima, controlando o preço e a disponibilização de postos de trabalho, determinando a orientação de uso e exploração da terra e o seu preço, por deter grande parcela das propriedades em determinada fração do território – sendo a propriedade da terra entendida assim não só como meio de produção, mas também como negócio, pela extração da renda da terra. (THOMAZ JÚNIOR, 1988)

Destaca-se o papel do Estado como mediador e regulador do processo de reprodução ampliada do capital que no desenvolvimento dos projetos de monopolização do território participou intensivamente como aponta Goldenstein (1975, p. 180):

[...] Em última instância, os incentivos fiscais ao reflorestamento constituíram uma política de canalizar capitais governamentais para grandes grupos econômicos que reflorestaram em grande parte sem investir capital próprio, especularam com o mercado de terras, tornando-se proprietários de imensas áreas, ou tornaram produtivos grandes latifúndios anteriormente improdutivos. (GOLDENSTEIN 1975, p.116)

Mostra-se importante uma contínua reflexão sobre as formas de territorialização do capital que ao determinar as forças produtivas, a sujeição da renda da terra e o poder sobre a exploração do trabalho, reorganiza a produção material e as constituições subjetivas da população rural. Movimento que intensifica os conflitos sociais²² e que contraditoriamente possibilita novas estratégias de acesso à terra e de lutas sócias contra a exploração no e do capitalismo.

Consideramos extremamente importante uma reflexão crítica sobre os pressupostos teóricos a cerca do estudo das dinâmicas territoriais no campo como primeiro passo para a compreensão do debate sobre a questão agrária no Brasil.

Realizar uma releitura do processo de formação territorial brasileira por meio da crítica ao dualismo arcaico/moderno, implica em questionar a suposta positividade do processo de desenvolvimento capitalista no campo, que embora visto como superação do atraso econômico ou mesmo da superação de estruturas sociais ultrapassadas, deixa cravado na constituição territorial marcas profundas das desigualdades e contradições fundamentais do capitalismo.

Se por um lado a teoria da modernização da agricultura coloca o campesinato como uma classe em vias de extinção e o processo de proletarianização da população rural é colocado como movimento inquestionável e constitui o novo rural na suposta característica moderna *part-time farmer* (GRAZIANO, 1997, pg. 4)²³ é preciso observar as dinâmicas territoriais da população

²² “(...) Demais, temos aí reunidas e em confronto as três classes que constituem o quadro da sociedade moderna – o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário de terra”. (MARX, 1980, p.710)

²³ No mundo rural dos países desenvolvidos esse novo paradigma “pós industrial” tem um ator social já consolidado: o **part-time farmer** que podemos traduzir por agricultores em tempo parcial. A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias

rural principalmente em um momento compreendidos por alguns autores como o fenômeno da migração de retorno além de um estudo apurado das implicações das políticas governamentais de fomento voltadas ao pequeno produtores (setor do campo que responde por 70% da produção de alimentos no Brasil) e das novas estratégias de acesso à terra e de mobilização social no campo, tanto de trabalhadores assalariados como de camponeses proprietários ou não dos meios de produção.

Partimos portanto de uma reflexão sobre a questão agrária no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo por meio dos processos de territorialização do capital e de monopolização do território pelo capital como ponto de partida para o estudo das dinâmicas territoriais.

Visto como processos contraditório e complementar posto que ao mesmo tempo que impede o acesso à terra e explora o trabalho a níveis precários o capital possibilita a criação e recriação que redefine relações camponesas de produção familiar. Recriação que aprofunda a contradição posto que realizada pela sujeição da renda da terra pelo setor agroindustrial, tencionando a permanência sob a exigência do mercado mundializado.

O chamado deserto verde, constituído pelas extensas áreas de plantio de eucaliptos que se estabeleceu nas amplas chapadas areníticas do planalto do São Francisco por meio de um plano articulado entre Estado e Capital redefiniu as formas de acesso a terra como também a regulamentação das relações de trabalho, impondo a migração a grande parte da população e generalização do urbano sobre o rural.

Ao mesmo tempo em que esse processo se desenvolve a sujeição da renda da terra ao capital industrial possibilitou a recriação do campesinato em um novo momento de reestruturação técnica agropecuária, ou seja, munida de racionalidade técnica produtiva, como o caso dos pequenos produtores de leite do município de Morro da Garça.

Abordamos assim o referencial territorial de nossa área de estudo buscando tecer elementos para um dialogo entre movimento geral do Capital e as dinâmicas espaciais de territorialização do Capital, considerando seu desenvolvimento histórico.

3.2. Contextualização Territorial.

A contextualização da constituição territorial de nossa área de estudo é apresentada como

com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. Em resumo, o part-time não é mais um fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas. (Graziano da Silva, F. O novo rural brasileiro. Nova economia, Belo horizonte. 7(1):43-81, maio de 1997).

subsídio para alcançar a especificidade, o particular, ou seja, optamos em apresentar uma contextualização, de certa forma temporal, dos movimentos de territorialização e expansão das relações capitalistas como um caminho para a abordagem das atuais relações espaciais. Nesse sentido abordamos três momentos específicos:

- 1. O movimento de expropriação fundiária, as mudanças das relações de produção e regularização de um mercado de terras:** Procuramos abordar brevemente a especificidade da territorialização e seu sentido de mudança em nossa área de estudo.
- 2. Desenvolvimentismo e o trabalho carvoeiro.** Procuramos refletir sobre o momento econômico desenvolvimentista das décadas de 1960 e 1970 que conduziu a industrialização e o desenvolvimento do setor agroindustrial;
- 3. O estabelecimento do setor agroindustrial.** A expansão da atividade agroindustrial e as implicações atuais das relações sociais e espaciais.

São esses momentos que se destacaram no percurso da pesquisa e que se constituíram uma base conceitual importante para o entendimento do particular na área de estudo. Do nosso ponto de vista, trata-se de uma abordagem que procura estabelecer uma relação entre o teórico, o conceitual e o empírico, como caminho argumentativo para alcançar a reflexão sobre a trajetória de nossos interlocutores.

A divisão exposta procura reconhecer a complementaridade entre o universal e o particular da questão migração atentando para a trajetória individual e familiar de nossos interlocutores, suas estratégias de sobrevivência frente as determinações sociais.

Nas últimas cinco décadas a sociedade brasileira passou por radicais mudanças nas formas sociais do viver. A modernização em curso tomou novos caminhos após a segunda metade do século XX no Brasil, estabelecendo uma nova organização sócio espacial decorrente de novas formas de territorialização, imprimindo um ritmo acelerado de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo aprofundando conflitos da sociedade capitalista mundializada.

Nesse percurso da modernização, uma nova relação entre campo e cidade se impõe no Brasil. No campo ocorre a desestabilização de estruturas sociais ditas tradicionais (latifúndio) resultando na dispersão de um enorme contingente populacional. O conflito estabelecido no movimento da chamada “modernização na agricultura”, entre os proprietários de terras e os novos setores da economia nacional, resulta na expulsão do trabalhador rural do campo, re-significando as relações de trabalho e de sobrevivência e impondo a migração como estratégia de reprodução.

Na cidade ocorre um acelerado movimento de urbanização e proletarização da população migrante nas indústrias. A urbanização crítica (Damiani, 2006) que se constitui como paradigma

do moderno é também caracterizada pela marginalização e empobrecimento da população e em especial a migrante, agravados pela falta de serviços básicos de sobrevivência e pelo desemprego estrutural marcante durante a década de 1980.

Esse movimento, ao mesmo tempo em que estabelecia novas formas de apropriação territorial no campo, restitui as formas da propriedade privada da terra e da exploração do trabalho. A formação do complexo agroindustrial (CAI) brasileiro estabelece, de forma gradual, a centralização da propriedade da terra nas mãos das empresas agroindustriais, apagando e recriando relações não formais de exploração do trabalho como também imprimindo a mobilidade espacial do trabalho.

Em síntese, a pesquisa apresentada tem como questão central verificar, no atual estágio do processo de modernização, as formas de apropriação territorial da agroindústria, decorrente das políticas de planejamento empreendidas a partir da década de 1950, no que tange às mudanças nas relações de produção e as formas do trabalho decorrentes, em destaque o trabalhado nas carvoarias. A perspectiva crítica às relações sociais capitalistas fundamenta a análise e se debruça sobre as constituições das particularidades das relações de produção e suas transformações a partir da segunda metade do século XX. Transformações estas que re-significaram as formas de acesso à terra e a constituição das relações de trabalho, aprofundando a crise geral de sociabilidade capitalista.

3.2.1. A pecuária e a crise da mobilidade pecuária

O processo contemporâneo de ocupação do ambiente dos cerrados (RIBEIRO, 2004) por setores da agroindústria²⁴ apresenta aspectos que se imbricam às relações sociais engendradas historicamente nos povoados e cidades localizados na área estudada. Lugares relacionados a um passado de constituição de práticas produtivas e de apropriação territorial ligadas à atividade da pecuária extensiva. Essa atividade definiu formas particulares de produção e de mobilização do trabalho, no qual caracterizaram o processo de formação territorial de parcela significativa do interior do Brasil, e que tradicionalmente foram interpretadas como características do *sertão* brasileiro.²⁵

²⁴ Entende-se, de uma forma geral, a agroindústria como o complexo de atividades mediante as quais se elabora matérias-primas e produtos intermediários derivados do setor agrícola, ou seja, da agricultura, da atividade florestal e da pesca, para subsidiar atividades industriais. Segundo Delgado: “Em linhas gerais, a mudança na base técnica da agricultura significa que a sua reprodução ampliada passa a depender menos da dotação de recursos naturais utilizados e dos meios de produção produzidos em escala de manufatura e, cada vez mais, dos meios de produção gerados num setor especializado da indústria (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações, concentrados, máquinas em geral, sobressaindo tratores e colhedeiras etc.), que cumpriria, a grosso modo, o papel do Departamento de Meios de Produção da indústria para a agricultura” (DELGADO. 1985, pg.20).

²⁵ “O sertão tem representado historicamente uma preocupação nacional, se configurando numa das categorias mais importantes, tanto no pensamento social como no imaginário brasileiro. Dos primeiros cronistas coloniais,

O termo *sertão*, em nosso ponto de vista, pode ser empregado de modo a caracterizar áreas onde o processo de Territorialização do Capital (OLIVEIRA, 1999) assumiu formas particulares de produção, cujas relações sociais de produção foram interpretadas como *não-especificamente capitalistas* (cf. Martins, 2004). A este termo foram associados modos de vida tradicionais²⁶, que podem ser problematizados a partir da sua relação com a dinâmica de reprodução do capital na fazenda pecuária.

Entendemos a necessidade de uma abordagem conceitual por meio dos processos globais de formação do capitalismo para pensarmos a constituição do modo de produção capitalista no Brasil refletindo sobre as formas particulares de produção, as relações de poder envolvidas e a análise das relações econômicas que possibilitaram a territorialização do capital.

Historicamente denominada de *sertão dos gerais*²⁷, a área de estudo abarca diferentes momentos históricos de ocupação e povoamento. Ocupada inicialmente por meio da constituição das fazendas de gado que abasteciam as áreas de mineração de ouro e diamantes, a área estudada apresenta um longo processo de povoamento decorrente aos ciclos de expansão e crise das atividades de exploração colonial.

“admite-se que o território em questão já era conhecido desde o final do século XVI pelos portugueses e luso-brasileiros, que então vinham da Vila de São Paulo com objetivos de conquista, não de povoamento. Assim, houve as bandeiras de Domingos Luís Grou (1586-1587), Antônio Macedo (1590), Domingos Rodrigues (1596), Domingos Fernandes (1599) e Nicolau (1602-1604), que certamente passaram pela região de Três Marias, antes de aportar em Paracatu.”(Prefeitura de Três Marias, 2007 p.14)

“ (...) dos seus focos, cujo principal é o da Bahia, as fazendas, e com elas o povoamento, vão se espraiando paulatinamente para o interior. A sua expansão é por contiguidade e as populações fixadas no sertão conservavam um contato íntimo e geograficamente contínuo com seu centro irradiador. Da Bahia, tomemos este exemplo, o movimento de dispersão, começando já em fins do século XVI, alcançando o rio São Francisco em meados do seguinte; sobe-lhes as margens tanto

passando pelos relatos e documentos do bandeirantismo e da expansão pecuária na interior, alcançando as notícias das descobertas minerais, se fixando como narrativas dos viajantes estrangeiros, se consolidando na literatura e na historiografia na virada para o século XX e nele se perpetuando...” (RIBEIRO 2005 vol. I pg. 54)

²⁶ O modo de vida corresponde à forma particular de um grupo social manifestar sua vida, na qual as tradições e as representações resultantes da experiência vivida das condições de existência desempenham um importante papel. A diferenciação entre os modos de vida sob o capitalismo está relacionada à forma como esse modo de produção se reproduz, incorporando e redefinindo práticas sociais com temporalidade e ritmo de movimentos próprios. (MARQUES. 1994, pg.24-5).

²⁷ Entende-se a denominação de “sertão dos gerais” como um designador espacial do processo de ocupação e povoamento “decorrente da interação entre os usos da terra e a apropriação dos constituintes naturais do ambiente dos cerrados. Assim acontece no caso da denominação dos ‘gerais’ que se referem às compartimentações dos extensos campos naturais e das amplas chapadas entrecortas das por matas de galeria e veredas, típicas do planalto sedimentar do rio São Francisco” (TALPO. 2011, p.41-2).

direita como esquerda, povoando todo o curso médio do rio...)(PRADO JR., 1955; p.31)

Apresenta-se aqui, para estruturar a discussão, a necessidade de se considerar o processo de formação territorial, que imprimiu um designador espacial a área de estudo: o *sertão dos gerais*. Por isso, ao concentrarmos na abordagem do processo de ocupação e povoamento, procuramos atentar para sua qualidade geral e, ao mesmo tempo, particular da territorialização²⁸, em suas diferentes manifestações. Estas configuram um movimento processual de imposição das relações centradas na mediação social da forma mercadoria (Marx, 1984) e na mobilização do trabalho (GAUDEMAR, 1977), seja ele assalariado ou não.

“ (...) a formação aqui [“Brasil colonial”] posta esta submetida à lógica da mercadoria, ainda que relacionada a certas determinantes naturais. Sob este prisma, deve-se considerar que dada uma realidade já mundializada, as formações regionais expressam, portanto, uma divisão internacional do trabalho, pois que o capitalismo, como formação global, estabelece uma interface de modo que regionalizar implica numa forma de territorialização. (...) o sentido da colonização põe a nossa formação como que determinada pela lógica da mercadoria, universalizando, portanto, as nossas realidades regionais particulares e territorializadas seja pelo poder metropolitano, seja local.(ALFREDO, 2005)

Ao pensar sobre a imposição dessas categorias básicas do capitalismo, isto é, terra, trabalho e capital é importante destacar como essa imposição se deu em diferentes articulações nos diferentes lugares do planeta, sendo essa, a tônica de formação das particularidades de produção. No caso da modernização clássica, na Inglaterra especificamente, a acumulação primitiva do capital se deu por meio do cercamento das terras, o trabalho se constitui com livre, ou seja, a expropriação proporcionou às populações expropriadas de vender sua força de trabalho nas fabricas. Já no processo colonial brasileiro, a terra constituiu como “livre”²⁹, sendo ocupadas

²⁸ A noção de territorialização tem sua definição relacionada ao conceito de *território*, e mais precisamente, o debate sobre o *sujeito* num processo de configuração territorial. O tratamento clássico conferido ao debate, pela Geografia Política, figura o Estado, especificamente o Estado-Nação, como o agente responsável pela organização do território, como é possível reconhecer nos escritos de Ratzel e Vidal de la Blache (Damiani, 2002). Além deste, diferentes perspectivas na Geografia reconhecem também outros instrumentos de configuração do território como organizações e instituições, “do que adveio uma interpretação que supunha as relações de poder determinando o território e não exclusivamente o Estado.” (DAMIANI. 2002, p.17)

²⁹ É importante destacar que a legitimação da terra por meio das sesmarias, agregava diferentes estratégias de acesso à terra e permanente conflito fundiário decorrente da posse e de sua conseqüente expulsão ou agregação à unidade produtiva. “No período colonial e parte do período imperial, o livre acesso à terra resulta da exclusão institucional provocada pelo regime de sesmarias; ainda que o princípio da concessão, via carta de sesmaria, seja o do domínio condicionado ao uso produtivo, poucos puderam desfrutá-lo, já que aos indivíduos tidos como de “sangue impuro”, como indígenas, negros e mestiços foi interdito o direito de requerer sesmarias, restando-lhes ocupar livremente as terras localizadas para além do circuito do povoamento. Ademais, tratava-se de um sistema precário de posse, já que o título de sesmaria tinha precedência sobre essas e a ameaça da perda se concretizava a cada avanço das fronteiras econômicas. Portanto, o livre acesso existia apenas nas áreas que ainda

através da empresa colonial, e o trabalho imposto através da escravização e de “formas específicas de mobilização do trabalho”(Alfredo 2005). São essas formas específicas de mobilização que constituíram o chamado *sertão mineiro* por meio da ocupação de áreas por indivíduos “livres”, dispensados dos centros de produção das minas gerais. (cf. Maria Sylvia de Carvalho Franco e Laura de Mello e Souza).

Ao partirmos da reflexão sobre a territorialização do capital por meio das questões discutidas na obra “Crítica à Economia Política” de Karl Marx, é importante problematizar a constituição do capital e sua expansão de uma forma em que as categorias básicas do capital sejam tematizadas, como no caso da questão da acumulação primitiva como elemento de formação do capital, mesmo em realidades coloniais.

Ou seja, a imposição das relações sociais de produção historicamente constituídas nos remete ao sentido da colonização (PRADO JR. 1979) posta como necessidade de modernização do núcleo do sistema produtor de mercadorias por meio da realização sistemática de acumulação “primitiva” em territórios coloniais³⁰.

A rigor, podemos dizer que só existiu uma acumulação primitiva, aquela desencadeada a partir do centro do sistema produtor de mercadorias, que pôs as colônias a serviço da acumulação metropolitana, além de pôr a mercadoria e o trabalho na condição de mediações responsáveis por organizar tal relação. Entretanto, a forma particular de produção de mercadorias num contexto de abundância de terras e ausência de superpopulação relativa, como no Brasil Colonial, impunha o escravismo como forma de forçar trabalho e impedir o livre acesso à terra, o que, por um lado, torna complicadíssimo contabilizar nessa situação o que poderia ser definido como trabalho necessário e mais valia, mas por outro, descarta a possibilidade de que sua produção estivesse livre das categorias modernas do capital formado já na Europa. Nesse sentido é que pensamos que aquelas relações de produção caracterizadas como atrasadas ou não capitalistas, e até feudais como exposta por uma parte da historiografia brasileira, constituídas em especial até a Primeira República, como por exemplo, o colonato, a agregação, o camponês, o caipira, o sertanejo e etc, em sua totalidade, devem ser vistas como condição de realização da acumulação do capital.

Ao mesmo tempo, essa territorialização promove a constituição de relações sociais particulares de produção, que na área de estudo se desenvolveram sob a égide do latifúndio pecuarista, atividade subsidiária aos núcleos de exploração colonial das minas de ouro e

não haviam se tornado objeto de cobiça dos homens aptos a requisitar cartas de concessão de terras.” (PAULINO. 2006, pg 5)

³⁰ “(...) no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização nos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu.” (PRADO JR. 1979, p.31)

diamantes, e que impunha e regulamentava o trabalho por meio do poder estabelecido, isto é, do coronel proprietário de terras.

Essas relações sociais de produção conformaram uma dinâmica de controle da terra por parte do fazendeiro que era condição para submeter o produto do trabalho na forma da dominação pessoal. O “sertanejo”, por exemplo, personificaria o trabalhador ainda que este não fosse absolutamente despossuído dos meios de produção, contando com a constante possibilidade de acesso à terra. Essa dinâmica pode ser pensada como processo de mobilização territorial do trabalho, uma vez que o acesso a terra era determinado pelo fazendeiro, sendo assim, as atividades de roceiros, agregados, vaqueiros, meeiros, arrendatários e posseiros, estavam subordinadas à reprodução de seu capital.

Essas particularidades vão definir em boa parte as relações sociais das populações que se estabelecem dentro de um espaço conflituoso, no que tange as relações de propriedade e uso das terras, das relações de poder e do trabalho.

A constituição de extensas áreas produtoras, demarcadas pelo poder de fazendeiros e proprietários que ministravam a expansão das áreas dominadas, se apresentou conjuntamente com a dispersão das populações que constantemente iam se estabelecendo no domínio direto das unidades produtoras ou também em áreas contíguas às propriedades, exercendo assim a posse provisória até o momento da investida territorial do latifúndio.

“Historicamente, a “tapera” ou “rancho” era o tipo de construção característica de uma ocupação provisória, quando os recursos do Cerrado eram trabalhados de forma exploratória, como nos primeiros núcleos de mineração. Esse tipo de construção também se observava em grupos de presença itinerante, como nos acampamentos de caçadores-coletores: ou como moradia dos agricultores que se deslocam à medida que as terras são postas em descanso; ou transformadas em pasto nas fazendas.”
(RIBEIRO, 2005 vol. II p. 279)

Essa posse provisória era exercida, geralmente através do uso dos campos naturais para o pastoreio do gado “a solta” e na retirada da madeira para a abertura de novas áreas de lavoura. Produção exercida de forma familiar. Essas famílias ocupavam trechos entre propriedade (latifúndios), distantes das áreas criadoras e embora não estivesse sobre o jugo direto do proprietário de terra, sofriam o poder da “lei” local na qual a intervenção do fazendeiro resultava na agregação dessas famílias ou na expulsão violenta da terra.

A expulsão ou agregação desses “posseiros” se conjugavam com a necessidade de novos pastos e lavouras, que iam sendo ocupados conduzidos pelo aumento de produção, ligadas a grande empresa capitalista representada pelo latifúndio.

Expansão que se combinava com a existência de uma população ocupante de pequenos

lotes, pequenas terras, pagando a metade de sua produção para os proprietários da terra, os chamados meeiros. Ou também por pequenos proprietários criadores de gado proveniente da atividade de “vaqueiro”, que nas grandes fazendas conseguiam acumular rebanhos e consequentemente obter o acesso à terra.

Uma prática comum era o arrendamento de pequenas áreas de terra das fazendas para a produção de alimentos e criação de animais, comercializando ou trocando seus excedentes com outros viventes e com a grande fazenda, tendo a criação de gado como principal fator de circulação de dinheiro. Dinheiro esse que seria destinado, principalmente para abastecer seus sítios com produtos que não conseguiam produzir, como ferramentas e outros utensílios.

“Saía daqui pra buscar sal em Belo Horizonte. Saía daqui pra ir no Rio... O que fazia falta aqui nesse sertão era sal, querosene... Mas o senhor imagina: quando eu vim pra aqui, em 44. Querosene, sal e café era a coisa mais difícil. Aqui nesse sertão era isso. Querosene tinha que ir buscar em Colinas. Era 20 léguas. Não tinha estrada. Era em tropa de burro. Aqui, muito pouco homem sabe o que é uma tropa de burros; igual na Zona da Mata, né?[...] Era a vida ao natural.”(BRANDÃO. 1998 p.37)³¹

O trabalho que se generaliza a partir da consolidação dessas unidades produtoras, apresenta particularidades ligadas ao processo de socialização da produção sobre o jugo do poder exercido pelo fazendeiro. Essa unidade produtiva concentrava uma quantidade de pessoas envolvidas tanto na produção direta de mercadorias (lavouras e criações) como também nas atividades relacionadas à manutenção da estrutura da casa, currais, estradas e outras instâncias. Praticamente autossustentáveis, as famílias que viviam na fazenda produziam os alimentos através de roças coletivas ou particulares, cabendo ao excedente ser comercializado pelo fazendeiro.

Prática comum entre as populações que viviam da criação de gado e da lavoura, era a troca de trabalho, onde o roçado, o plantio, a colheita, a produção de farinha e outros alimentos eram feitos pelo trabalho dos próprios moradores ou por vizinhos que de comum acordo intercalavam o trabalho entre as roças.

Elidia: A gente fazia lavoura grande, lavoura grande, era lavoura assim de ter quinze homens, batendo enxada e limpando tudo...

Ewerton: Eram os chamados “Camaradas”?

Elidia: Era “camarada”, nessa época não tinha uma máquina, não tinha nada, era nos braços que a gente mexia em tudo...

Ewerton: E aí fazia aquela troca de trabalho? Vinha um pessoal, vizinhos...

Elidia: Isso, trocava... Trocava o dia né. Vamos supor, meu pai trabalhava um dia pra ele, depois vinha e trocava o dia com eles, as vezes trocava a semana toda também, né, porque as vezes o serviço era muito né, então eles trocavam o dia.

Ewerton: E a mulher trocava o dia também?

Elidia: Também! Era dois dias de mulher a troco de um dia de homem, hoje em dia não existe isso não, né. Hoje em dia o valor que tem o serviço de um homem tem o

³¹ Entrevista com Manuel de Nardi, antigo morador de Andrequicé, falecido em 1997. Entrevista realizada nos arredores de Andrequicé em 20 de julho de 1989.

serviço de mulher. Naquela época era mais difícil, era dois dias da gente por um dia de homem. Era injusto.

Ewerton: Na enxada? O mesmo serviço de um homem?

Elidia: É, a gente não capinava, a gente plantava... eles iam na frente fazendo as covas e nos ia atrás jogando mantimento e batendo terra e fechando, fechando as covas...³²

O trabalho contínuo do cotidiano das fazendas e pequenos sítios era sustentado por um conhecimento de apropriação de elementos do meio natural. Instalando as sedes em beira de rios ou de veredas para aproveitar a contínua fluidez de água, geralmente canalizados nos chamados “regos” que alimentavam as casas e currais. As roças e lavouras trabalhadas em faixas que margeavam os corpos d’água, próximo ou dentro das várzeas, aproveitavam a umidade e a fertilidade dos terrenos, além da época certa para o plantio, que visava as épocas chuvosas. E todo um conhecimento sobre o trato com o gado, as técnicas de domesticação, criação, instrumentos de manipulação e estruturas de currais e pastos para a sua contínua recria.

A figura do “vaqueiro” se destaca dessa população vivente das grandes fazendas, por possuir uma relação direta com os “donos da terra” bem diferente do que outros elementos que se desdobravam no trabalho diário da fazenda, embora essa figura, de certo modo, se misturasse ao cotidiano de trabalho.

A atividade de “vaqueiro” designava o cuidado sobre os animais e suas necessidades, havendo um acordo entre este e o dono do rebanho de que, a partir do quarto ano de estabelecimento do vaqueiro na fazenda, a cada dez animais criados, dois se tornavam sua propriedade.

“Aqui mesmo eles usavam de dar isso: quatro por um. Depois, eles acabaram com esse negócio de ‘sorte’, porque o valor foi muito, tomou caminho. Por exemplo, a fazenda que desse na ‘sorte’ de quatro por um, de dez reses o vaqueiro tinha duas e o fazendeiro tinha oito. E de outro o fazendeiro tinha seis e o empregado tinha dois, e de doze tinha quatro, ele. Então, quer dizer: a fazenda que dava aí 200, 400 bezerros, o empregado tinha uma fortuna aí. Logo, logo, ele tava rico. [...] Eu conheço nesses fundo do Urucuia diversos sujeitos que era empregado e hoje são ricos, de ganhar gado na ‘sorte’. Depois, ele arrumou esse negócio de salário e cortaram esse negócio de ‘sorte’. E passaram a salário. Então, foi aí que veio a tribulação da desintendência do povo: do fazendeiro com vaqueiro.” (BRANDÃO. 2006 p.37)³³

A produção do excedente nas lavouras era uma modalidade de pouca ocorrência entre essas fazendas, que se concentravam na criação de rebanhos e produção de leite. No caso da produção dos alimentos nas lavouras, roças e pomares, ocorria a divisão e o abastecimento das casas dos moradores da fazenda, representando uma espécie de pagamento dos serviços prestados.

³² Entrevista realizada com Elídia Fernandes dos Reis, 67 anos, moradora de Andrequicé, em fevereiro de 2011, São Paulo-SP

³³ Entrevista com João Redondo - vaqueiro das beiras do Paracatu realizada em de julho de 1989.

Essa espécie de socialização da produção era uma prática que mantinha a relação de trabalho nas fazendas, entre as várias funções, isto é, entre os vaqueiros, lavradores, carpinteiros, como também com o fazendeiro.

Elidia: (...) colhia na roça o mantimento e amuntava, e meu pai ia colocava no carro de boi e trazia tudo pra casa. E tinha a casa separada pra colocar os mantimentos, porque a gente não comprava, passava, a gente não sabia o que era comprar.. engordava porco, todo mês matava um boi pra dispensa, matava um porco gordo, não existia óleo, a gente tinha as coisas tudo da natureza...

Ewerton: Vendia os mantimentos?

Elidia: Vendia, quando acontecia corria dinheiro, né. Então vendia o mantimento pra comprar o sal, essas coisas que a gente não podia produzir em casa, não tinha como, né. então vendia mantimento pra comprar essas coisas.

Ewerton: Na fazenda que a senhora morava, passava boiada?

Elidia: Passava, porque nessa época, não tinha jeito de embarcar, passava de cavalo, minha casa mesmo era lugar de parar, aí o que que acontecia, parava muita gente. Tinha pasto pequeno que era pros bezerros, então colocava aquela boiada toda no pasto pequeno. Que chamava manga, pra colocar os bezerros, aí colocava os bezerros no curral e eles prendia as criações na manga dos bezerros. Quando era no outro dia de manha eles faziam o café e pegava a tropa e viajava com as criações. Era porco também que eles vendiam também e aí passavam também aquela porcada na porta de casa, de uma fazenda pra outra, é desse jeito...³⁴

Fonte: Hans Mann, 1961 p. 74

Foto 14 – Carro de boi, típico para transporte de mantimentos e utensílios.

Quando ocorria a sobra, ou a constituição do excedente de produção de alimentos, provenientes das lavouras, a produção era destinada para os comércios de povoados e cidades.

As criações provenientes dessas unidades de produção eram dispostas tanto para a obtenção e comercialização da carne como também do leite. O gado de corte era geralmente

³⁴ Idem página 77.

encaminhado através das “boiadas” para os centros de consumo, as cidades e capitais como Curvelo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro. Já o leite era vendido principalmente nos comércios locais e nas cidades próximas, que iriam fazer o enriquecimento e obtenção de derivados como o creme de leite, a manteiga e os queijos.

“São pessoas altamente independentes, já que só se compra três tipos de fabricações: querosene, sal e tecido fino, o restante é produzido aqui: do açúcar , rapadura e boa cachaça, às mantas de algodão, casas e móveis no enxó, arreios, toda farta e variada arte culinária sertaneja. Aliás, comercializa-se em Corinto e Curvelo ainda os carregamentos atados em nove dias de viagem com carro de boi, já a Jardineira do laticínio recolhe os galões de creme de leite, exporta-se também o peixe salgado via Pirapora para o Rio de Janeiro e São Paulo.”(Barbara Johnsen, 2007)

“Tangendo” boiadas pelas estradas até o ponto de comercialização das criações, as comitivas compostas por vaqueiros, circulavam pelas inúmeras fazendas, realizando pouso em fazendas maiores que compunham o caminho, e realizando também a comercialização dos bois entre as fazendas e entre os pequenos criadores que tinham como principal forma de obtenção de dinheiro, a venda de animais para as boiadas que passavam pelas estradas próximas a seus sítios.

Nas pequenas propriedades, que entrecortavam as grandes fazendas, é que os vínculos de socialização da produção, do trabalho e dos recursos apropriados do cerrado se apresentaram como necessidade básica para a manutenção da vida.

Foto 15 – Boiada sendo transportada por vaqueiros.

Geralmente estruturadas na centralidade familiar, se concentravam na produção de alimentos em roças e na criação de pequenos rebanhos de gado e outros animais, sendo boa parte voltada para o consumo próprio. Sendo as terras ora “arrendadas”, ora pagas através da destinação

de metade da produção para o proprietário. Estavam localizadas próximo aos cursos de rio e das veredas, devido à fácil obtenção de terras mais úmidas e férteis.

Era comum a criação de gado “a solta”, isto é, o pastoreio de animais em campos naturais, fora dos limites das pequenas propriedades, além da coleta de frutos e da caça nas extensas chapadas. A troca de trabalho entre os “camaradas” também era comum, além do trabalho nas grandes fazendas, como forma de complemento da renda e também com forma de capitalização necessária para a compra de utensílios e ferramentas.

A mudança nos padrões de produção e a intensificação da industrialização reestruturaram as formas de apropriação territorial na cidade e se desdobraram em uma nova reorganização espacial no campo. A população que vivia em meio aos sítios e fazendas em poucos anos se colocam em movimento, proletarizando-se nos grandes centros urbanos ou mesmo nas pequenas e médias cidades regionais. O movimento de migração que se coloca é o chamado campo/cidade.

“Para além do discurso bastante difundido de que toda essa revolução nas relações de poder por meio da tecnologia conhecida por Revolução Verde proporcionou o abastecimento de uma crescente população no mundo inteiro, e em particular de uma população que se urbanizava, é importante assinalar que os efeitos dessas transformações no mundo rural são mais complexos e contraditórios do que vem sendo admitido. (...) à medida que avança a queda dos preços, os agricultores que não tem podido investir nem obter ganhos de produtividade consideráveis caem abaixo do umbral de renovação econômica de sua exploração: seus ingressos monetários resultam insuficientes para comprar os bens de consumo indispensáveis que não podem produzir, ou às vezes, para pagar os impostos (...). Em outras palavras, uma exploração agrícola cujos ingressos caem abaixo do nível de renovação só pode sobreviver à custa de uma autêntica descapitalização (venda de gado vivo, apetrechos cada vez mais reduzidos e sem manutenção), do subconsumo (camponeses andrajosos e descalços) da desnutrição e a curto prazo do êxodo (...) (PORTO GONÇALVES, 2006)”

A possibilidade de se manter na atividade agrícola passa por essas mudanças, e as atividades monetarizadas, até então “marginais” se tornam gradualmente elemento central. As formas do trabalho e as formas de apropriação da terra que se complementavam substancialmente se autonomizam de forma a constituir de um lado meios de produção e de outro força de trabalho formada e mobilizada.

Questão que aparece na trajetória de inúmeros indivíduos estabelecidos em nossa área de estudo. As mudanças técnicas na atividade agropecuária impõe um padrão sanitário que seleciona e segrega uma boa arte de pequenos produtores agropecuário a desempenhar outras atividades produtivas. A chamada modernização do campo também precisa ser pensada em suas implicações

negativas, que incidiram principalmente nos pequenos produtores e trabalhadores, regulando e valorizando o uso da terra e das atividades produtivas e formando um padrão em que as práticas produtivas desenvolvidas até o dado momento não se sustentavam.

A região pecuária que se forma por meio de um movimento “extensivo” de territorialização, no período colonial e pós-colonial, se coloca como obstáculo para o desenvolvimentismo estatal após a segunda guerra mundial. Rapidamente se forma um interesse enorme sobre as amplas chapadas areníticas do chamado *sertão dos gerais*, o que resulta na formação de um mercado de terras, por meio de regularização fundiária e desmandos do poder sobre a propriedade da terra.

O histórico de formação e constituição de trabalho e de acesso à terra – submetido às relações de poder centralizadas na propriedade privada, na imposição do trabalho e na produção de mercadorias – que vem sendo discutido - participa do processo de constituição de uma economia mundializada. Considerá-la deste ponto de vista torna-se importante ainda para o entendimento das transformações que esses viventes presenciaram nas últimas cinco décadas e que tão radicalmente inverteram a interação social.

Transformação essa que provocou uma mudança de eixo na vivência das pessoas estabelecidas nas diferentes localidades e povoados, principalmente no que tange as possibilidades de permanência dessas pessoas em suas terras e a sobrevivência de práticas sociais e econômicas centradas na produção, tanto na grande propriedade criadora de gado, como também nos pequenos estabelecimentos rurais.

A crise e a contradição são as bases fundamentais na sociedade capitalista, que, determina formas de existência e cuja aparência se dá de modo coerente e racional, mas não passando de uma coerência superficial determinada pela contradição do próprio capital.

Logo, a crise que se formara, se contrapondo as práticas econômicas desenvolvidas historicamente definidora da “formação regional”³⁵ centrada na criação de gado extensiva e na produção agrícola, determinou o início da expulsão gradual das populações viventes das fazendas e sítios. Crise esta decorrente do aumento da produtividade nacional, e que exigia uma maior intensificação do processo produtivo alterando as formas particulares de socialização da produção, acesso à terra e constituição do trabalho.

Frente a essas demandas econômicas externas ao cotidiano dessas populações agropastoris, o Estado posicionou-se, pressionado pelos setores de maior crescimento e

³⁵ “A formação regional é entendida como um momento da história nacional sobre as bases do colonial. O sentido do processo colonial permanece organizando as relações de produção regionais. São as condições regionais que fazem com que a organização das relações de produção precisem adaptar-se para viabilizar a acumulação do capital.” (TOLEDO, 2008)

concentração monetária, isto é, o setor agroindustrial e siderúrgico, setor esse que se compôs como “modernizador” da realidade econômica existente, fomentando ações dinamizadoras da produtividade.

Posicionamento este, realizado pelo Estado, que estimulou atividades agropecuárias intensivas e agroindustriais por meio de incentivos fiscais, criando infra-estruturas de circulação e de bases energéticas de grande abrangência, além de “forçar” uma nova dinâmica de ocupação das terras através das regularizações fundiárias.

3.2.2. Do carvão ao trabalho carvoeiro

Apontamos que as transformações da base técnica agrícola resultaram na instauração do denominado complexo agroindustrial (CAI) brasileiro, o qual redimensionou o espaço e definiu uma funcionalidade produtiva que se contrapôs à vida das populações estabelecidas sob as interações sociais já discutidas.

A partir dos anos 1930, a forma de subordinação do trabalho muda qualitativamente por meio da política de integração nacional conjuntamente à constituição de um mercado interno de força de trabalho que se representa agora em nível nacional e não mais regional. Nesse sentido o poder local exercido pelos coronéis e validada pelas alianças regionais passa por mudanças irreversíveis das quais o poder sobre a terra e sobre as relações de trabalho serão questionados por agentes dos setores econômicos globais, no caso estudado, a indústria pesada de bens de produção³⁶.

Acrescenta-se a esse momento de mudança nas relações de poder que o fim do poder bélico dos coronéis com a destituição da Guarda Nacional, arregimentada para garantir os interesses da elite latifundiária, precederá a intervenção do Estado que passará a monopolizar definitivamente o exercício da violência. Para uma discussão mais aprofundada sobre essa perspectiva cf. TOLEDO, 2008; BOECHAT, 2009 e LEITE, 2010.

Tal mudança se constitui como pressuposto da atuação do Estado na economia, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial, nos anos 1950. É nesse período que a dinâmica territorial na área de estudo foi submetida às transformações ocorridas no plano político-econômico nacional³⁷.

³⁶ A partir desse momento é o Estado nacional em modernização retardatária e não mais os coronéis regionais que detêm as condições para forçar trabalho e, portanto, deve fazê-lo de modo a instaurar novas relações de produção, fundadas no trabalho assalariado, que busquem suprimir os padrões regionais de acumulação do capital. (Leite, 2010. p. 183)

³⁷ “O planejamento emerge aqui como uma ‘forma’ da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que *tomam a aparência de conflitos inter-regionais*; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma

Na realização do projeto político-econômico desenvolvimentista, novas práticas produtivas transformaram as necessidades das diversas localidades na área de estudo – que até então se encontravam determinadas pela dinâmica de reprodução da fazenda pecuária – a qual conformou uma *região*³⁸.

Essa mudança substancial redefine um sentido cada vez mais o urbano na construção do cotidiano das localidades (LEFEBVRE, 1977), posto que, determinada pela instauração da industrialização como processo, a produção do espaço passa a se impor como tendência de constituição do urbano (LEFEBVRE, 2006) e as engloba no turbilhão da produção intensiva de mercadorias dos setores agroindustriais, expulsando um contingente considerável de pessoas, das relações estabelecidas durante o processo de formação regional, mobilizando-as para os grandes centros urbanos.

Nas décadas que se seguiram ao estabelecimento das primeiras empresas de produção de carvão, ocorreu uma expansão da atividade agroindustrial nesses municípios, o que implicou na constituição de novas formas de produção e de exploração do trabalho. A eliminação das florestas de cerrado e a implementação do reflorestamento acompanhado de técnicas e tecnologias advindas do movimento de modernização da agricultura, re-significaram o acesso à terra e as formas do trabalho.

A sociabilidade que se forma nas últimas décadas apresenta um quadro importante para se pensar o atual momento da modernização. A expansão da agroindústria se projeta como carro chefe do desenvolvimento econômico e junto com ele se instaura um processo de expulsão do trabalhador rural do campo. A expropriação fundiária e a migração campo/cidade caracteriza o momento de formação de um mercado de terras para as atividades agroindustriais, re-significando as relações de reprodução do trabalhador rural, que se vê migrante atrás de trabalho, seja na indústria das capitais do sudeste, seja nas plantações de cana e laranja do interior paulista, ou mesmo em frentes pioneiras na Amazônia.

Nesse contexto o trabalho nas carvoarias espalhadas junto aos córregos e veredas da

homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da ‘integração nacional’” (Oliveira, 2008, p.149; grifo do autor).

³⁸ Ao abordarmos a dinâmica de reprodução da fazenda pecuária como formação regional, estamos aqui considerando a sugestão de Francisco de Oliveira, que a entende como conjunto de relações sociais de produção particulares (Oliveira, 1977) ou ainda como forma particular da mobilização do trabalho (Toledo, 2008). Esse conceito de região se diferencia da forma como a geografia da escola francesa clássica aborda o problema, mas se relaciona indiretamente com a renovação do conceito de região como objeto de intervenção do planejamento estatal, que o estudo de Oliveira busca criticar quando analisa a SUDENE. Como aponta Sandra Lencioni: “Na França, a escola lablachiana continuou seu predomínio até os anos 60 praticamente, tendo sido renovada pelo o que ficou conhecido como a Geografia Ativa. Essa Geografia não entendia que havia uma ordem subjacente no espaço, nos moldes da Geografia Nova. Para a Geografia Ativa, através da ação do homem, por via institucional, poderia organizar-se o espaço. Essa denominação de “ativa” tem o sentido de uma geografia de ação, no caso, de uma Geografia Regional de ação que entendia a região como objeto de intervenção”. (Lencioni, 1999; p.140).

região, se torna possibilidade para uma pequena capitalização de sitiantes e posseiros que permanecem em meio a diversos conflitos fundiários. O trabalho deixa a roça e vai para dentro do forno de carvão.

As relações de trabalho se formam em torno do trabalhador rural, que em grande parte desenvolvia atividade de produção camponesa, em muitos casos como arrendatário, como agregado ou como meeiro. Essas relações de produção são transpostas para a atividade carvoeira, a produção familiar e a divisão do valor obtido com o proprietário da terra se colocam como principal estratégia de formação do trabalho carvoeiro e possibilita o estabelecimento do setor agroindustrial.

A exploração do trabalho em bases familiares, no momento inicial de estabelecimento da atividade carvoeira, foi uma estratégia, mas não foi a única.

A atuação do Estado desenvolvimentista, a partir do pós-guerra, na economia nacional, por meio das características dinâmicas da modernização retardatária (KURZ, 1999)³⁹, centralizou-se na questão regional (Oliveira, 1977). Por meio desta, redimensionou, através do planejamento, o chamado *sertão dos gerais*, no sentido de “corrigir” as disparidades dos níveis produtivos, criando bases estruturais e investindo na atuação dos setores da economia mundial, colocando como meta o desenvolvimento econômico por meio da industrialização.

Para o entendimento desse processo, em nossa área de estudo, tornam-se importantes a análise de duas iniciativas realizadas no Estado de Minas Gerais. Num primeiro momento se realiza o incentivo às indústrias de bens de produção, em especial a indústria siderúrgica, com a constituição dos pólos siderúrgicos mineiros com incentivos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado em 1952, atual BNDES. Num segundo momento chamamos a atenção para a atuação da Fundação Rural Mineira⁴⁰, que leva à aplicação projetos de regularização fundiária e de incentivos fiscais à atividade de silvicultura para a produção de carvão por meio do programa dos Distritos Florestais, já em meados da década de 1970.

Da intervenção do Estado desenvolvimentista, ao momento atual, pode-se observar uma profunda transformação das relações sociais de produção no chamado *sertão dos gerais*, configurando-o como um território de integração que permitiu a ampliação das relações urbano-industriais.

³⁹ No período JK é possível reconhecer essa dinâmica, através da “implantação dos ramos automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, ao lado da triplicação da capacidade da siderurgia, construção e melhoramento da infra-estrutura, de rodovias, produção de energia elétrica, armazenamento e silos, portos, ao lado de viabilizar o avanço da fronteira agrícola” (OLIVEIRA. 2003, p.72)

⁴⁰ Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário (*RuralMinas*), Criada em 1966 pelo então governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, tinha como meta a implantação de um plano de integração para o desenvolvimento do noroeste do estado de Minas Gerais, considerado “um vazio econômico e social que deveria ser integrado ao resto de Minas e do país” (IEF, 1975, vol. I, p.59).

Cabe aqui salientar que, na área estudada, essa configuração esteve marcada pela construção da hidrelétrica de Três Marias⁴¹ (iniciada em maio de 1967) que impulsionou a criação da cidade de mesmo nome, na qual foram instaladas diversas indústrias, como também, o estabelecimento, nas amplas chapadas areníticas, de áreas de plantio de florestas homogêneas de eucalipto, voltadas para a produção de carvão que alimentariam os alto-fornos nos pólos siderúrgicos mineiros.

As atividades acima descritas receberam maciços investimentos estatais, por meio de créditos à produção e da cessão de terras aos empreendimentos produtivos. É importante destacar também a instauração do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, que ofereceu grande volume de crédito, por intermédio do sistema bancário institucionalizado (que passa a ocupar o lugar das fontes usurárias tradicionais, ligadas ao capital comercial) às atividades agroindustriais. Nesse sentido as atividades ligadas à agroindústria, tanto a pecuária como a agricultura passam a ser promovidas em função da desvalorização das atividades da pecuária extensiva e da agricultura de subsistência.

Opera-se nesse momento, por meio da intervenção dos setores da economia mundial, personificado pelo capital industrial e subvencionado pelo Estado e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um recorte espacial sobre o território mineiro contando com delimitações e sobreposições dos diversos planos de desenvolvimento econômico, como apresentado no mapa das áreas de atuação dos principais planos de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, retirado dos estudos básicos para implantação do plano de integração silvo-agropecuário-industrial, elaborado pela RURALMINAS em maio de 1975.⁴²

⁴¹ No ano de 1951 é entregue os estudos técnicos sobre a regularização do regime das águas do Rio São Francisco, realizado pela Comissão do Vale do São Francisco, ao então Presidente Getúlio Vargas. O estudo propunha o aproveitamento do desnível do Rio São Francisco não só para a construção de uma barragem a fim de promover a regularização de navegação do médio e alto São Francisco como também a possibilidade da implantação de novas indústrias. O estudo concluía que “35 indústrias poderiam ser organizadas ou ampliadas na zona de influência da futura Usina Hidrelétrica de Três Marias e que a demanda de energia elétrica atingiria a mais de um milhão de cavalos vapor, ou seja 800.000 Kw.” (Pimeta. 1967, p.33)

⁴² Retirado de IEF, 1975 vol. I, p. 65-A

Mapa 3- Áreas de ação das políticas de planejamento no estado de Minas Gerais na década de 1970. Fonte: (IEF, 1975)

Por meio de um plano articulado entre vários setores do poder público foram definidas as bases do planejamento regional que abrangeu uma imensa área do centro oeste e noroeste de Minas Gerais, sendo definido como Distrito Florestal do Vale do Rio São Francisco (IEF, 1975). Concentrado no plano de desenvolvimento econômico e regularização fundiária⁴³, esse projeto teve como base estruturante das políticas o Planoroeste que atuou na promoção de assentamento de colonos, na implantação de infra-estrutura regional e de assistência técnica e na formulação de uma legislação que objetivava a “legitimação da propriedade, no uso e reintegração de posse e na discriminação de terras devolutas” (IEF, 1975 vol. 1, p. 4). Ações essas que transformaram radicalmente o acesso a terra e as formas de exploração do trabalho na área de estudo, contribuindo não só para expropriação fundiária, como também, para o estabelecimento de relações sociais de produção que permitiram o desenvolvimento de atividades industriais.

Práticas de uso e manejo de áreas florestais já se apresentavam como “necessárias”,

⁴³ Implantada pelo estado de Minas Gerais através da Fundação Rural Mineira, contando com recursos providos do governo federal, estadual e de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

frente à possível escassez de madeira decorrente da atividade de carvoejamento destinadas às siderúrgicas mineiras, que consumiam quantidade considerável de matas nativas de cerrado, em seu processo produtivo de obtenção de ferro gusa e aço⁴⁴.

O aumento da produtividade estimulou a generalização da prática do carvoejamento nas comunidades rurais e núcleos urbanos, intensificando os limites de obtenção de matéria prima, questão que afetava diretamente a produtividade de um conjunto de indústrias siderúrgicas. Essas indústrias se espalhavam sobre o estado de Minas, formando pólos siderúrgicos que durante décadas receberam todo tipo de investimento de capital estatal e privado, proporcionando seu desenvolvimento.

“(...) Nesse âmbito, e tendo em vistas as suas necessidades, a siderurgia organizou e solucionou por si mesma a "sua parte" do problema. No bojo do processo de desenvolvimento da siderurgia estadual, as alternativas que se colocaram para o fornecimento de carvão vegetal à indústria culminaram com a adoção e defesa do "reflorestamento" como parte integrante da expansão empresarial desse ramo industrial. Uma questão central envolvida nessa definição do “reflorestamento” como ato de criação de um estoque renovável de carbono era a de que as florestas circunvizinhas à região das usinas estavam desaparecendo, comprometendo o abastecimento da indústria. Como a quase totalidade do carvão vegetal consumido provinha de florestas nativas (até a década de 1960),urgia criar condições para a reposição dessa fonte” (GONÇALVES, 2006 p. 2)

Durante esse período, contraditoriamente, uma pressão exercida por agentes do Estado, institutos de pesquisa e industriais, dirigido às comunidades sertanejas, que exerciam a prática agropecuária extensiva, detentoras de atividades consideradas como “arcaicas”, apontavam a agropecuária em moldes de uso “tradicionais” como principal causadora da supressão das matas. A agropecuária, considerada atividade principal de boa parte do sertão mineiro, passava por uma reestruturação, que em pouco tempo redefiniu o espaço. A regularização de terras devolutas, a necessidade de agregação da indústria à prática agropecuária e o controle sanitário, imprimiram um novo modelo em que a produção familiar, e toda uma diversidade de relações particulares em torno dessa atividade se implodisse.

⁴⁴ O aço é uma mistura de ferro e carbono. Na siderurgia, o ferro é extraído do minério de ferro e o carbono provém do carvão, que pode ser mineral ou vegetal. O carvão é utilizado na fabricação do aço de duas formas: como combustível, permitindo alcançar a temperatura necessária à fusão do minério (cerca de 1.500°C), e como redutor, associando-se ao oxigênio que se desprende do minério, deixando livre o ferro para ser fundido. Esse processo é denominado redução e ocorre dentro de um equipamento conhecido como alto-forno, movido a carvão. O ferro obtido nesta etapa é o ferro gusa ou ferro de primeira fusão (IBS, 2005). A segunda fase do processo de produção do aço é o refino, que consiste na queima de impurezas e adição de outras substâncias para se obter a liga. (IBS, 2005)” (Calixto, 2006; 23).

“Ao atribuir à agricultura “tradicional” o qualificativo de devastadora (conforme afirmado em relatórios do Serviço de Fiscalização de Terras e Matas da Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio de Minas) - o Estado favoreceu uma primazia da ordem privada sobre a esfera pública (MOTTA, 1998; MARTINS, 1994). Ao vincular o sistema de posse dos pequenos agricultores à degradação dos solos e das florestas, apontando como solução a regularização fundiária, o Estado mineiro contribuiu para afirmar a precedência dos interesses particulares dos agentes econômicos “modernos” sobre os bens públicos terra e recursos florestais. Adicionalmente, na percepção conservacionista, a perspectiva era que o processo destrutivo derivado do uso “tradicional” dos recursos naturais significava um atraso para a própria industrialização.”(GONÇALVES, 2006 p.2)

Essa pressão proveniente de um pensamento apologético ao progresso e ao desenvolvimento econômico global formaram as justificativas para intervenções estatais por meio do planejamento territorial, culminando na delimitação de “regiões” aptas para o cultivo de florestas homogêneas de eucaliptos e pinus, como está presente nos documentos técnicos da FUNDAÇÃO RURALMINAS:

“Na última década, técnicos mineiros fizeram o estudo da região Noroeste do Estado: 110 mil quilômetros quadrados, 23 municípios, 450 mil habitantes, grande potencialidade, mas ausência de infra-estrutura – um vazio econômico e social que deveria ser integrado ao resto de Minas e do país.” (IEF, 1975 vol. 1, p. 59)

Desde as décadas de 1940, empresas siderúrgicas de ferro gusa e aço, já ocupavam áreas com florestas homogêneas, destinada a reservas de madeira para produção, utilizando diversas espécies florestais inclusive o *eucalyptus spp.* Essas áreas de plantio margeavam os pólos siderúrgicos existentes, mas o aumento do valor das terras no entorno das siderúrgicas decorrente principalmente da crescente urbanização dessas áreas, desencadeia uma busca por terras mais baratas.

São nas áreas do chamado sertão mineiro, devido, principalmente, às estruturas fundiárias “*marcadas pela extrema desigualdade distributiva*”, e pela generalizada presença de terras devolutas⁴⁵, é que se observava uma forte coerção do Estado através de um programa de desenvolvimento que “privilegiou” o setor privado, representado a partir daí, pelas grandes

⁴⁵ Entende-se como terras devolutas terrenos públicos, ou seja, propriedades públicas que nunca pertenceram a um particular mesmo ocupados por terceiros, não apresentando assim documentação oficializado em cartório de terras. Advindo do processo colonial e definida na lei de terras nº 607 de 1850, remetia-se as áreas de semarias que “*são devolutas, na faixa de fronteira, nos territórios federais e no Distrito Federal, as terras, que não sendo próprios, nem aplicadas a algum uso público federal, estadual, territorial ou municipal, não se incorporaram ao domínio privado*”.

empresas do ramo de siderurgia.

Fonte: Hans Mann, 1961 p. 130

Foto 16 – Vista de pátio de siderúrgica.

O Estado novamente interferiria a reboque do econômico, planejando áreas para a implantação de projetos aliados à industrialização. A produção de ferro gusa e aço, além do Plano Nacional de Papel e Celulose, se tornavam pontos estratégicos para a produção industrial e o momento exigia uma maior adequação da base produtiva para o mercado interno e externo.

No bojo dessa modernização, uma crescente necessidade de matéria prima para a indústria se tornaria o ponto de entrave do desenvolvimento econômico industrial do setor siderúrgico, primeiro pela quase supressão das reservas florestais nativas como também pelo crescimento desenfreado dos setores industriais de transformação⁴⁶ mediado pela considerável participação na economia das indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis, pressionando assim a necessidade de obtenção de aço, ferro gusa e consequentemente de carvão.

“Como consequência do golpe militar de 1964, a questão florestal foi transformada, tendo em vista o crescimento do número de consumidores intensivos de matéria

⁴⁶ Entende-se como indústrias de transformação, as indústrias de bens de consumo duráveis, isto é, máquinas, carros, eletrodomésticos.

prima florestal (o que mantinha em ritmo acelerado a destruição da cobertura florestal nativa por todo o país) e a ausência de políticas públicas ativas de proteção dos remanescentes florestais ou de recuperação da área desmatada. A partir desse instante, o Estado ficou a reboque das ações privadas relativas ao “reflorestamento” (GONÇALVES, 2006 p. 3)

Por esse motivo, o fato é que, principalmente durante o período do Regime Militar (1964-1985), o incentivo estatal à ocupação desta parte do Brasil - como se este espaço já não estivesse ocupado – se deu em grande medida, pela expansão de monocultura, como a soja e o eucalipto, no contexto da Revolução Verde. A idéia propagada era de modernizar o “sertão brasileiro”, levar para lá o progresso, a partir da produção agropecuária em larga escala para exportação, gerando divisas para o país equiparar sua balança comercial no comércio internacional, e assim estruturar o processo de industrialização nacional.

Esse processo se intensifica na década de 70, período militar sob o comando do general Ernesto Geisel, com o Plano Nacional de Desenvolvimento, que, calcados na obtenção de empréstimos de agências financeiras internacionais, estabeleceu as diretrizes do crescimento e desenvolvimento das forças produtivas da indústria nacional. Paralelamente, era através da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) - criado por Kubitschek - e por projetos de planejamento territorial promovidos pelo Estado ditatorial como o (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos Cerrados) o Polocentro (Programa de desenvolvimento dos Cerrados) que o Estado objetivava a “ocupação produtiva” do sertão mineiro.

“(…) O Programa de desenvolvimento dos Cerrados, criado pelo decreto nº 75.370, de 29.01.75, visa a incorporar ao processo produtivo de agropecuária nacional de 75/79, uma área de 3,7 milhões de hectares, sendo 1,8 milhões para cultura, 1,2 milhões para a pecuária e 0,7 milhões para reflorestamento (através de incentivos fiscais).” (IEF, 1975 vol. I, p. 56)

Programas que definiram boa parte das políticas de territorialização do capital pelo interior do país, em especial às áreas de Cerrado, já como um processo dinamizador do desenvolvimento das forças produtivas em níveis que buscavam uma equiparação aos níveis produtivos dos países centrais do capitalismo, isto é, a industrialização como foco principal.

Nesse contexto é que dois planos de desenvolvimento territorial irão atuar mais intensamente no vale do rio São Francisco, arrasando as estruturas sociais advindas das práticas da pecuária extensiva e da agricultura.

Primeiramente, o projeto de desenvolvimento econômico de regularização fundiária

implantada pelo estado de Minas Gerais através da FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA, contando com recursos providos do governo federal, estadual e de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse projeto passou a promover programas como o Planoroeste que atuava promovendo o assentamento de colonos, implantação de infraestrutura regional e de assistência técnica, como também em uma política de legitimação de terras que objetivava a “legitimação da propriedade, no uso e reintegração de posse e na discriminação de terras devolutas”. Destaca-se a questão abordada pela Fundação RURAL MINAS no que toca a regularização de ocupantes das terras devolutas, os que mais irão sofrer a ação do poder estatal.

Compostas em grande número por posseiros que ocuparam a terra em sua maioria há décadas, ocupavam principalmente as áreas de cultura nas proximidades dos cursos d’água e dos campos que margeiam as veredas. Utilizavam ainda a rotação das terras para o plantio de culturas como a mandioca, o feijão, a cana, entre outros, como também as várzeas dos rios para o plantio de arroz, além do pastoreio das criações de animais nos campos abertos e nas chapadas. Para muitos posseiros, essa regularização das terras devolutas, apareceu como uma carta de reintegração de posse dirigida pelo Estado, para impor a esses pequenos produtores “descapitalizados” a imediata comercialização das terras:

“(...) tendo em vista que as terras devolutas compreendem grandes extensões do território mineiro. Sua ocupação pelos particulares se processa ao longo do tempo, espontaneamente. Em muitos casos, a posse se estende por grandes espaços de tempo, transferindo-se de pai para filho, sem que resulte em direito de propriedade, já que o usucapião não se aplica as terras publicas. Aplica-se, no caso, a legitimação, que é a venda preferencial aos ocupantes efetivos.” (IEF, 1975 vol. I, p. 60)

Essa imposição referente à comercialização das terras do sertão mineiro conduziu a uma tendência à concentração de terras nas mãos dos proprietários já estabelecidos na área de aplicação da lei, pelo fato de já estarem capitalizados e em sintonia com os projetos de investimento à produção agropecuária.

No documento estudado sobre a legitimação das terras, a fundação destaca a situação e as leis vigentes a essa população que ocupava pequenas parcelas de terras voltadas para a produção familiar e comercialização de um pequeno excedente para a aquisição de utensílios que não conseguiam produzir, como já discutido.

“O processo de legitimação segue, basicamente, a lei 550, de 1949. Essa legitimação tem o caráter permanente, mas o governo, no intuito de facilitar aos ocupantes, tem introduzido modificações nesse sentido. Assim é que, no momento, esta em vigor uma lei temporária (numero 6177), que oferece uma serie de vantagens: ela permite

a legitimação a quem exerça a ocupação efetiva e real de boa fé de terras devolutas, por mais de cinco anos, sendo necessário que a gleba esteja cadastrada no Incra. Essa lei declara que são terras havidas de boa fé aquelas cujo ocupante ignora o vício que lhe impedia a apreensão da terra pública ou a aquisição do direito. A prova da ocupação por mais de cinco anos pode ser feita por vários meios e, para completar aquele prazo, o requerente poderá somar ao seu tempo os de seus antecessores, exigindo-se sempre a boa fé.” (IEF, 1975 vol. I, p. 60)

A investida desenvolvimentista formava corpo no plano de legitimação de terras realizada pela RURALMINAS, “empurrando”, uma população historicamente estabelecidas nessas terras, para uma reorganização das relações produtivas. Ao determinar a regularização da propriedade através da comercialização das terras, sendo o valor por hectare que se apresenta, e é considerado pela Fundação “praticamente simbólico” pela atuação da lei temporária 6177 - em torno de 40% do valor que o Estado aplicava com a lei 550 – exigia uma mudança nas formas produtivas que se contrapunham a realidade produtiva de uma população que, a duras penas, se mantinham produzindo diretamente na terra e para a reprodução familiar.

Transformações estas que imprimiram uma busca pela regularização, muitas vezes exercidas por proprietários já estabelecidos no setor agropecuário. Proprietários estes, amparados pelo poder econômico, investiam na compra dessas terras junto a posseiros - através da compra pelo preço “das transações correntes nas regiões em que se localizavam as terras” ou em muitas vezes por um caminho bem conhecido, e referente aos imensos conflitos que se desencadearam no processo de regularização fundiária, e ainda presente nos dias atuais, que é a “grilagem” de terras públicas.

Ação esta decorrente tanto da “má fé” exercida por proprietários e comerciantes de terra, que entendiam que o projeto de desenvolvimento exercido pelo Estado traria um aumento do valor da terra, como também, e não menos importante, pelo amparo de uma política truculenta exercida pelo Estado ditatorial.

Situação que desembocou em um processo de concentração de terras, e expulsão das populações que viviam nas áreas conhecidas como sertão mineiro e que desenvolviam práticas de produção particular e uma diversidade de relações sociais envoltas na manutenção da produção familiar e que foram repentinamente, nos programas de desenvolvimento territorial, “esquecidas”.

Estavam fundadas as bases para a imposição das relações de produção no sertão mineiro, advindas principalmente da forte concentração de terras proveniente desses planos discutidos, que culminariam com a chegada das empresas multinacionais de plantio de

florestas homogêneas e do carvoejamento intensivo, como exposto na afirmação da Fundação frente ao programa de planejamento territorial.

“A RURALMINAS (quanto ao programa dos Distritos Florestais) esta integrada ao programa num esforço conjunto com o IEF.” (IEF, 1975 vol. I, p. 60)

Os Distritos Florestais de Minas Gerais foram definidos, por meio do planejamento regional, como áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico a partir da implantação de florestas homogêneas. Teve como base principal o Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC), dirigido pelo governo federal, tendo como articulador o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), estimulando a participação dos estados no planejamento territorial.

Os distritos foram criados para dar articulação às praticas já realizadas pelo setor privado referente à produção de insumos para a indústria. Como demonstra o documento que instituía a realização do plano:

“A disponibilidade de terras livres, pronta e imediatamente utilizáveis dentro de áreas e polígonos com características ecológicas favoráveis ao rápido desenvolvimento das florestas, com índices de incremento anual de alta compatibilidade e orientação estimuladora, como ocorre em Minas Gerais, levou o Governo Federal, com acerto, a assentar programa setorial de investimento que atenda “a auto-suficiência interna de produção a médio prazo. Ainda mais com a mão de obra também disponível, e em condições de ser rapidamente formada e treinada, pretende-se entrar em luta pela conquista de mercados internacionais...”. (IEF, 1975 vol. I, p. 4)

O relatório que oficializou o plano teve como foco a adaptabilidade ecológica das espécies de eucaliptos e pinus, a ocupação das terras em questão, sua estrutura fundiária, a disponibilidade de infra-estrutura viária e energética e a obtenção de mão-de-obra “barata” para a produção industrial.

Tendo sido o estado de Minas Gerais recortado pelo planejamento territorial (ver anexo I), foram propostas cinco áreas para sua implantação: Distrito florestal do Triângulo, Distrito florestal do centro-oeste, Distrito florestal do vale do São Francisco, Distrito Florestal do vale do Jequitinhonha e Distrito florestal do vale do rio doce.

Embora centralizado no PNPC o programa de desenvolvimento mediado pelo Distritos Florestais almejavam também a obtenção de matéria prima para a siderurgia.

“É muito importante que a conceituação de Distrito Florestal não fique única e inteiramente presa ao PNPC, mas encontre nele um embasamento de importância extraordinária. Os empreendimentos siderúrgicos a carvão e madeira, com aproveitamento total; e a indústria florestal integrada, onde a matéria prima é

classificada de acordo com seu uso, são os principais sustentáculos.” (IEF, 1975 vol. I, p. 20)

Além dos estudos que destacaram as potencialidades ecológicas para a implantação de “espécies exóticas produtivas” para a obtenção de insumos industriais, observa-se, ao se deparar com os diferentes capítulos que compõem o estudo, a viabilidade econômica do projeto, suas potencialidades no que se refere à obtenção de terras devolutas e de baixo custo, e nas possibilidades de rendimento seguro e rápido para os setores envolvidos, no caso o setor siderúrgico.

A questão da terra permeia o relatório em diferentes momentos, mas é na obtenção de terras devolutas, pela sua presença exemplar no sertão mineiro, que se mostra o ponto importante para o presente estudo. O interesse exemplar, encontrado nos estudos básicos de implantação dos distritos florestais, por essas terras devolutas indica a estratégia de possibilitar a ocupação das terras por empresas plantadoras de florestas homogêneas, que personificavam o projeto desenvolvimentista.

“(…) Grandes áreas de terras devolutas levantadas e já destinadas ao reflorestamento, através de contratos de ocupação irreversíveis com grandes empresas reflorestadoras; grandes vazios econômicos com amplas possibilidades para o reflorestamento, que teria, no caso, uma função social das mais relevantes, pela geração de inúmeros empregos nas suas varias fases, até a industrialização.” (IEF, 1975 vol. I, p. 16)

Além do amparo do Estado através da concessão de terras devolutas às plantadoras de florestas homogêneas do ramo siderúrgico, um forte investimento a essa prática redimensionou as transformações da estrutura fundiária, encontrados não só na “avalanche” de incentivos fiscais, através de linhas de créditos como também na regulação de tributos a atividade agropecuária, favorecendo a implantação das florestas homogêneas em detrimento dos produtores do ramo da agropecuária, donos de terras, que se negassem a comercializá-las.

“O financiamento para a aquisição das áreas complementares é aqui enfocado sob as mesmas condições dos financiamentos feitos pelo PROTERRA: 7% de taxas de juros e prazo de até 12 anos que, no caso de reflorestamento, deverá variar com o projeto. (...) O desestímulo se prende a possíveis necessidades de área que poderão ocorrer e que, por especulação, não sejam negociáveis aos preços de mercado. Neste caso, poderiam ser aplicadas sobretaxas na cobrança do Imposto Territorial Rural, bem como se poderia promover o cancelamento do crédito rural e adotar outras providências.” (IEF, 1975 vol. I, p. 28)

O Distrito Florestal do Vale do Francisco abrangeu as regiões centro-oeste e noroeste e a parte norte-nordeste do Alto São Francisco abrangendo os municípios de Lassance, Curvelo,

Corinto, Felixlândia, Augusto de Lima, Barreiro Grande (atual Três Marias), Santo Hipólito, Inimutaba, Engenheiro Navarro, Presidente Juscelino, Gouveia, Joaquim Felício, Buenópolis, Francisco Dumont, Várzea de Palma, Jequitaiá, Lagoa dos Patos, Pirapora, Burutizeiro, João Pinheiro, São Gonçalo do Abaete, Monjolos, Presidente Oligário e Paracatu.

Seus estudos básicos apontavam para o grau de utilização da terra em *“7% da capacidade potencial da terra, pecuária muito extensiva, pequeno coeficiente de saturação em áreas localizadas”* (IEF, 1975 vol. II, p. 73) e seus fatores institucionais apontavam *“propriedades medias e latifúndios pouco explorados, área de abrangência da SUDENE, SUDEVALE, DNOCS, Planoroeste e existência de terras devolutas.”* (IEF, 1975 vol. II, p. 73).

No que tange a utilização da terra e suas potencialidades para a implantação do Distrito, os estudos realizados pelos técnicos do IEF apontam características específicas da estrutura fundiária, da topografia, da presença de empresas siderúrgicas na região, esquecendo da presença das comunidades sertanejas que, espalhadas pelas fazendas ou nos pequenos estabelecimentos agrícolas nos cursos de rio e das veredas, que seriam expulsas gradualmente.

“esta área pode ser considerado como Pólo Florestal no Estado, devido, principalmente, a dois fatores: o primeiro é por se constituir em sua quase totalidade de terras planas mais indicadas para o uso florestal, cuja cobertura típica é o cerrado. Segundo é o fato de ser, já por longos anos, o celeiro dos altos fornos das siderúrgicas, dadas as suas condições favoráveis e abundantes ofertas de terras. (...) conta, também com significativo contingente de florestas plantadas, pertencentes a programas florestais de reflorestadoras aí implantadas. Possui ainda, grandes extensões de terras, sem utilização em atividades agrícolas e possíveis de acesso através da compra direta, a preços bastante razoáveis.” (IEF, 1975 vol. II, p. 74)

Observa-se, desde o início da implantação dos projetos de incentivos fiscais às empresas siderúrgicas para a implantação de florestas homogêneas, um avanço das áreas produtivas no sentido leste oeste, alcançando as áreas planas do planalto do rio São Francisco. Embora os projetos de planejamento territorial para a implantação dos distritos florestais tenham sido elaborados através de um zoneamento ecológico, não foi considerado que toda a área do planalto do rio São Francisco são somatórios de veredas, isto é, conjunto de nascentes que alimentam diversos cursos d'água que contribuem para a fluidez do rio São Francisco, rios como o Paracatu, o rio de Janeiro e o rio do Sono.

A questão destacada nos relatórios aqui discutidos sobre a escolha de espécies exóticas como o eucalipto, por meio das possibilidades de melhor rendimento em produtividade na obtenção do produto final, no caso o carvão, denota mais uma vez a estratégia do projeto

desenvolvimentista, ao se colocar em sintonia com a dinâmica estabelecida pelas empresas siderúrgicas que participavam e incentivavam projetos de pesquisas em institutos e universidades. Projetos esses, que estabeleceram um contínuo desenvolvimento tanto de espécies altamente produtivas como também à uma gama de produtos agrícolas e insumos industriais representados por fertilizantes, corretivos de solo, pesticidas e herbicidas, incluindo um conjunto de setores industriais as ocupação das terras do sertão mineiro.

Isto também contribuiu para uma mudança nas técnicas de manejo do solo e da flora que se distanciou radicalmente das formas desenvolvidas, de apropriação dos constituintes naturais, pelas populações que viviam no sertão mineiro, culminando não só na expropriação fundiária como também na expropriação das relações de produção.

Em duas décadas as empresas siderúrgicas, por meio de diferentes recursos oferecidos pelo Estado, compram extensas áreas para plantio de eucaliptos e rapidamente concentram a produção de carvão para a produção de ferro gusa. O trabalho desenvolvido em bases familiares se transforma em trabalho assalariado. A cientifização da produção fragmenta e especializa o trabalho nas áreas de produção. O setor agroindustrial se configura de forma mais nítida em nossa área de estudo, ao dominar a cadeia produtiva de uma mercadoria de extrema relevância para a economia nacional, o ferro gusa para a exportação.

Mapa da Distribuição das Florestas Homogêneas de Eucaliptos no Distrito Florestal do Vale do Rio São Francisco.

3.2.3. Desenvolvimentismo e expansão da agroindústria: “redemunho” no sertão nos gerais.

Esse conjunto de ações se intensifica no decorrer da década de 1970 e continua nas décadas seguintes como prática, determinando a formação da mobilidade do trabalhador⁴⁷, agora com *livre* acesso ao mercado de trabalho, e *livre* da terra (como expropriado), de modo a possibilitar a exploração da sua força de trabalho pelas grandes empresas do setor agroindustrial e siderúrgico⁴⁸. A modernização retardatária (KURZ, 1999) moveu deste modo, o processo apologeticamente descrito como integração nacional, responsável pela crise das dinâmicas particulares de produção, que constituíam as diversas regiões, entre as quais, a região da fazenda pecuária extensiva. Dessa crise e no contexto de formação da referida dupla liberdade do trabalhador (Gaudemar, 1977) pôde formar-se um mercado de trabalho em escala nacional no país, um dos objetivos definidos nos planos de modernização estatal:

(...) Ainda mais com a mão de obra também disponível, e em condições de ser rapidamente formada e treinada, pretende-se entrar em luta pela conquista de mercados internacionais(...). (IEF, 1975 vol. I, p. 4)

Destaca-se no decorrer desse processo de “integração nacional” o fenômeno expressivo de um grande contingente populacional mobilizado - por meio da constituição do trabalho decorrente das relações particulares de produção - gradualmente expulsas de suas funções e das estratégias de acesso à terra . O conflito fundiário se torna questão central do Estado autoritário desenvolvimentista culminando em um processo de êxodo rural promovido pela expulsão e expropriação fundiária estimulada pelos diversos planos de desenvolvimento agrário somando-se as ações previstas na implantação dos Estatutos da Terra e do Trabalhador sobre as estruturas produtivas sedimentadas, representadas pelo poder do latifúndio.

O fenômeno de êxodo rural acompanhado nesse contexto histórico é motivado unicamente pelo desencadeamento do desenvolvimento econômico do capital industrial sobre as realidades agrárias no Brasil, em um movimento intitulado por Marx de “coerção silenciosa” na qual a

⁴⁷ Entendemos mobilidade do trabalho como “Um processo abrangente, no qual os homens tornam-se crescentemente disponíveis para a utilização compulsória de sua força de trabalho nos moldes capitalistas. O deslocamento no espaço seria, segundo tal perspectiva, apenas uma dimensão daquele processo. O mesmo implicaria, em primeiro lugar, na produção da força de trabalho, momento da aquisição de sua mobilidade por parte do trabalhador, designado por Marx como sendo o da acumulação primitiva; em seguida, na utilização da força de trabalho, momento da submissão do trabalhador às forças de mercado, deslocando-se (espacial e/ou setorialmente) entre os diversos ramos da atividade.” (GAUDEMAR, 1977 pg. 193)

⁴⁸ Esse movimento duplo de liberalização das pessoas como constituinte da força de trabalho entendemos por meio do debate de Jean Paul de Gaudemar que o coloca como dupla liberdade do trabalhador: “Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade: o trabalhador é então considerado como ator da sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática ou vende sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre. (GAUDEMAR. 1977, pg. 189-190)

mobilização do trabalho na atividade pecuária se torna um dos elementos que permitem o processo de constituição de um mercado de trabalho nacional, impondo uma mobilidade geral da sociedade brasileira. Esse movimento é marcado ao mesmo tempo pela formação de uma *superpopulação relativa de trabalhadores* (MARX, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII) nos centros urbanos como também pela apropriação da Renda da Terra no campo pelos capitais industriais. O que nos leva a reflexão de que aparentemente essas transformações ocorridas no chamado sertão dos gerais, e promovidas como superação do atraso frente ao moderno que o urbano representaria, se coloca como uma reestruturação do capitalismo brasileiro em função do nível de acumulação de capital em escala mundial.

Nesse sentido procuramos abordar o quanto a legislação social no campo se propôs a uma regulamentação do trabalho, com garantias civis a população rural, ao mesmo tempo que se efetivou como arma de coerção dos agentes hegemônicos da economia às formas particulares de produção, principalmente nas atividades da pecuária extensiva e da agricultura de subsistência. As formas de acesso à terra como a agregação, a parceria, e até mesmo a posse provisória sofrem impedimentos legais que poderiam levar a desapropriação da terra à qual fosse constatado a infração. Fato que corroborou com a expulsão gradual dos trabalhadores estabelecidos nas propriedades e com a generalização do processo de urbanização nas escalas locais, regionais e nacionais.

População essa que se pôs em marcha para os centros urbanos regionais e principalmente para as capitais nacionais. Da mesma forma em que a agroindústria se colocava como agente dinamizador da territorialização do capital, o fenômeno urbano se impunha às populações dispersas nas unidades produtivas agropecuárias no centro-oeste e noroeste mineiro. O discurso da modernização do campo prometia uma readequação das relações de trabalho, extinguindo as relações entendidas como arcaicas e tradicionais e removia, em seu movimento, um contingente populacional considerável, estima-se na década de 1970 dois milhões de trabalhadores rurais no estado de Minas Gerais migraram para os centros urbanos de outros estados, como aponta a Fundação João Pinheiro na década de 1980.

Apontamos assim para a consolidação de um movimento entendido como constituição do mercado de força de trabalho nacional, destacando a importância da generalização da mobilização do trabalho como elemento constituinte desse mercado de força de trabalho. Seu desenvolvimento nos conduz a reflexão sobre a viabilização de uma superpopulação relativa (MARX, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII) assim como a consolidação de um mercado de terras e um mercado de

trabalho em condições definidas pelos limites da modernização, que passava a explicitar seu caráter crítico.

Frente a intensivo processo de reorganização fundiária e de mobilização do trabalho, um plano econômico de desenvolvimento rural voltado para uma enorme população que se via expulsa e expropriada da terra foi instaurado no Estado de Minas Gerais no sentido de determinar pontos de concentração de projetos agroindustriais que ao mesmo tempo absorvesse essa população e a direcionasse aos centros urbanos em desenvolvimento, constituindo uma política de redirecionamento de fluxos migratórios internos para áreas de desenvolvimento agroindustriais aliadas aos planos de retenção dessa população por meio de ações de melhoria local de emprego e renda.

Intitulado de Programa de Centros Intermediários (PROECI), foi instalado em quatorze cidades de porte médio, por serem consideradas estratégicas, do ponto de vista econômico para o Estado, além de possuírem um expressivo setor definido como camadas de baixa renda. As cidades beneficiadas foram: Governador Valadares, Unaí, Uberlândia, Poços de Caldas, Patos de Minas, Teófilo Otoni, Itajubá, Varginha, Três Corações, Pouso Alegre, Uberaba, Coronel Fabriciano, Timotéo e Ipatinga.

Entendemos que por meio da aplicação desse plano, em início da década de 1980, se estabelece um modelo de desenvolvimento urbano para o centro-oeste e noroeste do estado de Minas Gerais ao mesmo tempo que uma política de administração de crise, subsidiando uma pluralidade de atividades agroindustriais por meio da formação de cooperativas de produção manufatureira e de infra-estrutura urbana, objetivando a absorção da população rural migrante que se encontrava expulsa de suas atividades.

“o objetivo do Programa é evitar o fluxo migratório no Estado (na década passada 2.000.000 de mineiros migraram).Conter este fluxo migratório só é possível dando condições de habitabilidade em cidades previamente escolhidas e que são cognominadas de cidades-diques. Essas condições são: infra – estrutura urbana, saneamento básico, equipamento de saúde, escolar, condições de emprego através de implantação de indústrias de desenvolvimento econômico do município e humanização da vida urbana (Fundação João Pinheiro, 1980. p. 60).”

O impacto sofrido na sociabilidade do trabalho pelas populações rurais no centro-oeste mineiro no decorrer das décadas de 1960 e 1970 se desdobrará em uma profunda crise que se estenderá até os dias atuais, ao qual esta sintetizada na crise de valorização do valor nas áreas de intensa produtividade apresentada pelos setores da agroindústria, impondo à produção um elevado padrão científico e tecnológico tornando-a extremamente dependente do capital mundial.

Nesse sentido o estabelecimento do modelo de desenvolvimento econômico pode ser observado no aumento significativo da concentração fundiária contabilizada pelo movimento intensivo e expansivo das atividades agroindustriais que reivindica a disponibilidade total de terras, de trabalho e de capital. O uso de novas tecnologias que diminuem os custos do trabalho representam um elemento decisivo para a reposição da crise fundamental da forma valor em patamares inalcançáveis pelo capital produtivo decorrente de um modelo no qual impõe o crescente uso de formas mecanizadas de plantio e colheita (os tratores-computadores) como também a aplicação irrestrita de fertilizantes, herbicidas e inseticidas, praguicidas e de sementes transgênicas, mobilizando assim outros setores do capital industrial, como no caso: as indústrias de máquinas e de insumos agrícolas. Ao mesmo tempo expulsa radicalmente e em escala crescente a utilização de mão de obra em seu ciclo produtivo.

Como exemplo que esse processo de desenvolvimento das forças produtivas, objetivando sua inserção no mercado mundial, tem sido acompanhado de uma crise geral, observemos o caso do setor siderúrgico, em especial o ramo de silvicultura produtora de carvão vegetal, que como já explicitado foi um elemento central das transformações nas relações de produção agrária no centro-oeste e noroeste mineiro e que representa um importante agente da economia nacional ligado as determinações dos mercados mundiais. Processo de mecanização desencadeado pelo setor siderúrgico sobre o ramo agroindustrial da produção silvicultora, é um processo que demanda grande investimento, exigindo um montante de capital que as empresas não suportam apenas em seu “exercício produtivo”, recorrendo a financiamentos. Além de representar um ramo dominado por grandes empresas financeiras que detém a área de alta tecnológica de produção.

À 70 quilômetros de Belo Horizonte localiza-se a cidade de Sete Lagoas, centro urbano que apresenta altíssima produção industrial e polo siderúrgico regional. A cidade de Sete Lagoas, sede do município, foi fundada em 1880. No final do século XIX, a implantação da rede ferroviária transformou economicamente o município. Em 1886 ocorreu um novo impulso para a economia local, com a vinda de indústrias têxteis como a Cedro e a Cachoeira Tecidos (Lanza, 1967). A atividade industrial do século XX surgiu inicialmente através de indústrias ligadas ao beneficiamento de produtos agrícolas. Na década de 50, a cidade começou a fazer parte da zona metalúrgica de Minas Gerais, tornando-se um pólo de produção de ferro-gusa, o que teve início principalmente em 1958, com a implantação da Sidersete, primeira siderúrgica do município. Em decorrência das metas de desenvolvimento estabelecidas pelo então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, a partir dos anos 60 diversas indústrias foram transferidas para a Região de Sete Lagoas, estabelecendo um importante parque industrial (Andrade, 2005). Na mesma época,

instalaram-se também empresas como a Itambé. Outras empresas que impulsionaram o crescimento econômico da cidade foram a Bombril e a Elma Chips e, mais recentemente, a Fiat-Iveco (em 2000) e a AmBev (em 2008).

Às margens da rodovia BR-040 encontra-se instalados diversas siderúrgicas de ferro-gusa, atividade que redefiniu o processo de urbanização da cidade como também dos inúmeros município que compõem a região centro-oeste e noroeste de Minas Gerais. Apresenta uma cadeia produtiva gigantesca refletida nos capitais investidos, na mobilização do trabalho e em sua área ocupada destacando-se a expansão, nas ultimas décadas, das plantações de eucaliptos para a produção do carvão vegetal⁴⁹.

Mais de 50 siderúrgicas instaladas em Sete Lagoas, Divinópolis, Itaúna, Pará de Minas e outras cidades, num raio de cem quilômetros no entorno de Belo Horizonte (MG), são responsáveis por seis em cada dez quilos de ferro-gusa produzidos no país. Metade dos seis milhões de toneladas produzidos por ano é exportada para países como Estados Unidos e China. O restante é consumido no mercado interno. O faturamento anual é de quase R\$ 2 bilhões. Essas indústrias queimam 25 milhões de metros cúbicos de carvão, anualmente. Metade vem de florestas plantadas e mais de 2,2 milhões de metros cúbicos, da derrubada de matas nativas autorizada pelos órgãos ambientais, para dar espaço a pastagens e plantações. Em 2005, Minas teve 156 mil hectares legalmente desmatados, 90% viraram carvão para as guseiras e o restante foi usado por outras indústrias e também em aquecedores, lareiras, churrasqueiras e fogões a lenha. Esses números foram apresentados, em agosto, pelo IEF (Instituto Estadual de Florestas) de Minas Gerais, durante encontro na Assembleia Legislativa.

As siderúrgicas instaladas no município de Sete Lagoas produz ferro-gusa, principalmente para exportação. Ela queima sete em cada dez quilos de carvão vegetal no país. Dados da Associação Mineira de Silvicultura mostram que, há mais de 20 anos, parte dessa indústria sobrevive usando carvão ilegal, de florestas naturais da Mata Atlântica, da Amazônia, do Cerrado e da Caatinga.

Seis siderúrgicas de Sete Lagoas e duas de Divinópolis foram multadas em 2007 pelo Ibama por comprarem carvão clandestino. O valor das autuações varia de R\$ 2 milhões a R\$ 8 milhões. Além da multa, as empresas responderão a um processo por crime ambiental. Trinta empresas mineiras de siderurgia e reflorestamento estão sendo processadas pelo Ministério Público do Trabalho por descumprirem normas trabalhistas, oferecerem condições precárias de

⁴⁹ O aço é uma mistura de ferro e carbono. Na siderurgia, o ferro é extraído do minério de ferro e o carbono provém do carvão, que pode ser mineral ou vegetal. O carvão é utilizado na fabricação do aço de duas formas: como combustível, permitindo alcançar a temperatura necessária à fusão do minério (cerca de 1.500°C), e como redutor, associando-se ao oxigênio que se desprende do minério, deixando livre o ferro para ser fundido.

trabalho e por praticarem irregularidades na contratação de serviços em carvoarias.

Desde as décadas de 1940, empresas siderúrgicas de ferro gusa e aço, já ocupavam áreas com florestas homogêneas, destinada a reservas de madeira para produção, utilizando diversas espécies florestais inclusive o eucalipto spp. Essas áreas de plantio margeavam os pólos siderúrgicos existentes, mas o aumento do valor das terras no entorno das siderúrgicas decorrente principalmente da crescente urbanização dessas áreas, desencadeia uma busca por terras mais baratas.

Durante as décadas passadas, esse contínuo desenvolvimento culminou, no tocante a constituição das florestas homogêneas de eucalipto, no uso intensivo das amplas chapadas areníticas valendo-se dos baixos preços da terra, por se tratar de áreas de pouca fertilidade agrícola, e pela característica intrínseca do relevo, que apresenta baixíssima declividade, diminuindo assim consideravelmente os gastos energéticos.

Fonte: Ewerton Talpo, out. 2008.

Foto 17 – Floresta de eucalipto após o corte.

Essa continua “renovação” das forças produtivas pôde ser observada na expansão irrestrita das áreas de plantio (em muitos casos atingindo até mesmo as áreas de preservação permanente), na intensidade de rotação da terra representada pela utilização de espécie florestal exótica altamente produtiva, como o caso do eucalipto “clonado”, pela ampla utilização de corretivos e fertilizantes praticamente reconstruindo os solos arenosos dos topos

das amplas chapadas e pela crescente mecanização do processo de preparação, manejo e corte da floresta, além do transporte e queima da madeira, ou seja, no próprio carvoejamento.

É no momento de estímulo estatal à produção de carvão que é implementado as espécies de eucalipto, material que apresenta um rendimento muito maior às espécies nativas e somando-se os altos investimentos no processo de melhoramento genético das sementes, a chamada evolução híbrida das sementes de eucalipto, resultou em um aumento na produtividade por hectare que passou de 300 metros cúbicos por hectare para 400 metros cúbicos por hectare.

“O eucalipto aqui, você tem uma retribuição de adaptabilidade, de clima, de solo e de captação de água principalmente. Nós passamos um período de seca violento, então estão sendo desenvolvidos clones e estamos implantando quantias contadas nessa região. São clones resistentes a fatores adversos.”⁵⁰

Os clones de eucaliptos são elaborados principalmente pela Gerdau, e são monitorados e evoluídos pela Plantar, que os fornece para diferentes empresas do ramo siderúrgico, especialmente para o clima encontrado na região centro-oeste do estado de Minas Gerais. Além da facilidade da adaptabilidade ao clima, os clones auxiliam no corte mecanizado das árvores, pois não possuem galhos ao longo do tronco, facilitando o trabalho da máquina colheitadeira.

O ciclo do eucalipto é de sete anos, a cada dois ciclos ocorre a reforma do terreno, que consiste na “destoca” das árvores recém cortadas, o revolvimento da estrutura do solo e a injeção de carga de microbiologia ativada – micro-organismos elaborados em laboratório – juntamente com NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio) e controle da acidez através da calagem do terreno (calcário aplicado ao solo). Feito isso o plantio recomeça, ou seja, não se fica praticamente tempo nenhum com a terra parada.

⁵⁰ entrevista com Fernando, técnico da empresa COSSISA, empresa siderúrgica e plantadora de florestas homogêneas no município de Morro da Garça – morro da garça set. 2008.

Fonte: Ewerton Talpo, out. 2008.

Foto 18 – máquina de corte de árvores de eucalipto

Quanto à mecanização da produção de carvão, e consequentemente a diminuição de postos de trabalho, esse processo se concentra tanto no momento do corte da floresta homogênea quanto na queima da madeira.

No corte das florestas homogêneas, é utilizado maquinário desenvolvido por empresas especializadas com a Valmet e a Komatsu. Essa atividade é a que mais contribui na otimização da produção, praticamente 80% dessa atividade é mecanizada.

A mecanização iniciou-se há praticamente uma década. Uma prática que se tornou geral entre as empresas do ramo siderúrgico, são máquinas de corte “inteligente”, corta o eucalipto num tamanho pré-definido (toras de três metros) enfileirando-as para o transporte de tratores, funcionam dois turnos por dia, com pouquíssimos operadores que dividem o trabalho. Se o trabalho fosse feito manualmente, haveriam de 35 a 40 pessoas por turno para cortar a madeira. A colheitadeira corta 150 árvores por hora, em média. Em um mês são cortados 60 hectares de mata, que equivalem a 22 mil m³ de madeira cortada com a colheitadeira.

“esse equipamento eu só paro para a manutenção, se estiver chovendo eu estou cortando madeira, de noite estou cortando madeira”.⁵¹

Outro processo em franco crescimento é a obtenção, pelas empresas do setor siderúrgico, de fornos automáticos que queimam a madeira com uma eficiência considerável,

⁵¹ entrevista com Fernando, técnico da empresa COSSISA, empresa siderúrgica e plantadora de florestas homogêneas no município de Morro da Garça – morro da garça set. 2008..

isto é, um montante bem superior do que os fornos comuns conseguem produzir, além de reterem a energia em forma de calor que normalmente é dissipada através da fumaça. Essa energia retida é comercializada para a empresa de energia do estado de Minas Gerais.

A mecanização da produção do carvão nas extensas áreas de plantio das empresas siderúrgicas, como no caso da Gerdau, da Mannesmann, Metalsider, COSSISA entre outras, apontam para uma característica bem particular do modelo agrícola/agrário brasileiro das últimas décadas. Ao utilizarem altos investimentos em capital, objetivando uma queda dos custos de produção, diminuem consequentemente o corpo de trabalhadores no processo como um todo. Essa queda no corpo dos funcionários é seguida com o direcionamento e entrelaçamento do capital produtivo das empresas para o capital financeiro.

Através dos altos investimentos em pesquisa sobre adaptabilidades de espécies para solos de baixa fertilidade, os altos custos com insumos agrícolas para o tratamento desses solos e da otimização do processo de corte e queima do carvão, as empresas do setor siderúrgico, de uma forma geral recorrem aos investimentos dos bancos de desenvolvimento agrícola, se endividando e transferindo, dessa forma, os prejuízos da alta produção para toda a sociedade.

“Sempre você tem algum recurso oriundo de banco de investimentos, de BNDES. Teve a época em que o governo dava incentivos a atividades florestais. Mas atualmente não estamos usando nenhum recurso para essas atividade. (...) Hoje nós temos os financiamentos para adquirir equipamentos. Temos projetos de expansão, de modernização da siderurgia que é BNDES. Hoje basicamente é isso, fora vínculos com entidades bancárias privadas.”⁵²

Isso porque o capital investido no desenvolvimento das forças produtivas, necessário para que as empresas consigam se manter no nível de produtividade média mundial – que rege a possibilidade de permanência dessas empresas no mercado – não se paga com o valor obtido na produção, já que o trabalho vivo está quase extinto, sendo necessário assim os créditos, financiamentos e empréstimos para manter as previsões futuras de produção.

Fator importante para o entendimento do momento atual de reprodução das empresas silviculturas e a constituição da mobilidade do trabalho é o contexto da crise financeira mundial ocorrida em setembro de 2008. Seus efeitos se desdobraram em uma desaceleração da produtividade do carvão no Estado de Minas Gerais motivado pela baixa mundial dos preços do ferro gusa e do aço, refletindo sobre a capacidade de produção e absorção da força de trabalho dispensado em escala significativa. Como resposta à desaceleração da produção, o estado novamente intervém abrindo novas linhas de crédito para setores duramente atingidos pela crise,

⁵² entrevista com Fernando, técnico da empresa COSSISA, empresa siderúrgica e plantadora de florestas homogêneas no município de Morro da Garça – morro da garça set. 2008.

como no caso do ramo da silvicultura produtora de carvão vegetal.

Frente ao cenário favorável de expansão da produção decorrente ao aumento mundial de consumo de ferro gusa, que atingiu seu patamar extremo nessa última década, em especial no primeiro trimestre de 2008, aliado à elevação do valor da mercadoria no mercado mundial (US\$ 850,00 a tonelada), as empresas envolvidas na cadeia produtiva do ferro gusa (siderurgia, carvoejamento e plantio) expandiram suas previsões futuras de produção sobre instrumentos do capital financeiro⁵³ e incorreram em grande prejuízo e desaceleração brusca da produtividade. Situação que afetou rapidamente o ramo de carvão vegetal e florestas plantadas. Segundo estimativas da Associação Mineira de Silvicultura (AMS), deixaram de ser consumidos 7 milhões de metros cúbicos de carvão desde setembro do ano passado, resultando num prejuízo de R\$ 2,1 bilhões. O preço do metro cúbico do carvão acompanhou a redução do valor do ferro gusa e despencou, como apresenta o gráfico da Associação Mineira de Silvicultura:

Gráfico 1 - Evolução Mensal do Preço Médio do Carvão Vegetal em 2008 (US\$ e R\$/MDC).

Fonte: Associação mineira de Silvicultura, 2009 – retirado de ABRAF. Anuário estatístico da ABRAF: ano base 2008 – Brasília, 2009. (<http://www.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario-ABRAF-2009-BR.pdf> - acesso em março de 2013)

Segundo a mesma associação, no Estado de Minas Gerais, responsável por 70% da produção de ferro gusa, em final de 2008 a capacidade produtiva do ramo de carvão vegetal era de apenas 20% e operando em escala reduzida. O que ocasionou um considerável contingente de trabalhadores expulsos de seus postos ou em situação de férias forçadas. Além de aprofundar a precariedade do trabalho nas atividades informais apropriadas pelo ramo da silvicultura.

⁵³ “Tais ações tiveram uma influência direta na redução de investimentos sobre as atividades florestais e industriais. Em alguns setores da economia os reflexos da crise mostraram-se mais intensos. Empresas brasileiras, incluindo algumas do setor de florestas plantadas, apostaram na desvalorização do dólar no mercado futuro, realizando operações com derivativos e incorreram em grandes perdas trazidas pela valorização da moeda americana, agravadas pela queda dos preços das principais commodities exportadas pelas mesmas.” (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2009, p. 18)

Não menos importante para a reflexão aqui apresentada é o setor agroindustrial do leite, que se constitui hoje como umas das principais atividades agroindustriais no Estado de Minas Gerais, estado este que representa como maior produtor de leite da federação. Essa atividade nas ultimas décadas expandiu sua área de atuação além de intensificar sua produção, se constituindo um dos setores mais dinâmicos de expansão da agroindústria, conjugando a produção de pequenos, médios e grandes produtores, agregando cientificidade e tecnologia no processo produtivo por meios de insumos e mecanização da produção.

O aumento na produção de leite nas ultimas décadas (estimasse aproximadamente 40% de aumento na produção entre 1997 e 2007) resultou na alto-suficiência do produto no país e projetou os produtores de leite no Brasil como um dos mais competitivos do mercado internacional. Essa transformação nas bases produtivas foi reflexo de um incremento de capital no processo produtivo ao qual resultou no aumento na implantação de pastagens plantadas e complementos alimentícios por meio do consumo de rações para o gado enriquecida com nutrientes especiais, aumentando assim a capacidade de produtividade por animal⁵⁴, além de uma política de automatização da produção, principalmente por meio da mecanização da ordenha e da ampliação da conservação na estocagem e transporte do produto.

Atividade esta que se estabeleceu conjuntamente com a avalanche de financiamentos aos setores agroindustriais no contexto de modernização do campo, e que atualmente representa uma atividade cooptada pelo capital financeiro totalmente relacionado às flutuações do mercado mundial dessa mercadoria.

Aparentemente essa atividade apresentaria um potencial elemento de manutenção das atividades agropecuárias e do trabalho no campo, centralizada na produção de alimentos, o que na verdade se mostra como uma relação contraditória do movimento do capital agroindustrial, que ao mesmo tempo exige um aumento intensivo e extensivo da produção, realiza a apropriação da Renda da Terra como também apresenta-se como fator de expulsão e expropriação fundiária, acarretando a expulsão gradualmente do trabalho no processo produtivo da agropecuária.

Decorrente a formação de um complexo agroindustrial de processamento de leite e seus derivados no Estado de Minas Gerais, representados por diversas cooperativas como a Cooperativa Central dos Produtores de Minas Gerais Ltda. (Itambé) e por empresas como Nestlé, Ricco entre outras foram se estabelecendo um monopólio de produção no qual, selos de

⁵⁴ “O atual nível de desenvolvimento das forças produtivas neste ramo produtivo pode ser observado, segundo as mesmas fontes, já citadas, a partir do índice relativo à produtividade por vaca ordenhada no Brasil. Trata-se de uma variação sempre ascendente, ao longo dos anos de 1970 a 1996 de 100 (ano base de 1970) para 193. Ou seja, uma quase duplicação da produtividade no âmbito da ordenha ao longo de 26 anos, sendo que entre 75 e 80 tem-se um salto de 113 para 138, no índice de produtividade. Em termos absolutos, trata-se da passagem de 678 litros vaca/ano, em 1970, para 1.307 litros vaca/ano, em 1980.” (Anselmo, 2008: p.13)

qualidade, níveis diários de produção e mecanização da ordenha e manejo do leite foram impostos como condição para se manter na cadeia produtiva.

No artigo intitulado *Modernização e Reprodução Crítica. Agroindústria do Leite e Contradições do Processo de Acumulação*, de autoria de Anselmo Alfredo é realizada uma pesquisa analisando as estratégias de reprodução do setor agroindustrial leiteiro, em especial nas atividades comerciais da Cooperativa Central dos Produtores de Minas Gerais Ltda. (Itambé) e sua relação sócio econômico espacial junto aos produtores de leite da microrregião leiteira de Sete Lagoas durante o ano de 2007, região esta que agrega pequenos, médios e grandes produtores localizados nos 27 municípios adjacentes.

A pesquisa realizada aponta para uma *seletividade das formas possíveis de ocupação produtiva do solo* decorrente da expansão das atividades agroindustriais sobre o campo, de como a incorporação da Renda da Terra ao capital urbano industrial se dá em um contexto de crise de reprodução da forma valor, sendo que a forma expansiva da atividade agroindustrial se coloca demonstra o quanto a necessidade de acumulação de capitais não se realizam por meio do lucro urbano industrial, resultando em um contínuo de exploração da Renda da Terra e a imposição do consumo de insumos e máquinas aos produtores como forma de realizar a valorização do valor nesse setor.

Nesse sentido procuramos refletir como se apresenta as formas de produção determinadas pela expansão da agroindustrial leiteira e a seletividade produtiva regulamentando as formas de acesso à terra, das relações de trabalho como também as estratégias de reprodução nesse setor produtivo.

Por se tratar de uma produção agroindustrial representada por grandes empresas ligadas às formas de regulamentação e reprodução do capitalismo financeiro, se faz necessário uma abordagem de quais as estratégias de manutenção da produção do leite e de como essas demandas de acumulação do capital industrial se repõem sobre esses produtores agropecuários que se vêem responsáveis pelos possíveis prejuízos na produção. Decorrente das variações do valor do produto no mercado mundial, ou de problemas decorrentes de mau armazenamento do produto, os produtores se viam responsáveis e penalizados com a perda de sua produção. Frente a isso, muitos produtores se encontram em situação crítica, situação esta que se desdobra sobre as relações de trabalho e de reprodução do trabalhador na área de estudo.

Observamos com nossas pesquisas, que em nossa área de estudo, o centro-oeste mineiro, a produção se estabeleceu, em sua maioria, por meio da produção familiar, e que até um certo ponto, mantiveram as possibilidades de reprodução dos trabalhadores no meio rural, mas decorrente à intensificação do processo e aumento dos níveis produtivos foram gradualmente

descartadas do processo por não conseguirem acompanhar a produtividade em um contexto de baixa dos preços do leite ocorrido nos últimos anos. As empresas de processamento de leite e seus derivados imprimiu uma produtividade que muitos pequenos e médios produtores não conseguiram acompanhar restando apenas a dívida contraída com a imposição da mecanização pelas empresas agroindustriais do setor.

Assim objetivamos uma leitura da constituição da mobilidade do trabalho e suas determinações espaciais, ou seja, a constituição de uma população migrante, por meio da caracterização do contexto das novas dimensões da territorialização do capital, que imprimiu, nas últimas décadas, uma dinâmica de acumulação capitalista representado pelos setores da agroindústria, movida pela Modernização Retardatária (Kurz, 1993), repondo as contradições entre capital e trabalho e atualizando a crise da forma valor sobre os pressupostos da acumulação do capital financeiro.

Para tal empreitada, mudaremos o foco da discussão até aqui realizada, buscando uma reflexão sobre as atividades cotidianas da população estabelecidas no centro-oeste mineiro, partindo do questionamento de quais as relações de trabalho desenvolvidas atualmente na zona rural da área de estudo, concomitante às condições de reprodução dos trabalhadores e de suas famílias; e quais as relações de trabalho nas áreas urbanas dos municípios estudados, verificando como condicionam, em suas particularidades, o processo de urbanização dos mesmos, conjuntamente com a investigação da relação posta entre campo/cidade atualmente.

3.3. Considerações.

Para o entendimento do processo de transformação das relações de trabalho no campo, buscamos uma perspectiva que considere a relação entre as bases materiais locais dos trabalhadores e as determinações da sociedade capitalista mundializada. Para tal objetivo, partimos do conceito de mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977) para refletir sobre a constituição do trabalho na sociedade capitalista e suas coerções sobre os indivíduos mobilizados para o trabalho.

Nesse sentido, é importante destacar o debate sobre a constituição da força de trabalho a ser vendida pelo trabalhador e consumida pela empresa capitalista. Ao tematizarmos o conceito de mobilidade do trabalho é necessário pensarmos o trabalho livre e assalariado como categoria detentora de uma dupla liberdade: positiva e negativa. Na face positiva aparece o trabalhador detentor da livre iniciativa em escolher onde trabalhar, ou seja, o trabalhador livre dos meios de produção pode oferecer sua força de trabalho a quem queira, sendo esta venda, ao mesmo tempo, a única forma de sobreviver na sociedade capitalista,

representando o sujeito da auto sujeição para o trabalho. Procuramos confrontar esses dois polos contraditórios para pensarmos as estratégias de sobrevivência e reprodução da classe trabalhadora sobre as condições de territorialização do capital implementadas pelo setor agroindustrial.

Entendemos que a reflexão sobre as determinações da sociedade capitalista por meio do debate sobre a categoria do trabalho necessita de um complementar desdobramento no entendimento das determinações materiais dos indivíduos, em nosso caso, do trabalhador sob o regime das atividades agroindustriais.

A especialização e a produtividade do trabalho, exigidas pelos níveis de acumulação do Capital mundializado, se constituem como elemento empírico observado nas extensas áreas de produção de carvão, onde os postos de trabalho cada vez mais se complexificam em decorrência da cientificização da produção almejando à concorrência no mercado internacional do ferro gusa.

A consolidação das relações de trabalho determinada pelo desencadeamento das atividades agroindustriais se estende por décadas, re-significando as formas particulares do trabalho na fazenda pecuária e na atividade agrícola, posto que “reinventa” a propriedade privada da terra como também as formas de exploração do trabalho, introduzindo a racionalidade técnica e científica, ao mesmo tempo em que mobiliza um contingente populacional considerável.

A mobilidade do trabalho, como conceito revisto à dada realidade, pode ser refletida no movimento de indução à expropriação de milhares de pequenos sitiantes, de agricultores, camponeses e trabalhadores rurais, que liberados do trabalho na terra (cultivando, criando animais, ou em diferentes tipos de indústrias domésticas) gradualmente se veem impelidos às atividades industriais e agroindustriais como migrantes à procura de “oásis de produtividade”.

O movimento de migração tanto campo/cidade como intra-regional revela uma característica intrínseca aos indivíduos sob as determinações da sociedade capitalista, entendida como mobilidade espacial do trabalho, ou seja, o trabalhador, encontrando-se impedido do acesso aos meios de produção, em nosso caso as diversas atividades desenvolvidas em torno da produção agropecuária, tem como primeira e vital estratégia de sobrevivência o deslocamento espacial, à procura de qualquer atividade que lhe possibilite a monetarização e o consumo.

Essa perspectiva nos possibilita abordar os fenômenos migratórios identificados nas trajetórias individuais dos trabalhadores como mobilidade espacial do trabalho resultando numa complexa teia de relações de exploração do trabalho e reprodução da classe de

trabalhadores rurais.

Entendemos, nesse sentido, que a compreensão da atual situação da população migrante, que nas últimas décadas do século XX se estabeleceram no centro oeste mineiro, não se elucida sem a abordagem do processo de expropriação dos trabalhadores, do fenômeno de migração, da constituição crítica da “força de trabalho” (Marx) carvoeira decorrente do desenvolvimento do complexo agroindustrial bem como sem a indagação sobre as atuais condições de vida do trabalhador migrante em nossa área de estudo frente ao atual contexto da modernização.

4. Território e Migração.

A análise crítica do contexto das transformações das relações de produção impostas na constituição fazenda pecuária exige uma aproximação no estudo da dinâmica territorial da área de estudo, como também uma análise empírica do ordenamento e generalização da mobilidade do trabalho em nossa área de estudo.

Para tal objetivo, o estudo propõe uma investigação do contexto histórico-espacial da dinâmica territorial a partir da constituição das atividades agroindustriais nos município de Três Marias e Morro da Garça, recorte este realizado por representar, de uma forma mais aparente⁵⁵, a consolidação do projeto político-econômico do Estado desenvolvimentista da década de 1950 na área de estudo.

Uma primeira aproximação procuramos indagar como se estabelecem as relações de produção nos setores da agroindústria do município de Morro da Garça. Constituído historicamente pela dinâmica de expansão da fazenda pecuária esse município apresenta atualmente uma significativa produção agropecuária, principalmente a produção de leite. A abordagem da constituição das atividades agroindustriais no município nos possibilita um importante subsídio para o entendimento das estratégias de incorporação da terra e do trabalho no processo de modernização atual e quais suas articulações com as dinâmicas populacionais atuais vivenciadas pelos moradores, tanto da área rural quanto da área urbana.

Em um segundo momento dessa investigação parte da análise do estabelecimento das empresas siderúrgicas reflorestadoras no município de Três Marias, observando as transformações na ocupação das terras e da constituição da mobilidade do trabalho daí decorrentes, em especial no distrito de Andrequicé.

O entendimento das relações produtivas em que pese apropriações da reprodução capitalista por meio dos setores da agroindústria, elemento importante para a construção dessa pesquisa. Possibilitando assim o entendimento das formas de sociabilidade do trabalho da população estabelecida em nossa área de estudo.

Assim destacamos os questionamentos que nos orientam para a realização da reflexão:

1. Como se coloca a constituição da mobilidade do trabalho, no que tange o acesso à terra tanto para os trabalhadores rurais como também da população urbana, frente o

⁵⁵ É no momento da atuação do Estado desenvolvimentista, durante a década de 1950, que se estalaram obras de infra-estrutura energética e de transporte, como a construção da usina hidrelétrica e da rodovia que interliga Belo Horizonte a construção da nova capital federal: Brasília. Como também o incentivo as atividades industriais e agroindustriais. Em 1956 é construída, nas margens do rio São Francisco, a fábrica da Companhia Mineira de Metais (CMM) e que atualmente pertence à Votorantim Metais.

estabelecimento das atividades agroindustriais, representado pela mudança na estrutura fundiária dos municípios que compõem nossa área de estudo;

2. Quais os impactos qualitativos da dinâmica populacional na referida constituição da mobilidade do trabalho atual em nossa área de estudo;
3. Quais as implicações territoriais à mobilidade do trabalho da população rural frente aos impactos ambientais decorrente da agroindústria nos municípios que abrange a área de estudo;
4. Quais as possíveis estratégias de sociabilidade da população frente à gradual diminuição dos postos de trabalho, atualmente observados nos municípios estudados.

O entendimento dos fenômenos migratórios e a experiência prática com esta realidade se coloca como condição para realização de nosso estudo.

A temática da migração nos remete a uma infinidade de problemas e situações que transitam entre as concepções teóricas e a realidade prática da migração, nos indicando um campo de enfrentamento de posições políticas e metodológicas a respeito da migração.

“(...) os valores culturais e ideológicos exercem um papel importante nas decisões de migrar. Além das determinações estruturais, as relações de representações sociais dos agentes da migração explicam suas trajetórias e seus destinos entendidos numa dialética de aceitação-recusa, determinação-indeterminação, realidade-ilusão. A migração, enquanto processo, responde às necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também às necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida). A compreensão desta dialética afasta o dualismo e as excluidências, no sentido de que o real, o palpável é verdadeiro e o irreal, o invisível é falso. Entendemos as representações sociais (símbolos, imaginário) como elementos do real, portanto necessários. A ilusão é necessária e ela se apóia sobre uma base social.” (SILVA, 2007 pg. 63)

Assim, a questão migratória⁵⁶ deve ser um elemento presente em nossas discussões durante o desenrolar de nosso estudo de campo buscando um questionamento das práticas de pesquisa e suas aplicabilidades.

Uma atenção as formas de controle e ordenamento dos deslocamentos populacionais devem ser postos como elemento integrante do processo de Modernização, observado em sua

⁵⁶ “Não existe, pois, um corpo uniforme de estudiosos e planejadores a examinar um conjunto de fenômenos consensualmente delimitado. Ocorre, ao contrário, um campo de enfrentamento de posições políticas e metodológicas a respeito da migração, o qual será aqui designado como constituindo a questão migratória” (POVOA NETO, H., 2007) O autor destaca que a questão migratória é pré-condição da atuação do Estado nas formas de intervenção definidas como políticas migratórias, ao mesmo tempo condição para uma reflexão crítica sobre as determinações do contexto social e histórico.

totalidade histórica, de modo a nos oferecer subsídios para uma crítica à política migratória como também a constituição de arcabouço teórico para o entendimento das formas de sociabilidade atual presentes em nossa área de estudo.

Para subsidiar tais questionamentos partimos do debate de referências bibliográficas que nos possibilitaram um entendimento da maneira pela qual a Geografia tradicionalmente vem tratando o tema migração. Realizou-se uma breve revisão bibliográfica sobre a temática Migração, de maneira a articular um diálogo entre seus diversos enfoques.

Nesse sentido, a análise crítica do tema migração nos proporcionou elaborarmos um debate sobre a relação migração e trabalho⁵⁷. A perspectiva crítica sobre a temática nos conduziu um enfoque maior nos seguintes temas: a categoria trabalho no entendimento da sociedade moderna; a relação entre trabalho e migração e esta como coerção social do/e para o trabalho; análise empírica desse fenômeno e caminhos de métodos e técnicas de pesquisa.

Assim, a pesquisa de campo realizada teve como embasamento a busca de uma mediação entre a reflexão abstrata sobre a temática migração e as realizações concretas da sociedade e dos indivíduos que a compõe. Ou seja, uma tentativa de aproximar a análise empírica desenvolvida durante o nosso estudo de campo ao debate teórico sobre a totalidade contida na ordem social atual.

A conceitualização genérica, o levantamento de dados demográficos, a identificação de fluxos migratórios, as constituições de origem e destino desses fluxos e as políticas que incidem direta ou indiretamente sobre os nossos interlocutores serão confrontados à dinâmica de mobilidade dos mesmos, de suas estratégias de reprodução e de sociabilidade.

Procuramos, por meio desse exercício empírico, elementos que nos possibilitem reavaliar os pressupostos metodológicos vigente no estudo da Migração, a relação entre a migração e trabalho, e a possível reflexão da teoria crítica que nos indique a visualização para uma potencial transformação social, em suas relações espaciais e territoriais.

Para tal objetivo partimos de uma pesquisa das condições em que ocorre a produção e se estruturam as relações de trabalho em um determinado espaço. A formação da mobilidade do trabalho é aqui considerada a partir da análise de Jean Paul de Gaudemar que retoma a abordagem marxista tematizando a mobilização do trabalhado (GAUDEMAR, 1977).

De acordo com a análise, uma das características da mobilidade pressupõe determinadas condições, constituídas historicamente, para que a figura do trabalhador se

⁵⁷ O debate teve principal fundamentação nas atividades realizadas na disciplina FLG0115 Migrações e Trabalho que exploraram as diversas concepções teóricas sobre a temática por meio das leituras e debate em sala de aula de autores como Helion Póvoa Neto, Robert Kurz, Dieter Heidemann e Jean Paul de Gaudemar.

apresente na sua dupla liberdade, ou seja, livre para ofertar sua força de trabalho no mercado, como bem pessoal, ao mesmo tempo livre dos meios de produção, tendo como posse apenas a necessidade de vendê-la no mercado. O deslocamento espacial seria, segundo tal perspectiva, apenas uma dimensão desse processo. Mais que uma liberdade individual de escolha de localizações possíveis para a venda da força de trabalho, tem-se um constrangimento sobre o trabalhador que lhe impõe o deslocamento como estratégia de sobrevivência.

Assim, as atividades propostas no estudo de campo procurou debruçar-se sobre três momentos históricos contínuos e identificáveis para o entendimento das dinâmicas territoriais atuais em nossa área de estudo.

O momento de crise da atividade pecuária nas décadas de 1950 e 1960 apresenta um movimento de transformação dos meios de produção, de acesso a terras e de relações de trabalho importante para entender a migração como elemento dinâmico de constituição da sociedade capitalista. O contingente populacional que se deslocara das atividades agropecuárias em busca de atividades industriais nos grandes centros urbanos do país foi condicionado pelas determinações do processo de modernização, visto em escala global, da economia, visto em escala local, dos meios de produção.

Frente a essas determinações procuramos refletir sobre a trajetória de indivíduos que vivenciaram esse contexto. A experiência individual e familiar de nossos interlocutores, entrelaçada a motivações racionais e subjetivas, nos levaram a enveredar-se por diversos e complexos caminhos muitas vezes desconhecidos, onde memória e esquecimento se confrontavam e as mais diferentes motivações, estratégias e ações.

“Mais do que migrantes temporários, há um definido universo social da migração temporária. Mais do que transito de um lugar a outro, há transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando esta chegando, voltar quando esta indo. É necessitar quando esta saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.” (Martins, 1988)

O passado revisto sobre o signo da mudança esteve presente na maioria das entrevistas e conversas, o que possibilitou ao interlocutor uma aproximação crítica de nosso tema, em muitas vezes se identificando com o mesmo.

Nesse sentido buscamos refletir a cerca das determinações sociais que incidiram sobre

a vida de nossos interlocutores e que reestruturaram as formas de acesso à terra e apropriação territorial, ponto central para a reavaliação do que foi vivido e como base concreta para alcançarmos elementos da dinâmica espacial de forma qualitativa

Passado e Presente foram bases para a avaliação do que ocorreu com as famílias que desempenhavam atividades nos sítios e fazendas e foram “motivados” a migrar em busca de uma nova condição, a qual não pode ser vista apenas como vontade individual.

A mudança nos padrões de produção e a intensificação da industrialização reestruturaram as formas de apropriação territorial na cidade e se desdobraram em uma nova reorganização espacial no campo. A população que vivia em meio aos sítios e fazendas em poucos anos se colocam em movimento, proletarizando-se nos grandes centros urbanos ou mesmo nas pequenas e médias cidades regionais. O movimento de migração que se coloca é o chamado campo/cidade.

A possibilidade de se manter na atividade agrícola passa por essas mudanças, e as atividades monetarizadas, até então “marginais” se tornam gradualmente elemento central. As formas do trabalho e as formas de apropriação da terra que se complementavam substancialmente se autonomizam de forma a constituir de um lado meios de produção e de outro força de trabalho formada e mobilizada.

Questão que aparece na trajetória de inúmeros indivíduos estabelecidos em nossa área de estudo. As mudanças técnicas na atividade agropecuária impõe um padrão sanitário que seleciona e segrega uma boa arte de pequenos produtores agropecuário a desempenhar outras atividades produtivas. A chamada modernização do campo também precisa ser pensada em suas implicações negativas, que incidiram principalmente nos pequenos produtores e trabalhadores, regulando e valorizando o uso da terra e das atividades produtivas e formando um padrão em que as praticas produtivas desenvolvidas até o dado momento não se sustentavam.

O estabelecimento da atividade de queima de madeira para produção de carvão começa a ser praticada como atividade secundária às atividades agropecuárias, principalmente para as atividades de agricultura voltada para a subsistência, realizada por pequenos sitiantes.

O desenvolvimento do setor siderúrgico no estado de Minas Gerais exige uma crescente necessidade de matéria prima, nesse sentido uma procura por terras florestadas e de baixo custo se coloca como necessidade de consolidação do setor.

Em um primeiro momento os agricultores que se mantinham na terra, frente as barreiras técnicas e produtivas, encontram no carvão a possibilidade de monetarização e manutenção das propriedades e de suas benfeitorias. Mas essa estabilidade dura pouco, pois a

aceleração da produção siderúrgica no momento de expansão do mercado mundial se coloca como potencial elemento da economia nacional resultando em um aumento da necessidade de matéria prima (carvão) e em uma enorme pressão sobre as matas no estado de Minas em especial as de cerrado, localizadas no oeste mineiro.

As relações de trabalho que se constituem nesse contexto partem da estrutura familiar desenvolvida pelos sitiantes com emprego de trabalho assalariado, pagando por dia ou por semana aos trabalhadores que recorriam aos fornos de carvão para completar a renda familiar.

Os pequenos ranchos, chamados de provisório, utilizados por agricultores que roçavam nas margens de córregos e veredas se espalharam pelo cerrado mineiro como morada de carvoeiro, construções de pau-a-pique que tinha a função de ser moradia para trabalhadores ou mesmo para famílias durante o tempo da derrubada da mata e da queima da lenha, Fornos surgiam e desapareciam no meio da mata já em vias de fragmentação e desaparecimento. Os homens, mobilizados no trabalho para a produção de uma mercadoria básica para a indústria se valendo das técnicas rústicas da pecuária e derrubando, com machados, as tortuosas arvores do cerrado.

O transporte era realizado por indivíduos que transitavam de parcela em parcela carregando o máximo possível de sacas de carvão para as siderúrgicas de Sete Lagoas e Divinópolis. O carvão produzido pagava o frete e em muitos casos pagavam o arrendamento da terra, que em geral, já era pago em dinheiro.

A terra constitui-se gradualmente como reserva de mercado futuro e o trabalho, cada vez mais explorado e precarizado, contribuía para o desenvolvimento de um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira nesse momento, a siderurgia.

Nesse contexto, o acesso a terra para pequenos sitiantes se torna restringido a atividade carvoeira, ou seja, a lavoura (feijão, milho, mandioca, arroz) e as roças de subsistência vão sendo impedidas por determinações econômicas e legais que segregara os trabalhadores que até então poderiam conjugar o trabalho na agricultura com a produção de carvão.

Essa condição de conjugar as atividades de lavoura e roça de subsistência, ou mesmos os trabalho de vaqueiros, boiadeiros e de indústrias domésticas (derivados do leite, farinha de mandioca e construtores de carro de boi) possibilitava uma espécie de cessão dos meios de produção à pequenos sitiantes, condição esta que será “bloqueada” no momento em que a atividade carvoeira se torna central como atividade e determina novas relações de trabalho e novas formas de apropriação da terra.

O avanço da atividade carvoeira sobre as matas de cerrado transformam os agricultores e pequenos sitiantes, boiadeiros e vaqueiros em força de trabalho para a indústria

em um curtíssimo espaço de tempo e as condições de sobrevivência desse contingente populacional não mais esta liga as condições e ciclos naturais.

Nesse contexto percebemos um movimento de migração de famílias inteiras que deixavam as atividades nos sítios e fazendas e buscavam nos pequenos, médios e grandes centros urbanos uma possibilidade de obtenção de condições básicas de sobrevivência e de trabalho.

Essa mobilização do trabalho que observamos nesse contexto irá ‘revolver’ as pequenas comunidades rurais em suas praticas de trabalho e trato com a terra impondo de um lado a mobilidade espacial como estratégia de sobrevivência e de outro o aumento populacional nos distritos rurais e sede municipais de nossa área de estudo, e que apresenta o maior e complexo movimento no surgimento da cidade de Três Marias, localizada as margens do rio São Francisco.

4.1. O Morro da Garça.

A reflexão sobre o município de Morro da Garça nos apresentou necessária por observarmos a existência de elementos para a abordagem das transformações das relações de produção ocorridas nas últimas décadas, contendo particularidades e generalizações importantes para a complexificação das formas de mobilização do trabalho, em nossa área de estudo.

O histórico de formação do município esta intimamente ligada ao estabelecimento de fazendas pecuárias durante o ciclo da mineração em Minas Gerais. Como um pequeno povoado, Morro da Garça⁵⁸ surge no início do século XVIII, no caminho de tropeiros entre a vila de Sabará e a Bahia. Sua constituição histórica esta intimamente ligada à produção de mercadorias mantenedoras da produção colonial, ou seja, desde seu início inserida em um contexto mundial de acumulação capitalista.

Centralizado na atividade pecuária, regulamentada pelas concessões de sesmarias e sob o poder do fazendeiro proprietário de terras, o processo de ocupação e povoamento se estende por meio do trabalho na criação de gado como também nas atividades de produção agrícola de

⁵⁸ O município de Morro da garça se forma em torno da Capela de Nossa Senhora das Maravilhas, construída aproximadamente em 1720, nas terras da Fazenda da Garça. Integrava o termo de Curvelo como distritocom a denominação de Morro da Garça, pela Lei Provincial nº 1272, de 02-01-1866, e Lei Estadual nº 2, de 14-09-1891. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Morro da Garça, figura no município de Curvelo. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-07-1960. Elevado á categoria de município, desmembrado do município de Curvelo, com a denominação de Morro Garça, pela Lei Estadual nº 2764, de 30-12-1962.

alimentos e em especial na formação de grandes lavouras de algodão.

Atividades essas dependentes dos ciclos de expansão e crise das atividades de produção de valor coloniais e pós-coloniais, de valorização e desvalorização das terras e das mercadorias circulantes, realidade que conformava a região da pecuária extensiva no sertão mineiro.

No estudo realizado por Padre João Boaventura Leite intitulado *Morro da Garça no centenário da paróquia e da Matriz*, de 1987, no capítulo Vida Civil é apresentado os resultados de uma pesquisa por meio de consulta a arquivos históricos sobre as atividades econômicas no qual destaca a importância da produção do algodão, e sintetiza as principais atividades no município:

“Depois de ser uma das grandes regiões mineiras de produção do algodão, o município de Curvelo que há pouco mais de dez anos vinha em segundo lugar, depois de Montes Claros, sofreu um grande retrocesso na produção do “ouro branco em rama”. Sintetizando: no século XVIII fomos mais pecuaristas do que agricultores. No século XIX mais agricultores do que pecuaristas. No século XX, principalmente depois de 1930, novamente mais pecuaristas, mas com um fenômeno novo, impossível no século XVIII, o êxodo rural principalmente para S. Paulo e Paraná.” (Leite, 1987 p.164).

Atividades essas que mobilizavam uma população significativa nas atividades agropecuárias definindo uma diversidade de estratégias de acesso a terra (como a agregação do trabalhador à propriedade, parcerias, como também a posse provisória) e de reprodução das relações de trabalho (como a *Guaiana* [troca de trabalho] entre sitiantes, o contratação no momento da colheita, a quarteação obtida pelo vaqueiro). Essas atividades representam um elemento de monetarização, embora se contava com uma circulação pequena de dinheiro entre a população e ao mesmo tempo a formação da mobilidade do trabalho agropecuário.

Como demonstra os dados da Revista do Arquivo Público Mineiro (vol. V), do ano de 1900, documento analisado por Padre João Boaventura Leite, em obra já citada:

“A agricultura é a principal riqueza, sendo também a criação de gado vacum, cavalos e suínos uma das fontes de riqueza. (...) O principal da lavoura: a cana e o algodão. Exportação feita pela Central e Oeste. Houve o efeito pernicioso da emigração para a zona cafeeira. Lei Municipal com imposto de 1:000\$ ao indivíduo que aliciasse a emigração. Diária do trabalhador. 1\$500. (...) O distrito produz mais do que consome, sendo sua lavoura prospera, devido à uberdade do terreno, especialmente nas margens do Bicuado e da Capivara. (...) Pequenas fabricas de queijo, açúcar e alguns curtumes. Tem poucas

fabricas de aguardente. Exporta o distrito açúcar, algodão, soja, gado e alguns gêneros alimentícios, no valor anual de 200:000\$ e do município (Curvelo) 2.000:000\$.” (Revista do Arquivo Público Mineiro (vol. V). 1900, p. 122-127)⁵⁹

No início do século XX, segundo as informações apresentadas acima, o distrito de Morro da Garça representava 10% da produção no município de Curvelo, a agricultura como principal atividade, agregando pequenos e médios produtores estabelecidos às margens dos ribeirões e em direto acordo contratual com os proprietários de terra pecuaristas.

A partir de 1930, essa aparente complementaridade das atividades pecuárias e agrícolas gradualmente se confrontara com as mudanças no plano político-econômico nacional. A demanda de desenvolvimento econômico afetara as formas de acesso à terra em razão da integração dos ramos produtivos desenvolvidos em Morro da Garça ao mercado nacional, impondo uma intensificação da produção e de exigência de padrões sanitários para a produção da carne e produtos agrícolas. Decorrente à essas transformações, o fenômeno de êxodo rural se tornara um dos principais fatores de reorganização produtiva no município, questão a qual se concretizara com a intervenção do Estado desenvolvimentista nas décadas de 1950 e 1960, por meio da implementação dos planos de regularização fundiária, implantação da legislação sobre a terra e o trabalhador e dos planos territoriais de implementação da agroindústria.

O estabelecimento das atividades agroindustriais redefine as atividades agropecuárias, incidindo nas estratégias de acesso à terra e das formas de trabalho no município de Morro da Garça, impondo um sentido gradualmente regulador do uso da terra e dos níveis de produção.

O estabelecimento das empresas do setor de silvicultura, no início da década de 1970, voltadas para o carvoejamento da madeira se estenderá extensivamente sobre as terras da planície do rio das Velhas, inicialmente reduzindo as poucas matas que haviam restado em carvão, e em poucos anos, criando extensas plantações de eucaliptos. A expropriação dos antigos moradores, principalmente os pequenos produtores que não conseguiram a regularização das terras, como também a expulsão do trabalho das antigas fazendas de pecuária extensiva serão a tônica das dinâmicas populacionais dos últimos anos. Como mostra o gráfico dos censos demográficos IBGE, da década 1970 em diante:

⁵⁹ Retirado de Leite, Padre João Batista Boaventura. 1987, p. 165.

Gráfico 2 - Evolução da população no município de Morro da Garça.

Atualmente o município de Morro da Garça situa-se na microrregião Médio Rio das Velhas. Seu território ocupa uma área de 415 km², segundo o instituto de Geociências aplicadas – SECT/MG. Apresenta limites com os municípios de Curvelo, Felixlândia e Corinto. O município possui apenas um pequeno núcleo urbano, sendo este o distrito sede além de diversas localidades compondo sua área rural. A população esta estimada em 2.660 habitantes dos quais 1.522 pessoas (57%) reside na sede do município, segundo dados do censo IBGE de 2010.

O PIB apresenta uma predominância nas atividades agropecuárias, em especial à pecuária leiteira, decorrente as transformações produtivas das ultimas décadas, que de uma forma intensiva, tem concentrado a produção nas mãos de grandes produtores ao mesmo tempo agrega pequenos e médios produtores por meio de cooperativas de produção. Na ultima década, a região se integrou as áreas de maior produção de leite do estado, fator que intensificou a produção dessa mercadoria no mercado mundial, e impôs um nível científico e tecnológico aos pequenos e médios produtores.

Figura 1 – Distribuição da produção de leite, por microrregião, em Minas Gerais: 1990 e 2004. Fonte: IBGE. Elaboração: Carvalho, G. R.; Hott, M. C.; Oliveira, A. F.. 2007, p.8

A atividade leiteira no município é composta por pequenos, médios e grandes produtores. No último censo de 2010 foram levantadas 9.200 vacas ordenhadas, numa produção de 16.360.000 litros de leite anuais. A maior produção é realizada pela fazenda de propriedade de Belmiro Coelho da Rocha, que produziu em 2009 aproximadamente 15 mil litros diários representando uma capacidade produtiva que equivale a $\frac{1}{4}$ da produção de leite do município. Destaca-se também a cooperativa de laticínios da Associação De Produtores Rurais De Morro Da Garça que durante o mesmo período contribuía com 700 litros/dia, e representando um percentual de 30% a 40% do número total dos produtores.

A produção de leite no município está voltada para a grande indústria de beneficiamento de leite na qual agrega projetos junto aos produtores credenciados de assistência técnica ao produtor, difusão de tecnologias produtivas, clube de compras de insumos e serviços, treinamento de operadores de máquina, entre outros. As principais empresas que atuam no município são a DPA (*Nestlé*) com sede em Montes Claros, a Embaré em Lagoa da Prata, Itambé sediada em Sete Lagoas.

Note-se que a presença intensiva dessas empresas agroindustriais, resultou em um processo de dependência produtiva, de intensificação da produção e de estabelecimento de níveis concorrenciais que muitos produtores não suportam. O estabelecimento de um mínimo diário de produção de leite (200 litros/dia) resultou em uma imposição científica/tecnológica sobre os produtores, que em sua maioria recorreram às linhas de crédito oferecidas em parceria com as próprias empresas, ao mesmo tempo que parte dos pequenos produtores foram

expulsos da produção por não conseguiram acompanhar essa mudança.

Caso da cooperativa de laticínios da Associação De Produtores Rurais De Morro Da Garça, que se formada por meio da união dos pequenos produtores objetivando sua manutenção no mercado. Para isso investiram em máquinas de resfriamento e de teste da qualidade do leite, por meio de linhas de crédito. Segundo conversa junto funcionário da cooperativa que recebe diariamente o leite trazido pelos pequenos proprietários em outubro de 2009, o valor pago ao cooperado era de R\$ 0,60 a 0,70 centavos o litro, já para o grande produtor que possui a mecanização total da atividade e o resfriamento e armazenamento, o valor pago chegava à R\$ 1,00 o litro pago pela empresa agroindustrial. A mecanização não esta apenas nas mãos dos grandes produtores, mas no momento atual muitos dos médios e pequenos produtores do município, contando com o apoio técnico oferecidos pelas grandes empresas de beneficiamento de leite, e que em troca exige do produtor um mínimo de produção e participação nos projetos de “desenvolvimento da pecuária leiteira”.

Destaca-se que, embora a principal atividade produtiva seja a agropecuária leiteira, mais de 40% da utilização das terras no município esteja concentrada pelo setor de silvicultura para o carvoejamento. Essa atividade representa um importante agente de constituição das atividades agroindustriais, mobilizando uma significativa população migrante de outros municípios e estados. No decorrer das últimas décadas apresentou uma significativa ocupação das terras por meio das plantações de eucaliptos.

Até o início da década de 1980, grande parte da produção do carvão vegetal se desenvolvia utilizando espécies nativas, provindas do ambiente dos cerrados. Muitas formações florestais de Cerrado foram desapareceram por intermédio das siderúrgicas estabelecidas no pólos siderúrgicos de Minas Gerais. “Durante as últimas quatro décadas, o cerrado foi praticamente extinto das chapadas areníticas do centro-oeste mineiro por práticas irracionais de carvoejamento e desmatamento desordenado” (Baggio Filho, 2003:29) O incentivo às empresa de silvicultura, por meio dos planos de desenvolvimento territorial da RURALMINAS, contando com parcerias entre o governos federal, estadual e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento possibilitaram a concentração da terras do município e a formação de extensas plantações de

eucaliptos voltados para o carvoejamento. Nesse contexto, Minas Gerais se torna o estado com maior área de plantações de eucaliptos do país, como também, maior produtor de carvão vegetal:

“Minas Gerais se destaca como um dos principais pólos mundiais, no que diz respeito à tecnologia e manejo de florestas de crescimento rápido. Além de ser o Estado da Federação que mais consome carvão vegetal. Hoje existem no Estado mais de dois milhões de hectares de dessas florestas, sendo que na década de 80, o estado possuía a liderança mundial na produção de florestas de crescimento rápido para fins múltiplos. As regiões do Vale do Jequitinhonha, Noroeste e Norte mineiro, estão entre as mais expressivas do país e do mundo.” (BAGGIO FILHO. 2003:87)

O maior plantador de eucaliptos e produtor de carvão no município é a Companhia Setelagoana de Siderurgia (COSSISSA) que desde sua chegada ao município, em 1973, iniciou a aquisição de terras para plantio de eucaliptos. Por meio da aquisição de terras nas ultimas quatro décadas, detém atualmente a totalidade do percentual de ocupação das terras na atividade de silvicultura no município, além de expandir sua necessidade de produção à médios proprietários que, ou produzem carvão em sua propriedade, ou arrendam as terras para a COSSISSA.

No período de nosso trabalho de campo, outubro de 2008, a empresa detinha cerca de 15 mil hectares de áreas para plantio no município e a produção do carvão destinada à siderúrgica localizada em Sete Lagoas. Dos 25 mil metros cúbicos mensais de carvão exigidos nos altos fornos da siderúrgica, 20 mil metros cúbicos provinha da queima de suas plantações particulares e o restante provenientes de produtores da região. Contava com um corpo de funcionários de aproximadamente 300 pessoas, envolvidas nas atividades de preparação das mudas (viveiros), plantio, manejo das plantações, corte e queima da madeira. Essa ultima atividade é realizada por aproximadamente 90 pessoas contratadas por uma empresa terceirizada (as chamadas empreiteiras).

Para alcançar a produtividade exigida, e a manutenção da empresa nos níveis de concorrência do mercado mundial, um processo intenso de mecanização da produção foi iniciado à alguns anos. Assim, no momento atual estima-se que 80% do corte das arvores são feitos por uma trator-computador colheitadeira que tem um rendimento de 150 arvores por hora, resultando no corte de 60 hectares por mês. Apenas quatro operadores dividem o turno de trabalho substituindo o trabalho de 40 pessoas no corte manual. Mas é importante destacar que esse processo de mudança na produção não é apenas gestado pelo incremento de maquinas no processo produtivo, mas também pelo melhoramento genético das espécies de eucaliptos utilizadas, as chamadas espécies clones.

Essas espécies são elaboradas principalmente pela *Plantar S.A. Planejamento Tec. e Adm. de reflorestamentos*, sediada em Curvelo. Apresentando adaptabilidade ecológica para o clima de Cerrado, essas alcançam a produtividade de carvão de 300 m³ de madeira por hectare.

Nessa mudança recente da mecanização do corte do eucalipto, e na mudança atual dos fornos de carbonização manual para mecanizada, pois o processo de queima da madeira também já passa por mecanização, sendo que os fornos “inteligentes” de carbonização já aparecem como meta de aquisição da empresa, é acompanhada uma diminuição drástica da quantidade de mão de obra. Nesse processo, as linhas de crédito e os empréstimos são cada vez mais necessários. Isso porque o capital investido no desenvolvimento das forças produtivas, necessário para que a empresa consiga se manter no nível de produtividade da média mundial – que rege a possibilidade de permanência dessas empresas no mercado – não se paga com o valor obtido na produção, já que o trabalho vivo está quase extinto, sendo necessário assim os créditos, financiamentos e empréstimos para manter a empresa funcionando.

Para continuar produzindo, além do aumento intensivo da produção, outra estratégia de aumentar a produtividade é o aumento extensivo, ou seja, aumento da área de produção. A busca por novas áreas para plantio de eucaliptos tem sido uma constante, por meio da compra, do arrendamento e comercialização com médios produtores pecuaristas do município.

Caso observado com o pequeno produtor de carvão e criador de gado, “Seu Raimundo”, que há dezoito anos iniciou a atividade carvoeira com 10 hectares de eucalipto plantados com espécies “reprodutivas”, e atualmente detém uma plantação que abrange uma área de 200 hectares, utilizando espécies híbridas de eucaliptos (espécies clonadas) que são fornecidas pelas grandes empresas silviculturas. A utilização dessas espécies híbridas representa uma prática recente para o pequeno produtor, onde, objetivando uma melhor produtividade de madeira a ser queimada substitui as espécies que geram sementes, para espécies que não se reproduzem, consolidando assim um elo a mais na cadeia produtiva de carvão vegetal dominada pelas grandes empresas siderúrgicas.

Em conjunto com a atividade carvoeira, o produtor também cria 500 cabeças de gado, e é na venda de bezerros que mantém o rendimento da criação, segundo seu Raimundo ele não conseguiria manter sua criação de gado como única prática econômica, para ele a atividade da carvoaria veio como condição para sua permanência na terra como criador de gado.

Ao refletirmos sobre a constituição do complexo agroindustrial no município de Morro da Garça, não podemos perder o foco sobre as determinações referentes a mobilização do trabalho, que caracterizou a dinâmica populacional no município, ao mesmo tempo em que fundamentou o processo de urbanização atualmente observado. A formação de uma área na sede do município,

intitulada por seus moradores de Pompéia, compostas em sua maioria por uma população migrante de outros municípios e estados, que “auto-construíram” suas casas e que apresentam um histórico de expropriação da terra como também das atividades agropecuárias, nos indica para um processo de precarização e exploração do trabalho que se contrasta com a enorme circulação de capital mobilizado no município, concentrado na alta produtividade da agroindústria.

Decorrente da crise mundial ocorrida no final de 2008, uma nova dinâmica produtiva se impôs a atividade de silvicultura para o carvoejamento. A redução drástica no consumo de ferro gusa produzida nas siderúrgicas mineiras reverberaram no alto índice de produtividade, resultando na diminuição drástica da produção de carvão, fato que induz a novas reorganizações produtivas dos diferentes setores da economia do município. Além disso tenciona as relações sociais centradas na atual mobilidade do trabalho para a grande parte da população.

Ao nos depararmos com a dinâmica populacional do município, constatamos que nas ultimas duas décadas ocorreu uma diminuição de aproximadamente 13% da população total, e nos últimos dez anos uma diminuição de 6,22% somente na população urbana do município. Fator esse que nos apresenta diversos questionamentos, considerando as generalizações que as estatísticas possam acarretar.

O estudo das dinâmicas populacionais por meio de uma base conceitual que considere a mobilização do trabalho, nos possibilita refletirmos sobre os movimentos espaciais da população trabalhadora, frente a reestruturação da produção sobre as determinações da agroindústria no município.

Nesse sentido procuramos questionar quais as dimensões sócio espaciais dessa população migrante frente as determinações produtivas da agroindústria. Destacando que o trabalho aparece cada vez mais escasso e as estratégias de reprodução e sociabilidade pelo trabalho cada vez mais móveis e incertas. O processo de metropolização critica que impôs o modelo de urbanização na área de estudo nos leva a pensar que esse mesmo modelo se apresenta atualmente em crise. Assim as formas da mobilidade tendem a se transformarem, essa é uma questão a ser investigado no decorrer da pesquisa no município de Morro da Garça.

4.1.1. Entrevistas e comentários

**Paulo Cesar, morador do município de Morro da Garça.
entrevista realizada em maio de 2013 na casa de cultura do sertão.**

Foto 19- Conversa com Paulo Cesar que explicava como funcionava um carro de boi.

Paulo Cesar, filho de carreiro de boi, explicava como era um carro de boi utilizando uma miniatura construída de madeira. Sentamos para uma conversa:

P: Mas meu nome de Batismo é Paulo Cesar.

E: Paulo, você nasceu aqui no município de Morro da Garça?

P: Não, nasci em Corinto, distrito da Capivara.

E: área rural do município de Corinto?

P: Sim.

E: Isso em que data?

P: 1970. Meu pai se chama Vicente de Paula, tem setenta anos, carreiro de boi.

E: gostaria que você contasse sua história sobre acompanhar seu pai no trabalho com carro de boi. Que fizesse um relato para a gente de como era a vida na comunidade em que você vivia.

P: Lá de onde eu vim, fica próximo à Capivara de Cima, o lugar chama Lontra. Eu enquanto pequeno, fui para a casa de minha vó em 1978, e fiquei lá quatro anos. Como foi difícil. Sou apegado demais a família, mas apegado mesmo. Pai falou o seguinte, ele não quis estudar para não ficar longe de vó. E ele disse: “eu não quero que nenhum de vocês fiquem como eu fiquei, porque a pessoa que não sabe ler sofre muito, passa umas coisas na vida que são terríveis” Então tem que estudar, então fui para minha vó. Até hoje vai chegar aqui e vai dizer, vamos simhora. E eu s’embora, sem perguntar porque sim, porque não. Então tem disso. Se tem que aprender a ler, então eu fui... e como em faço aniversário em julho ai entrei no ano próximo. Quando fez dezembro já sabia ler tudo, pegava um jornal, lia de cima pra

baixo, ai eu disse pro meu pai que não precisava ir embora mais não, que já sei ler e tal, ai meu pai disse: - Não moço, cê não sabe lê conta” De fato não sabia mesmo, ai voltei. Deu o segundo ano já sabia a tabuada de cor e salteada, chegou uma conta, fiz de cabeça, ai eu disse: Pronto pai, agora posso ficar, né? Ai ele disse, vamo fazer um trato? Sem diploma, não adianta cê ficar, num conversa.

E: Você queria ficar lá?

P: eu queria ficar, não queria voltar não, né? Em quatro anos de estudo eu tenho 13 faltas, isso porque em uma semana eu fiquei de febre terrível e não consegui ir pra escola. Ai quando chegava para estudar, tinha que acertar nota, né? E graças a deus eu tenho cinco ou seis 6 no meu histórico né. Que era pra mim embora mesmo, ai tirei a quarta serie, até era na época da ditadura, 1981. Ai tinha os melhores alunos, e eles ganhavam bolsa, e eu ganhei uma. Ai a diretora chegou, meus parabéns você ganhou bolsa para estudas, assistia aula quase 100%, 90%, sabe?

E: e naquela época não tinha colégio da 5º à 8º, era pago os que tinha?

P: é, tinha que pagar, não tinha...

E: e era em?

P: Belo Horizonte. Ai eu disse: pode dar para outra pessoa que eu não vou estudar mais não. Ai ela quase me bate, cê ta louco! Você com as notas dez e tal.. Ai meu tio disse: cê quer ficar aqui em casa, estudar... eu te pago até os dezoito anos, tudo, da meia à passagem de ônibus eu pago. E tava morando mais minha vó e tal, ele trabalhava eu trabalhava junto. Não agradeço muito o senhor, mas eu vou embora. Cheguei aqui, foi mais ou menos como cair de pára-quedas em Morro da Garça. Todo diferente, a primeira coisa foi ajudar meu pai a guiar, moço, eu tinha um medo de boi, mas sabe aquele medo que fica completamente paralisado, até a respiração parecia que não mecia. Ai os bois de pai ainda não estavam bem manso, ele buscou os bois de meu padrinho, boi grande, quase 30 arrobas quando mataram ele. Ai a idéia é de quando o boi de carro já ta manso, cê leva a corta na cabeça, ele já abaixa os chifre. Quando eu cheguei lá e o boi, ele baixou os chifres, eu raspei fora... esse boi vai me chifrar. Que isso menino, ele ta dando o chifre para por a corda no pescoço... oh penúria que foi para começar a cuidar de boi. Pra completar, o outro boi, que também era grandão, ele caminhava bufando, mas não era porque ele tava bravo não, e ai... cada fungada que ele dava, eu dava um “incuidinha” assim. E assim a gente foi, pai trabalhava demais com carro de boi... a gente matava boi, fazia carvão, plantava roça. E eu fui aprendendo o macete... pai não sai do carro não, ele só mantém. Ai logo quando eu vim para cá ele trocou o carroção, ai foi bom demais, a gente escutava musica e tudo...

E: Seu pai era carreiro, transportava coisas..?

P: Sim, mas ele tinha um carroção de roda arraiado.

E: Mas transportava a produção de vocês, lá da roça?

P: Sim, era o meio de transporte, a gente plantava roça e quando colhia o milho, arroz, feijão, colocava no carro e levava para casa. Ai quando chegava a seca, colhia a mandioca, fazia a farinha, fazia carvão.

E: e era nas chamadas terras de cultura?

P: É, porque em geral a terra de cultura fica na beira de córrego, ai plantava na beira de córrego e tinha um serra na frente, ai no tempo da seca fazia farinha, muia cana, ou então fazia carvão né... mas o carro que era o meio de transporte para carragar tudo, né.

E: Até o Carvão?

P: Carregava a madeira para o forno, aí depois do carvão pronto, os caminhões buscavam. Aí a gente ia amansando os bois, e os bois acostumando com a gente também né, até chegar um ponto que você entrar no meio dos bois de trás pra frente, de frente pra trás, empurrar com o ombro, puxa do seu lado... ele acostuma tanto com você que perde aquele medo do começo porque você vai amansar, tem que judiar né... e depois de um certo tempo não... cê já chama pelo nome, ele te acompanha. Nessa brincadeira, voltei com 11 anos, fiquei até os 16 anos carriando mais pai, sem ter água, na seca carriava uma cana, o carvão, a mandioca.

E: mas trazia lá da Lontra para o morro A produção ?

P: Não, a gente plantava lá para casa (na Lontra), e quando era nas águas, plantava roça com os bois, né... colocava o arado com o mesmo boi, fazia o sulco para plantar né depois que brotava passava a capineira para diminuir um pouco o trabalho com a enchada, colhia o milho, carregava o milho para casa de novo, né..., então o boi era o meio de transporte de carga era o boi.

E: Vocês plantavam na roça e levavam para casa...

P: Isso!

E: Tinha como armazenar?

P: Geralmente, tirava a despesa do ano, até a próxima safra, guardava ali: arroz, feijão, milho. Se caísse tivesse sobra a gente vendia para custear outro tipo de coisa.

E: Geralmente tinha sobra? Como era?

P: garantia o ano, depois ia ver se sobrava. Como por exemplo: tinha ano que não chovia, por causa de alguma interperie lá que não dava, aí vc comprava... se precisava fazer um carvão, moer uma cana...

E: Aí tinha que fazer dinheiro?

P: Isso, para cobrir aquilo que faltava. Fazer carvão!

E: O carvão era uma atividade comum, então?

P: Era mais “líquido”, ou então moía cana, fazia rapadura, açúcar, ou então fazia a farinha de mandioca, o polvilho...

E: Tinha casa de farinha?

P: A casa de farinha era como se fosse uma comunidade, que era na casa do vizinho, ele sedia o lugar para trabalhar, esse dia você levava, fazia, era como se fosse um multirão, fazia para você essa semana, fazia para ele semana que vem, fazia para ela outra semana. Porque na verdade para fazer a farinha gasta mais ou menos umas 12 pessoas, menos disso... para descascar, ralar, tira o caldo, separa de um lado, depois torra, o caldo você coloca para decantar, né...? E também moía cana, fazia rapadura, com mel batido fazia a açúcar, mas não é o açúcar mascavo não, o mascavo é um açúcar escuro né. E aí a gente fazia, ele clareava.. fazia, tirava o mel bem antes do ponto de rapadura, aí coloca na vasilha, mexe ele, no outro dia já ficou clarinho, em pedra, né... coloca em uma vasilha, coloca em uma esteira, cobre com um saco de ninhage, coloca barro em cima, barro mesmo, lama mesmo, um palmo de lama em cima, aí decanta né... a maior parte do melaço a gente chama do baguá, melaço. Aí depois de uns quinze dias, aquela terra já rachou né.. perdeu aquela umidade de água, aí você tira aquele açúcar ali, aí tem três partes, tem a parte de cima que é bem clara, uma parte do meio que é mais morenada e a parte de baixo que ainda sobra um pouco daquele melaço é bem escuro, bem preto, aí você segue, só que quanto mais claro ele fica, mais choco ele fica.

Ai depois você pegava aquele açúcar, colocava em um pedaço de pano e ia quebrando ele, até ele ficar muidinho. Ai tirava o torrão de açúcar e vendia, e o baguá: o melaço que sobrava no fundo fininho, era terrível de doce, é pra fazer a cachaça, pra quem bebe dizem que é a melhor cachaça que tem, é o baguá, o melaço do bágua. Ai vendia, tinha época. Tinha um pessoal que tinha uma condição melhor, tirava leite, fazia queijo, meu pai cançou de fazer creme, pai cançou de ir pra Curvelo de cavalo, de carro de boi, levando creme, levando farinha, tudo, né.. Pietra: E como era, vocês compravam sal, óleo...?

P: é, a idéia era a gente comprar o mínimo, mas você comprava o básico né, sal, querozene, açúcar, porque quando ta chovendo não dava para fazer açúcar, nem rapadura né...querozene, açúcar,sal... ai essas coisas você pode estocar né... você pode por exemplo, quando era na época das águas outubro, início de novembro.. passava eu já peguei o leite todinho do pessoal no carro, e tinha o caminhão leiteiro, se comprava e ele trazia, pedia de manha e a tarde ele trazia um monte de coisas no ponto de ônibus. E levava no carro de boi, rapadura, carro de rapadura, açúcar, polvilho, porco gordo.. levava isso e buscava café, querozene, sal... essas coisas que não tinham. Eu cheguei ao ponto de quando era mais novo, descobrir o macarrão, macarrão aqui era igual carne...

E: Macarrão era caro igual carne?

P: Não, não é porque era caro, é porque era raro, tem que ver.. assim, por exemplo... comprava dois quilos de macarrão em casa, aquele macarrão ficava guardado em casa, chegava uma visita, colocava o macarrão para cozinhar, cabava o problema... chegava a um ponto que eles brigavam pra quem ia rapar a panela do macarrão... Macarrão não tem, então colocava o arroz e misturava com o restinho do macarrão. Assim ó: Sebastião, vamos fazer um macarrão, macarrão?? Aonde? Não era qualquer hora não. Macarrão era a carne. E a carne, a gente criava o porco, ai matava e tirava a carne toda, e conservava no meio da gordura.

E: Você disse que a carne era rara Tb, mas tinha bastante boi, né...?

P: Tinha, mas a gente não matava pra comer, né, tinha ali umas vaquinhas de leite, tinha os bois de carro que é a peça de estima né... Geralmente era carne de porco, carne de galinha, as vezes um peixinho... Era mais comum carne de porco e carne de galinha. Carne de gado era mais rara, as vezes comprava uma carne seca. Carne de gado era mais exótica, e Também porque não tinha geladeira né, ou você conservava tudo na gordura ou você secava né... Quando matava dividia com os vizinhos. A fartura... a bagunça da fartura é bom, né? Até hoje a gente usa né. Assim, o boi tem 12 arrobas, ai eu quero um pedaço, você quer outro, a outra amiga quer outro... Ai divide as partes, já vem até limpo, tira aquelas partes que não prestam, a mochiba e tal... ai você leva para casa sua parte. Então era mais rara a carne.

E: Não tinha um açougue que você comprava carne?

P: Não, não tinha, só em Curvelo que a gente comprava carne seca, que não vai deteriorar tão cedo, depois que ela vende mais, o sabor é mais acentuado... e assim, matava um porco e aproveitava tudo, né..., secava pele fritava, tirava uma pururuca, se o porco fosse gordo, tirava o torresmo, fritava e deixava separa e ia comendo, meu pai até brinca que a gente comia até o olhos da carne. Comia os pés, a suãan, a costela. Porque tinha uma dificuldade em perder a carne, ai você salgava a carne, falgava o toucinho para não ter contratempo. E a carne em geral, fritava ela e guardava na gordura.

Pietra: e as ferramentas? quem fazia era seu pai?

P: As ferramentas já tinha: arado, capinadeira, enchada, já tinha lá...

E: Vocês herdavam essas ferramentas?

P: Sempre tem a partilha né... infelizmente, quando alguém morre tem a partilha... a tem a panela de tia fulana, isso aqui é de vovó... lá em casa eu tenho um banco que ele tem mais de 100 anos e era de bisavó de mamãe, que é uma taboa de aroeira, serraram uma vara de ferrão de ipê ou pau d'alho que são as pernas dele e tem dois buracos assim, de mais ou menos dois dedos que era o descascador de algodão, um engenhinho... em vez de você ficar rasgando a fibra e pegando a semente, aí faz um tipo de uma enghoca, aí puxa a pluma né, ah, do jeito que pega, ela passa né, a semente não, esse banco já foi lugar de picar a suã (de picar a carne), tanto que ele tá todo picotado de faca, machadinho... já foi lugar de colocar panela, tem marca de panela quente nele... tem história, ele foi de minha vó, de minha mãe também, foi para Belo Horizonte com minha mãe, quando mudei aqui pro Morro, meu pai disse vou te dar esse banco, porque só você dá valor, os outros nenhum quer... tá lá em casa então, é baixinho e feinho, mas tá lá... Lá onde a gente morava tinha um forno de fazer a telha, né... a família que morava lá que era o tio da minha mãe, eles faziam telhas, aí depois que meu tio morreu, o pessoal parou. Porque a família da minha tia fazia pote, fazia panela de barro, aí meu tio não, fazia só telha, lá em casa até hoje tem o forno...

E: e fazia para vender?

P: Fazia para vender, porque... não tinha cerâmica na cidade, casa feita de adobe e de telha, nem tijolo não era, porque o Adobe é fácil fazer, a madeira tinha bastante, não igual esse desmatamento que tá hoje, mas o telhado: ou você colocava o telhado de pindoba, de capim ou de alguma folha de coco, ou então era essa telha aqui. Aí quem fazia, era um comércio tranquilo, ninguém guardava teia não, pelo contrário, as vezes tinha encomenda e não dava pra fazer... Aí com o tempo foi crescendo a Modernidade, começou aparecer caminhão de Curvelo, com as telhas já colonial..., e tem né, porque se vai lá no depósito, e tem né, porque se vai com dinheiro lá no depósito né... mas na época você pedia cinco mil telhas, fechava um lote, cozinhava tudo, contava... aí era interessante, porque colocava no carro, o você sabe que teia quebra... aí forrava o carro (de boi) com esterco, capim, colocava umas telhas em pé, uma encachada na outra, quando o fabricante é cuidadoso, elas encaixam perfeitamente, igual telha industrial, jogava areia ou esterco em cima delas, pra descer e não ter atrito, e aí não quebrava nenhuma...

E: Ele (o carro de boi) vai oscilando nas estradas de terra?

P: É, vai balangando tudo, aí pai colocava sempre outra parcela, outro andar (de telhas), e aí jogava o estarco, o capim, um capim provisório, um capim grande, aí amortecia a trepidação deles (das telhas), carriava e beleza. Carriar era o único método de ir e vir, carriava madeira, carriava porco, carriava telha, carriava gente, ia para a festa... colocava umas varas, jogava um couro por cima, cobria, fazia uma tenda... quando ia para curvelo com farinha, fazia a mesma coisa... colocava esteira, e colocava toldo com aquelas varas de verga, fazia um arco, com o couro e amarra de um jeito que se chover não te molha... e ia sem molhar... era um meio de transporte... na hora de passear ia do mesmo jeito... colocava o couro ali, entrava todo mundo de baixo ... era um meio de transporte...

E: voltando um pouco... o senhor, depois do colégio, voltou para a casa de seu pai?

P: Voltei pra roça... mechia com carro de boi com meu pai...

E: Transportava as mercadorias para onde? Curvelo?

P: A referencia nossa é Curvelo, né. Então tinha caminhão leiteiro, e ele vinha buscar o leite por Curvelo. Na época não tinha ônibus, e quase não tinha carro, mas tinha o caminhão leiteiro, que vinha quase todo dia, sábado, domingo e feriado porque o leite não pode parar né... então vinha todo dia...

E: e Andrequicé?

P: Não, Andrequicé, já tá bem afastado... e Andrequicé é um povoadinho, né... lá é mais voltado para Três Marias...

E: Você acompanhou a formação de Três Marias?

P: Não, porque eu nasci em 1970, aí era mais pequenininho, mas pai fala assim que quando fizeram a represa, foi o seguinte, tinha um comércio muito bom, a construção da represa foram muitos mil de pessoas, aumentou a população rapidinho, né... aí o pessoal ganhou muito dinheiro... comprando galinha, comprando ovo, quem trabalhava na roça chegava lá e vendia, é igual feira, feira é a vista, não vai chegar lá e comprar fiado... Então teve pessoas que até mudaram de vida ... deu uma balançada na economia...

E: Vinha um pessoal pegar a produção?

P: Vinha, comprava frango, farinha de mandioca, passava um pessoal, procuravam o preço mais baixo para tirar um dinheiro em cima, né...

E: E o carvão, seu pai já queimava carvão?

P: Sim...

E: E quem vinha buscar o carvão?

P: O carvão assim, na medida que você fazia, e ficava pronto, aí você geralmente ia em Curvelo, e um caminhoneiro vinha e buscava...

E: Havia muitas famílias que produziam?

P: Com certeza!

E: e vocês juntavam toda a produção, como era?

P: não, era assim: se fala viagem, digamos assim: é em metro cúbico, aí fulano tira cinco metros de carvão, aí vinha um caminhoneiro para pegar sua produção, as vezes acontecia de eles pegarem um pouquinho seu, um pouquinho dele... mas aí ele conta a sacaria, faz um balanço , tipo assim: quinze sacos dá um metro, aí calculava quantas sacas...

E: E era pago na hora?

P: não, ele levava em Sete Lagoas, aí de um dia ou dois dias, dependendo da época, da concorrência... você ia em Curvelo e eles pagavam em dinheiro, aí era só buscar o dinheiro...

E: e era importante essa atividade? Conseguia dinheiro?

P: era importante... assim: vamos deixar essa parte de natureza, de conservação, aqui de lado... Porque assim, ou você fazia farinha, ou você muia cana , ou você trabalhava para os outros por dia, mas esse por dia não era mensal não... dois dias para você, dois dias para o outro...

E: Trabalhava aonde? Em Sítio pequeno?

P: Não, tinha uma fazenda ali, roçando o pasto, aí ia ali, juntava umas pessoas, em cinco dias tava pronto... agora os outros dias você ficava oscilante. Agora o carvão, demora para você fazer, tem cortar a lenha certa, e tem que cozinhar... leva um certo tempo, uns três quatro meses, e aí você não recebe dinheiro nenhum, tipo assim, 1 metro de carvão vale cem reais, 350 metros cinco mil, se for só seu... se for a meia, porque a gente fazia a meia, dois e quinhentos seu, dois e quinhentos do dono da terra...

E: e como era?

P: tinha lá um cerrado, uma lenha, e aí ia puxar carvão... as vezes davam os fornos prontos, lugar para você ficar... e aí eu fazia, vendia e tirava na meia, na terça, aí depende, se você fazia uma benfeitoria, fazia um ranchinho para ficar... e boi carro, tudo pela sua conta... aí você tirava a terça: duas partes sua e uma parte para o dono da terra, ele só entrava com a lenha, né, e você entrava com seu trabalho, com o material, então... mas isso era muito raro... era comum a meia... se ele dava algumas coisas assim, já prontas então era a meia... aí era assim, se fazia uma, duas viagens de carvão. Aí era o tempo de passar o período da seca e de você guardar um pouco para o início das águas né, porque a roça é mais ou menos seis meses, você põe ali.. uma semente, e ela vai dar quatro, cinco meses e tá colhendo... nesse meio tempo vc tem que tá vivendo, né... tem que comer, tem beber, tem que vestir... aí você fazia uma viagem de carvão, beleza, aí você precisava de algumas coisas para guardar: mais açúcar, mais sal... alguma coisa que tinha que guardar, para durante esse período você ter só o básico, o mínimo... Então o carvão servia para você não ficar ocioso, e assim você comprava alguma coisa, sem precisar da roça, porque a roça é assim... tem até uma brincadeira que fala assim que roça chama “arrependida”, por exemplo: você tem dez hectares, aí chove pouco você colhe ali 3 toneladas, vamo supor... aí você decide plantar menos, só cinco hectares... e aí chove bem.. você tira cinquenta toneladas... aí se diz no outro ano: vou plantar mais e chove pouco, aí você sempre se arrepende... mas no caso do carvão, dizendo as vezes de queimar, porque o carvão pode queimar depois que sai do forno, as vezes uma brasinha, tem que vigiar ele e tirando depois do tempo... agora que a fiscalização aumentou né... porque entraram perto de córrego, derrubaram a mata ciliar, aí começou cada vez mais dificultar, aí tirando da fiscalização te pegar ou do carvão pegar fogo, era certo, tá pronto tem quem busque, mas aí o preço tá ruim, mas tem quem busque, porque as vezes você produz, igual a rapadura, assim, tá sete reais o quilo... antes era por peça, agora é por quilo, mas o ano que vem passa a três reais o quilo, te quebra... e o carvão não, as vezes bem ou ruim de preço... por teve uma época que ficou ruim de preço, né... com a fiscalização ficou pior ainda, por que o de eucalipto, ou de outra madeira plantada, vale mais e com comprovante da “Guia” e sempre tem o debaixo do pano né... as vezes você fazia uma licença né... , tocava a fazer carvão... tocava dez hectares e seu cerrado era ralo, dava pouca madeira, e você falava com seu vizinho, fazia seu carvão e também incluía o seu vizinho na guia... saía no seu nome...

E: Tinha um limite? Para produzir o carvão?

P: eu não podia mandar sem a guia, aí você tinha 10 guias, mandou só seis, você tinha quatro guias, aí associação... !

O relato realizado pelo servente de escola, Paulo Cesar, atualmente morador de Morro da Garça, mas criado nas localidades do pé da serra do Piancó, localidade da Lontra nos possibilita reconstituir um momento particular da memória coletiva da vida dos trabalhadores sítiantes da zona rural entre o Morro da Garça e Corinto. Filho de carreiro de boi, viveu boa

parte de sua vida na roça de seu pai, produzindo alimento, criando gado e também produzindo carvão.

Inclusive esse é um tema importante na fala de nosso interlocutor. As dificuldades de se viver das roças e lavouras no momento da urbanização que a sociedade passava, impôs aos sítiantes a produção de mercadorias para o mercado como forma de capitalização. O produto do trabalho distribuído nos sítios e fazendas configuravam um mercado local e uma garantia das famílias da segurança alimentar e da sociabilidade comunitária. O trabalho aparece como bem comunitário e sua troca era o elo que mantinha a vida nos sertão dos gerias.

Com os desenvolvimento das forças produtivas e a imposição da modernização do campo, rapidamente as atividades desenvolvidas para a manutenção da casa e da família se transformam. A produção volta-se para a obtenção de dinheiro e serviços outros não encontrados nas comunidades rurais.

O incentivo à produção do carvão feito por atravessadores das siderúrgicas que transportavam a mercadoria para os pátios das fabricas, aparece, na fala de nosso interlocutor, como principal elemento indutor desses transformações.

Enquanto a roça, conhecida pelos trabalhadores rurais da região como “a arrependida”, termo que expressa a dificuldade de manter ano a ano a produção de alimentos, seja pela rusticidade do ambiente dos Cerrados ou mesmo por eventuais problemas de saúde dos trabalhadores; gradualmente dá espaço para a atividade carvoeira pelo fato dessa atividade oferecer além do transporte, o pagamento imediato da produção.

Nesse contexto, nossos interlocutores passam a centralizar, ano a ano, a atividade carvoeira em seu cotidiano. Explorando tanto as matas de seus sítios, trocando trabalho, arrendando áreas das antigas fazendas dos gerais para derrubar mata e produzir carvão e trabalhando nos fornos de terceiros ou mesmo se dedicando ao transporte da mercadoria para as siderúrgicas.

No transcorrer de poucos anos as matas de cerrado se reduziram a poucos e dispersos fragmentos entrecortados por limitadas faixa de mata ciliar. Com o tempo as ambientais incidiram sobre essa pratica, impondo limites á derrubada e produção do carvão. Muitos trabalhadores se viram impedidos de produzir carvão e a manutenção das lavouras não garantiam todas as necessidades surgidas com a urbanização.

A migração se coloca como possibilidade de obtenção de recursos nos períodos de escasses. A migração sazonal rapidamente se torna em proletarização nos centros urbanos próximos. Curvelo, Três Marias, Sete lagoas se urbanizam em uma velocidade estonteante.

Nesse contexto a cidade de Morro da Garça se urbaniza como centro populacional de migrantes vindos da zona rural e de municípios do norte e noroeste do estado. O movimento da modernização exigindo a mobilização geral de homens e mulheres para atividades industriais e agroindustriais sujeita os trabalhadores rurais e pequenos sítiantes a saírem de suas terras, em busca de outra atividade.

Na trajetória de vida de nosso interlocutor e de sua família, o sentimento de transformação das formas do viver convergiu para a vida na cidade, trabalhando em alguma atividade fixa, e se mantendo por meio do assalariamento. Esse sentimento de transformação converge também para o nostálgico sentimento do passado na roça, de sua infância e juventude. Nas linhas gerais de sua memória, Paulo Cesar transforma o sentimento de desterrado para a poesia carrega de sertão.

Paulo Cesar, como muitos moradores do morro da garça possui um passado como trabalhador rural, como sítiante e atualmente trabalha para a prefeitura municipal. Nas linhas de sua poesia reconta fragmentos e o sentimento de migrante.

Lucia Helena, moradora do município de Morro da Garça.

entrevista realizada outubro de 2010 em sua residência.

Fui sozinha para Belo Horizonte, e arrumei um serviço lá, estava me separando de meu marido, daí a irmã de um rapaz estava precisando de uma pessoa para cuidar das crianças, daí eu fui embora.

Daí lá mesmo eu fiquei pouco tempo, fui pra outro, lá fiquei dois anos, no outro fiquei sete, e fiquei grávida, e muito doente, e ai vim embora. Lá a gente ganha bem mais do que aqui, só que em compensação gasta mais, trabalha mais, cansa muito.

Dia 28 de agosto irá completar dois anos que voltei. A volta foi bem, lá estava muito doente, doente mesmo de internar, stress, depressão. Eu pensava em voltar para o Morro da Garça depois que aposentasse, mais ai eu um dia internada lá no hospital, doente, doente, pensei: “

gente, eu vou embora”. Juntei um bocado de sacola, e vim. Meu irmão tava aqui, morei um tempo com ele, depois aluguei casa, então agora ele foi para a fazenda, e eu continuo na casa dele.

Hoje mesmo era dia de ter ido a Belo Horizonte, era para eu ter ido segunda-feira e ter vindo hoje, que tinha consulta lá. Quando é dia de ir para lá é um tristeza, não vejo a hora de chegar aqui.

Já morei em fazenda, uma vez fui morar na fazenda de Belmiro, que é uma das maiores fazendas, como vocês já devem ter ficado sabendo, tem mais empregado, mais condições. Lá eu trabalhava na roça, capinava: tirava os pés de trigo o meio da soja, as vezes no meio da soja, nascia pé de trigo, e a gente limpava para que na hora da colheita, não ficasse misturado. Depois fui trabalhar de cozinheira. Foi bom, a vida aqui é boa. Eu não troco por Belo Horizonte mais não. Morava na fazenda com meu filho e meu marido. Hoje eu moro com meu filho, não é o mesmo daquele tempo, que aquele outro esta casado, tem 26 anos, e tenho dois netos. Então hoje o meu tem 13 anos.

Só fui mexer com terra, agora na volta, quando fiquei seis meses no sítio. Mas eu sou asmática, sou muito alérgica e estava mexendo com galinhas, não posso mexer com essas coisas, mais isso é desculpa pra gente, porque quando a gente quer uma coisa...quem nem agora não to mexendo e continuo com a mesma coisa, tomando remédio. A depressão melhorou, era meu ex marido: nós brigávamos muito, ficamos dois anos juntos na mesma casa, mas separados. Ele não queria separa não queria muito, mas eu não queria não. Depois ainda eu levei uma colega lá pra casa, ele esteve com ela lá em casa, isso acabou com minha vida, isso me deixou a ponto de jogar pedras nas casas dos outros na rua, fiquei ruim mesmo. Passei a tomar muita cerveja, chorava muito. Mas agora já estou melhor.

Meus pais são da zona rural de Augusto Lima, fica no norte de Minas, perto de Bocaiúva. Meu pai chegou a trabalhar nessa fazenda, meu pai andou por essa região toda, trabalhando na fazenda, era vaqueiro né. As vezes achava que tinha uma fazenda que pagava melhor, sei lá! queria sair, saia...então ele trabalhou por essa região toda. Direto né! Porque vaqueiro não tem descanso não. Antigamente era tudo na mão, hoje tem ordenha, uns acham que demora mais, mais ficou muito mais fácil, antes tirava de um a em uma. Tenho nove irmãos do primeiro casamento e seis do segundo. Estão em Curvelo, Belo Horizonte, Corinto e aqui no Morro, a maioria trabalha com fazenda.

Belo Horizonte não é lugar de viver, não. Ainda mais no bairro da gente que é muito violento. Se quiser um serviço melhor tem que ir lá fora, mas também, vai ter uma vida pior: sem sossego dentro de casa, vai ter que pegar ônibus. Eu mesma tinha que pegar dois ônibus para

ir para o serviço e voltar, chegava acabada. Tem bastante gente que volta, e geralmente quem volta, volta com problema. Teve uma que voltou bem pior do que eu. Ela estava jogando tudo no lixo. Aqui todo mundo te conhece, o pessoal se ajuda mais. Não tem perigo, meu filho sai, vai à festa e eu fico tranquila, não me preocupo. Aqui também tem conselho: se meu filho for comprar cerveja ali, o dono não vende, cigarro não vende, pinga não vende...

As coisas que a gente vai observando: vou daqui pra lá e venho pra cá, a gente vê a diferença: aqui é bem mais fácil de educar os filhos. Não tem comparação!

O turismo vai melhorar a cidade, vai trazer mais dinheiro. Sai para fazer pesquisa, que nem nos estamos trabalhando no artesanato, arrumar um jeito de vender para fora, exportar. Estamos precisando melhorar, porque aqui a tranquilidade é muito boa, precisamos melhorar isso, dinheiro, empregar mais pessoas, trazer mais condições, vai melhorando devagarzinho, não sobe de uma vez não, vai devagar.

Quando vou para Belo Horizonte vou com uma bolsa grande, que eu levo queijo levo geleia e às vezes a gente esbarra em alguém pede desculpas e as pessoas nem responde, o pessoal é muito mal educado. Isso faz muito mal pra gente. Não sei se é porque por aqui a gente acorda com bom dia e dorme com boa noite, é diferente. Quando eu cheguei aqui eu custei a acostumar, o povo passava aqui e bom dia, e eu pensando que povo mais enjoado, depois eu acostumei e vi que sai de Belo Horizonte e estava em outro lugar. Foi bom pra mim, eu voltei. Aqui se alguém adoeceu, tem gente pra ajudar: se morre alguém todo mundo vai ver. Eu não gosto de morto não. Mas eu faço uma visita, porque senão quando eu morrer ninguém vem...Eu não gosto de defunto.

Tenho uma hortinha, pequena, mas tenho. Não tá tão fácil de arranjar trabalho na fazenda, ter um emprego ficou raro, porque não é só salário que tem que pagar, é seguro.

No Zé Rocha tem uns três vaqueiros, só por conta da ordenha, se não tivesse a ordenha ia ter que dobrar o numero de empregados.

Em Belo Horizonte eu não tinha nenhuma mancha no rosto, e aqui por conta do sol quente, não consigo acabar com as manchas. Eu sou artesã, o artesanato ajuda, quando a gente trabalha a gente ganha uma cesta. Eu entrei por lá por terapia. Teve uma, que veio de São Paulo, que nem falar falava. Hoje ela conversa. Eu não fico calada também, falo bobeira daí ela dá risada. Vira uma família da gente, um leva arroz doce um dia, outro dia leva biscoito, um bolo.

Eu chego lá meu filho e minha filha riem de rola de ver o jeito da gente falar.

Muita fé em Deus, pelo que passei e estou bem hoje...

A entrevista com Lucia Helena, nascida e criada em Morro da Garça, migrante para a cidade em busca de trabalho nos apresenta um universo dos migrantes que retornam a sua cidade de origem. Seus caminhos por Belo Horizonte a levaram a viver o amargo da vida em uma grande cidade. Morando em um bairro periférico, passava diariamente horas em um ônibus, trabalhou muito como domestica e baba e ficou doente, a mais comum das doenças de um grande centro urbana: a depressão.

Ao retornar, encontrou a cidade que havia deixado mudado bastante, como também ela, que teve que se adaptar ao cotidiano calmo e pacato de Morro da Garça. A memória sobre os pais migrantes em busca de melhores condições e sua atual situação no indica uma certa desilusão sobre a migração e uma aceitação do retorno a sua cidade natal.

Fica claro a dificuldade de se manter na cidade do Morro da Garça decorrente a falta de emprego. Nesse sentido, refletimos sobre a gradual diminuição da população de Morro da Garça decorrente da dificuldade de se manter empregado, pela “expulsão gradual dos trabalhadores rurais das atividades agora mecanizadas como a pecuária do leite e a silvicultura.

4.2. O caso particular do município de Três Marias.

A cidade de Três Marias surge no início da década de 1960, decorrente, em grande parte, a obras de infraestrutura de transporte e energia se tornando em poucos anos um grande centro urbano. Antiga sede municipal do município de Barreiro Grande, que até meados dos anos 50 representava um pequeno povoado com cerca de 1000 habitantes já na década de 1980 sua população passa para (consultar dados censitários). Conhecida popularmente como cidade operaria do sertão, é nessa localidade que se assentara grande numero de pessoas que partiam liberadas das atividades agrícolas da região.

Mas a concentração e desenvolvimento de atividades urbanas se desdobrara por toda as pequenas comunidades e distritos rurais da região determinando novas necessidades e tendo como principal elemento o trabalho mobilizado para as atividades agroindustriais, seja na produção de carvão, na criação de gado ou na produção de derivados de leite, seja no surgimento de diversas atividades de serviços e comercio estimuladas nesse contexto.

Já em meados da década de 1970, em meio a expansão da atividade, o poder publico e os empresários do setor siderúrgico já indicavam uma total escassez de matéria prima carvão para a produção do ferro gusa. A atividade carvoeira mostrava seus limites, quanto mais aumentava a necessidade da matéria prima para ‘alimentar’ os alto fornos das siderúrgicas mineiras menos restava de matas para a obtenção da mercadoria; aumentando a intensidade de exploração.

A chegada do eucalipto em nossa área de estudo esta diretamente ligada, na fala dos moradores locais, às transformações ocorridas que, sob varias formas, se materializaram no decorrer das décadas de 1960 e 1970.

Gradativamente as multinacionais plantadoras de eucalipto investiram na produção em áreas que passaram por incentivos pesados do estado de Minas Gerais. Decorrente da constante intervenção estatal, por meio de incentivos fiscais, de linhas de crédito diferenciadas e da evolução do aparato científico tecnológico, as empresas siderúrgicas estabeleceram grandes áreas de florestas homogêneas de eucaliptos altamente produtivas, e embora sejam consideradas como exemplo de produtividade “sustentável”, esconde uma complexa trama de impactos sócio-ambientais.

A partir do estabelecimento da primeira empresa siderúrgica que iniciou as atividades de plantio de eucaliptos no município - Cia. Siderúrgica Pains - datada de 1967, a atividade de plantio, e consequentemente carvoejamento para consumo próprio, teve um aumento considerável, sendo que, no início da década de 1990, existiam 11 empresas que abrangiam

cerca de 30% da área total do município. A partir de 1995 a empresa Gerdau inicia suas atividades no município através da aquisição das áreas de plantio da Cia. Siderúrgica Pains, aumentando continuamente sua área plantada. Estima-se que hoje, a partir de dados da prefeitura de Três Marias, mais de 35% da área total do município seja ocupado por plantações de eucalipto:

Utilização das terras (%)
Três Marias
1970/75/85/96

Anos	Total da área utilizada no município (ha)	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras em descanso e produtivas não utilizadas
		Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas	
1970	149 428	0,20	1,40	84,20	4,50	0,50	0,10	9,10
1975	142 009	0,10	1,10	70,40	7,40	11,50	0,80	8,70
1980	195 133	0,80	2,10	61,80	5,50	13,50	6,30	10,00
1985	159 038	0,20	1,80	47,50	9,70	12,60	9,00	19,30
1996	175 866	0,20	2,40	35,00	14,00	14,70	31,50	2,20

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996.

Tabela 1 – Percentual de utilização das Terras no município de Três Marias, de 1970 à 1996. (Prefeitura de Três Marias. 2007, p.35)

Concomitante a esse aumento de área plantada com eucaliptos, implantada pelo setor siderúrgico, se estabeleceu um processo de crescimento da concentração fundiária sobre o uso das terras no município, como o próprio estudo realizado pela prefeitura evidencia:

“(…) Quando se analisa a estrutura fundiária local, percebe-se que, apesar de em pequeno número, os estabelecimentos de grande porte, com mais de 1 000 ha ocupavam a maior parte das terras em 1985 (52,6% da área total em 1970, evoluindo para 71,4% em 1980 e 58,7% em 1985). A forte presença dessas unidades pode ser atribuída basicamente à atividade reflorestadora, relevante no município (…)”
(Prefeitura de Três Marias. 2007 p.35)

Concentração fundiária que demonstra a magnitude da demanda produtiva a que essas áreas de cerrado estão submetidas, ligadas à necessidade de obtenção do carvão – que alimentarão os fornos das siderúrgicas para a obtenção do ferro gusa⁶⁰. A busca pela auto-suficiência exigida

⁶⁰ Existem atualmente mais de 50 siderúrgicas instaladas nos municípios de Sete Lagoas, Divinópolis, Itaúna, Pará de Minas e outras cidades, num raio de cem quilômetros no entorno de Belo Horizonte (MG), são responsáveis por seis em cada dez quilos de ferro-gusa produzidos no país. Mais da metade dos seis milhões de toneladas produzidos por ano é exportada para países como Estados Unidos e China. O restante é consumido no mercado interno. O faturamento anual é de quase R\$ 2 bilhões. Essas indústrias queimam 25 milhões de metros cúbicos de carvão, anualmente. Metade vem de florestas plantadas e mais de 2,2 milhões de metros cúbicos, da derrubada de matas nativas autorizada pelos órgãos ambientais, para dar espaço a pastagens e plantações. Decorrente a crise financeira americana de 2008, o percentual da produção total de ferro gusa das siderúrgicas mineiras atualmente não chega à 20%: “Com a “crise financeira internacional” surgida em 2008, e tendo o mercado externo como objeto principal de suas atividades, representando 61% da comercialização em 2007, a diretoria do Sindicato das Indústrias de Ferro de Minas Gerais-Sindifer/MG, chegou a declarar em outubro de 2008 que: “*o mundo parou*”.”(Sr.Afonso Henrique Paulino ao jornal O TEMPO 24/10/08). (QUARESMA, 2009,

pelo processo produtivo da indústria siderúrgica, ao expandir suas demandas produtivas para o mercado interno e externo, converge para uma expansão das áreas plantadas de eucaliptos acirrando os conflitos sócio-ambientais.

A análise da tabela da prefeitura de Três Marias, ao representar a expansão das Matas e Florestas plantadas, a partir da década de 1970, esconde uma situação anterior: o desmatamento das formações florestais de cerrado na área de estudo. Segundo o relato de moradores da região, no decorrer da década de 1960 toda a atividade carvoeira era desenvolvida por meio da queima da vegetação nativa de cerrado, chegando, no início da década de 1970 a menos de 1% da cobertura vegetal natural.

A ocupação das terras em escala crescente, observada no Mapa da Distribuição das Áreas de Plantio de Eucaliptos no Distrito Florestal do Vale do São Francisco (anexo 1), além do gráfico da Prefeitura de Três Marias, indica o contínuo desenvolvimento das forças produtivas na obtenção da matéria-prima para o carvoejamento.

Durante as décadas passadas, esse contínuo desenvolvimento culminou, por meio das plantações de eucaliptos, no uso intensivo das amplas chapadas areníticas valendo-se dos baixos preços da terra, por se tratar de áreas de pouca fertilidade agrícola, e pela característica intrínseca do relevo, que apresenta baixíssima declividade, diminuindo assim consideravelmente os gastos energéticos no processo produtivo, principalmente no que tange à utilização de maquinaria para o manejo do solo, plantio, corte e transporte da madeira.

A bacia hidrográfica do rio de Janeiro, segundo informações da secretaria de meio ambiente de Três Marias, é ocupada pelas empresas siderúrgicas plantadoras de florestas homogêneas Gerdau e Metalsider, estabelecidas já à algumas décadas. A partir de 1995 a empresa GERDAU inicia suas atividades no município através da aquisição da Cia. Siderúrgica Pains, primeira empresa a se instalar no município, aumentando continuamente sua área plantada. Através do mapeamento do uso do solo da bacia hidrográfica, presente na pesquisa (capítulo V. Caderno de mapas), as empresas siderúrgicas ocupam um total de 43.000 hectares, localizadas em sua maioria, nas amplas chapadas, onde a declividade é mínima. Valor esse que representa praticamente 37% da área total da bacia hidrográfica.

As populações estabelecidas no contexto de reprodução da fazenda pecuária nas últimas

quatro décadas presenciaram o grande avanço das plantações de eucaliptos pelas amplas chapadas do planalto do rio São Francisco. Ao mesmo tempo, esse avanço, resignificou suas práticas produtivas impondo um padrão homogeneizador do uso da terra e da constituição das relações de trabalho. É nesse contexto que a mobilidade do trabalho, em torno das atividades agroindustriais, se colocara como forma de sociabilidade dessa população. Dessa maneira, a pesquisa aponta o questionamento de como se impôs essa nova forma de sociabilidade, por meio da constituição das novas relações de trabalho, principalmente no surgimento de uma população migrante no centro oeste mineiro e a atual situação da mobilidade do trabalho nos municípios que constituem a área de estudo.

Mapa 4 – Uso do Solo da Bacia Hidrográfica do rio de Janeiro. (TALPO, 2011)

Questão vivenciada pelos moradores do distrito de Andrequicé⁶¹, localizado trinta quilômetros da cidade de Três Marias, nas margens da estrada MG-220 (que interliga as cidades de Três Marias à Corinto). Durante o período que se realizou a pesquisa de Graduação, intitulada de *"Veredas no meio do redemunho: o processo de modernização da bacia hidrográfica do rio de Janeiro, Minas"*, foi desenvolvido diversos trabalhos de campo para o distrito de Andrequicé. Por meio desses estudos de campo foi possível acompanhar inúmeros relatos de antigos moradores do distrito como também entrevistas abertas com migrantes trabalhadores da silvicultura.

Nas décadas que se seguiram às mudanças na base produtiva nacional, como já discutido, o distrito de Andrequicé apresenta um forte conflito onde a expropriação fundiária e a migração se tornam fatores de reorganização espacial no distrito.

Num breve espaço de tempo, a chegada das empresas do ramo de silvicultura, centralizam a ocupação das terras e a disponibilização de postos de trabalhos, onde a mobilização do trabalho se estabilizou na figura dos trabalhadores da silvicultura – no plantio, corte, transporte e queima da madeira. Migrantes de outras regiões do país – principalmente do norte da Bahia e Vale do Jequitinhonha – se estabelecem na área, tanto no distrito como também nos alojamentos de trabalhadores dentro das propriedades dessas empresas.

No ano de 2003, diante das denúncias de irregularidades em relação às normas de saúde e segurança do trabalho (transporte inadequado de trabalhadores; ausência de Equipamentos de Proteção Individuais; alojamentos e locais para refeições inadequados; operadores de motosserra sem treinamento), o Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação civil pública pelo não cumprimento da proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encaminhado à Gerdau, para regularização da atividade de carvoejamento⁶². Essa ação

⁶¹ O distrito de Andrequicé apresenta-se como um povoado rural formado a partir do estabelecimento das relações de produção provindas das atividades de abastecimento das áreas de mineração próximas, como Diamantina, Pitangui, Ouro Preto, e que se diversificara durante os séculos de pungência e crise dessas áreas, já em fins do século XVIII e início do XIX. Conhecido pouso de tropeiros que conduziam gado e muares para as áreas mineradoras, também concentrava um pequeno comércio de utensílios e ferramentas que abasteciam as imensas propriedades criadoras de gado, como também a uma população dispersa pelos rios e veredas das proximidades. Inicialmente, o povoado de Andrequicé, integrava o termo de Curvelo como um “curato” sendo “elevado à freguesia pela lei provincial nº121 de 12 de março de 1839”, freguesia esta, que foi suprimida pela lei nº 312, de 18 de abril de 1846 sendo anexado ao município de Curralinho (atual município de Corinto) como distrito. Em 1962 passa a distrito de Barreiro Grande (atual Três Marias). (Talpo. 2011, p.34)

⁶² site JusBrasil notícias <http://mpt.jusbrasil.com.br/noticias/2003655/legitimidade-do-mpt-e-reconhecida-em-acao-contra-gerdau> acesso junho de 2012.

resultou no fechamento de alojamentos precários das empreiteiras ligadas à empresa sendo os trabalhadores transferidos para alojamentos das localidades próximas, principalmente distrito de Andrequicé, ocasionando um aumento considerável no número de habitantes do distrito.

Conjuntamente a esse aumento de população de trabalhadores, problemas já existentes no distrito, como saneamento básico, educação, acesso à lazer e cultura, e transporte se intensificam resultando na configuração de um aumento da instabilidade social na comunidade.

“Entretanto, no Distrito de Andrequicé, o emprego gerado, principalmente pelas atividades de reflorestamento existentes nas proximidades da área urbana, vem ocasionando uma crescente ocupação desta área por pessoas que, vindo de fora, acabam se fixando no lugar. De acordo com o Censo IBGE de 2001, na área urbana do Distrito haviam cerca de 550 habitantes e, atualmente, segundo informações das lideranças locais, a população da área urbana de Andrequicé está próxima de 900 habitantes.” (Prefeitura de Três Marias, 2007 , p.98)

O considerável aumento quantitativo da população residente do distrito de Andrequicé⁶³ indica um tensionamento constante, conjugando uma sobreposição das atividades urbanas às atividades rurais no distrito. Questão qualitativa que redefine a atual constituição da mobilidade do trabalho e que será um dos elementos principais do objetivo de investigação da pesquisa. Com isso, problematizaremos os dados quantitativos quanto ao aumento da população encontrados nos índices demográficos e sua atual dinâmica interna da mobilidade do trabalho em seus desdobramentos na área de estudo.

A mecanização da produção do carvão nas extensas áreas de plantio das empresas siderúrgicas, como no caso da Gerdau, da Mannesmann, Metalsider, entre outras, apontam para uma característica bem particular do modelo agrícola/agrário brasileiro das últimas décadas. Ao utilizarem altos investimentos em capital, objetivando uma queda dos custos de produção, diminuem consequentemente o corpo de trabalhadores no processo como um todo. Essa queda no corpo dos funcionários é seguida com o direcionamento e entrelaçamento do capital produtivo das empresas para o capital financeiro.

⁶³ Em um breve período de tempo o Distrito de Andrequicé apresentou aumento de quase 100% de sua população, e no último censo demográfico do IBGE de 2010 apresentou um percentual de taxa de crescimento anual (2000-2010) de 3,45 para população rural no município de Três Marias (um dos 15 maiores índices do estado de Minas Gerais. (Retirado do site da Fundação João Pinheiro <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/analises-demograficas/populacao-de-minas-gerais-censo-de-2010> , acesso em junho de 2012.)

“Uma vez que o fator da mão de obra barata perde cada vez mais sua importância, e continuará perdendo-a, os bons resultados da exportação somente podem ser mantidos enquanto acompanham o nível mundial da tecnologia e produtividade, com altos investimentos em capital, mas isso significa que essas produções destinadas ao mercado permanecerão ilhas na sociedade e não poderão dar ocupação àquela massa de mão de obra que seria necessária para um desenvolvimento interno.” (KURZ, 2004 pg.165)

Através dos altos investimentos em pesquisa sobre adaptabilidades de espécies para solos de baixa fertilidade, os altos custos com insumos agrícolas para o tratamento desses solos e da otimização do processo de corte e queima do carvão, as empresas do setor siderúrgico, de uma forma geral recorrem aos investimentos dos bancos de desenvolvimento agrícola, se endividando e transferindo, dessa forma, os prejuízos da alta produção para toda a sociedade.

“Sempre você tem algum recurso oriundo de banco de investimentos, de BNDES. Teve a época em que o governo dava incentivos a atividades florestais. Mas atualmente não estamos usando nenhum recurso para essas atividade. (...) Hoje nós temos os financiamentos para adquirir equipamentos. Temos projetos de expansão, de modernização da siderurgia que é BNDES. Hoje basicamente é isso, fora vínculos com entidades bancárias privadas.”⁶⁴

Isso porque o capital investido no desenvolvimento das forças produtivas, necessário para que as empresas consigam se manter no nível de produtividade média mundial – que rege a possibilidade de permanência dessas empresas no mercado – não se paga com o valor obtido na produção, já que o trabalho vivo está quase extinto, sendo necessário assim os créditos, financiamentos e empréstimos para manter a empresa funcionando.

⁶⁴ entrevista com Fernando, técnico da empresa COSSISA, empresa siderúrgica e plantadora de florestas homogêneas no município de Morro da Garça – morro da garça set. 2008..

Fonte: Ewerton Talpo, out. 2008.

Foto 20 – Fornos de queima de eucalipto para obtenção de carvão em uma media propriedade.

Para continuar produzindo, além do aumento intensivo da produção, outra maneira de aumentar a produtividade é o aumento extensivo, ou seja, aumento da área das plantações. Segue-se assim um contínuo aumento das plantações de florestas homogêneas de eucaliptos, não só através das aquisições de terra e aumento das propriedades das empresas do setor siderúrgico, como também o estímulo aos pequenos e médios proprietários de terra a arrendarem suas propriedades para o plantio das florestas homogêneas.

Por se encontrar em um processo de recessão que já perdura a algumas décadas, coincidentemente com o período de implantação das florestas homogêneas de eucaliptos, os pequenos e médios proprietários que desenvolviam a atividade de pecuária extensiva se vêem estimulados a arrendarem partes de suas propriedades à atividade florestal como forma de valorizar as terras paradas (pastos degradados) como também, criar um apoio para a manutenção das atividades agropecuárias. Esse estímulo à generalização da implantação das florestas homogêneas, se torna uma prática bem vinda e até estimulada por órgãos ambientais que participaram do planejamento dos distritos florestais há décadas atrás, como o caso do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais:

“Os programas de fomento florestal praticados pelo IEF buscam encontrar uma maneira de atender à demanda industrial e doméstica respeitando as áreas de preservação permanente e de reserva legal. Os plantios são direcionados para as áreas que já foram abertas para pastagens e outras atividades, hoje

desativadas.”(IEF, 2008)⁶⁵

Alem de afetar as populações ainda presentes nas localidades, do entorno às plantações homogêneas de eucaliptos, que desenvolvem atividades agropastoris, como no distrito de Andrequicé e das localidades das Pedras e da Silga, impedindo a práticas de pastoreio e coleta de frutos, também expandem suas áreas de plantio para as margens de cursos d’água e para os campos que margeiam as veredas gerando problemas de assoreamento de cursos d’água e diminuição da disponibilidade de água do lençol freático sub-superficial.

As atividades desenvolvidas pelas populações que viviam nas localidades aqui citadas, herdeiras de um passado que o atual município de Três Marias não comporta, durante as últimas quatro décadas presenciaram o avanço irrestrito das plantações de eucaliptos pelas amplas chapadas do planalto do rio São Francisco.

Devido à intensa produtividade das chamadas “florestas de crescimento rápido” essas populações que ainda permanecem em meio às extensas plantações, presenciaram também o desaparecimento dos antigos caminhos percorridos por seus familiares ou por eles próprios, como também o desaparecimento das antigas fazendas, dos pequenos sítios e dos provisórios “ranchos”.

Avanço este que decretou o fim das formações florestais, além do livre acesso por entre os diferentes “espaços sertanejos”, e gradualmente apagando o conhecimento passado por muitas e muitas décadas de vivência entre as roças nos fundos de vales e margens de veredas e do pastoreio e do extrativismo nas amplas chapadas.

“(…) Por toda a região quebrou-se a complementaridade que havia entre o grande sertão e a vereda, isto é, entre a chapada e o fundo de vale, entre as agricultura, a pecuária e os extrativismos. A apropriação e a separação das chapadas foram, em grande parte, facilitadas pela ausência, até mesmo, das casas dos camponeses, que geralmente estão localizadas no fundo dos vales ou nas encostas, onde ficam as nascentes. (...) A monocultura chegou, assim aos grandes sertões e com ela a homogeneização de uma região que se caracterizava por sistemas de uso múltiplo dos recursos naturais, de manejo de uma enorme riqueza de diversidade biológica que essas populações camponesas, indígenas, de afrodescendentes, de geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros...(PORTO GONÇALVES, 2003 pg. 222)

A ocupação intensiva das amplas chapadas do Planalto do Rio São Francisco acabou

⁶⁵ Fomento Florestal, Instituto Estadual de Florestas, Minas Gerais, www.ief.mg.gov.br, 2008

gerando outro impacto irreversível. Além da supressão quase completa das formações florestais dos cerrados típicos localizados nos topos das chapadas, a continua retirada das florestas de eucaliptos e as constantes aplicações de corretivos de solo nessas áreas alteraram a permeabilidade do solo contribuindo para a diminuição da água acumulada em profundidade e um crescente aumento no transporte de sedimentos para as áreas de topografia mais baixas ocasionando o assoreamento das Veredas. , nascentes em forma de vales rasos, como também dos cursos de rios tributários do Rio São Francisco

“A retomada de ocupação de terras na região do Cerrado ocorrida nas ultimas quatro décadas verificou-se predominantemente, sobre as áreas onde a cobertura vegetal nativa encontrava-se ainda bem preservada. Essa ocupação foi marcada pela expansão dos reflorestamentos homogêneos, das monoculturas de grãos e da formação e da formação de pastagens destinadas a uma pecuária de alto rendimento. Ressalvados os benefícios econômicos advindos dessas atividades, observou-se, em extensas áreas, o agravamento de problemas ambientais, como reflexos diretos e indiretos nas veredas.” (BOAVENTURA, 2007 p. 146)

Questão que tem mobilizado muitas pessoas nas localidades e distritos do médio vale do São Francisco que vêm percebendo a gradativa diminuição da disponibilidade de água dos cursos de rio nas últimas décadas.

Ao percorrermos a estrada estadual Mg-220 que interliga as rodovias federais BR040 à BR496 o horizonte que se apresenta é de hectares e hectares de plantações de eucaliptos interrompidas por fileiras de buritis e de pequenos cursos d'água. Raramente uma casinha em nosso caminho e mais raro é a presença de algum morador pequeno sitiante ou agricultor.

Esse caminho liga as sedes dos município Três Marias e Corinto, e é o acesso mais viável (pois apresenta asfalto e sinalizações em parte da estrada) ao distrito de Andrequicé. Ao nos aproximarmos do distrito pela estrada é possível observar, ao longe uma aglomeração de casas populares em meio a pequenos pastos entrecortados por cursos de água.

Ao nos aproximarmos, o silencio do cerrado entrecortados pelo canto dos pássaros é interrompido pelo murmúrio de uma vila e seus moradores, o som automotivo se misturam ao som estridente das crianças em horário de recreio no grupo escolar, e um berro aqui e outro ali de bezerros separados de suas mães para a engorda do gado permeia as manhãs dessa pequena comunidade.

A rua João Alexandre, reta que corta o distrito, de norte a sul, centraliza os comércios e os assuntos do pequeno distrito. Também é de lá que partem, diariamente, os trabalhadores das empresas de reflorestamento e produção de carvão. As 6 hs da manhã a rua se enche de trabalhadores carregando suas ferramentas e marmitas para a lida, devidamente uniformizados e dispostos..

Parte significativa dos moradores atuais do distrito desempenham ou desempenharam atividades para as empresas de eucaliptos como trabalhadores assalariados formais, como contratados por empreitadas ou como simples diaristas sem vínculo, encarando todo e qualquer tipo de trabalho: nos viveiros de mudas, nas plantações, nos fornos ou mesmo no transporte de carvão.

Homens e Mulheres se empenham diariamente para conseguir a tão cara sobrevivência, cada qual com sua historia, sua cidade de origem e sua ilusão desfeita nos caminhos tortuosos da migração.

Mas não é apenas nas empresas de produção de carvão que os moradores de Andrequicé. conseguem sua garantia de manutenção das necessidades básicas de sobrevivência e de permanência. Nos limites do distrito, quintais revelam mais do que suas próprias ocupações diárias dão lugar a pequenos pastos e currais, e uma pequena parte dos moradores enfrentam a “lida” diária tirando leite ou produzindo queijo. Em geral são famílias que desempenham outras atividades e ainda mantem uma prática trazida da fazenda, suas roças se espalham pelos terrenos e os animais são criados do jeito antigo. Geralmente a atividade possibilita a incorporação de agregados, geralmente jovens que auxiliam a família nos momentos de maior produção

É nesse ambiente que nos deparamos com uma pequena comunidade que se transforma radicalmente, dia a dia. O processo de urbanização posto em movimento nas ultimas décadas lentamente reestrutura as relações e a sociabilidade do antigo arraial. O desdobramento da formação da cidade de Três Marias nas décadas de 1960e 1970 sobre a vida dos antigos moradores e dos inúmeros migrantes que se estabelecem desde meados da década de 1960, recondiciona as formas do viver (suas estratégias e determinações).

Pensar sobre as estratégias e as determinações dos moradores desse pequeno distrito/arraial é o

tema a ser exposto nesse capítulo e de sua importância para o desenvolvimento da pesquisa posto que a dimensão das estratégias individuais o elemento base para o entendimento das determinações gerais da sociabilidade capitalista.

Nesse sentido, o olhar reflexivo exercitado nos caminhos que me levaram para Andrequicé, e que impulsionaram outros voos pelo sertão mineiro, foi estimulado na constatação das formas de exploração do trabalho vividas pela grande maioria dos moradores como também por migrantes que em algum momento cruzaram meu caminho.

4.2.1. Entrevistas e comentários.

**Seu Norberto, morador do bairro Beira Rio, município de Três Marias.
entrevista realizada em maio de 2007 às margens do rio São Francisco.**

Foto 21- Passeio de Barco com Sr. Norberto do bairro beira rio

Norberto: Depois que construíram a barragem de Três Marias, vai controlar a vazão do rio, realmente controlou, porque em Setembro, outubro o rio dava vau, vau é onde você passava com o gado, passava com o cavalo, passava a pé. Ai com a construção da barragem de Três Marias, acabou... nivelou o rio, o nível do rio ficou mais ou menos estável, ai o rio não dá mais váu na seca ele mantém porque ele é um reservatório de Sobradinho, quando sobradinho ta sem água, eles mandam água daqui pra lá.

Então a barragem começou em 1957, inaugurou em 61, final de 61, junto com Brasília, BR-040, no governo Juscelino Kubitschek, na campanha dele em que o slogan dele era de 50 anos

em 5, que realmente foi concluído, né? Porque os objetivos deles quase todos foram concluídos, realmente realizados.

Então eu cheguei aqui, vou passar para minha história, eu cheguei aqui em 1959 com 11 anos de idade, e cheguei, meus pais vieram para trabalhar na construção da ponte, primeiro pilar da ponte eu vi fazer o primeiro pilar, quando eu cheguei aqui em Três Marias, eu gostava muito de vender banana, pão, doce, eu gostava muito, aí eu fui na padaria, peguei os pães e vim para a beirada do rio para vender para o pessoal que tava construindo a ponte.

Dieter: Como é o nome do lugar? Três Marias?

Norberto: Era Barreiro Grande, aí eu tava com uma cesta de pão na mão, e olhei e vi aqueles cardume de peixe passando, e aí pensei: nossa, tem um futuro isso daqui. No dia seguinte trouxe um anzol, uma linha lá e peguei uma corvina de dois quilos, e aí eu ia com a corvina na mão, com o balaio de pão na outra. Aí o construtor da ponte, o encarregado me perguntou: - Menino, você quer me vender o peixe? Vendo. – Quanto que é? Ninguém vendia peixe, não tinha comercio de peixe naquela época, falei: - Me dá o que o senhor tiver aí, eu já fiquei logo... Ele enfiou a mão no bolso e me deu um dinheiro que eu gastava em 30 dia pra ganhar vendendo pão. Falei: - Já não trago pão amanhã. Trouxe o anzol. E aí to até hoje pescando, casei, criei meus filhos, todos eles estão bem. Tem três aqui: o Reginaldo, o Robson e o Renato que é o caçula, é o homem mais procurado daqui por turistas, porque é o piloteiro numero um.

E eu acho o seguinte, que tenho esse privilégio em sorte em morar na beira do rio São Francisco, conviver com o sofrimento dele, e agradecer ele, porque ele me criou, criou minha família.

Ewerton: De onde vieram seus pais?

Norberto: Santa Fé de Minas, perto de São Romão.

Dieter: O que mudou, mais sensivelmente aqui para você?

Norberto: É, por um lado foi ruim, por outro lado foi bom, sabe por quê? Nos temos 1500 km de rio sem barragem, aqui é o final do rio, nos somos os pescadores de melhor situação do estado de minas, por causa que estamos pescando no final do rio, aonde tem mais concentração de peixe, tá entendendo? Por causa de não ter escada, não ter... peixe chega aqui e para, não temos praticamente crise de peixe, tá entendendo. Por um lado isso é ruim para a natureza, mas agora para nós que vivemos aqui é bom.

A pior tristeza que existe é quando você barra um ambiente, porque na parte de cima acabou com as lagoas marginais, apareceu varias espécies que não existiam, na parte debaixo as lagoas marginais não recebem, porque você tá vendo essa quantidade de peixe no pé da

barragem agora, só vimos isso em 79, por quê? Foi um ano de muita chuva, o rio transbordou, jogou nas lagoas marginais, por quinze anos que não iam água nas lagoas marginais, aí entrou a água lá, os peixes saíram das lagoas e repovoaram o rio, é o resultado desses peixes aí. A quantidade de peixes aí é em função das grandes enchentes, se não tiver enchente, o peixe vai diminuindo, diminuindo, em 78 eu tive que empregar porque eu não tinha como viver de pesca, em 78 o peixe praticamente acabou, porque de 72 até 78 não choveu, foi uma época ruim de chuva, o rio não transbordou, e a vida do rio é só nas lagoas marginais.

Quando dá enchente é ótimo. Para você ter uma idéia, em 1970 saímos 15 pescadores daqui, 1970, e fomos pescar no canal de São Simão, porque a gente não conseguia pegar um peixe para nos comer, é rio Paranaíba, é outra bacia, tivemos de para lá, porque a gente não conseguia viver de pesca aqui. Então hoje... em 78 tive que empregar, em 79 os peixes me do emprego porque o rio povoou de peixe. Repovoou, aí eu larguei o serviço e vim pescar, então daí pra cá não tive a necessidade de empregar, tá? Mas se ficar aí uns 4 ou 5 anos sem chuva, aí nos encontramos dificuldade.

O relato de nosso interlocutor se envereda para a formação da cidade de Três Marias contada através de sua história de vida e de sua família. Filho de migrante vindo da região norte de Minas, teve que trabalhar desde muito pequeno.

Foi nas margens do rio São Francisco que sua vida se construiu, menino pescador que ganhava seu dinheiro vendendo peixes para os engenheiros das grandes obras, Sr. Norberto presenciou e contribuiu para o surgimento da cidade, e sua complexa rede relações. O trabalho mobilizado para as grandes obras da década de 1950 e 1960 constituíram a forma de urbanização da cidade. De antigo pouso de boiadas as margens do rio São Francisco para cidade proletário do sertão, foi a vida de muitos trabalhadores rurais que levantaram os alicerces da nova cidade. Em sua maioria, como os pais de Sr. Norberto, migrantes das roças, expropriados pela modernização do campo e da sociedade brasileira em geral.

**Dona Elídia, moradora do distrito de Andrequicé, município de Três Marias.
entrevista realizada julho de 2011 em sua residência.**

Foto 22- Dona Elídia em uma de nossas conversas a beira do Fogão

Elídia: A gente foi nascido e criado na roça, então onde a gente foi nascido e criado tinha muitas veredas, né, então tinha um rego de agua tirado da vereda para casa, né, aquela agua maravilhosa, agua tão sagrada, né, agua limpa, então quando a gente ia pras roças, que a gente plantava roça, plantava milho, plantava feijão, plantava arroz, plantava de tudo né. Oque que acontecia quando a gente ia, sempre a gente fazia a roça perto de uma vereda. Onde a gente acampava, fazia o rancho, que a gente fala...

Ewerton: A casa ficava na vereda?

Elídia: Isso, era como um rancho, coberto com as paia da vereda, entendeu?

Ewerton: Mas a casa mesmo que vocês moravam?

Elídia: Não, não era na vereda...

Ewerton: Vocês caminhavam até a vereda pra fazer a roça?

Elídia: Isso, então o que acontecia, a gente chegava lá, não tinha um poço pra gente panhá água, então o que que acontecia, meu pai fazia, a gente se chama de cacimba, então o que que eu fazia, pai falava assim pra gente – cuidado pra não cair lá dentro! Eu punha um pau atravessado assim na boca, e batia uma forquilha assim de um lado e de outro, pro pau não sai, né. Ficar firme no pau, né. então a gente tinha aqueles balde de lata, furava e marrava uma pedrinha com arame de um lado, então a gente jogava lá dentro, daquele lado que tava a pedrinha, virava e a lata enchia de água, então o que que a gente fazia, de lado da cacimba ia puxando o corpo né, ia puxando a corda, porque, assim em cima da outra, pra não bater nos

barrancos, pra não encher de terra, pra não ir terra na agua e assim a gente foi criado na vereda, desse jeito, plantando roça, fazendo assim, a gente mechia com farinha, tudo isso assim, nunca teve oportunidade.

Ewerton: Tinha uma casa de farinha?

Elídia: Tem, tem casa de farinha...

Ewerton: Fazia todo ano?

Elídia: Todo ano...

Ewerton: Comia o produto?

Elídia: A mandioca, que a gente plantava na roça, então fazia farinha, tinha muita cana, tinha lavoura de cana, a gente plantava cana, a hora que tava madura, que tem o ponto dela né, amadurecer pra gente colher, né, pra muer pra fazer a garapa, depois da garapa, você coloca no tacho, coloca fogo, e até aquilo vira um melado, a hora que o melado ta bom de tirar a gente tira coloca dentro de uma bacia e bate, a hora que a gente vê que ta começando a endurecer...

Ewerton: A senhora cresceu na casa que era de pai?

Elídia: Isso, de meu pai...

Ewerton: Morava seu pai sua mãe e seus irmãos, né?

Elídia: Isso...

Ewerton: A senhora tem idéia de qual era o tamanho do sitio, se era só ali perto da vereda?, era grande? Como era?

Elídia: A gente fazia lavoura grande, lavoura grande, era lavoura assim de ter quinze homens, batendo enchada e limpando tudo...

Ewerton: Camarada?

Elídia: Era, camarada, nessa época não tinha uma maquina, não tinha nada, era nos braços que a gente mechia em tudo...

Ewerton: E ai fazia aquela troca de trabalho? Vinha um pessoal, vizinhos...

Elídia: Isso, trocava... Trocava o dia né. Vamos supor, meu pai trabalhava um dia pra ele depois vinha e trocava o dia com eles, as vezes trocava a semana toda também, né porque as vezes o serviço era muito né, então eles trocavam o dia.

Ewerton: E a mulher trocava o dia também?

Elídia: Também! Era dois dias de mulher a troco de um dia de homem, hoje em dia não existe isso não, né. Hoje em dia o valor que tem o serviço de um homem tem o serviço de mulher. Naquela época era mais difícil, era dois dias da gente por um dia de homem. Era injusto.

Ewerton: Na enchada? O mesmo serviço de um homem?

Elídia:É, a gente não capinava, a gente plantava... eles iam na frente fazendo as covas e nos ia atrás jogando mantimento e batendo terra e fechando, fechando as covas...

Ewerton: E a senhora lembra se seu pai era o dono da terra?

Elídia:Era!

Ewerton: Ele era o dono, ou ele arrendava e pagava para um outro ?

Elídia:Não! Ele era o dono da terra

Ewerton: Toda a área, da casa e onde era a roçara dele?

Elídia:Isso, a gente tinha, tinha não, tem fazenda

Ewerton: Mesmo essa parte de vereda era cercada?

Elídia:Não, ela era a vontade..

Ewerton: Mas era dele?

Elídia:Era dele, tinha muitas varias veredas, e tem as veredas

Ewerton: Mas tinha outras famílias que moravam nas veredas?

Elídia:Não, tinha nada. Tinham os vizinhos dividindo com a gente, mas esses tinham outras fazendas, tinha os vizinhos, inclusive meu sogro, dividia com meu pai, tinha outros também que dividiam com meu pai...

Ewerton: E oque se plantava?

Elídia:Olha, tudo que se pensa plantava, milho, verdura, cana, mandioca, tudo a gente plantava. E outra coisa, a gente não punha nada, só com o esterco da terra, só com o esterco da terra

Ewerton: Tinha criação?

Elídia:Tinha, muito gado, muito cavalo, muito porco, tinha tudo muita galinha, e a gente, agora quando não tinha o mantimento, ia com o carro de boi buscar, com o carro de boi, oito nove juntas de boi Carrero, buscar com carro grande...

Ewerton: Esses bois vendiam pra proprietários maiores, quando a boiada passava?

Elídia:Não. Os bois eram da gente, o carro também era, colhia na roça o mantimento e amuntava, e meu pai ia colocava no carro e trazia tudo pra casa. E tinha a casa separada pra colocar os mantimentos, porque a gente não comprava, passava, a gente não sabia o que era comprar.. engordava porco, todo mes matava um boi pra dispensa, matava um porco gordo, não existia óleo, a gente tinha as coisas tudo da natureza...

Ewerton: Vendia os mantimentos?

Elídia:Vendia, quando acontecia corria dinheiro, né. Então vendia o mantimento pra comprar o sal, essas coisas que a gente não podia produzir em casa, não tinha como, né. então vendia mantimento pra comprar essas coisas

Ewerton: Na fazenda que a senhora morava, passava boiada?

Elídia: Passava, pq nessa época, n tinha jeito de embarcar, passava de cavalo, minha cãsa mesmo era lugar de parar, ai oque que acontecia, parava muita gente. Tinha pasto pequeno que era pros bezerros, então colocava aquela boiada toda no pasto pequeno. Que chamava manga, pra colocar os bezerro, ai colocava os bezerros no curral e eles prendia as criações na manga dos bezerros. Quando era no outro dia de manha eles faziam o café e pegava a tropa e viajava com as criações. Era porco também que eles vendiam também e ai passavam também aquela porcada na porta de casa, de uma fazenda pra outra, é desse jeito...

Ewerton: ... tinha escola perto?

Elídia: As vezes a gente punha professor em casa, nossos pais e estudava um mês dois, logo os professor ia embora, a gente perdia esse tempo... ai depois mudamos pro Andrequicé mas ai a gente tava já era grande. Quando a gente estava estudando precisava da gente ir embora, pra roça, pra fazer farinha , moer cana, colher arroz, feijão o milho...

Ewerton: Tava o tempo todo ligado as coisas da roça?

Elídia: Isso, pq quando a gente ta fazendo farinha, dá muito serviço, tem que descascar a mandioca, ralar, tem que tirar o polvilho, tem que pegar e prensar massa, tem que tirar, penerar de novo, torra, né, lavar o polvilho, tem que rapar ele por cima, pq dá uma mancha preta, a gente tem que tirar o escuro, a gente tem que tirar pra ele ficar clarinho , penerar tudo, botar para secar , desse jeito, muito difícil, mas muito gostoso, vale a pena, inclusive em minha casa, lá eu tenho forno de fazer os biscoitos, tenho dois fornos, tem as coisas de fazer a farinha, tem as coisas de fazer a rapadura... só de fazer o açúcar nos não temos, que dá mais trabalho, né, então a gente não tem né... e a mocidade de hj em dia não quer mexer

Ewerton: Nesse sitio ficava próximo de Andrequicé?

Elídia: Não, tinha que ir de cavalo né, três horas de viagem... nossa fazenda tá lá até hj, caminho pro morro da garça, caminho pelo ribeirão do boi... inclusive a gente beirava uma vereda mais de meia hora, beira a vereda, assim unidinho na vereda a gente chegava, estrada real que a gente falava, que todo mundo passava ali, passava carro, passava boiada, as vezes quando aparecia um caminhão, passva Tb lá.

Ewerton: Que era o caminhão do creme de leite?

Elídia: Isso, inclusive a gente desnatava.

Ewerton: Vocês fazem, o gado de vcs tinham era pra leite ou pra corte?

Elídia: Pra leite, vendia sabe, quando tava ficando mais zerado, ai vendia, mais era mais pra leite, não era só pra corte não, pq quando as veis ficava mais velho, ai punha num lugar reservado, pasto reservado, pasto grande e tratava bem tratado, engordava ali, vinha os

açogueiros, comprava e carregavam, ai tinha que ir, não podia mais matar, tinha que ir de cavalo fazer a entrega, entregar os bois

Ewerton: A senhora tinha idéia de quantas pessoas a fazenda sustentava?

Elídia: Olha, só filho a gente era onze e tinha papai e mamãe e tinha as pessoas que trabalhava com a gente, muitos até moravam na fazenda que era de papai, tinha vez que na base de umas quinze pessoas, q trbalhavam com a gente, as vezes só umas cinco que moravam ali dentro da fazenda, mas cada qual tinha seu local, a própria casa, na terr de papai.

Ewerton: Era considerado agregado?

Elídia: Não, era igual mesmo amigo...sabe, era amigo, um ajudando o outro, entendeu... todos viviam juntos, as crianças eles trabalhavam assim, vamos supor, eu tenho um serviço então vcs vai e me ajudam a fazer o serviço em minha casa, se vcs tem um serviço, então junta mais dois e vamos fazer o serviço, assim que era a convivência, produzia os mantimentos juntos, cada um tinha seu estoque...

Ewerton: E seu pai pedia alguma coisa pra essas pessoas que viviam na terracdele?

Elídia: Não, chegava muitos que não tinham condições, não tinham lugar, n tinham condições, pediam a papai, ai falavam com ele, falavam – olha Divino, me da um cantinho pra mim fazer um lugarzinho pra eu ficar e eu vou trabalhando ai. mas era assim... tudo direitinho, pagava as pessoas tudo direitinho, se quisesse receber o dinheiro recebia o dinheiro, se quisesse despesa recebia despesa. Era mais dificil dinheiro porque antigamente quase não tinha dinheiro, era criação, as vezes comprava uma vaca, um boi, comprava um garrote, ai era assim... hj em dia eu fico pensando que as vez a mocidade de hj em dia não quer aquela vida que a gente tinha, o que a gente trabalhava... na roça o dia inteiro, era plantando, fazendo comida, sabe, aquela tanto de gente trabalhando com a gente, quando era de tarde a gente tava cansado, colhia o arroz, colhia, então quando o major na dava conta de debulhar o arroz, que que nois fazia, nois tinha que ir pro pilão socar o arroz, ai tinha um pilão de cinco litros a gente jogava esse pilão no terreno e socava de dois, de dois, e socava com a mão de pilão... colhia o feijão, colhia, então a gente ia na roça arrancava o feijão e trazia pra casa, rebocava o tereno tudo de mão, pra por o feijão pra secar, depois do feijão seco, a gente ia no mato, tirava um varinha e batia no feijão e dibuiava todo, depois de dibuiava a gente tinha que tirar aquelas coisa todas a rama do feijão e colocar de lado e juntar aquilo tudo, esperar esfriar pra apanhar, no outro dia a gente tinha que bater peneira pra soltar aquilo tudo, era arroz. O arroz a gente colhia , marrava uma faquinha na forquilha, pra fazer assim, cortar o arroz, e ai a gente punha montuadinho uma semana a gente ia lá faze aquele giral , panhava os nozinho de arroz, e batia depois a gente dava um solzinho naquele arroz, depois ele soltava o arroz todo... a hora que

ele tava sequinho.. agente fazia um caxotão de barro e ai punha tudo ali dentro, a vida da gente foi criado daquele jeito

Ewerton: Os caxotão de barro era feito também na fazenda?

Elídia:A gente chamava de “pirunga”, nos mesmo fazia...

Ewerton: Na lavoura precisava jogar água?

Elídia:A gente plantava a roça, vamo supor, papai falava assim, vamo plantar no tempo e não vamo molhar o tempo, pq, quando era outubro a gente já Tava começando a plantar, e plantava, quando era novembro dezembro janeiro que era de muita chuva

Ewerton: Então plantava na terra seca?

Elídia:Plantava na terra seca e a hora que caísse a chuva, ai vinha a chuva, já nascia, e chuvia e nunca perdeu, já colhemo muito mantimento, sempre chegava a chuva, a gente colhia muito milho arroz, feijão, café, tudo isso. Era muito forte, tinha muita fartura, fartura demais, demais...

Ewerton: Ate agora a senhora não falou de carvão, e o carvão?

Elídia:Não existia, Nem conhecia, depois que começou, mas esse tempo que a gente morava na roça não existia

Ewerton: A senhora acompanhou quando começou a aparecer?

Elídia:Eu acompanhei, logo no inicio que começou o carvão a gente fazia aqueles forninho, cortava madeira, o cerrado, a gente só não cortava araticum, pequiseiro, gagaita, essas coisas assim a gente não cortava, mas essa madeirinha mais inferior a gente cortava... pra fazer o carvão

Ewerton: A sua família?

Elídia:É, toda família da região, depois que foi surgindo o eucalipto ai acabaram... Nessa época, eu já tinha uns quatro filhos, já tinha casado, mandei meus quatro menino pra minha cunhada, ficar na minha casa, com a minha cunhada, pra mim poder mexer com a carvoeira mais meu marido, mais o Aroldo, e era pertinho da vereda, inclusive eu saia mais meus meninos ia pra casa de minha cunhada e eu ficava lá olhando o fogo, e os lobos gritando e eu morrendo de medo... só o ranchinho, que se empurrasse ele assim ele caia, era mesmo só para cobrir. Porque a gente fazia o forno e cortava a lenha a hora que a lenha estivesse seca, mucha a gente enchia o fogo , tampava a boca dele ponhava fogo, quando a gente ponhava fogo no forno, tinha lá de cima uns buraquinho que se chamavam “cigana” ai quando aqueles dois filetinhos parava de sair fumaça, ficava só o vapor, ai a gente tampava e jogava pro pé, falava que era o pé, quando embaixo (do forno) nos tatu quando a gente falava né, quando o fogo tava lá, as brasa né, a gente vinha com torrão e tampava com areia na outra parte de baixo. Ai

fechava ele né, ai falava assim, que ia vedá, ai quando a gente via que ali tinha uns três quatro dia ai eu já tinha apagado o fogo deles tudo, e ai abria ele e tirava o carvão e amontuava pro lado de fora, ai fazia aquele montão de carvão pra poder pegar, o carro pegar... vinham um carro pegar

Ewerton: Quem vinha pegar, era alguém da siderúrgica?

Elídia: Era o caminhoneiro, que trabalhava com transporte, a pessoa tinha condições de comprar um caminhão, ai comprava um caminhão, e ai ele procurava a gente e a gente passava o carvão pra ele, e ai eles levava, e ai oque que acontece, ai eles tinham o frete do carro e a gente pagava o frete desse carro pra poder pagar o carro e ele também cume.

Ewerton: E ele levava pra onde?

Elídia: Sete Lagoas

Ewerton: E nesse carvão que vocês faziam, quem trabalhava?

Elídia: Não era só nois dois, a gente tinha quem ajudava, o padrasto , ele ajudava né, e ai ele mesmo mechia , e as vezes era com alguma pessoa que queria, pedia – olha Haroldo, eu vou ajudar você a cortar a lenha pra depois você me ajudar e assim fazia, ia cortava a lenha um mese ajudando ele e depois uma semana ele tirava, um dia para tirar o carvão dos forno e enchia, eu ficava olhando os fornos pra ele, e ele ia trabalhar com o outro que ajudou ele, assim que a gente fazia, mas graças a deus a gente tinha muita fartura.

Ewerton: Vocês deixaram de fazer lavoura nessa época?

Elídia: Não, a gente mechia, mas lavoura mais pequena, né, porque o carvão não dava tempo, então a gente mechia, mas era mais pequena, mas sempre fazia farinha, naquela época a gente tinha que fazer, ai a gente parava com o serviço..

Ewerton: E o carvão dava dinheiro?

Elídia: Dava dinheiro, o carvão era dinheiro na mão, já a lavoura era só os mantimentos, mas a gente nunca deixava (de fazer lavoura), mechia com os dois juntos , pq, pq a gente precisava de comprar uma roupa, ai a gente foi achando mais fácil, que já tinha um dinheiro em mãos, então aquelas coisas que a gente trocava a despesa por aquilo, ai já vinha o dinheiro pra gente comprar né, ai as coisas só ficavam mesmo pra casa.

Ewerton: Se na época do sitio de seu pai ainda se os vizinhos eram tudo mais ou menos igual ou se tinha os caras mais fracos?

Elídia: Não, tinha uns que eram fraquinhos, fraquinhos (pobres), as vezes eram idosos e não davam conta de trabalhar na roça, mexer com serviço pesado, ou coisa assim, então trabalhavam lá em casa, papai perguntava, e eles falavam que queriam receber em despesa, ai papai passava a despesa pra eles

Ewerton: E o pessoal que morava lá na fazenda era mais fraco?

Elídia: Eram mais fracos, trabalhavam pra gente, mas eram mas fracos, que não tinham nem lugar de morar, né. Ai papai falava – afaz ai uma casinha , um cantinho, fica ai, assim que ele fazia, e ai muita gente parava ali

Ewerton: E alguém fazia roça a meia lá?

Elídia: Fazia! Fazia a meia, era uma fazenda muito grande, nos éramos em onze irmãos, eram 25 alqueires para cada irmão

Ewerton: Hoje ainda tem gente morando lá na fazenda, de amigo, agregado, meieiro?

Elídia: Não, já saiu tudo... eles iam por Andrequicé, Tres marias, corinto, Sete Lgoas , Curvelo

Ewerton: E o Buriti, a senhora fazia, doce, remédio?

Elídia: Não, a única coisa que a gente fazia com o buriti, era quando tava aquele lodo, a gente cortava, fazia a sede, fazia a vassora, com aquela seda, né, amarrava, eu fiz muita vassora, fazia esteira, pra colocar em campa para carregar, pra viagem e muitos Tb fazia caroça, que não existia capa pra tanta chuva, né, então fazia a caroça, entendeu?

Ewerton: E era como?

Elídia: Era assim, aq em cima (no ombro, fazia ela bem compridinha, assim, distanciona grande, ai marrava só em cima, entendeu? Dexava a pontinha e amarrava só em cima, e ai dobrava ela (a palha da folha do buriti) e quando a chuva vinha, jogava a capa em cima, não molhava. A gente fazia esteira Tb pra bota na cama, agora não usa mais, usava na cama, quando a cama tava dura... com s pau machucando... - ah tem que fazer uma esteira pra colocar aqui que essa cama ta muito dura, pra por debaixo do colchão, forrando debaixo do colchão

Ewerton: Tudo que auxiliasse as coisas da casa, pra construir?

Elídia: Isso, era com o buriti. As vezes as a gente tirava ali a olho dele ali, pra fazer o molho, que era uma delicia, o palmito, ai a gente usava pra comer

O relato de Dona Elidia, nascida e criada nos gerais, nos leva a diferentes momentos cvvidos por ela e sua familia. A vida na fazenda de gado é um importantíssimo relato sobre o passado das fazendas e sítios em meio as chapadas e as veredas. O trabalho de seus pais na manutenção da fazenda e sua educação voltada para o trabalho familiar nos possibilita reconstituir as bases materiais dos trabalhadores rurais no momento de implantação da politica desenvolvimentista.

O surgimento do trabalho carvoeiro e a substituição das atividades agrícolas pela

produção do carvão nos possibilitou reconstituir um momento de dissolução das atividades agrícolas e pecuárias der boa parte da população rural estabelecida nos gerais. Os processos de regularização fundiária, e implantação dos projetos territoriais de incentivo a silvicultura gradualmente foi expulsando a população ou de forma violenta ou mesmo pela via monetária.

A chegada a Andrequicé e as dificuldades vividas por nossa interlocutora, nos possibilitaram uma reflexão sobre os caminhos de muitos agricultores proletarizados tendo de conjugar diferentes trabalhos para sobreviver. A criação dos filhos e a manutenção da casa, são destacados como forma de justificar a luta diária de agricultores que se veem induzidos a urbanização.

Atualmente a situação da família, embora se apresente mais tranquila, a preocupação com os filhos e netos que enfrentam as dificuldades de acesso a educação em Andrequicé, e tendem a migrar para Três Marias, Curvelo ou Sete Lagoas.

5. Caderno de Mapas

A elaboração das bases cartográficas para a construção das representações cartográficas iniciou-se de uma pesquisa de cartas topográficas, imagens de satélite e mapas temáticos que oferecessem bases confiáveis para a conseqüente produção de um mapa que sintetizasse o estudo da ocupação e uso das terras atual, partindo do recorte realizado.

Para isso realizei uma consulta a vários institutos de pesquisa que disponibilizam bases cartográficas de diversas regiões do Brasil como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária).

Também foram solicitadas às secretarias dos municípios estudados, bases cartográficas utilizadas na gestão municipal.

No município de Três Marias, na secretaria de Meio Ambiente obtivemos as bases cartográficas e os mapas temáticos do Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal, o que prontamente foi realizado através do Mapa Base do Território Municipal elaborado pelo IDM (Instituto de Desenvolvimento Municipal) como também o conjunto de cartas base e mapas temáticos apresentados no Plano Diretor.

No município de Morro da Garça, na secretaria de Meio ambiente, Agricultura e Pecuária, obtivemos as bases cartográficas do Plano de Manejo da Área de Preservação Ambiental – APA Morro da Garça, elaborado e de responsabilidade técnica da EMATER-MG.

O Mapa dos “*Sistemas Hidrológicos de Três Marias – Veredas Georreferenciadas*” que completa a cartilha temática “*Veredas de Três Marias*” de 2007, coordenado por Barbara Johnsen apresentou como base importantíssima para a identificação e mapeamento das formações de veredas na bacia hidrográfica do rio de Janeiro. Tendo como base os trabalhos de campo realizados pelos técnicos do IGAN (Instituto de Gestão das Águas) na bacia em questão.

As Cartas Topográficas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresentam-se em escala 1:100.000, sendo a primeira impressão realizada em 1969. Foi realizado a digitalização da carta e o georreferenciamento através da projeção original UTM 23° S Datum Córrego Alegre – CNG – Minas Gerais. Foi utilizado dessas cartas todas as informações de estrutura viária, hidrografia e hipsometria, além das informações de toponímias e da localização das localidades e distritos englobados na área da bacia hidrográfica do Rio De Janeiro. A identificação das cartas topográficas utilizadas é:

Carta IBGE Andrequicé SE.23-Z-A-I
Carta IBGE Três Marias SE.23-Y-B-III
Carta IBGE Várzea de Palma SE.23-X-C-IV
Carta IBGE Chapadão dos Gerais SE.23-V-D-VI
Carta IBGE Morro da Garça SE.23-Z-A-IV
Carta IBGE Curvelo SE.23-Z-A-V

Para a delimitação cartográfica da área de estudo regional será utilizada a base continua do IBGE na escala 1:250.000 obtida no site do IBGE através do link:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapeamento_sistematico/base_vetorial_continua_escala_250mil/

Para a temática sobre a mudança de padrão de uso do solo partimos do levantamento de uma série histórica de imagens de satélite Landsat das décadas de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2014. Com isso procuramos destacar a ocupação das áreas pelas atividades da agroindústria, em especial, das empresas reflorestadoras.

As Bases Cartográficas do plano diretor do município de Três Marias apresentam-se em escala 1:150.000 tendo como fonte as cartas topográficas do IBGE de 1969. Partiu-se das informações do Mapa Base do Território Municipal elaborado pelo IDM em 2007/2008 que representam as informações de planimetria e hidrografia. Tendo como base o Mapa do Território Municipal foram analisados o conjunto de mapas temáticos que integram o Plano Diretor do município para a elaboração da caracterização dos constituintes naturais da bacia hidrográfica, presentes no capítulo III, como também a elaboração das representações cartográficas apresentadas neste capítulo contando com o georreferenciamento dos mapas

temáticos através da projeção original UTM 23° S Datum Córrego Alegre – CNG – Minas Gerais. A identificação da carta base e dos mapas temáticos é:

Mapa do Território Municipal;
Classe de Declividades. Município de Três Marias;
Relevo. Município de Três Marias;
Carta Imagem de Uso e Ocupação do Solo
Classificação dos Domínios de Uso e Ocupação de Solo. Município de Três Marias;
Compartimentação Geomorfológica. Município de Três Marias;
Restrições Legais ao Uso e Ocupação do Solo. Município de Três Marias;
Macro-zoneamento Ambiental Integrado. Município de Três Marias;
Estrutura Urbana de Andrequicé Macrozoneamento.

O Mapa dos “*Sistemas Hidrológicos de Três Marias*” que tem como fonte os trabalhos dos técnicos do IGAN sendo elaborado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais, apresenta um mapeamento das formações de veredas no município de Três Marias, além dos cursos d’água e da delimitação das micro bacias do município. Por meio da digitalização e georreferenciamento na projeção original UTM 23° S Datum Córrego Alegre – CNG – Minas Gerais, foi possível a vetorização pontual das “Formações de Veredas”.

Para a temática sobre a mudança de padrão de uso do solo partimos do levantamento de uma série histórica de imagens de satélite Landsat 1, 2, 3 e 5 das décadas de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2014. Com isso procuramos destacar a ocupação das áreas pelas atividades da agroindústria, em especial, das empresas reflorestadoras.

Foi utilizado as imagens de satélite disponibilizado pelo INPE, considerando dois períodos do ano, o período seco imagem de agosto e o período úmido de fevereiro. Tendo em vista o estudo da cobertura da vegetação e os usos da terra em nossa área de estudo, foi destacada a banda do infravermelho, por destacar tanto a cobertura vegetal como também os corpos d’água da área de estudo. Foi realizado o registro das imagens na projeção original UTM 23° S Datum Córrego Alegre – CNG – Minas Gerais. A análise espacial através das imagens de satélite Landsat 5 foi executada através da junção das bandas na ordem 4/3/1. A identificação das imagens de satélite é:

Landsat 5 – 219_072 agosto 2008
Landsat 5 – 219_072 fevereiro 2009
Landsat 5 – 219_073 agosto 2008
Landsat 5 – 219_073 fevereiro 2009

Para o estudo da topografia foi utilizado as imagens SRTM “*Brasil em Relevo*”⁶⁶ disponibilizado pelo Embrapa sendo registradas na projeção original UTM 23° S Datum Córrego Alegre – CNG – Minas Gerais. A identificação das imagens SRTM é:

SE-23-z-c
SE-23-z-a
SE-23-y-b
SE-23-x-c
SE-23-v-d

A análise conjunta das bases cartográficas citadas acima definiram informações e procedimentos para o desenvolvimento dos estudos dos constituintes naturais como também da ocupação e cobertura da superfície de nossa área de estudo, oferecendo subsídios para a espacialização e representação desses temas.

A combinação das várias bases cartográficas para o estudo e elaboração de um mapa síntese que representasse o tema da ocupação e uso do solo mostrou-se de extrema importância principalmente através da interação entre as cartas topográficas, mapas temáticos e as imagens de satélite de dois períodos do ano (período seco e período úmido). Sendo utilizado como base, além da combinação de diferentes bases cartográficas para a interpretação, as imagem de satélite Landsat.

A imagem de satélite Landsat apresenta uma resolução de 30 metros constituindo cinco bandas multiespectrais 1,2,3,4 e 5. Para o mapeamento foi considerado a combinação 4(R), 3(G) e 1(B), destacando a banda 4. Essa opção foi utilizada para destacar as respostas dos corpos d’água e fragmentos de vegetação, ponto central para uma análise da composição da vegetação e dos usos da terra presentes na bacia.

Os corpos de água absorvem muita energia nesta banda e ficam escuros, permitindo o mapeamento da rede de drenagem e delineamento de corpos de água. A vegetação verde, densa e uniforme, reflete muita energia nesta banda, aparecendo bem clara nas imagens. Apresenta sensibilidade à rugosidade da copa das florestas (dossel florestal). Apresenta sensibilidade à morfologia do terreno, permitindo a obtenção de informações sobre Geomorfologia, Solos e Geologia. Serve para análise e mapeamento de feições geológicas e estruturais. Serve para separar e mapear áreas ocupadas com pinus e eucalipto. Serve para mapear áreas ocupadas com vegetação que foram queimadas. Permite a visualização de áreas ocupadas com macrófitas aquáticas (ex.: aguapé). Permite a identificação de áreas agrícolas. (Engesat)⁶⁷

⁶⁶ MIRANDA, E. E. de; (Coord.). *Brasil em Relevo*. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 5 ago. 2009.

⁶⁷ Retirado de <http://www.engesat.com.br/?system=news&action=read&id=528> em 05 de abril de 2010.

A primeira fase do mapeamento constituiu o procedimento de “classificação automática” da imagem de satélite Landsat por meio do software de geoprocessamento Spring 4.2 desenvolvido pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) a partir do algoritmo *MAXVER* (Máxima verossimilhança). Procedimento que consiste em aplicar determinados algoritmos de classificação implementados em computadores para caracterizar os diferentes alvos numa cena, com base nos comportamentos espectrais expressos em número digitais (níveis de cinza).

A segunda fase concentrou a análise das diferentes bases cartográficas, como as cartas topográficas e os mapas temáticos da área de estudo, comparando as respostas provindas da classificação automática e das diferentes informações geográficas encontradas.

A terceira fase do mapeamento foi a edição matricial/vetorial por meio da interpretação visual utilizando técnicas de sensoriamento remoto confrontando os períodos climáticos (seco e úmido), no recorte espacial estabelecido.

5.1. Mapa de uso e cobertura da terra.

O mapeamento obtido por meio dos materiais e métodos já descritos, resultou em um mapa dos usos agrícolas e agroindustriais como também de aspectos naturais de nossa área de estudo, integrando assim os constituintes naturais da vegetação e os usos da terra existentes.

Foram considerados no mapeamento, classes pré-definidas através de trabalho de campo realizado em diferentes momentos da pesquisa, além do destaque para o estudo e interpretação das formações de veredas, questão central da representação cartográfica, como já discutido anteriormente.

Para essa questão foi utilizado as diferentes bases cartográfica, o trabalho de mapeamento das Veredas de Três Marias realizado pelo IGAM (Instituto de Gestão das Águas) e de técnicas de sensoriamento remoto.

Foram definidas nove classes para a apresentação do mapeamento completando uma área total de 256.593,78 hectares.

Segue abaixo quadro da chave de interpretação da imagem de satélite Landsat 5 TM:

Tabela 2 – Chave de interpretação do mapeamento da Cobertura da Vegetação e dos Usos e ocupações da Terra.

Legenda	Nome da classe	Referência na imagem	Foto	Observações
<i>Cerrado</i>		Fonte: Ewerton Talpo, 2009	A classe <i>Cerrado</i> refere-se as formações florestais denominada de “cerrado sentido estrito” e “cerradões” localizadas comumente nos topos e bordas de chapadas, como já discutido pela pesquisa, áreas de recarga do lençol freático.
<i>Campo Natural</i>		Fonte: Ewerton Talpo, 2009	A classe <i>Campo Natural</i> refere-se as formações campestres que podem envolver “campo limpo”, “campo sujo” e “campo cerrado” localizadas comumente nas vertentes de média a baixa declividade.
<i>Mata de Encosta</i>		Fonte: Prefeitura de Três Marias, 2009	A classe <i>mata de encosta</i> refere-se as formações florestais que envolvem as vertentes íngremes, dispostas em cerrado sentido estrito, matas de galeria em vales encaixados, como também campos rupestres.

Legenda	Nome da classe	Referência na imagem	Foto	Observações
<i>Vegetação arbóreo-arbustiva em área de planície de inundação</i>		Fonte: Ewerton Talpo, 2009	A classe <i>Vegetação arbórea/arbustiva em área de planície de inundação</i> refere-se as fisionomias da vegetação sob influencia dos cursos de rio apresentando-se como mata de galeria e matas ciliares.
<i>Vegetação arbóreo-arbustiva em formação de vereda</i>		Fonte: Ewerton Talpo, 2009	A classe <i>Vegetação arbórea/arbustiva em formação de vereda</i> refere-se aos ambientes dispostos em vales rasos integrando a área de exsudação do lençol freático, ao palmeiral disposto em linha e aos campos úmidos e secos sob influencia da zona de encharcamento do solo denominado de turfoso.
<i>Concentração Urbana</i>		Fonte: Google earth, 2009	A classe <i>concentração urbana</i> refere-se ao distrito de Andrequicé, localizado as margens da estrada MG-220, próximo ao divisor de águas das bacias hidrográficas do rio de Janeiro e ribeirão do boi.

Legenda	Nome da classe	Referência na imagem	Foto	Observações
<i>Floresta homogênea de Eucalipto</i>		<p>Fonte: Ewerton Talpo, 2009</p>	A classe <i>Floresta homogênea de Eucalipto</i> refere-se as extensas plantações de eucalipto localizadas principalmente nas amplas chapadas do planalto do rio São Francisco.
<i>Pastagem</i>		<p>Fonte: Ewerton Talpo, 2009</p>	A classe <i>Pastagem</i> , refere-se as áreas de pasto com espécies de gramíneas exóticas, como a braquiaria ou capim gordura, também comumente localizadas nos campos naturais, definindo um ponto critico no mapeamento, sendo importante o trabalho de campo para a checagem desses campos naturais utilizados como pastagem.
<i>Solo Exposto</i>		<p>Fonte: Marina Ferreira, 2007</p>	A classe <i>Solo exposto</i> , refere-se as áreas de intensiva produtividade ligadas as plantações homogêneas de eucalipto, podem aparecer decorrente do processo de plantio das florestas, da rebrota e da destoca das raízes, estão localizadas em sua maioria nas áreas de recarga do lençol freático.

A partir do mapeamento da Cobertura e dos Usos e ocupações da terra, algumas questões acerca dos constituintes naturais e das dinâmicas de uso da terra foram possíveis de visualização, enriquecendo a discussão a cerca do processo de ocupação do Planalto do rio São Francisco e no sertão do Morro da Garça.

Primeiro podemos observar o quanto as formações de veredas são importantes para a geração e regulação das águas da bacia, por estarem localizadas, em sua maioria, nas cabeceiras de drenagem dos topos planos e nas bordas das chapadas. As áreas de cerrado encontrados na bacia estão localizadas, em sua maioria nos topos planos das chapadas, fator importante para a manutenção do lençol freático, como já discutido na pesquisa.

Os campos naturais, historicamente utilizados para o pastoreio do gado, tem sido gradualmente utilizado para o plantio de floresta homogênea, principalmente nas bordas das chapadas, a análise da tabela 1 (capítulo 3.2) sobre a utilização das terras do município de Três Marias no período entre 1970 e 1996, apresenta uma diminuição considerável do pastoreio nessas áreas, o que pôde ser confirmado por meio dos trabalhos de campo realizados e pela análise espacial da Imagem de Satélite, embora em algumas áreas, como nos arredores do distrito de Andrequicé e das localidades das Pedras, a atividade de pastoreio extensivo em campos naturais ainda seja realizada. Ponto de dúvida que percorreu o desenvolvimento do mapeamento, pois a falta de informação quanto a utilização de pastagens em campo natural foi bem considerada.

Fonte: Ewerton Talpo, jul. 2009

Foto 23 – pastoreio de animais em campo cerrado nos arredores do distrito de Andrequicé.

Observa-se que as áreas de pastagens intensiva através de espécies de gramíneas exóticas, estão ocupando, atualmente, as áreas de topo de chapada, embora, historicamente, a área de pastagens, localizadas na depressão do rio São Francisco.

Por meio do mapeamento da cobertura da terra é possível observar o quanto a atividade de plantio de florestas homogêneas de eucalipto se generalizou, avançando consideravelmente para as áreas de preservação permanente, ocupando não só as áreas de recarga do lençol freático como também os campos naturais que margeiam os cursos de rio e as formações de veredas.

Foto 24 – área de plantio de floresta homogênea de eucalipto.

Questão importante a ser destacada é a grande presença de solos expostos, situação esta ligada a atividade de plantação de florestas homogêneas e do carvoejamento praticado pelas empresas reflorestadores. Nessas áreas, os processos físicos de erosão e transporte de sedimentos é atuante, principalmente no período úmido, decorrente das fortes chuvas do início deste período.

Foto 25 – solo sendo preparado para plantio de floresta homogênea de eucalipto em área de campo natural.

Nota-se que o uso intensivo da terra nas áreas de plantio de eucaliptus, como tem se tornado uma realidade, advindo dos grandes empreendimentos relacionados a atividade agroindustrial resulta em uma pressão muito grande nos constituintes naturais, como já discutido pela pesquisa.

Fonte: Filme “Vereda: mãe das águas”, jul. 2009

Foto 26 – acúmulo de material arenoso em área de preservação ambiental de vereda decorrente do processo erosivo nos topos das chapadas areníticas.

Imagem Landsat 1 MSS **julho de 1973**

**Morro da Graça, Corinto,
Três Marias e Andrequicé.**

Fonte: MIRANDA, E. E. de; (Coord.). Brasil em Relevo.
Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005.
Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>.
Acesso em: 5 ago. 2009.

Elaboração: Ewerton Talpo, abril de 2014

Legenda

- Rios e Lagos
- Estradas Principais
- Estradas Secundárias
- Area Urbana
- Limite de Município

- Sede Municipal
- Distritos e Localidades rurais
- Fazendas visitadas
- Veredas

Escala Gráfica:

Projeção UTM
Fuso 23 S
South American 1969

Imagem Landsat 2 MSS
agosto de 1980

**Morro da Graça, Corinto,
Três Marias e Andrequicé.**

Fonte: MIRANDA, E. E. de; (Coord.). Brasil em Relevô.
Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005.
Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>.
Acesso em: 5 ago. 2009.

Elaboração: Ewerton Talpo, abril de 2014

Legenda

- Rios e Lagos
- Estradas Principais
- Estradas Secundárias
- Área Urbana
- Limite de Município

- Sede Municipal
- Distritos e Localidades rurais
- Fazendas visitadas
- Veredas

Escala Gráfica:

Projeção UTM
Fuso 23 S
South American 1969

- Pontos visitados na pesquisa**
- 1 - sede municipal de Três Marias
 - 2 - sede municipal de Morro da Garça
 - 3 - sede municipal de Corinto
 - 4 - Andrequicé
 - 5 - Fazenda da Silga
 - 6 - barra do rio de Janeiro
 - 7 - Localidade da Silga
 - 8 - Localidade das Pedras
 - 9 - Fazenda da Tolda
 - 10 - Vereda São José
 - 11 - Fazenda Santa Catarina
 - 12 - Buritizinho
 - 13 - Fazenda do Catatau
 - 14 - Capivara de cima
 - 15 - Riachinho
 - 16 - Vila de Fátima

Imagem Landsat 5 TM
agosto de 2010

**Morro da Graça, Corinto,
Três Marias e Andrequicé.**

Fonte: MIRANDA, E. E. de; (Coord.). Brasil em Relevô.
Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005.
Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>.
Acesso em: 5 ago. 2009.

Elaboração: Ewerton Talpo, abril de 2014

Legenda

- Rios e Lagos
- Estradas Principais
- Estradas Secundárias
- Área Urbana
- Limite de Município

- Sede Municipal
- Distritos e Localidades rurais
- Fazendas visitadas
- Veredas

Escala Gráfica:

Projeção UTM
Fuso 23 S
South American 1969

**Imagem Google Earth
abril de 2014**

**Morro da Graça, Corinto,
Três Marias e Andrequicé.**

Fonte: MIRANDA, E. E. de; (Coord.). Brasil em Relevô.
Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005.
Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>.
Acesso em: 5 ago. 2009.

Elaboração: Ewerton Talpo, abril de 2014

Legenda

- Rios e Lagos
- Estradas Principais
- Estradas Secundárias
- Área Urbana
- Limite de Município

- Sede Municipal
- Distritos e Localidades rurais
- Fazendas visitadas
- Veredas

Escala Gráfica:

**Projeção UTM
Fuso 23 S
South American 1969**

6. Considerações Finais

A pesquisa aqui apresentada, construída durante os anos que estive percorrendo diversos caminhos entre os municípios de Três Marias e Morro da Garça, expandiu minhas possibilidades de abarcar diferentes questões frente ao estudo da geografia, como também meu entendimento sobre o mundo. Mundo esse que se desenrola em uma malha de lugares e pessoas que, no dia a dia, reinventam e dão significado ao passado e ao presente.

Pensar sobre o fim de uma viagem, é revive-la em seus diferentes significados, no caminhar despreocupado por campos abertos, nas paradas imprevistas, nos atalhos intempestivos e nas muitas, muitas conversas sobre o ir e voltar, sobre por onde caminhar. Da experiência provinda do resignificar o caminho percorrido, ressurgiram medos, alegrias e anseios do caminhar, como também do aprendido. Palavras encontradas nas linhas escritas pelo escritor mineiro, do sertão e do mundo, João Guimarães Rosa “*Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia*”. (Rosa, 2006)

Se enveredar por diferentes caminhos da geografia foi uma possibilidade de dar vazão a muitas experiências vividas durante o tempo que constituiu a construção da pesquisa. Cada momento recontado de uma forma, expondo as incompletudes que as palavras e imagens possam conter, mas, contudo, exercitando a proposta de aproximar diferentes pessoas, diferentes passados, diferentes lugares.

Uma questão presente no corpo da pesquisa foi o de tencionar o exercício empírico, aos constituintes teóricos da geografia, isto é, aproximar e discutir criticamente as experiências vividas, provinda das conversas com moradores do distrito de Andrequicé e do Município de Morro da Garça, no que tange seus referenciais históricos e espaciais ao arcabouço teórico construído no decorrer de aulas e conversas com professores e alunos, de análise de textos e documentos além de diferentes perspectivas sobre o mundo.

Dessa tentativa de tensionamento a partir das considerações a cerca do empírico e teórico em uma pesquisa de geografia, surgiu a oportunidade de questionar minhas perspectivas particulares sobre o mundo e de contribuir para a discussão a cerca da realidade vivida pelos nossos interlocutores.

A população que se estabeleceu no sertão dos gerais, desde o processo de colonização, desenvolveram práticas produtivas e de apropriação dos constituintes naturais particulares, se construíram sobre a arenosa terra do planalto do São Francisco, plantando nas margens de seus rios e criando o gado pelos campos naturais. Práticas essas centralizadas na criação de animais, mas que definiram inúmeras outras práticas produtivas de manutenção da vida e representações da natureza, personificadas na existência dos veredeiros, vazanteiros e geraizeiros.

A investida do Estado desenvolvimentista, reorganizando as relações sociais e delimitando o sertão dos gerais como uma “região” atrasada, arrasou as antigas práticas sociais e impôs uma ocupação intensiva, que intitulada de modernizadora, revolveu as antigas comunidades dispersas no sertão dos gerais, durante as décadas de 1960 e 1970.

As formas de acesso a terra e de trabalho sofrem uma transformação radical. O sertão dos gerais é esgotado em sua natureza primitiva. As matas são consumidas e as populações dispersas nas grandes propriedades, arrendando um capão de mata, ou tomando posse em beira de vereda, são gradualmente expulsos.

O desencadeamento da política de desenvolvimento econômico do Estado modernizador, que personifica o Capital em suas articulações globais, introduz a modernização das relações sociais, revolvendo as práticas sociais e impondo um novo padrão de utilização da terra e da produção no campo.

Nesse sentido cabe destacar que a crise da pecuária vivenciadas pelos moradores das localidades rurais de nossa área de estudo, pois simboliza um importante elemento empírico para o entendimento do movimento de mobilização do trabalho (GAUDEMAR, 1977) vivenciado por nossos interlocutores, o que resultou na constituição da mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977) conjugadas nas atividades não mais essencialmente agrícolas, mas sim agroindustriais.

A precariedade de vida de vaqueiros, roceiros, lavradores, carpinteiros e os mais diferentes viventes do sertão dos gerais, que observamos nos relatos individuais, nas linhas das cadernetas de campo e na poesia literária do escritor João Guimarães Rosa, indica um contexto onde as bases materiais dos trabalhadores rurais se encontram em dissolução,

imprimindo a migração como estratégia. Questão observada em trecho da caderneta de campo do escritor Guimarães Rosa que registra a fala de um dos vaqueiros da fazenda da Silga:

“Zito - “Eu gosto muito de mudar... (Por isso ele não quer ter galinhas-d'Angola)”.
(Rosa, 2010)

A profissão de vaqueiro, importantíssima na estrutura social da região pecuária do sertão dos gerais se coloca gradualmente, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, cada vez mais precarizada e descartável. A particular forma de divisão do produto do trabalho ao vaqueiro possibilitava o acesso a terra e a ascensão social. O valor pago pelo proprietário de terra para a criação do gado, no transcorrer de algumas décadas se transforma em assalariamento e proletarianização.

Contribuíram para o desenvolvimento da crise da pecuária nos gerias a modernização e normatização da produção pecuária, além da incidência das regulamentações fundiárias e trabalhistas. A constituição de um mercado nacional e a incidência de novas tecnologias e recursos de investimento de capitais, selecionaram a produção agropecuária, exigindo um nível tecnológico, sanitário que as fazendas do sertão dos gerais não conseguiam adquirir com seus próprios capitais, posto que grande parte das comunidades rurais apresentavam pouquíssima monetarização.

Os donos das terras, geralmente antigos fazendeiros que viviam do arrendamento de seus pastos e das margens de rio, ao regularizarem suas terras e se encontrarem sobre a legislação fundiária e trabalhista, gradualmente fecham suas terras para os trabalhadores rurais. Nesse sentido a crise pecuária e de alimentos se constitui indutor da migração.

Nesse mesmo contexto, um interesse sobre as amplas chapadas florestadas do sertão dos gerais pelos setores siderúrgicos captaram e aprofundaram a crise pecuária mobilizando os trabalhadores rurais para a produção do carvão vegetal – matéria prima nos polos siderúrgicos mineiros – aproveitando a produção familiar e a inexistência de regulamentação de praticas de desmatamento de florestas do cerrado.

Nas décadas seguintes, a supressão quase total da vegetação de cerrado antecipa a política de desenvolvimento territorial personificado no projeto dos Distritos Florestais do Estado de Minas Gerais, que determina as linhas gerais da criação de extensas áreas de plantio de eucaliptos para a produção “sustentável” do carvão vegetal. Rapidamente se forma uma

população mobilizada para o trabalho tanto nas áreas de plantio como nas baterias de carvão, dispostas a viverem em meio os fornos empregando mulher, filhos e parentes.

No momento atual, a prática intensiva de ocupação das terras, além de apresentar um esgotamento irreversível das nascentes e cursos d'água que alimentam o rio São Francisco e o rio das Velhas, também implica no aprofundamento das restrições ao acesso à terra por trabalhadores rurais como também na diminuição dos postos de trabalho nas mais diferentes atividades.

Esse impacto sobre a sociabilidade da população vivente nos gerias indica uma complexa dinâmica populacional, imprimindo um movimento cada vez mais acelerado de migração induzida, por entre as áreas de expansão e produção da agroindústria

A ocupação atual das terras no sertão dos gerais resulta, hoje, em conflitos de processos históricos relacionados às práticas produtivas, muito maiores do que as políticas econômicas e ambientais podem abarcar, questão a ser refletida principalmente no momento em que projetos de abrangência continental como a transposição do rio São Francisco se propõem como solucionador das disparidades econômicas regionais.

O sertão esta se acabando, decorrente das intervenções territoriais econômicas, mas, contraditoriamente, nunca se acaba. A pergunta que se apresenta como ponto de parada dessa pesquisa é se o sertão realmente representa uma “região” do atrasado, do inabitável, da realidade a ser transformada, ou um campo largo de vivencia e de conflitos da modernidade?

“O Sertão é isso: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera: digo.” (Rosa, 2006)

Nos caminhos pelos gerais encontramos inúmeras pessoas que viveram esse contexto e construíram sua trajetória em meio aos eucaliptais e das baterias de carvão.

Um olhar sobre a mudança da base material de nossos interlocutores foi de suma importância para o entendimento da dimensão espacial e das formas de sociabilidade possibilitando a abordagem entre o específico e particular de indivíduos viventes dos gerais e as determinações e sujeições da sociedade capitalista como um todo. Também possibilitou uma abordagem sobre a atualidade das relações sociais e a dimensão espacial sintetizada na migração.

O destaque para o tema Migração partiu de sua constante presença na trajetória de vida de nosso interlocutores, seja de migrantes sazonais das plantações de eucaliptos e na queima do carvão, seja de migrantes expulsos de suas terras como também de migrantes que retornam ao seu lugar de origem.

A aproximação da pesquisa realizada à vida de nossos interlocutores foi um exercício constante na pesquisa, tencionando as praticas de pesquisa em geografia e possibilitando um novo olhar sobre os caminhos que a geografia pode conduzir no entendimento e superação das determinações e sujeições da logica modernizadora do Capital.

Pensar a modernização como um elemento constituinte de todos os indivíduos sobre a determinações da sociedade moderna, indica uma reflexão sobre a existência de relações que embora não sejam visíveis e concretas, se implicam nas ações dos sujeitos. Nesse sentido procuramos interpretar as aspirações e motivações de nossos interlocutores a constituição do sujeito moderno da sociedade capitalista.

“No sistema produtor de mercadorias da modernidade [...] a lógica da necessidade foi invertida: à medida que as forças produtivas, mediante a industrialização e penetração das ciências, rompem a coação e a prisão “primeira natureza” [metabolismo entre homens e a natureza], passam a ser presas numa coação social secundária, inconscientemente produzida. A forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma “segunda natureza”, cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensíveis e exigente como a da “primeira natureza”, apesar de sua origem puramente social” (Kurz, 1991: 25).

Assim, procuramos destacar na pesquisa a reflexão que nos leve tanto da compreensão das “estruturas sociais” imposta ao migrante conjuntamente com a constituição do individuo migrante que se apresenta como sujeito de uma ação para um determinado fim.

“Faz-se necessário refletir sobre a formação do sujeito da sociedade moderna e a constituição social fetichista para entender os motivos do sujeito-migrante e a relação entre a realidade e a ciência. Assim procuraremos contextualizar o movimento dos migrantes, o movimento das categorias e a sujeição do pesquisador e estudioso. Trataremos, portanto, num breve excuro, da razão fetichizada e da necessidade da crítica categorial. (Heidemann, 2010)

Decorrente o entendimento do migrante como sujeito de uma ação, e sua relação direta com o trabalho, procuramos tecer uma reflexão teórica que abarque o abstrato da sociedade e

o empírico de uma realidade como forma de alcançarmos uma crítica categorial da sociedade, ou seja, um olhar crítico destinado as mediações sociais como o trabalho, da terra e a produção de mercadorias.

Buscando superar o posicionamento entre sujeito e objeto no estudo da migração procurando repensar os caminhos tomados no processo de investigação e pesquisa, posto que as realidades entre o pesquisador e os nossos interlocutores se completam, ou seja, (...) “migrante e pesquisador estão sujeitos à razão do cotidiano. Para ambos existem como matriz a priori trabalho , dinheiro, direito, estado etc.”(Heidemann, 2010).

Além da constatação dos limites apresentados pelo pesquisador que estuda a temática migrante, a condução da pesquisa buscou aproximar os questionamentos sobre a ordem social vigente, considerando suas determinações espaciais e históricas.

Pelos caminhos dos gerais apreendemos a nos surpreender com o sertão ainda vivo, mesmo frente a enorme força impressa pela modernização e suas diferentes determinações e sujeições, e de questionar os limites do substancial e totalizador da sociedade moderna: o trabalho. Ideia que foi possível no confronto entre o abstrato e o concreto das relações entre os indivíduos em nossa sociedade e em especial ao povo dos gerais:

“(...)Serras que se vão saindo , para destapar outras serras. Tem de todas as coisas. Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas.”(Rosa, 1956, pg. 413)

7. Bibliografia

- ALFREDO, Anselmo. **Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço**. Mimeo, Edição do autor, São Paulo, 2008.
- _____. **Formação econômico-social brasileira. Mobilização do trabalho e configurações territoriais**. Mimeo, Edição do autor, São Paulo, 2005.
- _____. **Modernização e Reprodução Crítica. Agroindústria do Leite e Contradições do Processo de Acumulação**. Geosp. Espaço e Tempo, Revista de Pós-Graduação, DG-FFLCH-USP, n. 24, 2008, p. 63-108
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Agricultura & Capitalismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- BECKER, Olga S. **Mobilidade Espacial, da População: Conceitos, Tipologias, Contextos**. In Explorações Geográficas. Org Castro, Iná E.; Gomes, Paulo Cesar C.; Corrêa, Roberto Lobato. 2º ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006)
- CARVALHO, G. R.; HOTT, M. C.; OLIVEIRA, A. F.. **Análise espacial da produção de Leite no Estado de Minas Gerais em base microrregional. XLV CONGRESSO DA SOBER "Conhecimentos para Agricultura do Futuro"**. Londrina. 2007, p.8.
- DAMIANI, Amélia Luisa. **"Urbanização crítica e situação geográfica"**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole. Editora Contexto, São Paulo, 2004.
- DAMIANI, Amélia Luisa. **"Geografia Política e novas territorialidades"**. In: OLIVEIRA, A. U. e PONTUSCHKA, N. N. *Geografia em perspectiva*. Contexto, São Paulo, 2002.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)**. Ícone Editora e Editora da Unicamp, Campinas, 1985.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1997.
- _____. **"Organização social do trabalho no período colonial"**. In: BARROS DE CASTRO, Antonio et alli; PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.). Trabalho escravo, economia e sociedade. Paz e Terra, São Paulo, 1984.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Programa Estadual de Centros Intermediários – Concepção, Metodologia e Síntese**. Belo Horizonte. 1980.90 p.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional e Publifolha, São Paulo, 2000.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Estampa, Lisboa, 1977.
- GOLDENSTEIN, Lea & SEABRA, Manoel. "Divisão territorial do trabalho e nova regionalização". In: Revista do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **"Geografia da riqueza, fome e meio ambiente"**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. Editora Paz e Terra e Casa Amarela, São Paulo, 2004.
- HEIDEMANN, Dieter. **Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador**. In: Sidney Antonio da Silva. (Org.). Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar. 1 ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010, v. 1, p. 15-33.

- INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). **Distritos Florestais para Minas Gerais, Estudos Básicos**, de setembro de 1975.
- JONHANSEN, Barbara. Da sustent... Do ambiente e clima em Três Marias. Texto Dedicado aos formandos do Curso Normal Superior e estudantes da Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Unimontes – Três Marias, maio 2007.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1999.
- _____. **“A substancia do Capital: o trabalho abstracto como metafísica real social e o limite interno absoluto da volarização”**. In: Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria. Disponível em www.obeco.planetaclix.pt. Acesso em 20 abr. 2009
- _____. **“ONTOLOGIA NEGATIVA. Os obscurantistas do Iluminismo e a metafísica histórica da Modernidade”**. 2003 In: Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria. Disponível em www.obeco.planetaclix.pt. Acesso em 20 abr. 2009
- LEFEBVRE, Henri. **“Estrutura social: a reprodução das relações sociais de produção”**. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade*. Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro, 1977.
- LEFEBVRE, Henri. **“A produção do Espaço”**. Tradução do Grupo “As (Im)possibilidades do Urbano na Metrópole Contemporânea, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original La Production de l'Espace. Paris, Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006.
- LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. Mestrado, Prof. Orient. HEIDEMANN, Heinz Dieter. Depto. Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2010.
- LEITE, Padre João Boaventura. *Morro da Garça no centenário da paróquia e da Matriz*. Morro da Garça. 2ª edição. 1987.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. *Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB*. Dissertação (Mestre em Geografia). São Paulo: FFLCH/USP, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. Hucitec, São Paulo, 2004.
- _____. **“Migrações Temporárias: Problema para quem?”** In: *Migrantes Temporários: Peregrinos da Resistência*. Publicações Serviço Pastoral dos Migrantes, São Paulo, 1991.
- _____. *Não há terra para plantar nesse verão*. Vozes, Rio de Janeiro, 1986.
- MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Nova Cultural, São Paulo, 1984.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agenda Estratégica do Setor de Florestas Plantadas**. Câmara Setorial de Silvicultura. Brasília, outubro de 2009
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. Editora Hucitec, São Paulo, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **“A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro”**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos. *Novos caminhos da Geografia*. Contexto, São Paulo, 1999.

- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Boitempo, São Paulo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de – *Crítica à Razão Dualista/ O Ornitorrinco*. Ed. Boitempo, São Paulo, 2003.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Agricultura e tecnificação: Notas para um debate**. Revista de Agrária, São Paulo, Nº 4, pp. 3 – 19, 2006
- PIMENTA, Demerval José. **Implantação da Grande Siderurgia em Minas Gerais**. Imprensa da UFMG, Belo Horizonte, 1967.
- POSTONE, Moishe. **Time, labor and social domination. A reinterpretation of Marx's critical Theory**. Cambridge University Press, 1993.
- PÓVOA NETO, Helion. **“Migrações internas e mobilidade do trabalho do Brasil atual. Novos desafios para a análise”**. In: *Experimental – Revista do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental*, Nº. 2, Humanitas, São Paulo, 1997.
- PRADO JR., Caio. . **Formação do Brasil Contemporâneo**. Brasiliense, São Paulo, 1979.
- PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária**. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS. **Diagnóstico e Diretrizes para a Estrutura Urbana e do Território Municipal, volume I**. Instituto de Desenvolvimento Municipal – IDM. Novembro de 2007.
- QUARESMA, L. F. **DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DUODECENAL (2010 - 2030) DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL** MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL-SGM. Agosto de 2009.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas Anãs do Sertão. O Cerrado na Historia de Minas Gerais**. Autentica, Belo Horizonte, 2005.
- ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2006
- _____. **A Boiada** – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- _____. **Manuelzão e Miguilim**. 4º edição. Rio de Janeiro. José Olimpo, 1970
- _____. **Correspondências com seu tradutor italiano Eduardo Bizaarri**. 2.ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981
- SILVA, Maria A. de Moraes. **Contribuições metodológicas para a análise das migrações**. In: *Experimental – Revista do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental*, Nº. 2, Humanitas, São Paulo, 1997.
- TALPO, Ewerton. **Veredas no meio do “redemunho”. O processo de modernização na bacia hidrográfica do rio de Janeiro, Minas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Trabalho de Gradual Individual.
- THÉRY, Hervé. **Atlas do Trabalho Escravo no Brasil** / Hervé Théry, Neli Aparecida de Mello, Julio Hato, Eduardo Paulon Girardi. Amigos da Terra, São Paulo, 2009.
- TOLEDO, Carlos Almeida. **A região das Lavras Baianas**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

Legislação estudada:

Brasil. Lei Federal 4.771 de 15 de outubro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Banco de dados LegisAmbiental. Norma Ambiental Serviço de Informatica. Setembro de 2007.

Brasil. RESOLUÇÃO CONAMA3 N° 303, de 20 de Março de 2002.

Minas Gerais. Lei Estadual nº 9.682 de 12 de outubro de 1988.

Minas Gerais. Lei Estadual nº 13.635 de 12 de julho de 2000.

Minas Gerais. Lei Federal nº 9.433, de 08 de Janeiro de 1997. A Política Nacional de Recursos Hídricos.

Três Marias. Decreto Municipal 1403/2006.

Jornais:

Jornal Estado de São Paulo. caderno Especial, 27/09/2009.

Sites pesquisados:

- Google earth
- Site de sertão. Art <http://www.serto.es.art.br/>, acesso em 10/02/2010
- Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - www.ibge.gov.br
- Site do Instituto Estadual de Florestas www.ief.mg.gov.br, acesso em 15/11/2008
- Site do Sistema de Monitoramento Climatológico. www.agritempo.gov.br acesso em 10/09/2010
- Site do CI Floresta – Centro de inteligência em Florestas – matéria de 29/04/2009 tendo como fonte a Sociedade brasileira de Silvicultura. Disponível em <http://www.ciflorestas.com.br/conteudo.php>, acesso em 10/01/2011
- Galeria de fotos dos alunos da disciplina “Trabalho de Campo em Geografia I” www.flickr.com/photos/enveredados
- Site Obeco As leituras de Marx no Século XXI, 2001 disponível em www.obeco.no.sapo.pt, acesso em 18 mar. 2007.
- Site da Engesat <http://www.engesat.com.br/?system=news&action=read&id=528>, acesso em 05 de abril de 2010.

Filmes comentados:

“Vereda: Mãe das águas”, documentário realizado pelo grupo de jovens do Sertão com apoio das comunidades do Médio São Francisco principalmente no município de Três Marias, MG. Projeto ArteChico Brasil-Canadá com apoio do Ponto de Cultura de Andrequicé, Samarra, Fada, IEF (Gerência de fauna aquática e Pesca) e Ministério da Cultura. Foi apresentado na VIII Semana Cultural Festa do Manuelzão, em 06 de julho de 2009.

“SerTão Grande”, documentário realizado e apresentado pelo grupo de estudantes de geografia, como trabalho final para a disciplina “Trabalho de Campo em Geografia II”, ministrada pelo prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann. Foi apresentado no Cinusp Paulo Emílio em 14 de janeiro de 2009.

“Boiada: No-tira-te, poe-te,” documentário produzido por um grupo de estudantes de geografia sobre os caminhos literário do escritor João Guimarães Rosa pelo sertão mineiro. A leitura das cadernetas de campo do escritor e reflexões sobre as transformações sociais e suas implicações espaciais.

“Vivendo os Tombos, Carvoeiros (1977), Documentário de Dileny Campos relata a vida de uma família carvoeira na município de Pompéu, centro-oeste de Minas.

Bases cartográficas utilizadas:

- Plano Diretor do Município de Três Marias, Prefeitura Municipal de Três Marias, maio de 2008
- INPE - Imagem de Satélite Landsat 5 TM, ago. de 2008 e fev. 2009.
- IGAM - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. 2004. Relatório de monitoramento das águas superficiais na Bacia do Rio São Francisco em 2003: Rio São Francisco - Norte
- Veredas de Três Marias. Coord. Barbara Johnsen. Prefeitura de Três Marias.
- MIRANDA, E. E. de; (Coord.). Brasil em Relevo. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 5 ago. 2009.
- IBGE. Atlas Nacional do IBGE/IBGE, Diretoria de Geociências - 4 ed. Rio de Janeiro : IBGE, 2002.
- IEF. Mapeamento da Flora Nativa e dos reflorestamentos do Estado de Minas Gerais. Lavras: Editora UFLA, 2005.

8. Anexos.

8.1. Cadernatas de campo do escritor João Guimarães Rosa: A BOIADA I e II

BOIADA I

p.15

Aqui não é mais gerais, já é baixio, o rio *estápito*(?)
Avista-se a Serra dos gerais e muito céu, doce céu, *alvos*(?) italianos
a serra se deita para o norte.
No rio De janeiro
as longas canoas
sacos atados com broto
folha nova de buriti
cheia de sacos com arroz
quinze alqueires, atados com folhas novas de buritis
verde e amarelo, mas as cores longitudinais, longitudinalmente

p.16

O rio São Francisco barrento recebe o rio De janeiro de água verde
periquitos, bandos, sobrevoam-no.

p. 23

Gerais: geralista
Vereda: veredeiro
Baixio: barranqueiro

p.39

Joãozinho vende,
breu de vorá é uma massa puxenta
que abelha forra o fundo do cortiço
serve para fazer estopamento de canoas e lanchas.
Fava de umburana, refina de jatobá, fava de sucupira.
Papagaios, periquitos, pássaros pretos, toda qualidade de passarinhos.
Um freguês de trazer para ele 30, 40, 50 papagaios,
trazem na garupa.

p.57

SILGA: 2.000 alqueires (dois mil). Arrendado a 10 contos por ano.

P.59

Nos meses de janeiro, fevereiro, março, até abril, os pássaros vem dos gerais para o
baixio: - o desperdício da colheita do arroz, milho, etc. tudo o que agente debulha.
Maritaca, jandaia, passopreto, papagaio, periquito.
De maio em diante, voltam todos para os gerais por causa do capim canavieira, que
dá na beira das veredas: agora, ele já está maduro..

p.60

É preciso vigiar o arrozal, quando ele está maduro, (por causa dos pássaros).
Durante um mês, ou mais. Vigiar desde o dia clareando, o sol saindo até lá pelas 9
horas. De 2 horas da tarde até as 5. Outra vez vigiar, Se for arrozal grande, um só
vigiador não dá. Corre, no meio do arrozal, com espingarda, bodoque. Joga pedra
com a mão. Os pássaros (periquito, maitacas, passopreto) – (o papagaio come é
milho) – os pássaros fogem, e voltam, em gritos.

P. 61

Quando se passa no provisório, fica-se molhadinho, todo que como de chuva.
Ao fundo, a Serra do Gerais - mal levantada, chata, mas se esticando num
movimento sensível, suave movimento, via norte. Com sua espinha e base verde-
escuras, entre esses o flanco verde-claro, onde se hospedam as úmidas veredas. O
céu é uma parede azul. Papagaios no vão loiros verdadeiros.

P. 74

O pessoal aqui está sempre precisando de voltar pra casa pra dar comida as galinhas.
Roteiro da Boiada (Manoelzão)
1º – Tolda (segunda, 19)

2º – Andrequicé (terça, 20)
3º – Sta. Catarina (quarta, 21)
4º – Catatau (quinta, 22)
5º – Riacho das Vacas (sexta, 23)
6º – Sítio (sábado, 24)
7º – Retiro dos Bravos (domingo, 25)
8º – Brejinho (Taboquinha (segunda, 26)
9º – Juvenal (terça, 27)
10º – Cordisburgo (quarta, 28)
11º – Fazenda São Francisco (quinta, 29)

P.75

Zito - “Eu gosto muito de mudar... (Por isso ele não quer ter galinhas-d'Angola).

P. 76

Água da vereda, quando quase seca, represada -: só então fica com gosto de água do brejo.

A compra dos 3 bois:

Qual é a coragem do Sr. nêles?

(Chico queria dar 1.000\$000)

Carro sertanejo, sem ferro nas rodas: chama-se carro sabão.

P.77

O que se mata naqueles “Gerais” é o vento. Os beiços trincam.

Camilo (o velho) -: “horas melhores”: quando acho o que comer, e o que vestir; hora pior, é quando acho alguma malquerença, que eu não posso desviar.

Boiada II

Saída da Boiada: às 10hs, 30’.

Três a cavalo, dentro do curral. Um deles conta. Fora, outro determina. O gado sai mugindo.

O ruído de um caminhão, invisível, fica despautério ou anacrônico. Só pode ser algum touro monstruoso!

(na Tolda)

Estamos nos gerais.

Crepúsculo. Lá, poente, sobre o São Francisco e além, onde o sol se pôs: cor maravilhosa – um alaranjado ou cobre, que nunca vi antes. É incrível, parece, que aquilo permaneça. Entre longas nuvens horizontais, escuras. É como se uma nova coisa tivesse sido captada e exibida. Acima, um suave azul, onde se esgarçam nuvens trevosas.

O gado já veio: a água da bica já está suja. Ela cai de gorgôlo.

Morro da Garça. Daqui parece um bisão a emergir.

No céu: boiada de nuvens brancas.

Continuamos pela chapada – longa dura, com vento e sem água.

As 3 horas menos 20’, chegamos à velha fazenda do Meleiro. Quase arruinada. O sol caustica. Coqueiros amarelo; enfim, coqueiros altos sem ser o buriti. Frente gramada. O aprazível que rodeia as ruínas humanas.

Tolda= Thier de Souza Vieira

Santa Catarina= Pedro Mendes

Catatau= Dona Benedicta

Riacho das Vacas= Dona Rita e o Preto (seu filho)

Meleiro= Constantino (e o Miguel)

Chegada à Etelvina (“Barreiro do Mato”) à 1h e 25’: Pouso: rebaixa de engenho.

Perto (sobre o) do córrego, belo, que murmura grosso mormôr.

1) “A gente na estrada não acostuma com as coisas... Não dá Tempo...”
(Manoelzão)

Etapas

19 Segunda-feira – Silga/ Tolda

20 terça-feira – Tolda/ Andrequicé

21 quarta-feira – Andrequicé/ Santa Catarina

22 quinta-feira

...

28 quarta-feira...

9hs e 35'. No meio do cerrado, um “garimpo” de cristais

Chega a boiada, às 4hs . 10'

(900\$000. - Livres? - Cativo.)

8.2. Trechos do conto **Uma estória de Amor (A Festa de Manuelzão)**

“ Ia haver a festa. Naquele lugar – nem fazenda, só um repouso, um currais-de-gado, pobre e novo ali entre o rio e a Serra dos Geraís, onde o cheiro dos bois apenas começam a corrigir o áspero das ervas e árvores do campo –cerrado, e, no matos, manhã e noite, os grandes macacos roncavam como engenho-de-pau moendo. Mas, para os poucos moradores, e assim para a gente de mais longe ao redor, vivente nas veredas e chapadas, seria bem uma festa. Na Samarra.”(pg. 153)

“ Sua casa. Sempre pudesse ser. Mas lá, a Samarra, não era dele. Manuelzão trabalhava para Federico Freyre – administrador, quase sócio, meio capataz de vaqueiros, certo um empregado. Porém Federico Freyre nem bem uma vez por ano se lembrava de aparecer, e Manuelzão valia como único dono visível, ali o respeitavam.”(pg. 158)

“... sua Mãe, dona Quilina, falecida. Sua mãe, que meses antes velhinha, viera para aquele ermo, visitando-o... a mãe apreciara aquilo, o Baixío da Samarra, a Vereda da Samarra, o território. No tempo de adoecer, ela mencionara a mesa de campo como ponto ideado para se erigir uma capelinha, a sobre”(pg. 159)

“Na Samarra, alias, Manuelzão conduzira o início de tudo, havia quatro anos, desde quando Federico Freyre gostou do rincão e ali adquiriu seus mil e mil alqueires de terra asselvajada. – “Te entrego, Manuelzão, isto te deixo em mãos, por desbravar!” E enviou o gado. Manuelzão: sua mão grande. Sua porfia. Pois ele sempre até ali usara um viver sem pique nem pouso - fazendo outros sertões, comboiando boiadas, produzindo retiros provisórios, onde por pouco prazo se demora – sabendo as poeiras do mundo, como se navega...”(pg. 159)

“Aqui era umas araraquaras. A Terra do boi solto. Chegaram, em mês de maio, acharam, na barriga serra, o sítio apropriado, e assentaram a sede. O que aquilo não lhes tirara, de coragens de suor! Os currais, primeiro; e a Casa. Ao passo que faziam, sempre cada um deles recordava o modo de feitio de alguma jeitosa fazenda, de sua terra ou de suas melhores estradas, e o queria remendar, com o pobre capricho que o trabalho muito duro dá desejo de se conceber; mas, quando tudo ficou pronto, não se parecia com nenhuma outra, nas feições, tanto nas paragens do chão e o desuso do espaço sozinho tem o seu ser e poder. Daí, esperaram as grossas chuvas...”(pg. 160)

“Sertão. O lugar era bonito. O céu mais ostentoso, mais avistado do que na Mata do Oeste, azuloso com uns azinhavres, ali o céu parecia o Céu, de Deus, dos Anjos. E o pasto reinava bom, sem carrapatos, sem moscas de berne, sem pragas. Ao bater daquela enorme luz, o ar um mar seco. Em setembro ou outubro, o gado aqui estava mais gordo do que no Maquiné; porque os fracos, mesmo, morriam logo. O frio se

engrossava bom, fazia para a saúde...”(pg. 176)

“... Joãozinho, o vendeiro, do porto do rio de Janeiro, mandara armar o cômodo de uma latada, com prateleiras, vasilhas, bebidas, comidas, cigarros, frutas – de tudo ia vender, até espelinhos, até vidros de cheiro. Trouxeram um carro-de-bois cheio de coisas, em duas viagens. Num cercado, tinha as novilhas, as porcas um bode e as cabras, para o leilão. Leilão abastado, sortido, com muitas prendas...”(pg. 207)

“... Nem não morava dentro das terras de seu serviço. E ele nunca se descuidara de não gostar demais delas. Isto é, as vezes, tinha gostado. Tinha ate chorado, lagrimas, dessas que violão toca. Mas a roda da vida empuxava. Carecia de estreitar os desejos, continuar seus caminhos...” (pg195)

“... Mas ali na Samarra, ele feito se fazia. Separava suas cinqüenta vacas, e uns oito entre burros e cavalos, só dele. De bom alarde. E cumpria tudo para servir Federico Freyre, leal. Supria a Samarra: os campos vividos, berro de bom gado, o arame das cercas tomando conta do baixio, e terrenos agrícolas, terras lavradas, o arrozal como flor; o saco aberto, cheio de feijão...”(pg 195)

“... Uma festa é que devia de durar sempre sem-fim; mas o que há, de rente, de todo dia, é o trabalho. Trabalhar é se juntar com as coisas, se separar das pessoas. Ele Manuelzão nunca se respirara de lado, nunca refugara de sua obrigação. Todo prazer era vergonhoso...” (pg. 194)

“O senhor do Vilamão. Trisavô, tataravô dele, desbrenhado os territórios, seus homens de arcabuz sustentando de guerrear o bugre, luta má nas beiras de campo – frechecheu e tiroteio. Mas, esses, podiam simples cantar: Montado no meu cavalo eu abri esse sertão...”(pg. 198)

“... Aquilo era proezas para com respeito se dizer: o valer dele, Manuelzão; a Samarra, lugar de bases; Federico Freyre – o poder do dinheiro moderno!”(pg. 224)

“Agora, agora, porem, a festa era bobagem: a festa era impossível... agora, aquela confiança de Federico Freyre, pelo melhor, aumentava na gente o dever de dobrar os esforços, de puxar quatral. Soante que a Samarra carecia de todo avanço, reproduzindo e vendendo, forte, até tomar conta da faixa do Baixio...”(pg. 227)

“Sair, daqui a quatro dias. Da Samarra a Tralha, primeiro dia, subida da Serra, quatro léguas, mau cômodo, mau pouso. Segundo da Tralha ao Andrequicé, corda de morros, cômodo regular, três léguas e meia, bom pouso, pasto regular, desdemente. De Andrequice a Vereda-do-Enforcado, razoável. Fazenda do São-Manuel, da viúva Pedro Donato. Riacho-do-chumbo. Fazenda do Jequitibazinho – esses paraísos de agradável. Ribeirão Branco. Lagoa do Caramuj. Riacho da vaca Magra. O resto. Meio de voltar, de longe do curral de Pedras, faltava de todo a água, para a boiada beber, o vento perfazia muito, o frio muito. Trem de trem ruim...”(pg. 237)

8.3. Cadernetas de campo Morro da Garça, maio de 2013

Apresentamos nessa seção a reprodução das cadernetas de campo que auxiliaram na escrita e argumentação de inúmeros pontos discutidos na dissertação. Trata-se de um material compilado durante o trabalho de campo da disciplina de graduação do departamento de Geografia da USP: Migrações e Trabalho ministradas pelo professor Heinz Dieter Heidemann.

O campo contou com a participação dos alunos da disciplina de Migrações e Trabalho, exigindo uma orientação metodológica sobre os objetivos e possíveis problemas a ser encontrados na pesquisa de campo. A atividade foram realizadas nas aulas das disciplinas até a data do campo que aconteceu entre os dias 1 e 5 de maio de 2013. O resultado é uma considerável compilação de entrevistas em gravações de áudio e vídeo, fotos e cadernetas de campo foram obtidas.

Para tal objetivo foram propostos temas de abordagem para as entrevistas que contemple a totalidade do estudo. Abaixo segue os temas informações colhidas durante o campo:

1. Mobilização do Trabalho na fazenda pecuária:

Questões levantadas:

As atividades foram realizadas por meio das entrevistas com antigos moradores o trabalho nas roças, lavouras de algodão e fazendas não só do município como também da região.

A conversa com o grupo de **cantadores da Guaiana**, com **construtores de carros de boi**, **cantadores de folia de reis** pode apresentar uma ótima atividade de reconstituição do passado.

Cantadores de folia de reis:

Mestres da folia passaram conhecimentos para os mais jovens. Normalmente a folia acontece 25/12 a 06/01 ou por promessas e devoção. Fizem para nós. Começam a cantar na porta e entram. 3 reis na frente, músicos atrás. Amarelo, vermelho (negro) e azul. Rostos brancos, mãos negras. Cumprimentam dona da casa, perguntam se tem presépio. Conta sobre nascimento de Cristo e caminho dos reis até lá. Pergunta se a dona da casa acredita em Jesus e se eles podem entrar. Entram em silêncio, dona da casa leva a bandeira. Música parece lamento, ritmo lento. Na hora do sapateado semelhança com o movimento dos pés do samba de roda e catira. Ritmo africano, roupas e tema europeu/branco. Antes de dançar, se apresentar, reverência aos músicos (como outros ritmos de roda). Na troca da dança indica com corpo quem vai entrar (semelhança com outros ritmos).

Conversa família Folia. Sr.Tico jogando truco com amigos. Dona Maria...benzedeira. Família da roça ali perto. Crianças pequenas que dançaram folia. Gostaram de aprender. Jovem gosta muito da Folia. Mais jovem Wagner conversei na festa. Fez até 8ª série. Tem 18 anos, trabalha fazenda de corte. Muito tímido. Disse que amigos não gostam da Folia, só gostam do funk. Ele gosta dos dois. Veio para SP visitar prima foi no baile funk gostou. Gostou da cidade, mas não para morar. Muito grande. Distanciamento por conta dos estudos.

2. Desenvolvimentismo e Modernização no campo:

Questões levantadas:

As atividades foram realizada por meio de entrevistas com antigos moradores que passaram pela política desenvolvimentista, migraram ou permaneceram no Morro da Garça. Pessoas envolvidas nas atividades que foram implementadas no período desenvolvimentista como a carvoaria e a grande lavoura.

A conversa com os técnicos da **EMATER** e com representantes da **Prefeitura** possibilitou uma importante atividade para abordar o impacto dessas políticas nas décadas passadas e atualmente.

ex-trabalhadores Carvoeiros

Sr. Raimundo

Nasceu em Corinto.

Começou a trabalhar na roça a partir dos 8 anos de idade, a partir dos 18 anos começou a trabalhar como carvoeiro;

Casou-se no Morro da Garça e voltou para Corinto;

Quando casou já trabalhava como carvoeiros;

O corte da madeira era direto das árvores do Cerrado da região

Os carvoeiros eram “recrutados” ficavam reunidos dias no meio do Cerrado, montavam fornos em determinados lugares e cortavam e transportavam as árvores (manualmente) para “queimarem” estas, formando o carvão;

Se aposentou devido a Doença de Chagas que contraiu;

Depois de aposentado conseguiu aumentar seu poder de consumo.

Vive em uma casa no bairro de Pompéia no Morro da Garça;

Sr. Dorival

Sofreu um acidente de trabalho, devido a falta do calçado adequado;

Tem como principal sonho a volta à roça;

Trabalhou tanto com o corte manual das árvores do cerrado e depois o abastecimento das toras nos fornos, assim como trabalha como carvoeiro, abastecendo fornos com a tora de eucalipto previamente cortada por uma máquina. Segundo o entrevistado, com o eucalipto o potencial produtivo de carvão é maior do que as árvores de cerrado que eram queimadas anteriormente;

Péssimas condições de trabalho: além do desgaste do trabalho, segundo nosso entrevistado, constantemente via-se acidentes de trabalho por falta do equipamento adequado, além da presença de animais peçonhentos (cobras e escorpiões principalmente) que aumentava o número de acidentes por picada ou mordido deste animais;

∞

EMATER. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. Vinculada à Secretaria do Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Conversa com tesoureiro da EMATER: **Vicente.**

Trabalho dedicado a manutenção das atividades agropecuárias de pequenos produtores. “Objetivo de manter o Homem no campo”.

A EMATER intermedia diversos programas para a produção e comercialização da produção. Por meio do PRONAF intermídia a aquisição de linhas de créditos agrícola destinados para melhorias técnicas na produção, mecanização. Pequenos produtores de até 3 hectares. Através do PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar que determina 30% de consumo de alimento das instituições escolares devem vir provindos de pequenos produtores do município.

Desde de 1965 a EMATER inicia atividades de auxílio técnico no município. Resistência dos produtores quanto ao trabalho dos técnicos. Já em 1980 a EMATER intermedia um programa de produção de Alcool utilizando mandioca – Período do Proálcool – da PETROBRAS. A Petrobras pagava um preço diferenciado para a produção de mandioca. Com a crise do Proálcool a Petrobras rescindiu o contrato com os produtores e os mesmos tiveram que comercializar a mandioca no mercado, à preços baixíssimos. Interior de São Paulo para uma fábrica de farinha de mandioca.

Nos últimos anos, devido a baixa nos preços do leite, muitos produtores tem diversificado sua produção para derivados de leite: queijos, cremes, manteiga, requeijão, doce de leite. Mas uma promotora pública emitiu uma ordem de proibição de comercialização dos derivados de leite produzidos no município devido à necessidade de certificado fitossanitário do Instituto mineiro de agropecuária (IMA). Briga entre produtores de Curvelo e Morro da Garça?

A EMATER, segundo Vicente, não entra como papel de atravessador, pois a empresa não se responsabiliza pela comercialização da produção. Sobre o pequeno produtor e a questão do leite: baixa produção e inferiorizada, mas ainda estimulada por sua rentabilidade (queijo produzido na cidade tem excelência, segundo Vicente). Contudo, o embate se trava com relação à fiscalização rigorosa promovida pelo IMA em Curvelo, que não fortalece a venda/comercialização. A rigorosidade se coloca nas técnicas de produção e a vigilância sanitária. (Não é permitido a venda de produtos de origem animal sem a inspeção e liberação do IMA).

Sobre o plantio de Eucalipto, exige um alto custo, voltado para produção em larga escala (ou seja, para os grandes produtores) pelo grande retorno que a atividade se subsidia, autosustenta. Para a EMATER, o duplo manejo para Eucalipto e pasto num mesmo local/fazenda, pode ser perigoso em cerrado devido ao clima, mas é uma solução para a execução das duas atividades econômicas grandes na região.

Alguns projetos são desenvolvidos pela EMATER, com apoio e realização de órgãos como EMBRAPA e FAPED, com patrocínio da PETROBRAS e outros incentivos do governo federal, projetos como Lago de múltiplo uso e “Barriguinhas” para o abastecimento do solo e das habitações em comunidades de baixa renda. A feira de produtores do município ocorre todo domingo e partiu do envolvimento entre EMATER e Prefeitura do Morro. Acontece à quatro meses e tem “ajudado” os pequenos produtores.

O programa Minas sem fome é um programa governamental que a Emater intermedia. Trabalho de assistência técnica e entrega de insumos. Atividades desenvolvidas: sementes (feijão, milho); fertilizantes; mudas (frutíferas); filhotes para a criação de avicultura; ração (Socil); Adubo; diagnóstico produtivo do solo, capacitação.

Atualmente percebe-se um melhoria nas condições de produção agrícola representada na expansão das terras de cultura para os campos e chapadas, facilidade de acesso à água (construção de 500 “barraginhas” no município) e transporte facilitado. Todas essas transformações contribuíram para a valorização das terras no município, atualmente muitas pessoas que venderam suas terras nas décadas de recessão, tem voltado ao município á procura de um novo estabelecimento – muitas não conseguem mais....

O trabalho na atividade agropecuária no município é muito duro e apresenta pouco resultado, pois a maior dificuldade esta em vender o produto no mercado.

Vicente acredita que com os governos do PT o investimento na área rural cresceu muito e que o Estado tem papel importante quando se trata de manter o pequeno produtor na roça.

Os filhos dos pequenos produtores tem voltado para roça, vão para cidade estudar, mas voltam para o Morro. Promove o controle da produção e programas de distribuição de água, luz... – a EMATER ajuda no processo de produção, a venda fica por conta do produtor (“senão a EMATER faria papel de atravessador”). Ajuda os agricultores a adquirirem benefícios, intermediando a relação do agricultor com o Banco do Brasil (PRONAF) – os agricultores que emprestam dinheiro da EMATER, podem pagar a dívida em 10 anos sendo o juros de 2% ao ano, mas, mesmo assim, é difícil para o produtor pagá-la. O primeiro contato da EMATER com os agricultores foi difícil, pois estes eram resistentes às novas tecnologias. Assim, “quando o dinheiro começou a entrar na casa do agricultor”, eles começaram a “dar valor” para EMATER. Hoje, “os agricultores vão até a EMATER, e não a EMATER à eles”.

Sobre a produção de LEITE:

A produção de leite já foi muito grande, agora o preço caiu e não compensa mais – os produtores estão migrando para produção de eucalipto, gado de corte...

Apesar da produção de leite não compensar mais para o pequeno produtor, ele continua produzindo...”O que acontece é que as famílias produzem queijo, apesar da dificuldade de conseguir a aprovação do IMA para vender”.

Sobre o CARVÃO:

Antigamente as famílias derrubavam floresta natural para plantar e a madeira era usada para móveis. Com o ciclo do Ferro, o carvão se tornou necessário e os homens do campo passaram a ser incentivados a fazer carvão com as florestas naturais (não existia legislação que protegia). Com o tempo, a legislação de defesa das florestas trouxe o eucalipto, que, como o leite, só compensa para os “grandes”.

O carvão é o produto derivado do eucalipto mais barato.

As terras dos pequenos produtores estão sendo vendidas para produção de eucalipto e o preço da terra subiu muito.

Atualmente são em torno de 500 registrados.

Até quem mora na cidade e tem horta no quintal, pomar e etc, pode receber orientação e auxílio da Emater.

O Técnico é funcionário do estado e é de Curvelo.

Quando perguntamos ao Vicente sobre a receptividade da Emater lá ele deu seu próprio exemplo. Contou que seu pai era agricultor e que no início não gostava. Achava estranho alguém vir dizer o que fazer e qual a melhor maneira de plantar sendo que ele cresceu fazendo isso. Possuía os conhecimentos do campo e não queria máquina pois sabia como fazer. Mas foi conhecendo e vendo como era bom.

Cartaz na Emater: ***“Missão: promover o desenvolvimento sustentável, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira”.***

“Sem você a imagem da Emater não é completa”. (imagem de uma roupa sem a pessoa)

Limite máximo de terras para poder ter o auxílio da Emater: 130 alqueires (em metros....)

A oferta de leite na região aumentou e o preço caiu R\$0,61 por litro.

O Morro não tem mais cooperativa de leite, agora tem apenas atravessador que recolhe nas fazendas o leite e revende. A cooperativa quebrou com a chegada de grandes empresas (Itambé etc) e pela má administração da cooperativa.

Para os produtores não compensava mais vender apenas o leite, aí começaram a produzir os derivados (queijo,

requeijão), mas a promotora (de Curvelo) criou controles de qualidade que impedem a venda. Jogam fora, ou jogam... para impedir a venda e o consumo. Ele mesmo disse que não concorda, que comeu queijo caseiro a vida toda e nunca teve problemas. “Se bobear é mais saudável que esses outros cheios de química”.

Segundo Vicente está crescendo a quantidade de pessoas que ficam no campo, alguns vão, estudam e voltam, outros nem saem.

As pessoas vão principalmente para SP porque é a cidade mais rica da América do sul. Muita oferta de trabalho. Variedade.

A produção de carvão na região era no primeiro momento natural, mata do cerrado. Governo incentivava. Antes o custo de vida era baseado no carvão, hoje é na gasolina.

“O homem da roça tem certeza que o cerrado vai renascer. Nasce das cinzas”. Começaram a proibir aí que veio o eucalipto (que também destrói o cerrado). O eucalipto, só o grande produtor agüenta, é muito caro para produzir, precisa ser em grande quantidade para compensar. Essa é a razão do produtor clandestino (cerrado).

Pequeno produtor não consegue se manter entre os grandes e acaba vendendo as terras. Grande produtor tem condições de agüentar as crises.

Morro é 40% rural e 60% urbano (igual ao resto do país mais o rural ainda é mais forte que em outras regiões).

3. Mobilidade do Trabalho e Agroindústria:

Questões levantadas:

As abordagens desse tema representou umas das mais complexas e importantes questões para nosso estudo. Procuramos nos concentrar em entrevistas com os moradores sobre suas percepções da atualidade em Morro da Garça e sua experiência de trabalho em atividades ligadas à agroindustrial, tanto na produção do leite como na produção de carvão.

Para tematizar as relações de produção e de trabalho, além das entrevistas, realizamos visita em uma **fazenda pecuária** que utiliza ordenha mecânica e à **cooperativa de leite dos pequenos produtores** do município, procurando tematizar as diferenças entre os processos e as relações de trabalho envolvidas. Uma visita à área de produção de carvão da **COSSISA** para uma conversa com o técnico responsável e com os trabalhadores envolvidos nessa atividade.

Para tematizar o histórico de migração e as formas de sociabilidade da população do município, contaremos com a possibilidade de atividades junto à **Casa de Cultura do Sertão** e com a **Associação de Moradores do Bairro Pompéia**, associação que desenvolve atividades com moradores do bairro e realização um projeto de dança e Hip Hop com os jovens do município.

Fazenda Riacho dos Porcos (Proprietário Belmiro da Rocha)

Fazenda riacho dos porcos de propriedade de Belmiro Rocha, não estava pois havia viajado para Mato Grosso para pesquisa de novas técnicas de produção, informa um dos funcionários. Mora em Curvelo e possui outra fazenda em Morro da Garça.

Seu José, operador de maquinas, nos apresenta a fazenda. Produção de Leite (feno, milho e pasto [capim especial para o gado] além dos insumos comprados: algodão). Trabalha a cerca de 20 anos, mora com a família em Morro da Garça. Atualmente trabalham de 13 a 15 pessoas contratadas com carteira assinada. Mecanização: 5 trabalhadores encarregados operam maquinas, o restante trabalham no serviço “braçal”. Já chegou a 35 funcionários.

Plantio de eucaliptos para madeira destinados para a indústria têxtil de Sete Lagoas.

A produção de insumos realizada na propriedade abarca a produção de leite das propriedades: Fazenda dos Porcos (visitada); Salobo (Picão, próximo à Felixlandia) e Riacho do Porcos II (Fechadinho ou Retiro).

Quantidade de 60 vacas por lote, em um total de 10 lotes. Silagem 700Kg de milho, Algodão, soja, Grão úmido de milho, cevada.

Maciel trabalha na seleção e mistura dos insumos para a alimentação do gado. Contratado à 5 ou 6 meses atrás.

Produção total de 22 à 25 mil litros de leite a cada dois dias (Belmiro e Frederico). Produção destinada para a empresa Embaré localizada em Água da Prata, de caramelos e Produção industrial de balas doces.

Atualmente a propriedade dedica-se basicamente a produção de leite e de forma secundária produz feno (1ª, 2ª e 3ª qualidade), ainda há alguma venda de gado para outras propriedades com intuito de corte da carne.

Para alimentação dos animais da propriedade, cultiva-se também: milho, cana-de-açúcar, eucalipto (segundo o entrevistado, este cultivo está ligado ao “efeito de sombra” que seria benéfico ao gado), também cultiva-se uma espécie de capim geneticamente modificado para alimentação durante a pastagem bovina.

Leite retirado é enviado para a Embaré (empresa de processamento do leite e de derivados do leite localizada em Lagoa da Prata – MG, deixei o site da empresa ao lado: <http://www.embare.com.br/site/>)

Segundo o entrevistado em torno de 13 pessoas que trabalham na propriedade moram no Morro da Garça.

Observou-se em campo um processo de mecanização de algumas atividades da fazenda, como: a extração de leite, através da ordenha mecânica. Observou-se toda uma organização produtiva, desde o momento que a vaca entra no curral até o momento em que é retirada a ordenha mecânica e a vaca é retirada do curral. No cultivo também observou-se a presença de uma máquina, trata-se de um pivô central que possui uma dupla função nesta fazenda, ele é responsável por irrigar o capim plantado para alimentação bovina e também por “refrescar” as vacas.

Outro cultivo só tornou-se viável por causa das máquinas, este foi a produção do feno, pois é necessário, segundo o entrevistado, as máquinas para corte, compactação e aglutinação em blocos do feno. Além destas citadas, observou-se a presença de tratores e colheitadeiras, estas máquinas podem ser usadas na preparação da silagem.

Saída para a fazenda Riacho dos Porcos para uma nova visita (6h20min.)

Dirigimos-nos para a fazenda no intuito de entrevistarmos Seu Geraldo, uns dos responsáveis pela fazenda na ausência do encarregado. Ao chegarmos Geraldo nos orientou para conhecermos o fechadinho, lugar onde se cria os bezerros. Partimos para lá por meio da estrada em direção à Capivara, logo após o rio Bicudo entramos no acesso à fazenda. Um pequeno curral e um armazém se apresentavam a nossa vista, com alguns poucos funcionários se revezando no cuidado aos poucos bezerros e as máquinas de mistura da ração, ao fundo observávamos algumas casas dispersas por entre os pastos. O sol já iluminava bem o terreno e o orvalho já se despedia do verdinho da grama. Encontramos, entre os pastos vazios, com **Edvaldo e sua família**, alimentando os bezerros da fazenda. A área de alimentação dos bezerros se estendia próximo a sua casa e dispunha de duas fileiras de bezerros todos presos em correntes (como corrente de cachorro) os bezerros recebiam uma alimentação preparada com leite em pó + leite de vaca, ração com milho e outros grãos, e um pote de água. **Edvaldo**, trinta anos, mora com sua família: esposa e dois filhos pequenos na fazenda fechadinho a poucos metros da área de criação dos bezerros. Voltou a trabalhar na fazenda após um período em que esteve contratado

pela prefeitura de Morro da Garça. Há dois anos retornou à fazenda com sua família e não pretende sair dessa atividade tão cedo. Expôs as facilidades em morar na fazenda, pois trata-se de um lugar tranquilo, de deslocamentos e não precisa pagar aluguel, água, luz... o ônibus escolar vem buscar seus filhos para levá-los a escola em Morro. Possui duas folgas por mês, nas quais procura visitar a família em morro. Possui uma pequena horta no fundo de sua casa onde planta algumas hortaliças. Possui registro na carteira e direitos trabalhistas. Tanto ele como sua esposa dividem o trabalho na criação dos bezerros. Durante os anos que trabalha presenciou a produção de leite se tornando única atividade da fazenda: “há quatro anos que não plantam roça mais roça de tomate, feijão e outros alimentos”. Também percebe a diminuição de funcionários na fazenda: “existem três currais que estão desativados” nos quais 250 vacas poderiam estar sendo ordenhadas, a produção de leite já chegou a 23 mil litros por dia. Deixa claro que o trabalho é pesado e toma o tempo todo de seu dia, “Fica difícil sair da fazenda, os bezerros precisam de muita atenção”. Tem como meta um trabalho que não seja esse braçal, mas entende que é necessário estudo, que para ele é muito difícil de conciliar, pois o trabalho não permite.

Gestão de Trabalho do Edivaldo

- Início do expediente as 6 horas da manhã
- Término do expediente às 17 horas
- 2 folgas por mês
- 30 dias de férias/ano
- Não paga aluguel, luz ou água.

Estrutura familiar do entrevistado

- 4 pessoas ao total (incluindo o entrevistado), sendo um casal com dois filhos pequenos;
- Mulher trabalha junto ao marido na alimentação dos bezerros;
- Uma das crianças estuda na cidade de Morro da Garça;
- Nosso entrevistado possui quatro irmãos, somente 1 deles trabalha com roça;

Um pouco da história de Edivaldo

- Nascido em Santo Hipólito, cerca de 66 km da cidade de Morro da Garça, veio para a cidade do Morro a nove anos, a princípio trabalhou como agente comunitário, durante sua primeira gestão, estabelecendo uma ligação entre o órgão público e os pequenos produtores.
- Após o término da gestão do prefeito Zé Maria, Edivaldo vai trabalhar como Belmiro Coelho da Rocha
- Pensa em sair do trabalho na roça um dia.

Fatores que, segundo o entrevistado, o levam a permanecer no trabalho

- Salário estável;
- Condições de vida relativamente boas;
- Segurança;
- Proximidade dos familiares do casal (mãe e pai de Edivaldo e de sua esposa);
- Não há “preocupação” com o pagamento água, luz, aluguel;
- Mesmo com o peso desses fatores, Edivaldo tem como uma meta futura sair da propriedade;

Retornamos ao riacho dos Porcos e encontramos com **Geraldo** que nos recebeu no momento em que finalizava o trabalho da manhã de acompanhamento da ordenha mecânica, trabalha cerca de 18 anos na fazenda, mora na

propriedade junto com a família, trabalha supervisionando a ordenha mecaniza e realiza a inseminação das vacas. Nascido em Presidente Juscelino, mudou com a família para Curvelo com nove anos e já com idade de trabalho foi contratado para trabalhar na fazenda de Belmiro Rocha, seu pai era vaqueiro em Presidente Juscelino e todos os irmãos trabalharam na roça, dois apenas “migraram” para outra atividade, seu irmão **Júlio** trabalha na fazenda, retornou à fazenda depois de tentar a vida como peão de boiadeiro, mora na fazenda junto com a família, trabalha na ordenha mecânica; nos indicou que o proprietário pretende vender a família por questões de falta de herdeiros para continuar a atividade, expõe uma certa preocupação com um possível novo proprietário, pois é difícil encontrar condições de trabalho como as atuais. Percebe a necessidade de estar sempre se atualizando sobre a operação de máquinas e de outras atividades. Realizou curso para realizar inseminação das vacas e recebe um valor a mais em salário por inseminação. Nos relatou que viaja bastante para outras fazendas pela região e para outros estados para aprender técnicas novas. Acompanhou de perto a mudança das raças de gado leiteiro na fazenda e o crescimento da utilização de máquinas agrícolas, o que contou com a diminuição dos funcionários da fazenda ao mesmo tempo em que a produção mantinha um crescimento relativo, muitos amigos saíram, alguns mudaram de atividade. Possui dois dias de folga no mês, mas nos garantiu que está acostumado com o trabalho constante de se cuidar de gado. Nos levou ao escritório no qual é realizado reuniões, nas paredes quadros que expunham prêmios de produtividade (Top 100 da revista MilkPoint iniciativa de um grupo de empresas de alimentação e insumos para gado leiteiro: os dados foram: 2008 12º posição com 5.949.768; 2009 – 10º posição com 5.949.768; 2010 – 13º posição com 5.414.946; 2011 – 25º posição com 4.794.000; 2012 – 29º posição com 4.489.500). Enquanto conversávamos o pivô central funcionava regando a grama do pasto para alimentação do boi, caminhamos nesse pasto, grama especial para o trato com o gado, Nos questionamos sobre a utilização do pivô central para o trato de capim... tudo era plantado com o maior cuidado para a alimentação mais que completa desse gado. As raças foram alteradas do Holandês para o Gyroles decorrente as altas temperaturas anuais, o gado holandês sofria muito, ficava doente constantemente e dava muito trabalho, nos relata Geraldo. Essa nova raça é mais resistente.

A fazenda, segundo entrevista do Sr. Geraldo

1000 cabeças de gado;

300 vacas aproximadamente são ordenhadas por turno, há 2 turnos diários para extração de leite;

Preço do litro de leite em média R\$ 0,95 a 1 real/ litro;

Venda do leite direto para a Embaré na cidade de Lagoa da Prata

Está entre as 100 maiores fazendas produtoras de leite desde o ano de 2003;

Ordenha realizada de forma mecanizada, além da máquina utiliza-se um estimulante para “substituir” a sucção inicial que outrora o bezerro dava na teta da vaca (Ocitocina – Forte UCB [Fabricante Chemicas Brasileiras – Jaboticabal – São Paulo. Site: www.ucbveter.com.br])

Segundo Sr. Geraldo no passado plantava-se soja, tomate, milho, feijão, abóbora no local onde concentram-se as atividades pecuaristas leiteiras e a plantação do feno

Fazenda conta com três raças de vacas diferentes: Holandesas, Girolando e Gir;

Proprietário da fazenda, possui outras propriedades como imóveis, outras fazendas além da visitada e algumas lojas;

Um pouco da história de Sr. Geraldo

26 anos que já trabalhava com o Belmiro;
Nasceu em Presidente Juscelino, MG.
Veio com os pais para Curvelo e daí foi trabalhar lá na propriedade de Belmiro;
Assim como Edivaldo tem 2 folgas no mês, mora na propriedade;
Nunca pensou em sair da propriedade e ir para a cidade;
Tem 14 irmãos, alguns trabalham na propriedade de Belmiro;
Realizou alguns cursos do SENAR, financiados pelo Belmiro;
Tem 2 filhos jovens, nenhum deles pretendem sair da propriedade. Trabalha registrado

Conversamos com **Marinete**: trabalha a cerca de 6 anos na fazenda, mora com a família na casa principal da sede, trabalha como cozinheira para os trabalhadores que vêm de morro. Migrante de Couto Magalhães na região de Diamantina, veio para morro acompanhando seu marido que é morrogarcense, foi contratada para o trabalho na fazenda depois da gravidez de Maikon.

∞

Associação de Produtores Rurais – pecuária leiteira

Emerson, 32 anos – é o responsável pela coleta diária, das 6h às 19h sem descanso semanal, de muitos galões de leite, advindos de aproximadamente 50 produtores cadastrados na “APR” (associação de produtores rurais – pecuária leiteira), num raio que se estende de Morro da Garça até a cidade de Corinto.

Segundo Emerson, a Associação possui 12 anos de existência, presidida pelo proprietário rural Sr. Afonso Diniz Cavalim e seu vice Sr. Fernando

Abriram a cooperativa/associação objetivando melhores condições de preço nas compras coletivas de equipamentos e tanques para refrigeração de leite e de ração.

A empresa Itambé compra todo o leite da cooperativa/associação, são 7000 litros diários somente em Morro da Garça, em período considerado de seca, segundo informações do funcionário Emerson.

O funcionário roda o dia inteiro pela zona rural do município, estendendo-se até Corinto, para conseguir coletar esta quantidade de leite, sem parar, num ritmo intensivo, utilizando dois caminhões e contando com a ajuda de um outro funcionário apenas.

Dada as especificações técnicas da cadeia de produção agroindustrial do leite, quanto maior a quantidade obtida em tanques de coleta e oferecida à um grande comprador, **maior o preço pago por este comprador**, exemplo: Nas condições de mercado observadas entre a última semana de abril e a primeira semana de maio de 2013, no entorno do Morro da Garça, de acordo com o funcionário, se um produtor ofertar 100 litros de leite, o preço pago pela Itambé é de R\$ 0,60 / L (sessenta centavos por litro). Já para os que ofertam acima de 1000 litros (7000 litros no caso da Associação, em período de seca), o valor pago pela Itambé, varia entre R\$ 0,90 e R\$ 1,00.

Deste modo, os produtores preferem permanecer cadastrados na APR e entregar o leite para receberem em torno de 86 centavos (1,00 – 0,14), descontados os encargos da cooperativa – 14 centavos por litro.

De abril a setembro temos o período de “estiagem” e o preço sobe, dada a menor oferta (não somente a isto, mas ao poder de formação de preço da Itambé)

De outubro a março temos o período de alta produção e o preço decresce, mas ainda assim é favorável para os produtores, pois conseguem entregar mais.

A partir da segunda semana de maio de 2013, compreendida no período de seca, segundo informações do funcionário Emerson (que acompanha o mercado na sua essência e delimitação territorial, conversando diariamente com quase 50 produtores), a empresa Itambé vai começar a oferecer o preço de R\$ 1,00 por litro para o produtor que entregar a partir de 100 litros. E para a APR o valor de 1,20 ; 1,30

Nem todo produtor possui um tanque (que custa em torno de 30 mil reais) para conseguir estocar uma maior quantidade e ganhar com um maior preço de venda, dado os custos de aquisição, de manutenção e consumo de energia. Alguns tem tanque e preferem entregar para a APR, em vez da Itambé. O caminhão da Itambé não entra em estrada ruim, por exemplo, para diminuir custos, quem faz isso é o Emerson, com o seu caminhão.

“Muitos que compraram tanque estão pedindo ajuda para a associação”

“A Itambé é melhor que a Nestlé... A Nestlé faz muitas exigências e complica pro lado do produtor..”

∞

Carvoaria – COSSISA.

Sáimos da cidade sentido rodovia 135, até acesso a estrada de terra, passamos por entre talhão de eucaliptos queimados, e nos projetamos no vale imenso (Vale do rio Bicudo?) com o Morro em nossa frente, percorremos caminhos próximos aos distritos de campo alegre, entrando na área de produção de carvão da Empresa Cossisa.

Iniciamos a conversa com **Vander** que realizava o transporte das toras de eucaliptos da área plantada para a área de queima da madeira. Trabalha na empresa a alguns anos com registro em carteira assinada pela empresa. Observou que nos últimos anos a quantidade de madeira para a queima tem aumentado consideravelmente decorrente a rapidez do corte e transporte da madeira. Estava cobrindo o trabalho de transporte da madeira, embora houvesse sido contratado para a operação da maquina de corte.

Conversamos com o carvoeiro **Teodoro**, que trabalha na queima do carvão. Filho de carvoeiro, nasceu na comunidade do Gama em Várzea da Palma, município próximo do Morro da Garça, às margens do rio das Velhas. Mora em um alojamento encostado a área de queima da madeira. É contratado por uma empresa que presta serviço à Cossisa (empreiteira que terceiriza o trabalho), já trabalhava para a mesma empreiteira na comunidade do Gama, nas áreas de produção da Empresa Gerdau, mas decorrente a mecanização da queima com fornos de queima automatizado foi transferido para Morro da Garça. Visita a família que ficou em Várzea da Palma de quinze em quinze dias, explicou que o período de trabalho varia muito pois a facilidade de acesso à área de trabalho possibilita o trabalho em diferentes turnos, seus amigos trabalham durante a madrugada. É responsável por 25 fornos conjuntamente com um “sócio”, observou o aumento da produção de carvão. Ganha por produtividade, quanto mais carvão, mais ganha...

Em meio à conversa com Teodoro, um caminhão “gaiola” encosta na área dos fornos para recolher o carvão por meio de um trator. Conversamos com **Geraldo**, que vive com a família em Curvelo. Trabalha a mais de 20 anos no transporte de carvão da área de produção de carvão da Cossisa para a siderúrgica. Observou as mudanças de ocorridas nos últimos anos decorrente ao aumento da produção de carvão. Muitos postos de trabalho foram fechados e cresceu demais o trabalho com maquinaria o que aumentou a produção e transporte de carvão para as siderúrgicas. Com a crise dos últimos anos observou uma mudança de caminho da empresa que busca novas atividades para se manter no mercado. A pecuária intensiva de corte se torna prática bastante utilizada atualmente pela empresa que tem transformado áreas de plantio de eucaliptos em pastos plantados. Como podemos observar na área de produção do carvão. Indicou que muitos trabalhadores que vivem nas comunidades

rurais do entorno foram deixando as atividades de queima do carvão e migrando para Curvelo e Sete Lagoas, como o caso de conhecidos do distrito de Campo Alegre.

Enquanto caminhávamos por entre os fornos tratores e caminhões disputavam o espaço com os trabalhadores, paramos para uma conversa com o operador de máquinas que nos explicou que é necessário um curso prévio para operar o maquinário, mora em Morro da Garça.

Os funcionários responsáveis por abastecer os fornos com os troncos de eucalipto eram contratados por uma empreiteira, ao passo que os motoristas responsáveis tanto pelo transporte das toras de eucalipto até as proximidades dos fornos, quanto os motoristas que recolhiam o carvão e levavam para as siderúrgicas são vinculados a Cocisa.

Na carvoaria entrevistamos cerca de 10 pessoas, entre pessoas que eram responsáveis por abastecer os fornos, funcionários responsáveis por “vigiar” os fornos enquanto estes estão queimando as toras de eucalipto, transformando-as em carvão, além de um motorista de trator que desloca as toras de eucalipto do caminhão até as proximidades dos fornos.

Salários entre os funcionários da empreiteira varia em torno de 1200 à 1800 reais;

Carga horária mínima é de 8 horas conforme previsto em contrato, porém, ninguém trabalha “somente” 8 horas por dia, sempre trabalha-se mais.

Os valores pagos pela quantidade de carvão produzida varia de acordo com a quantidade de caminhão que o carvoeiro consegue produzir, a cada caminhão paga-se ao carvoeiro R\$ 465,00. Isto é, para receber o salário médio descrito acima, necessita-se “produzir” 03 caminhões cheios de carvão por mês;

Segundo os carvoeiros são fornecidos os seguintes EPIs: Sapato com bico de aço, máscara (embora observou-se que poucos usavam máscaras).

Empreiteiro oferece alojamento para os funcionários que vieram de Varzea da Palma, MG. Já os funcionários que moram em Curvelo tem um ônibus para o transporte da carvoaria a cidade no período da manhã e da tarde;

Dentre os entrevistados da carvoaria, não foi encontrado nenhum carvoeiro que mora no Morro da Garça;

Todos gostariam de sair da carvoaria, devido as condições de serviço, isto é, um serviço extremamente desgastante, além da dificuldade para se respirar devido a fumaça vinda dos fornos;

Trabalham média 6 horas, folgam 15/15, alojamento com TV, 3 dias esquentando e 3 dias esfriando, cada carvoeiro trabalha cuida de uma carreira de 13 a 15 fornos/vez, empresa fornece um veículo ao caso de alguma emergência, condições de trabalho ficam difíceis conforme a direção do vento (da fumaça), recebem por quantidade (R\$ 450,00 a carreta de carvão), qualquer horário, muitos de Várzea da Palma.

Nilson: Veio de Várzea da Palma, mulher (**Vanilda**) trabalha na cantina do alojamento, filhos vem visitá-los. Cada carvoeiro cuida de uma carreira de 12 a 15 fornos. São 3 dias de queima, onde eles colocam as toras limpas de eucalipto em pé dentro do forno (cerca de 1,80m o tamanho das toras) para serem queimadas, fechando a porta dos fornos com tijolos e barro, o forno fica então com 3 aberturas. As toras são então queimadas por 3 dias e resfriadas por mais 3 com água. Os carvoeiros são fichados e produzem uma cota básica (como exigência de produtividade) mas recebem por carreta (cerca de R\$ 450,00 por carreta de carvão). A média por dia é de 2 carretas, o que se consegue, se em bom ritmo, em 6 horas. Este ritmo geralmente é extraído de manhã cedo até o horário do almoço. Mas nada os impedem de trabalharem por 12h, por exemplo. Os trabalhadores das cidades

distantes, muitos de Várzea da Palma, vieram em levadas, ficam alojados na própria carvoaria (onde não é permitido trazer os familiares para viverem junto, apenas os trabalhadores), trabalham geralmente até o horário do almoço quando, dependendo da produtividade, descansam até o dia seguinte ou continuam pós-almoço.

Muitos são de Várzea da Palma e Curvelo. Os de Curvelo preferem voltar para a cidade (um ônibus da empreiteira os transporta), os mais distantes visitam suas famílias de 15 em 15 dias, ou nos finais de semana. Foram um dia roceiros, mineiros e até metalúrgicos, exemplo do Sr. Nilson, que afirma que o forno da metalurgia é mais quente e recebe-se menos. A condição de trabalho na carvoaria é vista como dura mas não absurda ou de pouco valor.

Os iniciantes trabalham os fornos devagar, primeiro 45 minutos, depois duas horas, até pegarem o jeito. Sentem dores, câimbras, falta de ar, até “ganharem experiência” (resistência física). A empresa exige experiência mínima de 3 meses. E não ficou claro se trata de um trabalho rotativo por parte da empresa (no caso uma nova leva chegou de Várzea Paulista) ou por opção dos próprios trabalhadores.

Reinaldo e Francisco

Moradores de Curvelo

Francisco já trabalhou com horta

Reinaldo já trabalhou em fazenda

Francisco trabalha com carvão desde os 8 anos. Ele trabalha das 6:00h às 2:00h. Os irmãos também trabalham com carvão. Não frequentou a escola. Os filhos não trabalham com carvão.

Francisco conta cada carvoeiro toma conta de 12 fornos. Ele disse que no registro tem um salário fixo mais que na prática eles ganham por quantidade de carvão produzido. É proibido crianças ajudando os pais na carvoaria. Quando perguntado sobre alguns direitos trabalhistas ele responde: “ Isso aí num dá pra falar não... é complicado”

Waltson: 26 anos, carvoeiro. Trabalha há 2 meses na Cossisa. Mas já trabalhava como carvoeiro em outra empresa. Mora em Várzea da Palma. É filho de carvoeiro. Dos sete filhos é o único que seguiu a profissão do pai. Registrado com carteira assinada. Se pudesse, trabalharia com outra coisa. Entra às 6h e sai às 15h30. Cossisa oferece almoço e transporte. Veio trabalhar aqui pois salário é maior. Tem uma filha de 4 anos. “agente se acostuma com a fumaça, né...” quando tá muito calor tem que trabalhar mais devagar. A empresa dá, mas não gosto de usar a máscara. Atrapalha muito. Acha o trabalho muito pesado. É responsável por 13 fornos. Mas enche 2 fornos por dia.

Sr. Francisco: 45 anos, trabalha desde os 8 anos de idade na roça e em carvoarias, através de seu pai teve contato com o trabalho logo na infância, por razões de sobrevivência. Atualmente está devidamente registrado em carteira, em torno de 1986, isso se efetivou, contudo ainda há algumas questões trabalhistas das quais ele não possui conhecimento ou esclarecimentos. Explicou-nos sobre o serviço e distribuição entre os trabalhadores, são cerca de 360 fornos para cada um cuidar entre 12 à 13 por dia como meta de trabalho. Se possível, cuidam de mais, conforme o rendimento e disposição física de cada trabalhador, para um rendimento mensal maior de retorno. Quanto a produção do carvão nos fornos, leva cerca de 3 a 4 dias para o carvão, após armazenado nos fornos e queimado, ser recolhido para despacho para um caminhão-baú. É tarefa dos carvoeiros administrar o armazenamento das toras de eucalipto, vedação com barro, queima, resfriamento do forno e retirada do carvão.

A empreiteira que presta o serviço terceirizado à COSSISA é chamada **Aliança Transportes**, empresa que contrata os serviços dos carvoeiros, motoristas/caminhoneiros e serviços gerais. Interrogamos sobre a questão de segurança de trabalho, e a empresa fornece os EPIs necessários para as atividades gerais, contudo, nem todo carvoeiro tem por hábito o uso dos equipamentos de proteção. O regime de trabalho consiste em dias úteis, de jornada de 6 horas diárias e 2 sábados no mês, muitos residindo no alojamento cedido pela COSSISA, em principal, aos que moram longe das instalações da carvoaria.

Em suma, seu depoimento foi direto com as questões, a fragilidade que o trabalho promove é evidente no seu semblante a fadiga, a indignação com o trabalho, mas a conformidade com as regulamentações efetivadas ao longo dos anos. Já saiu de Morro da Garça para exercer outras atividades de trabalho, contudo não foram rentáveis suficientemente para sustentar sua família, acabou retornando anos depois para a cidade e para a atividade de carvoaria, permitindo e garantindo os estudos e sustento de seus filhos.

Conversa com 2 carvoeiros:

- Trabalham desde os 8 anos de idade na roça e em carvoarias.
- Ambos são fichados, mas o mais velho deles ainda não pegou sua carteira de trabalho de volta (trabalha no local a apenas 3 meses), então ainda não sabe ao certo o valor de seu registro em carteira que é simbólico, já que eles ganham por produção.
- Cada carvoeiro cuida de aproximadamente 12 fornos que são alimentados por 1 carreta de troncos de eucalipto. Os 12 fornos são queimados durante 1 semana, já que a cada dia se abastece 2 deles e se resfria para retirada do carvão também 2 deles. Cada forno demora 4 dias queimando até chegar no ponto de carvão. Quando ele está no ponto para ser retirado, a saída de fumaça é tampada para o fogo acabar, já que não tem mais oxigênio dentro do forno.
- Quando o forno é desligado, passa um trator jogando lama no forno pelo lado de fora para ajudar a esfriar. Depois desse procedimento, ainda se espera 2 dias para poder tirar o carvão de dentro do forno. Depois de retirado, o carvão fica amontoado na frente do forno até que um caminhão passe para o recolher.
- Os carvoeiros são contratados por uma empresa terceirizada (Aliança Transportes) e essa empreiteira presta serviço para a COSISSA, dona do eucaliptal e da carvoaria.
- Eles recebem da sua contratante: alimentação, transporte, bota, luva e capacete.
- Os carvoeiros trabalham de segunda a sexta-feira, aos sábados de 15 em 15 dias e folgam no domingo.

Conversa com Paulo

Paulo (empreiteiro)

Empreiteira Aliança Transporte recente e terceirizada da cossisa

Ele estudou até a 5ª série tem três filhos, 1 em Curvelo com 17 anos, 1 na faculdade no estado de São Paulo e 1 na faculdade em Curvelo. Nenhum deles se interessa em trabalhar na empreiteira. Nas palavras de Paulo: “Nem quero que eles se interessem, trabalho duro demais! Agente tem que evoluir né?”

Homem simples como os carvoeiros, porém é o dono da empreiteira que presta serviço à COSISSA e que os contrata.

Trabalha desde os 8 anos de idade no ramo de carvoaria. Começou ajudando os pais, já foi motorista dos caminhões que recolhem o carvão quando está pronto e há alguns anos conseguiu abrir uma firma que terceiriza

os serviços para carvoarias.

Tem 3 filhos: 1 faz faculdade em Montes Claros; a menina é casada, mora em outra cidade e não trabalha (deu a entender que as mulheres que se casam não precisam trabalhar já que o marido se incumba dessa função); o filho menor de 12 anos ainda estuda. Perguntei a ele se compensava trabalhar nesse ramo e ele respondeu dizendo que só político ganha bem em nosso país e que compensar não compensa, que ele apenas sobrevive.

Dirige o trator que joga lama nos fornos enquanto um funcionário mira nos fornos com uma mangueira e os cobre inteiramente com a lama. Utilizam água armazenada na frente de cada forno em um tambor sujo e descoberto, possível foco de mosquitos da dengue.

Edmilson: é de Várzea da Palma região próximo ao Morro da Garça. Desde 18 anos trabalha na carvoaria como se pai também fazia, e até onde de começar a trabalhar de fato tinha indo algumas vezes com seu pai para carvoaria em Várzea de Palmas. Mora no alojamento com mais 30 trabalhadores, há maioria de Várzea da Palma também, trabalha todos os dias, das 5h até 18h? Bom em relação ao tempo de ele realmente trabalha por dia na carvoaria não ficou muito definido visto que, ora ele falava que era só 6h por dia ou era das 5h as 18h ou dependia da demanda do serviço, o que para eu ficou mais coerente a ultima. E a cada 15 dias ia visitar a família em Várzea, era casado e tinha um filho de 1 ano, neste momento perguntei se ele queria que seu filho trabalhasse na carvoaria, disse que não mas que tudo dependia das condições. Tinha um ônibus que levavam eles até o centro de Curvelo para irem para suas casas.

Em geral ele cuida de 13 fornos para encher e retirar o carvão, que em media demora uma semana para fazer, o carvão queimava por 3 dias e depois mais 3 dias para esfriar. Na carvoaria atual tinha 1 ano e 3 meses de registro. Comentou que a noite tinha 3 vigilantes para olhar os fornos, para as madeiras não pegarem fogo.

Valter (Apontado por Edmilson como o comerciante porque vende produtos de beleza e doces): é da cidade de Curvelo, onde mora com esposa e filhos, trabalha desde 16 anos em carvoaria. Já trabalhou em comércio, como montador de moveis em Curvelo, mas disse que não gostou muito porque ganhava menos do que na carvoaria, que mesmo o trabalho na carvoaria sendo pesado é melhor do que o comercio ou trabalho rural. Não fica no alojamento como os demais trabalhadores por morar perto demora 1 h de casa para carvoaria. Também não definiu muito o horário de trabalho entre 5 a 6h de entrada e 13h ou 14h de saída. E responsável por 13 a 15 fornos, informou que cada forno cabe 8 m² de carvão e que cada m² de carvão ganha R\$ 5,50. Que a produtividade da empresa é por carreta de 1 a 2 por dia, e a qualidade do carvão é observada pelo proprietário da carvoaria. Cada carreta equivale a 450,00 reais.

4. O papel do Estado e as políticas migratórias:

Questões levantadas:

As atividades se concentraram nas entrevistas com moradores envolvidos diretamente ou indiretamente aos períodos de intervenção do estado através da política desenvolvimentista e militar. A percepção da ação do Estado no decorrer das ultimas décadas e as políticas migratórias e as de assistência social devem ser tematizadas.

Para abordar essas questões realizamos uma aproximação aos representantes da **Prefeitura**, procurando agendar uma entrevista com o **prefeito** e demais envolvidos, como as **secretarias da prefeitura**. A conversa com representantes do **CRASS** sobre as políticas federais de assistência social e seus impactos nas relações de trabalho são importante tema para discussão.

Prefeito

Conversa com Prefeito **Zé Maria** e com **Fátima**.

O prefeito destaca a importância da educação e cultura para a inserção social dos moradores. Entende o papel da prefeitura como importante empregador na cidade. A prefeitura dispõe de 320 postos de trabalho diretos dos quais 220 são contratados temporariamente. O orçamento do município apresentasse “estrangulado” decorrente a baixa de arrecadação de impostos (IPI). Boa parte da população é atendida por bolsas do governo federal. O fenômeno migratório das décadas de 70 e 80 causou um importante impacto sobre a população. Na década de 1970 ocorreu um processo de expropriação fundiária decorrente o estabelecimento das atividades carvoeiras, aos quais foram comprando terras e expulsando diversos pequenos proprietários que se viam isolados em meio as extensas áreas de plantio de eucaliptos. Atualmente os trabalhadores migrantes, atraídos para o trabalho carvoeiro. São essencialmente móveis, que de uma certa não consideram os limites municipais. O censo deve ser questionado decorrente a característica móvel dessa população. A Cossisa é uma importante “contribuidora” de impostos nos últimos 10 anos. Até então os impostos eram remetidos a Curvelo decorrente a sede da empresa estar localizada em Curvelo, embora a área de produção estabelecida no Morro da Garça. * Zé Maria nasceu em Presidente Juscelino, migrou para Curvelo para trabalhar em uma empresa de beneficiamento de algodão. Entrou para a polícia militar em 1965 (Três Marias?). Em 1974 chega em Morro da Garça *.

A maior parte dos produtores rurais no município são de base familiar dispostos em pequenas propriedades.

Por meio do Conselho de Desenvolvimento Rural, que conta com o envolvimento de agentes da prefeitura e da EMATER, buscou mapear os problemas dos pequenos produtores e desenvolver políticas que almeje uma melhoria para os mesmos. A feira de pequenos produtores foi um resultado das atividades desse conselho. Percebe que a atividade do eucalipto tem dado espaço para a pecuária de corte, provavelmente.

Cossisa oferece poucos empregos e boa parte do imposto arrecadado (30 a 40%) era destinado ao governo;

Atribui à população a falta de interesse em capacitação para justificar o pouco investimento nesta questão, alegando que o Projeto EJA houve apenas o interesse de 15 pessoas, cita outros “interesses” (“jogos e cachaça”) como sendo mais comuns aos moradores;

Cita um bom relacionamento com o governo estadual e federal;

30% da merenda escolar e proveniente da agricultura famílias

6 comunidades rurais/CNDRS;

Se preocupa com a migração, atribui o motivo por razões isoladas (energia, água, educação), a falta de mão de obra especializada;

Pensa no turismo como alternativa para a contenção da migração;

Convênio com Embrapa e Petrobras (?);

ICMS da pecuária é maior que o do carvão;

Remota possibilidade de gás natural na região, levantamento e sondagens por empreiteira da Petrobras não acusam;

Na década de 60 com as instalações das companhias de eucalipto praticamente metade da população foi embora, migraram para Sete Lagoas ou Belo Horizonte. Uma vez que muitos tinham suas terras por devolutas (ocupadas). Logo as companhias de eucalipto compraram grande parte destas terras e expulsou seus moradores.

E para o fornecimento dos serviços básicos, o município ganha menos verba federal porque o direito é mandado por cabeça, não levando em conta que os municípios da redondeza utilizam os serviços municipais do Morro da Garça. Mostrado na contradição dos dados do IBGE (recenseamento anual) e aumento dos gastos públicos.

“Se tivesse uma indústria na cidade auxiliaria muito a população local”.

∞

ProJovem:

Sueli nos contou sobre o projeto que tem aproximadamente 8 anos de existência, que realiza atividades para crianças e jovens de 7 a 17anos. São dadas no clube aulas de atividades que se revezam (ocorrem 2 ou 3 atividades por dia):

- Capoeira; Balet; Jazz; Judô; Tear; Aeróbica; Bordados; Esportes; Artes; Informática
- Os recursos são escassos... “ o Estado de Minas está sem verbas”
- A maior demanda do projeto vem de crianças de 7 a 13 anos de idade. Os mais velhos não procuram tanto o projeto por não se sentirem satisfeitos com as oficinas que são dadas (não gostam dos temas). Esses, possuem outros interesses, como a oficina de grafiti, que é requisitada pelos jovens, mas não existe.
- Associação do bairro da Pompéia faz oficinas de hip-hop, que são “polemicas”. As mães costumam ir reclamar do estilo, das roupas relacionadas ao hip hop, mas não é uma oficina do projeto.
- Disse que o que acaba acontecendo com esses jovens que não fazem nenhuma atividade além da escola é se envolver com “coisa errada”. Falou do problema da lei que proíbe menores de trabalhar, que acaba deixando os jovens sem ter o que fazer.

Em 93 era uma escola sem aula que foi transformada em espaço para cursos.

Existe oficialmente desde 2002

Lá as crianças e adolescentes tem oficinas de bordado, jazz, informática, judô e esportes.

Conversa com as crianças com idade entre 11 e 13 anos.

As crianças demonstraram interesse em atividades que não podem ser oferecidas.

Todas as crianças disseram não querer ter as mesmas profissões dos pais. Com a exceção de um menino que disse que queria ser carvoeiro como o pai. A assistente social revelou que muitas dessas crianças vivem em situação difícil e muitas vezes com relações familiares instáveis.

○ Conversa com dona **Luciene** (mãe de Alexandre)

- Luciene nasceu em Corinto e lá foi adotada e criada por uma família com mais 3 filhos do casal. Ao completar 8 anos, Luciene foi obrigada a fazer os serviços da casa se quisesse continuar comendo e dormindo na casa da família. Trabalhou para eles até engravidar de Alexandre, quando foi mandada embora.
- Foi morar no Morro e voltou para Corinto algumas vezes por problemas com o pai e os irmãos.
- Morava em uma casa alugada em Morro, até ser liberada a casa do programa, que dá prioridade para idosos e mães solteiras.
- Luciene mora na casa do programa Minha Casa Minha Vida a 2 anos, e gosta de morar na casa, em comparação com a casa em que morava. Diz que facilitou bastante a vida. Quem paga as prestações da casa é a família que criou Luciene (R\$85,00/mês por 20 anos).
- Trabalha hoje na cozinha do clube na PROFAAC, e faz parte do coral da igreja.

Ainda quer sair da cidade, arranjar um lugar melhor. Se preocupa com Alexandre desocupado. “ A lei proíbe criança de trabalhar, e eles ficam todos ai, sem nada pra fazer e fazendo bobagem.”

∞

CRAS:

Unidade de atendimento social

Antes existia atendimento desregular na prefeitura.

Agora tem atendimento contínuo do psicólogo (atendimento familiar)

Acompanhamento preventivo e auxílio com documentação, bolsa família, leite pela vida. Ligadas ao CRAS.